

**Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão:
património, passado e futuro**

UNIVERSIDADE DE ÉVORA | ESCOLA DAS ARTES | DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | DISSERTAÇÃO

Rita Ceríaco Pereira
Orientação: João Matos



Évora | 2017

OBSERVAÇÕES

Esta de Dissertação foi elaborada em conformidade com o antigo acordo ortográfico.

Todos os desenhos deste documento foram realizados pela autora com base em interpretações provenientes da investigação, cartografia actual e levantamentos *in situ*.

AGRADECIMENTOS

Ao professor João Matos pelo entusiasmo, disponibilidade e profissionalismo demonstrados no decorrer da orientação desta dissertação.

Ao arquitecto paisagista Sebastião Carmo-Pereira pelas conversas e opiniões partilhadas.

À minha família pelo apoio incondicional, especialmente aos meus pais e irmão por toda a ajuda e por acreditarem em mim.

Ao João pela força e por estar presente em todos os momentos.

Aos meus amigos pela motivação e compreensão nas ausências.

A todos, por tudo.

ÍNDICE

RESUMO ABSTRACT	8
OBJECTO	10
MOTIVAÇÃO	10
OBJECTIVO	10
METODOLOGIA E ESTRUTURA	10
ESTADO DA ARTE	12

01 O LUGAR

CIDADE DE PORTIMÃO

Localização estratégica	18
Enquadramento histórico	20
Evolução urbana	24
Frete ribeirinha	28
Análises morfológicas	
Topografia	30
Edifícios notáveis Estrutura verde	32
Acessos principais Equipamentos	34
Percurso ribeirinho	36

02 O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

ORIGENS

Capuchos da Província da Piedade	42
Implantação no território	46
Arquitectura Capucha	48

CONJUNTO MONÁSTICO

Implantação estratégica	42
Evolução histórica	56
Evolução morfológica	60
Descrição	64
Análise e Interpretação	74
Estado de conservação	82
Levantamentos	84
Relação e influência na cidade	88
Cronologia	92
Análises morfológicas	
Limite ribeirinho	94
Espaços	96
Percurso principais	98
Topografia Vegetação	100

03 O ESPAÇO DO CONVENTO

CONCEITOS | REFERÊNCIAS

Revitalizar o património	106
Envolvente como complemento	110
Limite e recinto	112

POSSIBILIDADES PARA O FUTURO

Estratégia	116
O Espaço do Convento	120
Memória descritiva	122
A cerca do Convento	126
A envolvente do Convento	130
O edifício do Convento	134
Materialidade	138
Desenhos	140
Maquetes	160

04 CONSIDERAÇÕES FINAIS

162

05 BIBLIOGRAFIA

164

RESUMO

ABSTRACT

O Convento de Nossa Senhora da Esperança, situado na cidade de Portimão, está implantado num promontório que avança sobre o rio Arade.

O conjunto monástico, fundado no século XVI, pertenceu aos *Frades Menores Capuchos*, religiosos da ordem franciscana cujas características rígidas dos seus austeros ideais estão intimamente presentes na sua arquitectura. Após a extinção das ordens religiosas, o convento e a respectiva cerca foram vendidos e utilizados como armazém e apoio a indústrias locais emergentes, em parte responsáveis pela degradação do edifício e envolvente. Agora devoluto, encontra-se num avançado estado de ruína, o que se traduz como uma problemática no percurso ribeirinho, na imagem da cidade e sobretudo no desaparecimento de um património singular que marca a identidade e memória daquele lugar.

Esta investigação passa pelo estudo da arquitectura capucha cujos exemplares reflectem a pobreza e simplicidade desse modo particular de vida religioso; pelo estudo aprofundado do Convento de Nossa Senhora da Esperança no seu contexto territorial e urbano, pela sua evolução histórica e morfológica a par com a da cidade e, simultaneamente, pela análise da organização espacial, das características arquitectónicas e das características do terreno em que se insere. Foi ainda realizada uma análise de abordagens e intervenções relacionadas com a reutilização do património como parte do processo de salvaguarda. Estes aspectos formam um conjunto de premissas na presente dissertação e constituem os alicerces de uma posição crítica e do desenvolvimento de um pensamento e conhecimento relativo à valorização deste património.

É, então, pertinente questionar como pode a arquitectura contemporânea revitalizar um património abandonado de forma a devolvê-lo à cidade com novas valências.

Numa tentativa de valorização do antigo convento e da cidade, tendo em consideração as características do lugar, é proposta uma estratégia urbana baseada na intervenção no edifício e na sua área envolvente, definida pelos limites murados e ribeirinho, como espaço cultural associado ao espaço público. Através da revitalização do património com uma nova função, que clarifica e fortalece a sua relação com a cidade, o novo espaço surge como rótula, como elemento catalisador e regenerador de um troço ribeirinho e da cidade, o qual responde às necessidades específicas do lugar e tira partido das qualidades espaciais intrínsecas do edifício, num diálogo harmonioso entre o proposto e o existente.

Palavras-chave: Arquitectura capucha, convento, Nossa Senhora da Esperança, património, Portimão.

Convent of Nossa Senhora da Esperança of Portimão: Heriage, past and future.

The Convent of Nossa Senhora da Esperança, located in Portimão, stands on a headland that stretches into the Arade river.

The monastic, set founded in XVI, century belonged to a religious franciscan order named "*Frades Menores Capuchos*" whose rigid characteristics of their austere ideals are deeply present in their architecture. After the extinction of the religious orders the former convent and the respective fence were sold and used as a warehouse and a support for the emerging local industries, which was in part responsible for the degradation of the building and the surrounding areas. Now abandoned, it is in an advanced state of ruin that translates into a problematic issue for the river path, for the city's image and moreover it represents the loss of an unique landmark that defines the identity and memory of that place.

This investigation is formed by the study of the "capucha" architecture, whose examples reflect poor and simple way of that particular religious life; by the profound study of the Convent of Nossa Senhora da Esperança in its territorial and urban context, its historic and morphologic evolution in parallel with the city and simultaneously by the analysis of its spacial organization, its architectonic characteristics and its topography characteristics. Was also performed the analysis of approaches and interventions related to the reuse of the patrimony as a part of the safeguarding process. This aspects form a set of assumptions in the present dissertation and constitute the foundations of a critic position and development of a notion and knowledge related to the valorization of this patrimony.

Therefore, it is reasonable to question how can contemporary architecture revitalize an abandoned landmark, thus reintegrating it back in the city with new prospects.

In an attempt to valorize the old convent and the city through its characteristics, it is proposed an urban strategy based on an intervention of the building and its surrounding area, defined by its wall fence and river limits, as a cultural space associated to the public space. By revitalizing the patrimony with a new role that clarifies and strengthens its relationship with the city, this new space emerges as a strategic hinge, as a catalizing and regenerative element for the river path and the city that responds to the specific needs of the place and takes advantage of the intrinsic spacial qualities of the building, in an harmonious dialogue between what is proposed and what exists.

Keywords: Capucha architecture, convent, Nossa Senhora da Esperança, heritage, Portimão.



OBJECTO

O objecto de estudo do presente trabalho de investigação é o Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão, desde a sua fundação até à actualidade. Situado na margem direita do rio *Arade*, na frente ribeirinha da cidade de Portimão, o Convento foi fundado no ano de 1541 como residência religiosa dos *Frades Menores Capuchos*, ramo da *Estrita Observância* da Ordem de São Francisco.

Com efeito, esta temática abrange a leitura da contextualização da origem (capucha) do objecto e o seu enquadramento no território (cidade).

MOTIVAÇÃO

A pertinência desta investigação é motivada pelo estado de degradação em que se encontra o extinto conjunto monástico de Nossa Senhora da Esperança, o qual à semelhança de outros espalhados pelo país, é exemplo do modo como o património religioso é votado ao abandono. Sobressai a sua situação de ruína, perante a indiferença, numa cidade com uma reduzida herança arquitectónica, apesar da classificação como Imóvel de Interesse Público no ano de 1993. As problemáticas presentes no próprio edifício ao nível de invasão e de apropriação indevida dos espaços a par com as transformações dos limites ribeirinhos, onde foi conquistado terreno ao rio e com ausência de vínculo e relação com a cidade, são factores que contribuem para a crescente deterioração e comprometem irremediavelmente a memória do lugar. A escolha do tema deve-se em parte à carência de informação e documentação gráfica e escrita sobre o extinto convento capucho e à falta de actualização dos elementos existentes, bem como o interesse pessoal pelo lugar e património em questão. A falta de uma publicação com um estudo aprofundado sobre o Convento, que considere a contextualização das suas origens, enquanto parte integrante de um peculiar ramo religioso, e o seu enquadramento territorial enquanto elemento influenciador do crescimento e expansão de Portimão, motivou à elaboração desta investigação. Pretende-se contribuir para aprofundar o conhecimento tanto do conjunto monástico como da cidade, com a criação de uma base que incentive estudos futuros. Ao mesmo tempo pretende-se a reflexão sobre uma intervenção que, através da arquitectura contemporânea, responda às necessidades e características intrínsecas ao espaço de modo a contrariar a sua degradação proporcionando-lhe um novo ambiente e à cidade.

OBJECTIVO

É objectivo primordial da presente dissertação estudar a estrutura monástica - Convento de Nossa Senhora da Esperança e respectiva cerca.

Esse estudo capital contempla a compreensão da sua implantação, da sua evolução histórica e morfológica, do desenvolvimento de vínculos e influências mutuas entre cidade e convento ao longo dos séculos, interpretando os elementos constituintes, do ponto de vista arquitectónico, desde a sua fundação até ao seu estado actual. Paralelamente, é intenção basilar produzir e compilar elementos gráficos e escritos sobre o Convento de forma a colmatar a escassez e/ou inexistência de tais peças.

Nesse sentido, é fundamental considerar outros aspectos que apoiem o objectivo principal na compreensão do enquadramento do objecto de estudo, no espaço e no tempo. Importa conhecer e compreender a arquitectura capucha e as características que lhe estão associadas, os ideais e modo de vida desse ramo religioso, a influência das suas implantações no território e as utilizações contemporâneas dos conventos após a extinção das ordens, numa postura comparativa que contextualiza o objecto de estudo. Interessa estudar o lugar onde está implantado o objecto desta investigação, através da análise da evolução histórica e morfológica do núcleo urbano de Portimão e da sua frente ribeirinha. O desenvolvimento do estudo leva à identificação de problemáticas inerentes à cidade, ao conjunto monástico e na sua relação entre ambos. A procura de estratégias que contrariem tais questões assenta no conhecimento de intervenções e conceitos de índole semelhante aos temas presentes no decorrer da investigação. Neste momento é necessário entender as necessidades da cidade e do lugar e em resposta definir estratégias de aproximação ao espaço e revitalização do mesmo, assim como a sua integração na cidade. A investigação orienta-se no desenvolvimento de uma hipótese de intervenção no antigo Convento de Nossa Senhora da Esperança, considerando a salvaguarda, valorização e revitalização do património, através da adaptação a novos usos. Nesse sentido, pretende-se valorizar e potenciar o espaço devoluto, transformar o extinto convento através de uma estratégia de intervenção a nível urbano que contrarie a situação actual de ruína, criar um novo espaço na cidade e recriar uma relação entre ambos, assente num programa cultural e público como elemento central regenerador e potenciador de ambientes e vivências.

Neste contexto pretende-se:

Estudar o Convento de Nossa Senhora da Esperança;

Compreender a influência da arquitectura capucha;

Analisar a evolução urbana de Portimão;

Identificar as principais problemáticas no convento e na sua relação com a cidade;

Definir estratégias que recriem a relação entre cidade e convento;

Revitalizar o antigo convento e espaço envolvente.

ESTRUTURA E METODOLOGIA

O trabalho de investigação centrado no Convento de Nossa Senhora da Esperança estrutura-se em cinco pontos fundamentais.

Num primeiro ponto, elabora-se um estudo sobre o território onde está implantado o convento. Através da consulta a cartografia local e documentos descritivos incisivos sobre a cidade de Portimão, segue-se a análise e interpretação desses elementos procurando entender o desenvolvimento morfológico do território, e a evolução histórica da construção. Nesta etapa são igualmente produzidos desenhos que actualizam os existentes e maquetas que permitem uma melhor compreensão territorial.

No segundo ponto, é elaborado um intenso estudo sobre o Convento de Nossa Senhora da Esperança. Inicialmente é feita uma abordagem às origens através da arquitectura capucha, como introdução ao tema. Além do estudo histórico deste ramo religioso, baseado em fontes escritas e elementos gráficos, procede-se à interpretação da sua implantação, desenvolvimento e influência no território a par com análises comparativas de diversos conventos, de forma a compreender as lógicas tipológicas e as principais características relativamente destes conjuntos construídos. Posteriormente no âmbito do Convento, é realizada a interpretação de documentos históricos escritos e gráficos, com a consulta e análise de cartografia e fotografia antigas, de levantamentos cartográficos e fotográficos realizados a partir de visitas ao local. A confrontação de todos os dados possibilitam conhecer aprofundadamente o conjunto monástico, que permitem a produção de documentos gráficos, à escala territorial e do objecto, assim como a produção de elementos escritos. Dessa forma desenvolveu-se um conhecimento alargado do conjunto monástico relativamente à sua contextualização histórica e evolução morfológica, características inerentes à implantação, à relação com a envolvente e cidade, à tipologia e espacialidade e ao processo construtivo do edificado.

No terceiro momento, as problemáticas provenientes da interpretação conjunta do convento e da cidade, são a base do capítulo que se incide sobre as referências e os conceitos. Identificam-se a casos que constituem referências para uma intervenção, onde importa entender os princípios e abordagens que focam temáticas transversais às do objecto. Finalmente, as reflexões resultantes da investigação desenvolvida materializadas numa hipótese de intervenção que propõe uma nova abordagem ao tema do Convento de Nossa Senhora da Esperança enquanto património singular e como parte integrante da cidade. A sua valorização e revitalização baseia-se numa componente de proposta territorial, no seu vínculo com a cidade, espaço e limites ribeirinhos; num momento mais aproximado, na relação com a envolvente, pelos limites físicos da cerca que definem o recinto exterior, com o intuito de reactivar uma área com grande potencialidade. Além da interpretação aos elementos gráficos, fotográficos e escritos desenvolvidos em pontos anteriores, é essencial a produção de desenhos explicativos que respeitam a hipótese de intervenção a par com maquetas que exploram as possíveis valências dos espaços.

Nesse sentido, a metodologia da investigação considerou:

Pesquisa e recolha de informação e referências bibliográficas; consulta e análise de elementos cartográficos, fotográficos e escritos; visita ao lugar, recolha de elementos fotográficos e levantamentos cartográficos; selecção de referências e sua interpretação; produção de desenhos e maquetas a diferente escalas, esquemas, textos e reflexões sobre os vários pontos; experimentação de hipóteses de intervenção baseadas nos diversos pontos da investigação.

01 O LUGAR





CIDADE DE PORTIMÃO

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A cidade de Portimão nasceu na margem direita do rio Arade, cujo território protegido pelas condições naturais proporcionou a permanência e desenvolvimento de sucessivas povoações.

Pela forma e recorte original do território, a paisagem ribeirinha assistiu à instalação e proliferação de vários povos antigos, devido às características geográficas e climáticas, que possibilitavam o sustento através de actividades primárias, como a pesca e a agricultura. Fenícios, Gregos, Cartagineses, mais tarde Romanos e finalmente Mouros apropriaram-se do território singular prolongando a sua estadia durante vários séculos, devido à uma estreita relação com a o espaço ribeirinho e actividades inerentes. *Portus Magnus* nome atribuído pelos Romanos que significa "porto grande" que demonstra perfeitamente a dimensão e qualidade daquele lugar. O seu porto natural, consequência da baía abrigada dos ventos predominantes, tinha grande importância numa altura em que a economia e os transportes dependiam essencialmente do mar, formando os principais motivos para a estratégica implantação neste território.

A origem de Portimão remonta a uma época mais recente, cujas localizações ribeirinhas prosperavam intensamente. Na segunda metade do século XV, habitantes de Silves instalaram-se na margem direita do rio Arade. Devido às extraordinárias condições do lugar, a expansão e crescimento do primitivo povoamento virado para a actividade marítima não tardaram. Pelo que a fundação de uma povoação com o nome de São Lourenço da Barrosa teve autorização régia de D. Afonso V, no ano de 1463. Desenhado através da morfologia do território, o povoamento evoluiu e tornou-se demasiado exposto, e por questões defensivas o perímetro urbano foi cercado. A forma poligonal irregular da muralha, iniciada no ano de 1475, impedia ataques que, devido à facilidade de acesso pelo rio, ameaçavam a segurança da população. Em 1476, aquando do início da construção da igreja matriz, a pequena povoação era já referida como Vila Nova de Portimão⁹¹.

No início do século XVI, Vila Nova de Portimão era a quarta maior povoação do litoral algarvio⁹², reconhecido o seu notável desenvolvimento através de um foral de 1504 atribuído por D. Manuel I. Devido ao crescimento progressivo manifesto, devido à carência e desejo pela presença religiosa na vila, foram oferecidos terrenos num cabeço sobranceiro ao rio distanciado do núcleo urbano, onde servia o ancoradouro, para a fundação do Convento de Nossa Senhora da Esperança, no ano de 1541. Este acontecimento contribuiu para a reputação e desenvolvimento da vila, em simultâneo com as suas boas condições defensivas, clima temperado e proximidade do mar, que permitia a facilidade de transporte e sustento proveniente da pesca. As ricas produções agrícolas das regiões em redor e as produções internas da vila eram escoadas pelo seu porto, sendo a exportação nacional e internacional significativas fontes de riqueza que concediam, simultaneamente, projecção e importância à vila. Devido à boa navegabilidade, existia um constante e frenético movimento no rio, pelas intermitentes entradas e saídas, partidas e chegadas que enchiam o cais com inúmeras embarcações de diversos estilos e origens. A prosperidade de Portimão podia resumir-la a "vila muralhada, com igreja paroquial e convento, com portas para a serra e para a ribeira, cais de Alfândega e casa de portagem"⁹³, cujo prestígio proporcionou diversas visitas régias.

Após um crescimento demográfico, consequência de momentos de esplendor e magnificência, toda a região algarvia estagnou, afectando intensamente o desenvolvimento da vila de Portimão, devido a diversas crises económicas que se viveram durante os séculos XVII e XVIII. Por todo o Algarve os níveis de pobreza atingidos foram extremos, e especialmente na vila de Portimão, cuja escassez de recursos impossibilitou a subsistência e crescimento da povoação, resultando na estagnação e mais tarde no retrocesso, contrariando a expansão e evolução dos séculos anteriores⁹⁴. O rio Arade era navegável em grande parte da sua extensão por embarcações de transporte de grandes

dimensões carregadas de mantimentos e produtos, e devido à crise instalada, a consequência foi de recorrentes pilhagens aos navios, que pela falta de defesa no exterior muralhado, além de ameaçar a segurança da povoação resultou em inúmeros prejuízos aos mercadores e comerciantes que sobreviviam dessa actividade e cuja situação negativa agravou. Como medida para impedir as constantes invasões, através de análises ao território portimonense, Massa⁹⁵ propôs uma construção defensiva num cabeço escarpado na extremidade sul, afastado da vila. Numa posição dominante, na confluência entre oceano e rio, com vista ampla sobre os mesmos, foi edificada a Fortaleza de Santa Catarina em 1640, à entrada da baía de onde era possível controlar o movimento de embarcações que subiam o rio, de modo a defender a povoação. A Fortaleza, a par com o Forte de São João do Arade edificado em 1643 na margem oposta, constituíam o sistema defensivo da baía, cuja colaboração devolvia ao rio a quietude de outrora.

Durante o século XVIII o declínio agravou. Consequências da queda do comércio e do grande terramoto de 1755 que deixou inúmeros prejuízos no edificado e na muralha, levaram a população a desertar. A significativa diminuição de produção de cereais e outros alimentos na região ameaçavam um aumento da crise na vila, com a agravante de impossibilidade de produção própria que combatesse a escassez e assegurasse o sustento, devido à má qualidade de terrenos para o cultivo. Nem mesmo a incisiva actividade piscatória poderia garantir estabilidade económica à vila, uma vez que a pesca servia de consumo imediato à população carente, sendo insuficiente para exportar e gerar rendimentos. Esta situação precária manteve-se por largos anos.

A partir da segunda metade do século XIX, Vila Nova de Portimão estabilizou e deu sinais de evolução após as crises que afectaram fortemente o desenvolvimento e economia local. Autores da época descreviam a povoação como próspera, direccionada ao comércio marítimo, com boa edificação na malha urbana, indicando porém algumas falhas no funcionamento pela falta de rede de comunicações terrestres e marítimas e pela falta de um porto e um cais, que impediam o avanço e impetuoso progresso dessa principal actividade económica da vila. Pela sua estratégica localização que sempre foi o factor fundamental do desenvolvimento e, pese embora com insuficiência de elementos que promovessem o crescimento, a vila de Portimão, mostrou substancial evolução e expansão. De maneira a corrigir as falhas e motivar um intensivo desenvolvimento, na última metade do século XIX, foram introduzidas novas infraestruturas e ligações ao exterior que permitiam o crescimento do comércio e actividades piscatórias e, conseqente, a melhoria das condições de vida da população. Com vista nesses melhoramentos em grande escala na frente ribeirinha, entre 1863 e 1875, foi construído um aterro junto à muralha que ao conquistar terreno ao rio proporcionou um amplo espaço junto à fachada nascente da vila. Originou-se nesta plataforma um novo centro social da vila, com espaços fundamentais para o seu funcionamento e da população, como elemento catalisador no seu desenvolvimento proporcionou a instalação de diversas estruturas imprescindíveis no progresso.

O aterro, o fórum popular da vila pelo seu usufruto público, simultaneamente, enaltecia a vista de Portimão ao criar uma agradável imagem a quem entrada pelo lado nascente, pela outra margem do rio, através de uma ponte rodoviária, inaugurada em 1876. A ponte sobre o Arade provocou um crescimento exponencial a vários níveis, melhorando as comunicações da vila com efeito positivo no seu comércio e economia. Esta nova ligação permitiu a ampliação de diversas actividades, especialmente na piscatória, tendo sido grande responsável na introdução da emergente indústria conserveira, já praticada na vila de forma manual. Devido às novas possibilidades de expansão resultantes do transporte de mercadorias através da ponte, no ano de 1892 instalou-se a primeira fábrica de conservas de peixe, no largo da barca, próxima do novo centro dinamizador da povoação, revelando-se a impulsionadora do império da indústria conserveira em Vila Nova de Portimão.



04 Vista parcial de Portimão (pescadores consertando redes de pesca).

No final do século XIX, o aparecimento de um importante e versátil espaço de convívio social junto ao rio promoveu melhores condições de vida e ambiente à vila, na melhoria de acessos marítimos e terrestres que apoiado pelo cais de embarque patrocinaram a revolução industrial, através da exportação e comércio local, alicerces da instalação da indústria conserveira que se assumia como a principal actividade rendimento da vila, contribuindo efusivamente para o seu desenvolvimento. Após a depressão económica e social que paralisou a vila, o crescimento tomou o papel principal na história em finais do século.

Prosseguindo com o efervescente desenvolvimento, o século XX começou de maneira auspiciosa apoiado no êxito crescente do século anterior. Nos primeiros anos foram feitos avanços na rede de águas, consequência da construção da ponte, e a água potável chegou à população. O aterro começou a ser enriquecido e da totalidade da área resultaram fragmentos de espaços com caracterizações próprias: uma praça, um jardim, o mercado de peixe, espaço para feiras e mercados móveis e ainda o cais de carga e descarga de mercadorias. Ponto dinamizador e fundamental para a qualidade do quotidiano da vila. A acompanhar esse progresso, entre 1915 e 1922 foi edificada a ponte ferroviária, que colaborou activamente no desenvolvimento da vila, ao intensificar a sua rede de comunicações, aumentava as exportações através de uma nova ligação que além de melhorar diminuía o tempo de transporte. Nesta altura "o comércio, a pesca e a indústria foram durante a primeira metade do século XX os principais vectores do crescimento da vila"⁶⁶, confirmado através do aumento exponencial da indústria conserveira que, além da abundância de matéria-prima e da crescente população operária, tinha um novo e mais eficaz método de exportação, que facilitou uma consistente propagação de várias fábricas rondando as vinte e sete unidades.

A grande procura pelas conservas de peixe, durante a I Guerra Mundial (1914-1918), influenciou o crescimento da indústria incentivando ao estabelecimento de novas unidades fabris e, consequentemente, um significativo aumento de produção. Originando um delirante movimento de embarcações pelo rio a cima⁶⁷, por ser a actividade mais operativa e influente na região, mais rentável e com maior volume de exportação era, consequentemente, a maior empregadora, atraindo população do interior e de outras regiões que migravam para trabalhar como operários fabris, o que obrigou a vila a acompanhar e adaptar-se ao crescimento exponencial que retomava. Finalmente, no ano de 1924 a vila foi elevada a cidade. Devido ao promissor futuro assente nas actividades marítimas, na indústria e pesca, no crescente comércio, nas melhores condições de vida e, finalmente, pelo estatuto de cidade, houve um aumento demográfico significativo para a época e região⁶⁸, devido às populações do interior que atraídas pelo progresso se instalavam neste próspero centro, que obrigou à edificação de cinco bairros para os operários fabris e pescadores em meados do século XX, transformando Portimão num influente núcleo. No decorrer do século, ocorreram diversas intervenções que beneficiaram principalmente os espaços comuns. Com a transformação de vazios urbanos, com incidência no centro histórico, privilegiaram a criação de espaços públicos como praças e largos ajardinados, onde decorriam as mais variadas actividades sociais proporcionando momentos de ócio à população.

Contudo, a crise da indústria conserveira da década de 40 ditou o encerramento de muitas unidades, causada pela escassez de matéria-prima e simultaneamente pela diminuição da exportação de conservas que originou o início de um retrocesso do mercado e economia da cidade. Contudo, essa situação reverteu-se porque depressa outra actividade veio substituir o dinamismo económico através do "boom turístico" que a partir da década de 60, virou o empreendedorismo em função deste fenómeno, retomando o crescimento que não tardou em transformar-se numa delirante propagação construtiva. A construção dos molhes, em meados do século, proporcionou a melhoria do areal de modo a responder à procura turística balnear. Portimão deixou a indústria e apostou no turismo, promovendo a

actividade emergente. A falta de planeamento e o crescimento repentino originaram uma descontrolada massa construída. No final do século, o turismo em Portimão, consistia numa actividade sazonal, com incidência na época veranil, que incentivou uma edificação irresponsável. Durante o século XX, o ambiente de Portimão era de um centro dinâmico e cosmopolita iniciado pela actividade industrial que deu lugar à actividade turística. A década de 80 foi protagonista de uma descensada expansão urbana. Na década de 90, de forma a controlar o edificado, uma reflexão sobre a expansão desordenada levou a considerações quanto ao planeamento urbanístico e paisagístico, tendo em vista uma melhoria na ordenação do território apologista à organização do futuro desenvolvimento construtivo, salvaguardando a integridade e carácter da cidade. Definiram-se planos urbanísticos do ordenamento do território para contrariar o excessivo e inconsciente crescimento cuja melhoria de vários espaços e o reforço de infraestruturas da cidade - espaços públicos, zonas verdes, passeio ribeirinho, porto comercial e acessos - eram principais preocupações. Apesar do esforço a expansão manteve-se, nos anos seguintes.

No início do século XXI, numa tentativa de respeitar o planeamento urbanístico já definido foram desenvolvidas pontuais infraestruturas que acompanharam a evolução de uma cidade que assenta a sua economia sobretudo num turismo sazonal relacionado com actividades marítimas. A melhoria do porto comercial que proporcionou um volumoso trânsito de navios-cruzeiros e a construção da marina reforçaram o turismo através de um novo espaço virado para o comércio e lazer revitalizando uma parte da frente ribeirinha, cujo prolongamento do eixo para norte privilegiou espaços públicos, de comércio, de cultura e lazer, fundamentais para a dinâmica da cidade.

Portimão modificou o seu sistema económico através de diferentes indústrias ao longo dos séculos, apesar de serem praticadas todo o tipo de actividades, actualmente, a de maior destaque na economia e desenvolvimento é o sector do turismo, reflectido em consequências positivas e negativas que influenciaram a construção e morfologia da cidade. A tendência alterou-se ligeiramente, e a aposta passa pela melhoria ou criação de espaços públicos, espaços dinamizadores onde dominam as actividades culturais pelo centro histórico e frente ribeirinha. Portimão, assume o envolvimento marítimo, quer seja na sua frente atlântica, quer na frente ribeirinha, aposta fortemente o crescimento em função das actividades sazonais. Embora, com grande potencial subaproveitado, existe a tentativa de investir e promover diversas outras actividades que satisfaçam a comunidade local nas diferentes épocas no ano, substancialmente, através da cultura e fruição.

⁶⁶ Inácio, N. (2012). *Portimão, Cidade com História - De Vila Nova a Portimão*. Vol 1. Arandis Editora, p.21.

⁶⁷ Ventura, M., Marques, M. (1993). *Portimão*. Lisboa: Editorial Presença. p. 15.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 18.

⁶⁴ Guedes, L. (1988). *Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII A Descrição de Alexandre Massai, 1621*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

⁶⁵ Alexandre Massai foi arquitecto e engenheiro militar italiano, nascido em Nápoles (cuja data é desconhecida), tendo chegado a Portugal com o propósito de fortificar o porto de Lisboa. Foi responsável por projectos e edificações de inúmeras importantes fortificações no território português. Fez um extenso levantamento (1617-1618), concluído em 1621 sobre os "Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII" que trata o estado de fortificações algarvias e descrições relevantes da região. Faleceu em 1638 em Sines.

⁶⁶ Ventura, M., Marques, M. (1993) *op. cit.* p. 80.

⁶⁷ *Ibidem* p.80: "Se em 1904 entram na foz do Arade cerca de 241 embarcações de pesca, em 1957 o seu número elevava-se a 844 (...). Neste ano, Portimão é o primeiro porto de pesca do Algarve e o terceiro a nível nacional".

⁶⁸ *Ibidem* p.80: "comparando os dados demográficos de 1920 com os de 1960, constatamos que a população de Portimão quase duplicou em 40 anos, enquanto no Algarve, tomado como um todo, o crescimento populacional rondou apenas os 16 por cento".



05 Vista aérea da praia da rocha, ponta da areia, estrumal, foz do rio Arade.

EVOLUÇÃO URBANA

Num território cuja morfologia era desenhada pelos recortes naturais das reentrâncias do rio formavam espaços para uma implantação ideal, tendo sido por isso a escolha para a fixação de muitos povos.

Na segunda metade do século XV, a implantação do que viria a ser Portimão iniciou-se a à beira da margem direita do rio Arade a sensivelmente três mil metros a norte da costa atlântica. O reduzido povoamento começou a expandir-se para sul, igualmente junto da margem, formando um segundo núcleo, maior e mais consolidado que viria mais tarde a ser considerado o ponto mais central da vila. Pela demasiada exposição esse segundo núcleo foi envolvido nos limites de uma muralha embora o restante edificado, as primeiras implantações, se tenham mantido no exterior da cintura defensiva.

Nesta época, pelo final do século XV, dois núcleos formavam a vila: um situava-se na zona de implantação original composto por diversas construções para norte; o outro era o núcleo contido no interior do cerco muralhado à beira do rio, para sul. Os quarteirões edificados sob formas e dimensões irregulares, são rasgados pelas estreitas vias desenhadas ao sabor da necessidade. Apesar das pequenas e pontuais edificações que se espalhavam ao longo do território, fora do limite cercado, acopladas aos singelos percursos formados a partir das portas das muralhas, este permanecia incólume, mantendo as suas delimitações naturais e recortes originais formados pelas reentrâncias do rio no terreno.

No início do século XVI, Vila Nova de Portimão manteve-se idêntica aos anos precedentes. Numa altura que as expansões tardavam em mostrar-se no território, este assistiu à fundação de uma edificação, a sul da vila, a meio entre ela e o mar, num cabeço sobranceiro ao rio. Naturalmente que a fundação do Convento de Nossa Senhora da Esperança, pontuando solitariamente o vasto território, iniciou um provável eixo de expansão, que se verificou mais tarde ser das mais importantes directrizes de crescimento da cidade, embora nesta época o território se tenha mantido intacto relativamente a construções. E desse modo se prolongou algum tempo contabilizando apenas edificações semeadas aleatoriamente.

Nos finais da centúria, assinalaram-se modificações na estrutura urbana, a vila não se cingia apenas ao interior das muralhas, pelo contrário, aumentava no exterior das imediações e no núcleo primário, anunciando uma contínua porém controlada expansão pelo território virgem. Outra intensa alteração consistiu na "abertura" ao rio, do qual dependia o destino da vila, formando, através de elementos dispostos pela margem e profundamente ligadas às actividades piscatórias como salinas, cais de embarque e estaleiros, bases para sua a fixação e progresso.

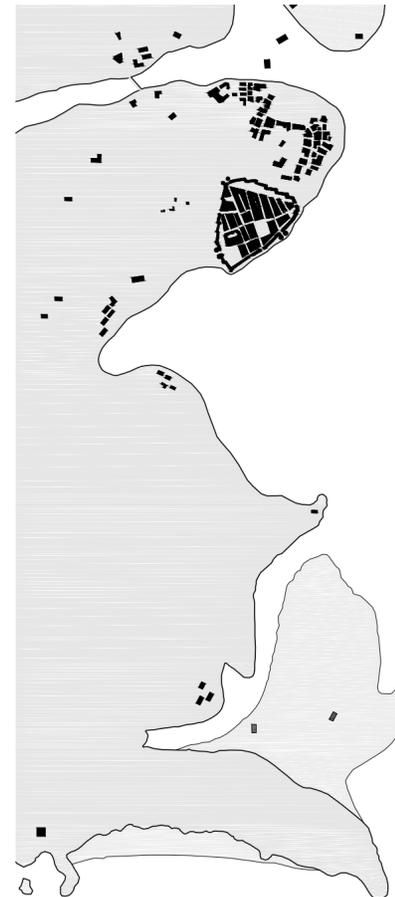
Durante os séculos XVII e XVIII as crises que se instalaram na região algarvia afectaram fortemente a economia da vila, e conseqüentemente, o seu crescimento, gerando uma onda de estagnação que imobilizou o desenvolvimento e expansão territorial, tendo o tecido urbano mantido as mesmas características, de uma forma geral, não assinalando alterações significativas.

A partir da segunda metade do século XIX, com as crises económicas dos dois séculos anteriores extintas, inicia-se uma nova etapa de crescimento e expansão. Uma vez que a vila tinha atravessado momentos difíceis, existia uma carência de infraestruturas que acompanhassem e promovessem o promissor desenvolvimento e qualidade de vida da

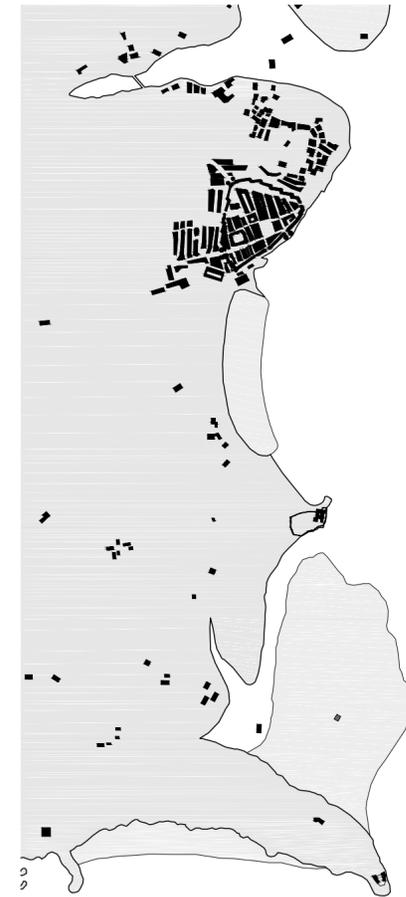
população. Então foram introduzidos e criados elementos fortemente relacionados com o comércio e as actividades piscatórias fundamentalmente pelo eixo ribeirinho. Desse modo, os recortes originais do desenho da orla ribeirinha alteraram-se com a construção do aterro em frente à muralha que, conquistando terreno ao rio, formou um espaço mediador entre vila e água, permitindo a introdução de estruturas elementares ao desenvolvimento da vila. Esta profunda alteração da morfologia urbana e do território absorveu as muralhas nas reedificações, que ao redesenhar o limite ribeirinho de forma linear regularizou uma parte da margem. A terraplanagem que alterou a estrutura simbólica da vila ocupava a extensão paralelamente ao centro histórico, desde o largo da barca até às grandes salinas a sul, que pela necessidade de evitar alagamentos nas proximidades e permitir a entrada e saída de águas das mesmas obrigou à sua posterior transformação em dique, e mais tarde em aterro pelas mesmas razões e com semelhantes características do primeiro, do qual ambos formavam um novo espaço através de um limite ribeirinho contínuo.

Nesta altura, o aterro, tornou-se o espaço mais funcional da vila, que permitia um desafogo ao denso núcleo construtivo e proporcionou a instalação da ponte rodoviária cuja construção assentou no seu limite norte. No final do século XIX as transformações da frente ribeirinha resultaram na integração das muralhas obsoletas na fachada oriente da vila. Estas alterações foram responsáveis pela instalação de diversas unidades fabris da indústria conserveira ao longo da extensão territorial já iniciada nos séculos passados, utilizando o lugar do Convento como limite sul, pelo que as primeiras fábricas ergueram-se no núcleo original a norte, próximas de infraestruturas como estaleiros, cais e ponte.

Finalmente, o crescimento retornou, materializado através da expansão urbana e da transformação do território. Como resultado, o edificado expandiu-se na periferia em zonas com alguma densidade construtiva manifesta: prosperou na faixa perimetral do centro histórico, a norte, reforçando a envolvente do núcleo primário da povoação, responsabilidade da indústria conserveira e inerentes actividades piscatórias que tornava essa área num pólo veemente movimentado da vila; a ocidente, desde o núcleo urbano da vila anteriormente cercado consolidou-se a mancha construtiva no espaço entre as principais entradas que representam as antigas portas da muralha; a oriente, o limite do território foi (re)desenhado pelo aterro que regularizou a linha de costa formando um desafogado espaço intermédio entre o edificado e o rio. A sul houve uma ligeira expansão controlada relacionada com a pesca e semelhantes actividades industriais, através de edifícios de pequenas dimensões que surgiram pontualmente dispostos ao longo de um eixo que se desenvolvia para o mesmo sentido, encostados ao limite interior das grandes salinas, terminando antes do convento, porque a sul não existia qualquer crescimento, apenas um território despido e inerte.



Século XVI Vila Nova de Portimão



Século XVII Vila Nova de Portimão



No início do século XX, o aterro foi caracterizado através de espaços dinamizadores tanto para vida social da vila como para o seu desenvolvimento económico. Aos elementos como uma praça, um jardim, um mercado de peixe, um outro mercado versátil e o cais juntou-se a ponte ferroviária, resultando numa intensificação da malha urbana na zona norte ao centro histórico e numa proliferação de unidades fabris de norte a sul, ao longo da margem do rio.

Desde o início do século até ser cidade em 1924, Portimão registou crescimento perceptível através da expansão da malha urbana, novamente junto ao núcleo primitivo e na orla periférica ao centro histórico, intensificando a densidade construtiva manifesta nesses locais. A norte houve uma consolidação urbana da zona entre pontes junto às fábricas de conserva, em simultâneo com um expressivo desenvolvimento, influenciado pelas construções das pontes, responsáveis pela formação de eixos que criaram na sua extensão um volume edificado. A ocidente a situação foi semelhante à anterior relativamente à reafirmação da densidade construtiva, causada pela actividade comercial numa via principal de acesso à cidade. Contudo, foi para sul que se deu maior desenvolvimento face ao registo anterior, não tanto em densidade mas em extensão, onde os edifícios eram substancialmente unidades fabris ou relacionados com a actividade conserveira. O aterro do dique permitiu a implantação de novos edifícios, anteriormente impossível por se tratar de uma zona alagável, principalmente destinados a espaços de actividade portuária e piscatória pela proximidade da água. Este novo limite edificado orientou-se segundo um eixo norte-sul paralelo ao rio, contornando o dique e o convento através do recente acesso que seguia para sul, em direcção ao oceano, contíguo à maior fábrica de conservas da cidade, que marcava também o término da expansão territorial, apesar do ensaio de uma regularização do limite costeiro junto da fábrica.

A disposição espacial dos edifícios ao longo desse eixo apresentava no lado ribeirinho as grandes fábricas à margem do rio e do lado interior as habitações dos operários fabris e rudimentares edifícios de apoio, separados pela via que ligava a cidade ao extenso areal cujo território original se mantinha.

Junto às fábricas de conserva desenvolviam-se pequenos agrupamentos urbanos, de edificado simples e uniforme que serviam de habitação aos funcionários da indústria conserveira, tendo sido posteriormente construídos bairros sociais com implantação próxima das fábricas.

No decorrer do século, apesar do progressivo desenvolvimento assistiu-se à crise da indústria conserveira, embora esse crescimento se tenha mantido devido ao novo motor económico da cidade, o "boom turístico" que a partir da década de 60 proporcionou a expansão do edificado pelo território.

A construção dos molhes, em meados do século, uma grande intervenção que modificou o acesso marítimo à cidade, não só alterou a fisionomia do rio e da baía como das praias contíguas a si, alterando o tipo de embarcações que subiam pelo rio até ao centro histórico. Então, Portimão virou-se para a actividade turística o que originou uma massa construtiva descontrolada que se expandiu em todas as direcções, substancialmente para sul e nas proximidades do areal, sem harmonia ou continuidade no desenho e implantação. No final do século XX, as consequências resultaram num crescimento excessivo, frenético, desordenado, desproporcional à densidade populacional, multiplicaram-se as construções através de organização territorial não planificada.

O seu ritmo acelerado devido ao crescimento descontrolado contrasta com a quietude da antiga malha urbana, com uma expansão a partir do centro histórico para zonas turísticas e por isso, periféricas, através de edifícios sem relação com o espaço envolvente nem com a fisionomia da cidade.

Na década de 80 uma enorme pressão urbanística tornou a zona de falésia junto do areal um espaço com uma grande

densidade construtiva através de edifícios de considerável altura, aproximando os dois núcleos urbanos esbatendo a separação antes verificada. Após a explosão construtiva que se assistiu no final do século XX e perante tamanha desordem houve uma tentativa de conter os edifícios que cresciam descontroladamente em direcção às praias e para longe do núcleo urbano. A caótica paisagem urbana roubou lugar à paisagem natural de topografia pouco acentuada apenas marcada pelas falésias que formam uma barreira física entre o areal e o denso edificado.

Na década de 90, de forma a controlar a expansão desordenada foram definidos planos de ordenamento do território. Contudo, sem efeito imediato, intensificaram-se, novamente, as construções na periferia dos núcleos primários reforçando a densidade principalmente a poente e afastando-se com alguns edifícios a norte. O maior desenvolvimento foi para sul, onde antigamente existiam pontuais edifícios fabris ao longo de um eixo que levava ao areal, surgiu uma densa edificação que de maneira compacta foi conquistando o território. O antigo dique deu lugar a um amplo espaço ribeirinho com uma fachada de antigos armazéns e espaços de apoio à indústria transformados em edifícios de habitação e comércio. No final do eixo sul, os acessos entre o centro e o areal, foram melhorados, aumentados e em alguns casos feitos novos devido às necessidades em acompanhar o desenvolvimento.

Na área onde existiu uma das maiores fábricas de conserva, a sul do Convento de Nossa Senhora da Esperança, o terreno foi alterado, aplanado e regularizado relativamente ao rio, dando lugar ao espaço do porto comercial, fundamental ao desenvolvimento da cidade contemporânea, que juntamente com obras na margem oposta alteraram a fisionomia do rio ao estreitar a sua largura e conseqüentemente, a passagem. Apenas a linha ribeirinha posterior ao porto, no sentido sul, estava inalterada, porque o primeiro aterro foi continuado pela restante frente, construindo uma plataforma única que conquistou terreno ao rio, na qual a mais recente envolvia o extinto convento. Antes da viragem do século a cidade de Portimão era caracterizada por um centro histórico nuclear, um denso eixo que acompanhava a sua dimensão para sul, rematado por uma faixa perpendicular que se estendia ao longo das falésias.

No início do século XXI, houve um cuidado urbano através da melhoria do porto comercial, que originou a construção da marina, entre o espaço do porto e da fortaleza, assim como as extremidades do passeio ribeirinho na zona entrepontes e junto ao convento foram regularizadas e tratadas, tendo sido, nas suas proximidades renovados espaços e edifícios antigos. Toda a fachada ribeirinha sofreu alterações que o redefiniram e regularizaram através de uma continuidade que acompanha a extensão da cidade virada ao rio, de norte a sul. A malha urbana intensificou-se em áreas idênticas nos séculos anteriores tendo agora preenchido os vazios completando-os numa densa teia de edificado. A zona urbana onde mais incidiu o desenvolvimento neste início de século, para além das novas áreas para ocidente que se expandiram para fora dos limites da cidade formando outros pontos dispersos pelo território, foi no eixo paralelo ao mar que se densificou formando diversos núcleos. A clareira que existia entre o núcleo da cidade e edifícios junto às praias foi desaparecendo, até que a expansão territorial uniu ambos os pontos. Simultaneamente ao crescimento exponencial periférico, o centro histórico começou a ser abandonado, deteriorando-se ao longo dos anos cuja quantidade de edifícios degradados e devolutos se tornou excessiva.

Actualmente, em Portimão a expansão urbana é pouco expressiva, sendo uma cidade densa e consolidada em termos de edificado, com algumas iniciativas de revitalização do centro histórico, apresentando um eixo ribeirinho, descaracterizado da sua original morfologia cujos recantos se perderam para a regularidade, materializa-se num limite contínuo ao longo da fachada da cidade.



Século XX Portimão



Século XXI Portimão

0 100 250m

FRENTE RIBEIRINHA

O Arade condicionou, definitivamente, a fixação das comunidades. Na sua margem além da implantação da vila, foram desenvolvidas actividades intrinsecamente ligadas à pesca que mais tarde, transformadas, porém, relacionadas, estabeleceram um crescimento exponencial que dá hoje lugar à frente ribeirinha de Portimão. Esta, criada no exterior das muralhas, serviu como espaço de mediação entre a cidade e o rio, desde do início com características indefinidas, marcado pela versatilidade.

O primeiro aterro surgiu, no final do século XIX, da necessidade de território ribeirinho, potenciando actividades quotidianas e o desenvolvimento das actividades laborais da cidade. Ao transformar os limites ribeirinhos, ao regularizar o território de forma linear, ao consolidar a margem, houve uma melhoria nas actividades que dependiam do rio para sobreviver, facilitando a atracagem das embarcações, responsável pelo considerável aumento no volume de exportações. A fachada da cidade podia respirar pelo espaço desafogado criado na sua frente que proporcionou qualidade urbana e amplitude de vistas, através da sua permeabilidade que permitiam o desenrolar de inúmeras actividades sociais. Inicialmente desenhado e dividido com espaços de estadia e usufruto da população, como a praça e jardim, e definido ainda por espaços para actividades económicas da vila como o mercado de peixe, zona de feira e mercado móvel e ainda o cais de carga e descarga de mercadorias. Um ponto nobre da vila, gerador de interacção social e económica, dinâmico, palco sobre o rio onde decorriam todos os acontecimentos da povoação e as mais diversas actividades e eventos sendo este o espaço efervescente da vida portimonense. Entretanto este espaço apenas contido na frente do centro histórico estendeu-se para sul acompanhando a expansão da vila. Através dessa profunda alteração no território que voltou a regularizar a margem, foi possível a implantação de estruturas que catapultassem o desenvolvimento da vila, surgindo diversas unidades fabris, armazéns e edifícios de apoio à indústria conserveira, assim como ancoradouros improvisados que serviam as embarcações de pesca ao longo deste troço sul, constituindo um recurso essencial à vida e, portanto, à evolução da vila.

Hoje, o espaço que bordeja a cidade estendeu-se para sul da sua localização original, perdeu várias das valências dos séculos passados, porém manteve o espírito social bastante activo e o carácter dinamizador. Assumiu um privilegiado percurso ribeirinho que se prolonga na extensão da cidade, relacionando diferentes espaços que se encontram na orla ribeirinha, num agradável espaço amplo de fruição onde se protagonizam inúmeros eventos lúdicos com ambientes de uma íntima relação social com a cidade, assim como diversas actividades económicas e turísticas.

O passeio marginal, espaço catalisador na sua relação de simbiose entre a cidade e o rio, é pontuado na sua extensão por diversos momentos, edifícios e espaços, que intensificam a continuidade do percurso através de ambientes que promovem actividades e vivência à cidade. A relação saudável que desde sempre existiu entre ambos - cidade e rio - foi mantida, permanece e é intensificada pela importância e relevância dada ao espaço intermédio, caracterizando-se de forma contemporânea que acompanha a evolução da cidade e actuais necessidades, baseadas em actividades de lazer e cultura.

A frente ribeirinha, elemento simbólico da imagem da cidade, marcada pela diversidade, apreciada pelo que significa, pela história, identidade e valor simbólico que lhe são intrínsecos, pela extraordinária relação de proximidade com o rio, pela funcionalidade que representa à cidade.



06 Vista panorâmica de Portimão a partir da zona do sapal, 1887.



Fortaleza de Santa Catarina

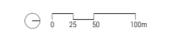
Convento de Nossa Senhora da Esperança

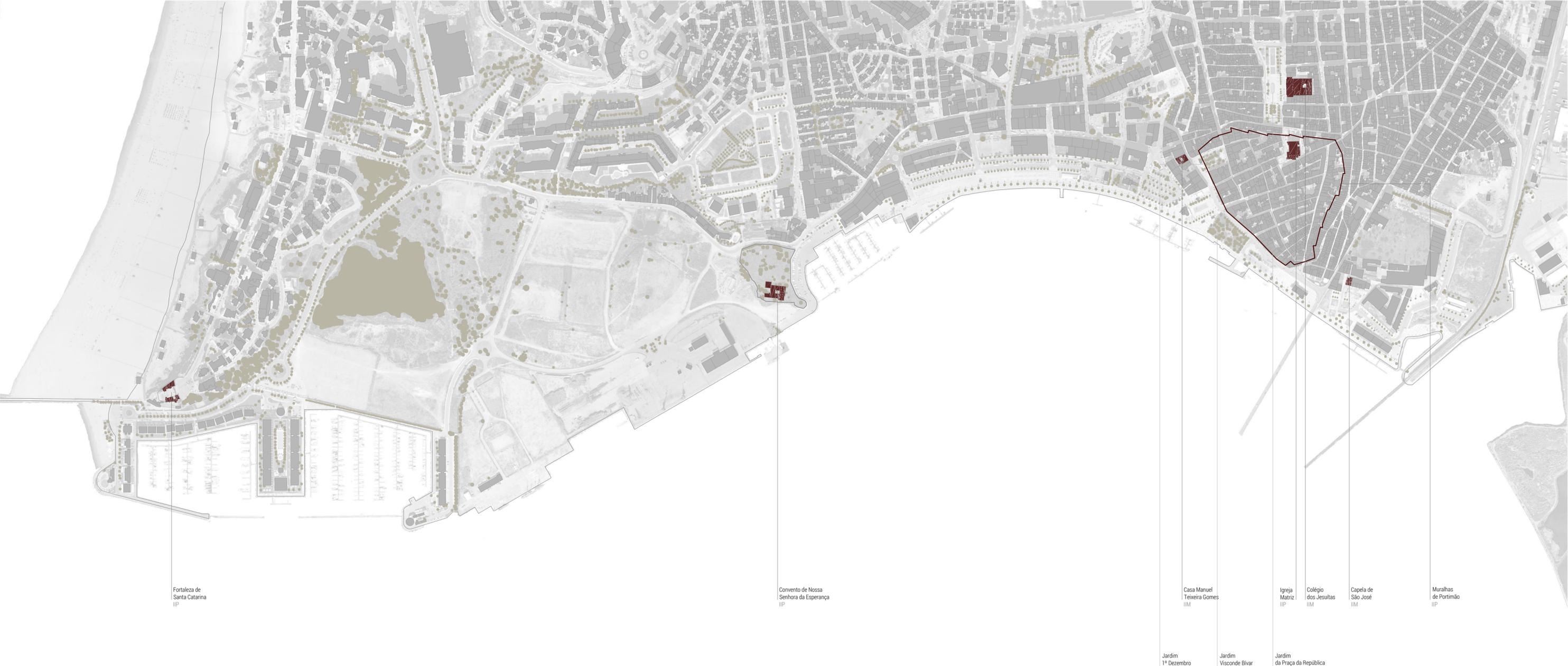
Centro Histórico

A zona ribeirinha pela sua característica geográfica de proximidade ao rio apresenta uma topografia essencialmente plana. As características da topografia mais ou menos acentuada influenciaram a implantação e a consequente evolução da malha urbana no território.

A topografia actual revela a morfologia e os recortes ribeirinhos originais, evidenciados pela diferença de cotas. As cotas mais altas correspondem ao território original enquanto grande parte das cotas mais baixas ocuparam o anterior lugar do rio. Os espaços mais planos e de menor cota coincidem com os limites ribeirinhos, acentuando o declive topográfico e o crescimento gradual da topografia à medida que se afasta do rio avançando para o interior da cidade. O centro histórico, seguindo essa lógica, desenvolve-se desde momentos baixos ao longo de um terreno desenhado por um suave e crescente declive. Com um topografia excepcional, os terrenos onde se implantam o Convento de Nossa Senhora da Esperança e a Fortaleza de Santa Catarina, rompem as tímidas cotas ribeirinhas e assumem-se no território através de promontórios sobranceiros ao rio.

ANÁLISE TOPOGRÁFICA





Fortaleza de Santa Catarina
IIP

Convento de Nossa Senhora da Esperança
IIP

Casa Manuel Teixeira Gomes
IIM

Igreja Matriz
IIP

Colégio dos Jesuítas
IIM

Capela de São José
IIM

Muralhas de Portimão
IIP

Jardim 1º Dezembro

Jardim Visconde Bivar

Jardim da Praça da República

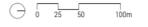
Devido à forte presença de inúmeras actividades na implantação e no desenvolvimento da cidade e respectiva frente ribeirinha, os edifícios notáveis de Portimão localizam-se no seu original núcleo urbano e no eixo marginal. Património classificado a nível nacional e municipal e equipamentos culturais encontram-se essencialmente no centro histórico e outros dispersos pontuam a fachada ribeirinha, ligados pelo percurso que a caracteriza. Todos os edifícios notáveis e classificados foram reutilizados servindo uma nova função que se adaptou às necessidades e carências da cidade. Apenas o Convento de Nossa Senhora da Esperança se encontra devoluto e em avançado estado de ruína contribuindo para uma maior descaracterização da sua envolvente e para a perda de um património tão singular na cidade e na região.

A estrutura verde rompe timidamente o denso tecido urbano, concentrando os espaços verdes apenas no centro histórico sem outros pontos semelhantes na cidade ou na frente ribeirinha como seria expectável. A reduzida estrutura verde da cidade demonstra uma carência de espaços verdes que sirvam a população como pontos de estadia de modo a usufruir de um ambiente natural geradores de actividades no exterior. A desproporção entre edificado e espaço aberto é grande, sendo os espaços verdes insuficientes comparativamente à densidade urbana para a qualidade de vida na cidade.

ANÁLISE EDIFÍCIOS NOTÁVEIS
| ESTRUTURA VERDE

Frente ribeirinha de Portimão
IIM - Imóvel de Interesse Municipal
IIP - Imóvel de Interesse Público

- Edifícios notáveis
- Estrutura verde





A requalificação da zona ribeirinha tornou a fachada leste da cidade um espaço dinâmico, reforçando a sua continuidade através do percurso ribeirinho que relaciona os demais espaços e equipamentos que pontuam a frente. A malha urbana consolidada num segundo momento seguinte à frente ribeirinha apresenta um perfil residencial, comercial e administrativo, apoiando os equipamentos da marginal que se identificam como essencialmente culturais. Pelo desenvolvimento que se verificou na frente ribeirinha desde sempre e ao longos dos séculos, o resultado é de um espaço dinamizador de Portimão, palco da grande maioria das actividades culturais da cidade.

A via principal que acompanha paralelamente a marginal mantém uma constante proximidade ao rio excepto na zona após o convento de Nossa Senhora da Esperança, afastando-se para o interior, até à marina onde retoma a cercania. O percurso ribeirinho desenvolve-se ao longo da marginal - extensão norte-sul da cidade - formando ligações que aproximam as suas extremidades, que aproximam o centro histórico ao areal. A sua indefinição e por vezes quebra são coincidentes nos espaços do afastamento da via, tornando a zona do convento e porto comercial um lugar com certa descontinuidade e conseqüente descuido que descaracterizam parte do percurso ribeirinho.

**ANÁLISE ACESSOS PRINCIPAIS
| EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS**

Frente ribeirinha de Portimão

- Acessos e vias
- Percurso ribeirinho





Praias | marina

Porto comercial | porto de cruzeiros

Convento de Nossa Senhora da Esperança

Frete ribeirinha | centro histórico

2100m >

23 min 
11 min 

< 2000m

22 min 
10 min 

4600m

47 min 
22 min 

O percurso ribeirinho acompanha a extensão norte-sul da cidade que conecta as suas extremidades economicamente mais importantes, sendo reconhecido como principal espaço de desenvolvimento de actividades sociais e culturais.

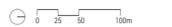
O espaço marginal, desde sempre utilizado e caracterizado pela presença da água, permite uma constante relação de proximidade com o rio, fomentando um espaço dinamizador, social, cultural e económico fundamental na qualidade de vida da cidade.

Embora o percurso se encontre assumidamente definido na frente ribeirinha, na zona adjacente ao Convento de Nossa Senhora da Esperança existe uma indefinição, uma quebra no percurso marginal, consequência da falta de planeamento e tratamento da sua envolvente originado em parte pelo estado de degradação em que se encontra tal espaço. A sua condição devoluta, o seu aspecto descuidado e a sua falta de segurança contribuem activamente para o abandono deste espaço. A situação do convento e a situação do percurso alimentam-se mutuamente de forma negativa.

Esta quebra interrompe a continuidade, insinua uma separação na cidade formando inevitavelmente dois núcleos marginais - centro histórico e marina - ao invés da fluidez e unidade possíveis neste percurso ribeirinho.

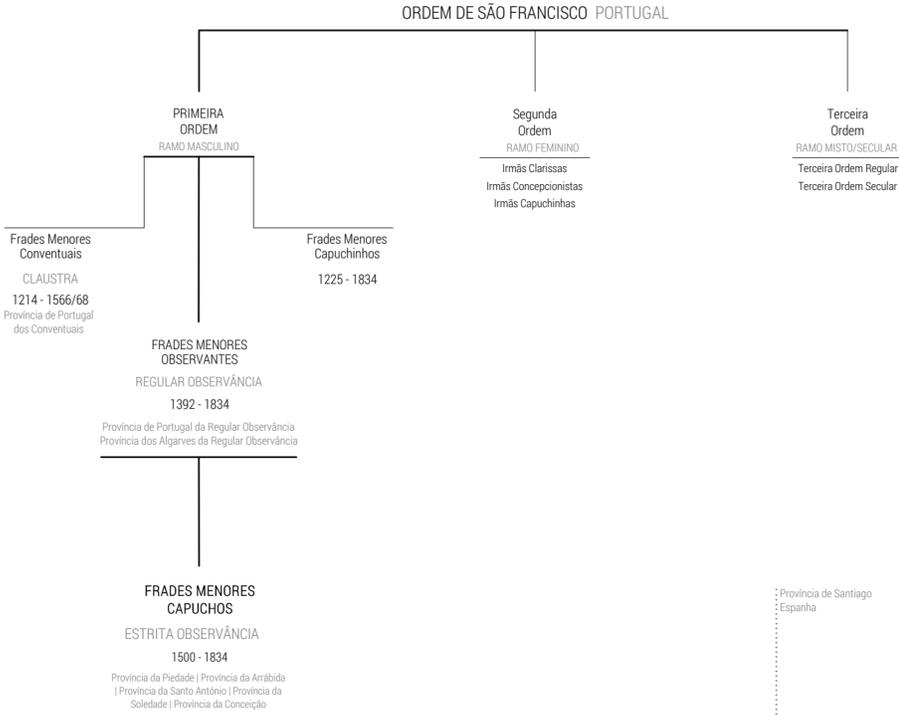
ANÁLISE PERCURSO RIBEIRINHO

-  Percurso definido
-  Percurso quebrado
-  Percurso pedonal
-  Percurso bicicleta

 0 25 50 100m

02 O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA





CAPUCHOS DA PROVÍNCIA DA PIEDADE

A Ordem dos Frades Menores (O. F. M.), também conhecida por Ordem Seráfica ou, mais popular, Ordem de São Francisco devido ao nome do seu fundador São Francisco de Assis, teve aprovação verbal em 1210 e aprovação escrita e reconhecimento em Roma pelo Papa Honório III em 1223⁹⁹.

A origem e os princípios da Ordem remontam à história de São Francisco de Assis (1182-1226), cuja doutrina de vida seguia ideais de humildade e pobreza, dedicando-se à pregação, principalmente juntos dos mais desfavorecidos, conduta que se veio a reflectir nas linhas de orientação da família franciscana. A Regra redigida por Francisco, que consubstanciou a Ordem Franciscana, assentava nos valores doutrinais da Humildade, Simplicidade e Justiça. A *Ordem dos Frades Menores*, assim denominada pelo seu fundador, era uma fraternidade onde todos os membros franciscanos tinham iguais estatutos e posições, sendo todos irmãos *Menores*, sem qualquer distinção, entregues à pregação, oração e devoção. Faziam votos de pobreza, castidade e obediência, ao adoptar um estilo de vida simples e humilde em comunidade, no qual prescindiam de todos e quaisquer bens pessoais vivendo de esmolas e dádivas. No século XIII, nasceu a Ordem Franciscana em par com outras ordens de ideologias semelhantes, que formavam as denominadas *Ordens Mendicantes*¹⁰, vivendo de maneira humilde seguindo fiel e radicalmente a pobreza ao renunciar bens pessoais ou comunitários, num total despojamento, em oposição ao poder das *Ordens Monásticas*¹¹.

A Ordem de São Francisco chegou a Portugal no ano de 1217, fixando-se no norte do país. Logo proliferou através da implantação de inúmeras casas religiosas ocupando o território principalmente no centro e no norte. No sul a expansão era lenta, controlada, pontual, e sobretudo tardia devido às guerras contra os mouros. Em 1421, a criação e aprovação de uma Província de Portugal da Ordem Franciscana, que seduziu monarcas, nobres e a população em geral com especial aceitação e carinho do povo, proporcionou o desenvolvimento, multiplicando edifícios religiosos e número de frades. O excessivo crescimento alterou a conduta franciscana, permitindo-se a caprichos ocasionais, ignorando a pureza da *Regra*. Deixaram os eremitérios afastados das cidades e vilas (como viviam os primeiros franciscanos) e integraram-se no seio das mesmas através de conventos com um estilo arquitectónico característico do gótico mendicante, com maiores dimensões, dos quais alguns deles possuíam inúmeros bens que arrendavam ganhando boa parte da sua auto-suficiência. Estes frades passaram a ser chamados de *Frades Franciscanos Conventuais* ou *Claustrais*, nome proveniente da forma de vida e das dimensões das suas casas, uma vez que os seus conventos "eram normalmente desenhados com amplidão, privilegiavam a disciplina regular da vida comum de estilo monástico, praticavam a *Regra* com algumas dispensas pontificias em matéria de pobreza, estavam geralmente localizados em centros urbanos e bastantes mantinham escolas públicas"¹². Desse modo, assistiu-se a um desvirtuar dos valores e ideais franciscanos, onde os princípios da Ordem foram deturpados e desprezados, o que gerou divergência entre os frades. Os modelos de humildade e pobreza dissiparam-se nos vastos conjuntos conventuais e imponentes igrejas. Para os franciscanos defensores da original *Regra* este desvio ideológico era uma conduta errada e, para muitos, ofensiva, sendo portanto imperativa a reafirmação dos conceitos originais.

Esta adulteração dos ensinamentos espirituais da matriz franciscana, deu origem a um movimento reformista da Igreja, na qual os religiosos denominados *Frades Menores Observantes* "defendiam a observância integral da Regra, praticavam a austeridade e a pobreza na simplicidade dos edifícios e no passado quotidiano, privilegiavam a oração mental e a pregação popular e localizaram-se geralmente em sítios ermos ou em meios rurais"¹³. A Observância formou-se em Itália, em 1368, como oposição às práticas dos *Franciscanos Conventuais* de forma a devolver a integridade à *Regra* dos *Frades Menores*, que resultou numa expansão de movimentos similares em Espanha e França,

em 1388 e em 1392 em Portugal. No ano em que entraram no país instalaram-se no norte, edificando cinco ermitérios afastados das povoações mas não completamente isolados, habitados por um reduzido número de frades, absorvidos pela austeridade da *Regra*. Em 1446, reconhecida a autoridade e independência financeira e administrativa desta reforma relativamente aos *Frades Conventuais*, constituída através de uma Província, proliferou pelo território português pelo que "no século XV surgiram mais de uma dezena de conventos observantes em todo o país"¹⁴, o que alterou novamente a conduta franciscana aproximando-os de importantes centros urbanos com edifícios maiores.

Na passagem do século XV para o século XVI, existiam em Portugal dois ramos franciscanos: os *Conventuais* ou *Claustrais* e os *Observantes* ou da *Regular Observância*. As divergências e o modo de encarar a *Regra* tornaram a sua coexistência bastante complicada, sendo os *Conventuais* mais transigentes relativamente aos *Observantes* que seguiam uma disciplina rigorosa. A constante tensão levou o Papa Leão X, em 1517, a separar definitivamente os franciscanos em duas Ordens distintas: os *Frades Menores Conventuais* e os *Frades Menores da Regular Observância* (ou *Frades Menores*). Consequentemente, ambos os ramos organizaram-se em duas províncias independentes, que resultou na Província de Portugal dos Conventuais com vinte e dois conventos e na Província de Portugal da Regular Observância com vinte e sete conventos, mais tarde desmembrada na Província do Algarves da Regular Observância. A insuportável coexistência ditou o fim do ramo *conventual* que, através de ordem papal, frades e conventos foram integrados na via *Observante*, com término no ano de 1584. Situação que proporcionou a expansão dos observantes pelo país, tendo "conquistado" igualmente as ilhas portuguesas onde fundaram as respectivas Províncias.

Entretanto, devido ao crescimento explosivo da *Observância* e pelo desrespeito aos princípios originais, surgiu a necessidade de uma nova reforma no seio da comunidade franciscana - a *Estrita Observância* - que, com escassas diferenças e pelo mesmo ideal religioso, seguia a *Regra* num regime de vida mais austero, pobre e severo¹⁵. Considerados os "verdadeiros guardiões" da *Regra* e dos ideais de São Francisco, os *Frades Menores da Estrita Observância* ou popularmente conhecidos por *Frades Menores Capuchos*, devido às rudimentares vestes cuja forma pontiaguda do capuz os caracterizou, professavam a vida pobre e humilde através do rigor e austeridade que se estendia à sua arquitectura. As suas implantações junto a pequenos aglomerados, que contrariavam a fixação nos centros urbanos importantes dos antecedentes religiosos, por se situarem em lugares um tanto isolados embora periféricos, facilitando a deslocação às povoações para uma pregação simples e moralizante junto da população marginalizada e especialmente dos doentes.

Os *Capuchos* vindos de Espanha como *Descaços*, entraram em Portugal no ano de 1500 com o simples objectivo de evangelizar através do olhar mais austero da ordem franciscana devotos às práticas da penitência, pobreza e humildade, dentro e fora dos seus conventos. Instalaram-se no mesmo em Vila Viçosa protegidos pela realeza, onde construíram o primeiro convento capucho em território nacional - Convento de Nossa Senhora da Piedade - cuja invocação da pequena ermida existente nas proximidades, originou o nome da custódia e, posteriormente, da província. O convento pobre e muito primitivo servia somente as necessidades mais básicas de quem o habitava, fazendo jus ao espírito penitente que tanto prezavam na Regra¹⁶. Após a fundação da primeira casa capucha, proliferaram várias outras casas religiosas por todo o país, numa expansão apoiada e incentivada pela população, da mais pobre à realeza, pelos valores tão puros defendidos por este grupo de franciscanos. Com efeito, pelas proporções consideráveis que tomavam o volume de frades e conventos, agruparam-se como Custódia (da Piedade), oficializada em 1509 pelo Papa Giulio II, a primeira Custódia Capucha de todo o ramo seráfico, antecipando o movimento europeu.

^[1] Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão: património, passado e futuro

^[2] O Convento de Nossa Senhora da Esperança 43

Lutaram pelo reconhecimento como Província, e em 1517 aprovado pelo Papa Leão X, ergueu-se a Província da Piedade¹⁷, proveniente do primeiro convento capucho português, completamente independente das Províncias dos Observantes. Esta foi a primeira província capucha a ser formada no país e contava com cerca de cinco conventos no momento da constituição, apenas dois dos quais edificadas de raiz segundo a linha arquitectónica capucha, sendo os restantes oferecidos à comunidade e adaptados às poucas necessidades dos frades. A acelerada edificação de conventos com implantações de norte a sul tornou fundamental o auxílio de outras estruturas na gestão das casas religiosas e, de modo a acompanhar a da Piedade, formou-se a Província da Arrábida em 1560, a segunda organização capucha instalada substancialmente no centro litoral do país. Com o passar dos anos, pela expansão capucha fundaram-se mais três Províncias em Portugal: no ano de 1568, é formada a Província de Santo António entre as implantações da Arrábida e a beira litoral, em 1673, devido à grande dimensão e elevado número de conventos a cargo da Província da Piedade *se dividiu della a da Soledade, servindo o Tejo de raia à divisão¹⁸, resultando na Piedade, que manteve o nome original e contemplava os conventos a sul da separação, e a da Soledade que abrangia os restantes a norte do rio; por fim ergueu-se a da Conceição formada em 1705, que resultou também ela de uma divisão, da Província de Santo António, encontrando-se substancialmente no norte litoral e um pouco pelo interior centro. Estas províncias eram normalmente definidas por lógicas geográficas de implantação e organização no território devido à proximidade dos seus conventos, num total de cinco Províncias que, embora com ligeiras diferenças, formavam a família capucha em Portugal e dependiam de um único Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores.

A ampla e complexa família religiosa que possui diversas tendências e ramos - a Ordem Franciscana - *mais que as outras ordens mendicantes, sacudiu, marcou, impregnou toda a sociedade cristã¹⁹ materializou-se num enorme legado móvel e imóvel, dividido por três ramos franciscanos²⁰. Em meados do século XVIII, a Primeira Ordem Franciscana apresentava-se em dois ramos paralelos semelhantes que coexistiam organizados em sete províncias: a de Portugal (1517) e a dos Algarves (1532) da *Regular Observância*; a da Piedade (1517), a da Arrábida (1560), a de Santo António (1568), a da Soledade (1673) e a da Conceição (1705) da *Estrita Observância*. Nessa altura, seriam cerca de quatro mil religiosos espalhados em cerca de cento e oitenta conventos franciscanos em território nacional (continente e ilhas), dos quais cerca de cem conventos pertenciam ao ramo da *Estrita Observância*.

Após constituídas Custódias e Províncias, os *Frades Menores Capuchos* necessitaram estabelecer regras, definir leis e modelos conforme os seus ideais de penitência e pobreza, de modo a organizar a grande família franciscana da *Estrita Observância*. Esta lógica não abrangia somente a vida religiosa ou a maneira de encarar a *Regra*, reflectia-se também na arquitectura dos seus conventos, desde a escolha do lugar à forma de conceber o espaço. Estas convicções resultaram na redação e compilação de leis e fundamentos designados por *Estatutos* (inspirados nos *Estatutos Gerais da Ordem*), actualizados ao longo dos anos consoante a necessidade. A sua principal função era reger e definir linhas de orientação para a vida em comunidade e de uma forma mais esmiuçada e detalhada para a edificação dos conventos, desde à implantação, dimensões, materiais e tipologias construtivas, numa uniformidade assente nos ideais capuchos, que simultaneamente unia e diferenciava as províncias. Cada província dispunha de um *Estatuto*, semelhantes entre eles, demonstrando uma forte unidade ente cada comunidade capucha, com apenas algumas variações do estilo arquitectónico motivado pelas especificidades geográficas e climáticas, caracterizando as províncias através de certas particularidades construtivas nos seus conventos. Os *Estatutos da Província da Piedade*

que serviam de guia edificatório e de conduta dos *Frades Capuchos* da Província da Piedade, foram aprovados no ano de 1522, mais tarde revistos e acrescentados em 1560, e por duas vezes reformados e recompilados em 1639 e em 1726. Foram os primeiros *Estatutos* concebidos, servindo de base a todos os outros escritos posteriormente e os únicos a chegar até aos dias de hoje, através da última edição de 1726. Estas regras delineadas pelos próprios capuchos, marcaram e caracterizaram-nos com uma imagem profundamente reconhecível, sobretudo no aspecto formal da arquitectura e forma de conceber os seus conventos. As normas estabelecidas ditavam o valor monetário para a construção, as distâncias a que os conventos de diferentes províncias se podiam edificar, assim como medidas para a traça e organização do edifício, como viver em comunidade dentro e fora das casas religiosas, o número mínimo de treze frades para as habitar que **costumava ter cada hum destes Conventos quinze até vinte Religiosos moradores, segundo a capacidade dos povos, para se poderem sustentar, sem que com discursos saião fóra deles buscar o necessário à vida²¹* sendo comum viverem entre quinze a vinte cinco membros numa residência. Os conventos eram o reflexo dos ideais da *Estrita Observância* **pobres pequenos e recolhidos, situados longe das Villas, e Cidades²²*.

⁰⁹ Belém, Fr. J. de (1753). *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora. Camara Real de Sua Magestade Fidelíssima. p. XI: *“...correndo o ano de 1223, e oitavo do Pontificado de Honório III, ficarão completos seus desejos, assim na approvação da primeira Regra. ...”*.

¹⁰ As *Ordens Mendicantes* são ordens religiosas formadas por frades e freiras que surgiram no século XIII, com a particularidade de não possuírem bens pessoais, de viverem humildemente em comunidade nos seus conventos, num apostolado mais activo, onde praticavam obras de caridade em serviço dos pobres, por dependerem das esmolas e dádivas, mendigavam e pregavam em locais públicos junto da população. As principais *Ordens* que faziam parte deste grupo eram os Franciscanos, os Dominicanos, os Agostinhos e os Carmelitas.

¹¹ As *Ordens Monásticas* contemplam monges e monjas que vivem na clausura monástica, confinados ao mosteiro, tem a mínima relação possível com o exterior. São também caracterizadas pelo poder económico e político e dimensões exageradas dos seus edifícios. Beneditinos, Cistercienses, Cartuxos pertencem a este grupo.

¹² Seminários. (1996). *O Franciscanismo em Portugal: Actas do I - II Seminário*. Convento da Arrábida (Setúbal). Fundação Oriente. Excerto do texto de A. M. Moreira "Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal Séculos XIII-XVI", p. 20-21.

¹³ *Ibidem*, p.21.

¹⁴ *Ibidem*, p.21.

¹⁵ Monforte, Fr M. de. (1751) *Chronica da Província da Piedade*: Lisboa: Officina de Miguel Marescal da Costa, p.5. “[...] zeloso da mais pura, e rigorosa guarda da Regra, determinou fundar huma Reformação, onde literalmente se observasse, e mais pobre, e austeramente se vivesse.”

¹⁶ *Ibidem*, p.30. *“Nesse sítio pois, onde já acharão feita a Igreja, que era huma antiga Ermida dedicada a nossa Senhora da Piedade começaram as obras do Convento, a quem deo invocação, e título a dita Ermida. Lançou-se nellas a primeira pedra em o anno de 1500 [...] E como Fr. João, que tracava as obras, não curava de muita simetria, e architectura [...] pequena, e humilde, e conforme a santa Pobreza, que nosso Serafico Padre tanto encomenda em sua Regra.”*

¹⁷ *Ibidem*, p.121. Referindo-se ao Papa Leão X: *“Passou hum Breve [...] no qual lhe dá todas as liberdades, isenções, e indultos de Província[...]”*

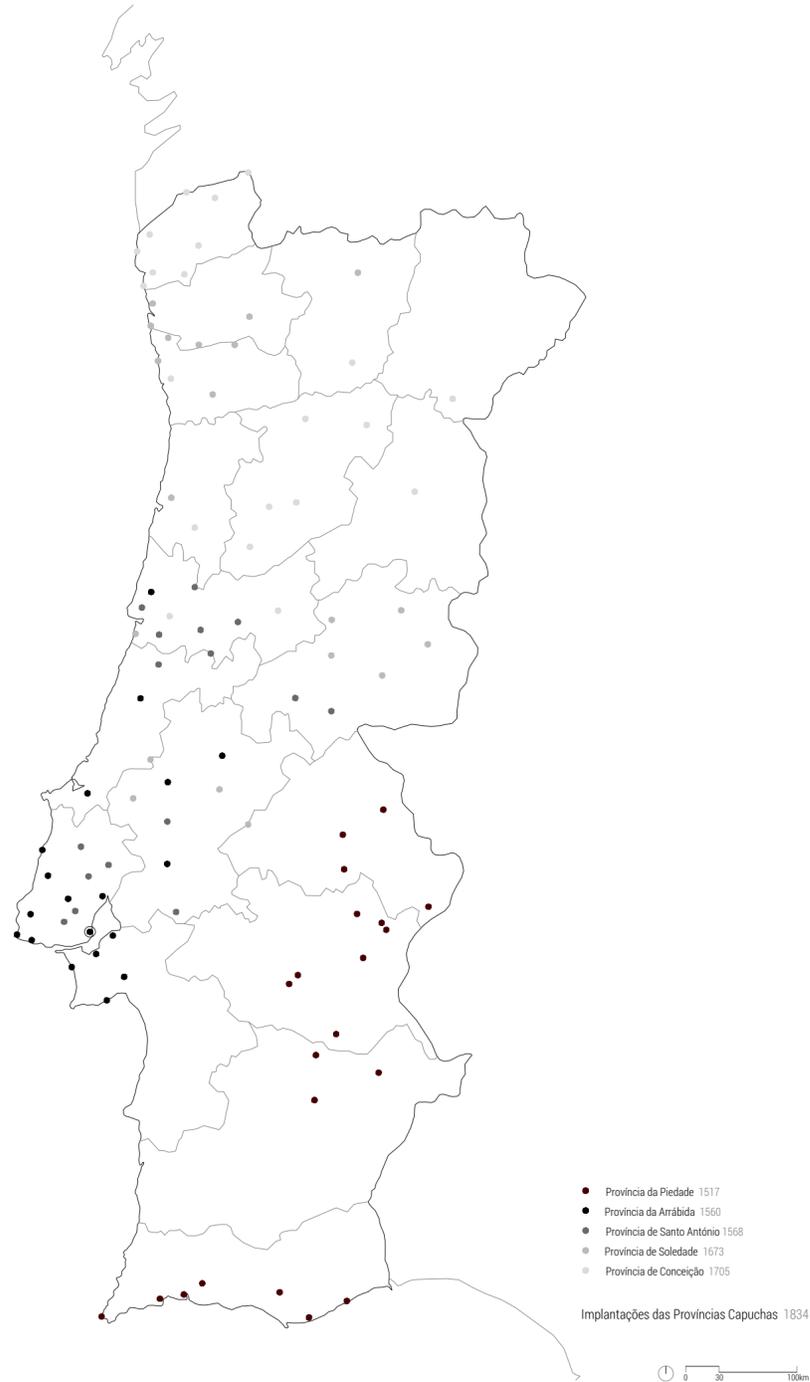
¹⁸ *Ibidem*, p.136.

¹⁹ Goff, J. Le. (2011). *São Francisco de Assis*. Braga, p. 76.

²⁰ A Primeira Ordem contemplava a maior variedade de tendências franciscanas, distintas na assunção espiritual e no exercício prático dos valores próprios da *Regra*: os *Frades Menores Conventuais* ou *Claustrais* (1214/17-1566/68), que foram os primeiros representantes desta família e responsáveis pela sua expansão no país assegurando a evangelização da população e que mais tarde adulteram os princípios fundadores da Ordem sendo, por isso, extintos após três séculos de existência; os *Frades Menores da Regular Observância* (1392-1834) cujo aparecimento se deve precisamente à resposta dos maus princípios religiosos que os antecederam, agora privilegiando de novo o respeito e seguimento das ideologias primárias franciscanas que entretanto se perderam; os *Frades Menores da Estrita Observância* ou *Capuchos* (1500-1834) descendem dos anteriores frades, numa tentativa de aperfeiçoar as suas regras práticas, agindo segundo a pureza da *Regra*, sendo caracterizados pela extrema rigidez não apenas no seu quotidiano em comunidade mas na representação dos seus conventos, tal como São Francisco havia doutrinado; e por último, os *Frades Menores Capuchinhos* (1525/28-1834), um ramo franciscano independente com um percurso diferente e pouco relevante no crescimento da Ordem no país. A Segunda Ordem ou Ordem das Clarissas, abrangia todos os elementos femininos. Foi fundada por Santa Clara de Assis dai serem popularmente conhecidas por freiras Clarissas, que viviam em clausura e dependiam da Província de Portugal ou da dos Algarves, uma vez que a *Estrita Observância* não tolerava conventos femininos. A Terceira Ordem teve duas vertentes diferentes: uma surgiu com o desejo de alguns religiosos franciscanos, masculinos e femininos, tinham em seguir a *Regra* com um estilo de vida ligeiramente diferente das anteriores, entregavam-se a obras de caridade e apostolado, porém, nunca tinham um vínculo tão forte e comprometedor, nem votos tão solenes, muito menos praticavam clausura; o outro ramo englobava todos os leigos que desejavam seguir informalmente as ideologias de São Francisco, com prática e envolvimento menos rígidas.

²¹ Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p.137.

²² Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p.26.



IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO

A escolha criteriosa das localizações das casas franciscanas capuchas privilegiava sítios recônditos ou fronteiriços, normalmente próximo de uma ermida ou capela, ou ainda edificadas a partir da mesma sendo esta absorvida como parte integrante do desenho do conjunto. Nesse caso, o convento herdava o nome da figura religiosa dedicada na ermida ou capela. Se o edifício fosse construído de raiz sem qualquer pré-existência religiosa era dedicado a uma figura eleita pelos frades, normalmente São Francisco ou também comum Santo António pela afeição que os franciscanos lhe nutriam. Devido à evangelização junto da população, característica das Ordens Mendicantes, os franciscanos tinham inevitavelmente de aproximar as suas casas dos núcleos urbanos, porém, as ideologias da *Estrita Observância* impunham o afastamento dos mesmos, em lugares ermos, solitários e contemplativos. Esta incoerência levou a um propósito e controlado distanciamento relativamente às povoações, um aspecto com bastante destaque na tipologia da implantação capucha. "Implantavam-se, normalmente, em zonas de encosta, elevados relativamente às povoações em que se integravam, permitindo aos frades obter, a partir das cercas e das janelas das celas, panorâmicas das cidades e, especialmente, das linhas de água que as atravessavam. Este contacto visual com a natureza era fundamental na formação religiosa dos frades, estando bastante explícita na *Regra* de São Francisco"²³.

A localização da casa era estrategicamente eleita, um tanto afastada das povoações, porém suficientemente perto para regulares visitas à população, permitindo à mesma uma deslocação cómoda para que os fróis pudessem assistir às missas nas igrejas dos conventos. Para tal, fixavam-se em locais mais povoados e necessitados de apoio espiritual, que resultou num aumento numeroso de elementos nas comunidades, cujo propósito se voltava para uma vida mais activa junto da população, dedicando-se à pregação e auxílio aos mais desfavorecidos. Contudo, alguns frades optavam por lugares retirados, tranquilos e menos populosos, onde podiam dedicar-se à oração e trabalho, aproveitando os desejos persuasivos de reis ou nobres de lhes edificar um convento nos seus domínios como mostra de poderio. Estes abastados senhores ofereciam terrenos contíguos para o cultivo e sustento dos religiosos delimitados pela cerca, pois o patronato religioso era prática comum à aristocracia. Ambas as localizações, distante ou próxima dos núcleos urbanos mais ou menos desenvolvimentos, sem orientação geográfica específica, davam preferência a zonas elevadas onde, através do total domínio visual da cerca e envolvente, podiam observar a povoação e contemplar a paisagem ao usufruir das vistas panorâmicas. Era de extrema importância para a subsistência da comunidade a cercania a uma linha ou ponto de água (ribeira, rio, fonte, nascente, ou outras semelhantes), de modo a assegurar esse bem em abundância para a rega do terreno cultivado e actividades domésticas conventuais.

Com o passar do tempo as lógicas capuchas adaptaram-se às necessidades que surgiam e às mudanças de perspectivas da comunidade franciscana assim como da própria sociedade, e através da revisão dos *Estatutos* alteraram-se os parâmetros de localização e implantação das casas religiosas. O resultado consistiu numa aproximação aos centros urbanos, sendo que no século XVII, alguns conventos encontravam-se no seio das cidades inseridos na malha urbana. Com efeito, formaram-se diferentes abordagens de implantação capucha, que se distinguem pela lógica temporal de edificações, dos conventos mais antigos aos mais recentes, salvo excepções. Os mais antigos eram também os mais distantes das povoações ou nos arredores e limites, com uma atmosfera remota, e os mais recentes encontravam-se no interior dos núcleos urbanos, completamente integrados na sua trama. Embora o modo capucho privilegiasse o retiro e a contemplação, os frades desenvolveram um vida mais activa, dedicada à pregação e confissão, o que fez aproximar os seus conventos das povoações. As implantações mais comuns eram fundações peri-urbanas, situadas entre o espaço urbano e o rural, com grande relação com a povoação e sob influência da mesma. De tal forma que os conventos eram reconhecidos pelo nome da povoação onde se instalavam,

apesar do meio natural e da considerável distância a que se encontravam do centro urbano. Todos os modelos de implantação eram catalisadores de desenvolvimento das povoações, principalmente os edifícios mais próximos dos núcleos que assumiam o papel de ponteiro direccionando o crescimento urbano, conquistando lentamente o seu espaço envolvente e integrando-o a longo prazo no tecido urbano, caso não o fosse já. Os conventos funcionavam como agentes dinamizadores, seduzindo e influenciando activamente o traçado e forma das cidades, comportando-se como elementos atractivos ao crescimento e consolidação da estrutura urbana, promovendo o desenvolvimento nas suas proximidades e consequentemente da cidade²⁴. No entanto, os modelos e lógicas de implantação não eram tão rígidos e estritos como alguns outros aspectos capuchos, por ser algo tão determinante e delicado para a permanência e bem-estar quotidiano dos frades, havia um cuidado redobrado na escolha, sendo mais adaptáveis e flexíveis aos diferentes locais e às suas particularidades, de modo a tirar do lugar o maior proveito possível. Portanto, a posição dos conventos e qualidade das suas envolventes eram as premissas para um bom estabelecimento, fossem os edifícios afastados, próximos ou integrados nas cidades. Importava proporcionar boas condições de vida aos frades, para que pudessem desfrutar da proximidade à povoação, do espaço exterior ao cultivar em solos mais férteis e de um ambiente saudável para uma permanência duradoura.

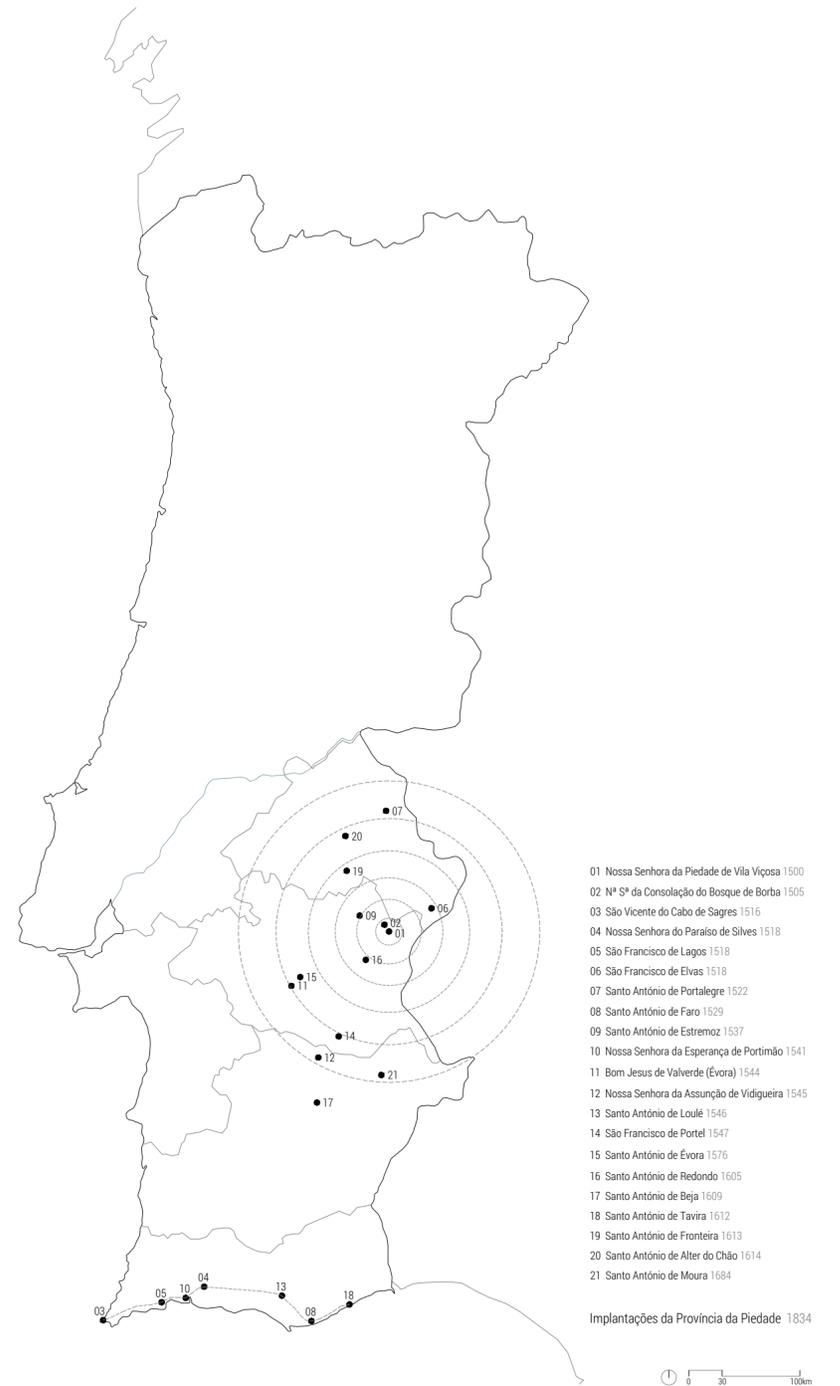
Na Província da Piedade, a mais antiga organização capucha, são contemplados vinte e um conventos dispostos a sul do rio Tejo que pontuam o território alentejano e algarvio, contabilizando o maior número de edifícios religiosos e com peso substancial em ambas as regiões²⁵. No Alentejo as implantações correspondiam ao pretendido pelas normas capuchas que, pelas pequenas e recolhidas povoações, tornavam esta região promissora ao desenvolvimento. No Algarve a expansão capucha era visível uma vez que "as características desta região proporcionavam condições que correspondiam aos seus critérios de localização: cidades de pequena dimensão, às quais os capuchos associavam as suas casas, instalando-se a uma considerável distância do seu espaço urbano, e uma grande proximidade com o elemento água, junto ao qual construíam as suas casas"²⁶. As suas implantações demonstram uma lógica definida através da organização no território: na zona interior do Alentejo num total de catorze conventos, com um foco centralizado em torno de Vila-Viçosa (por ser a primeira fundação capucha no território português) que se expande até Beja, e na região do Algarve num grupo de sete edifícios dispostos ao longo da linha de costa. A expansão das ordens religiosas pelo sul do país, especialmente no território algarvio, foi de um modo geral lenta, contida e em menor quantidade quando comparada com o norte, devido à tardia reconquista da região. No entanto, houve necessidade de assegurar e dinamizar as novas terras com os primeiros franciscanos e, posteriormente, já no tempo dos capuchos foi essencialmente uma questão de consolidação e desenvolvimento da rede urbana, conferindo às casas religiosas um papel fundamental à escala territorial e, sobretudo, à escala urbana.

²³ Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Património Arqueológico - Geral*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits património, nº5, versão 1.0) p.13.

²⁴ Cf. Marado, C. A. (2003) *Os Frades Capuchos do Reino do Algarve: Processo de Instalação e Tipologia de Localização*, Marado, C. A. (2004) *Património Monástico-conventual do Algarve: Os Antigos Conventos Capuchos*.

²⁵ Marado, C. A. (2006) *Antigos Conventos do Algarve: um Percuro pelo Património da Região*. Lisboa: Colibri. p.25. "(...) importa salientar principalmente, a forte presença franciscana, tanto no conjunto dos seus diferentes ramos (masculino, feminino e terceiro), com ao nível das suas distintas tendências, onde a da mais estrita observância detém a maioria, constituindo, de longe, a congregação com maior número de comunidades instaladas nesta região."

²⁶ Marado, C. A. (2011) *O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834)*, nº9. Universidade do Algarve. p. 10.





Esquema de organização espacial capucha

ARQUITECTURA CAPUCHA

A arquitectura é, indiscutivelmente, a característica capucha mais marcante nos seus conventos. Os ideais capuchos reflectiam-se nos seus edifícios, resultando em sublimes exemplares de pobreza, humildade e austeridade em que viviam os frades. O desejo de aplicar e transportar os ideais para além da vida em comunidade estendia-se à forma de conceber o convento, privilegiando o uso de materiais elementares, o despojamento e ausência decorativa, como impunham as normas, sendo os edifícios facilmente reconhecidos pelo seu aspecto rústico, simples e austero.

Desde o aparecimento dos capuchos que se testemunha, "a par da construção de edifícios de raiz, à sistemática reforma dos pré-existentis, tendando-se criar uma unidade de estilo arquitectónico e decorativo que os vários cronistas denominam *modo capucho*. Esta tipologia arquitectónica era definida através de regras construtivas específicas, apontadas nos estatutos das várias Províncias, (...) cujas normas eram bastante precisas relativamente à forma como os edifícios se deviam estruturar"²⁷.

Ainda que os capuchos insistissem "em descrever a sua arquitectura como uniforme com elementos comuns a todas as províncias, cada uma delas foi criando especificidades ao longo da sua existência, que lhes permitiram demarcarem-se das suas congéneres"²⁸. Embora, cada província desenvolvesse o seu próprio desenho sobretudo devido às questões circunstanciais, existia a leitura de conjunto que caracterizava o estilo capucho. Desse modo, os conventos capuchos da Província da Piedade integraram uma linha arquitectónica influenciada e desenvolvida nas particularidades das suas implantações. O seu estilo arquitectónico contemplava a tipologia, organização e dimensão espacial, o método construtivo e materiais, a escassa ornamentação e a aparência exterior dos edifícios. As casas da Piedade eram caracterizadas pelos estilos comuns à época, com elementos e traçados próprios do Renascimento e do Manuelino, predominando o estilo Chã ou Chão²⁹, definidos pelo racionalismo e austeridade, privilegiando uma construção funcional e económica. Os franciscanos capuchos pela concepção dos seus conventos, com lógicas inerentes à *Regra*, seriam certamente grandes conhecedores das tendências arquitectónicas da época e de outras mais clássicas, especialmente das composições italianas, pois traduziam-nas no seu edificado, demonstrando um vasto conhecimento e uma profunda consciência sobre o desenho. Baseavam o traçado das suas casas em diversos Tratados de Arquitectura³⁰, privilegiando a academia italiana e evidenciando influências de Vitruvius na procura de lugares salubres propícios a uma vida sã, de edifícios arejados e com exposição solar, e buscavam nas linhas Palladianas, através da composição de fachadas e organização formal e estrutural, o desejo do equilíbrio entre a beleza e funcionalidade do edifício, sem sobrepor um aspecto ao outro. O convento enquanto unidade entre a matéria e espírito era somatório do ascetismo capucho com expressões arquitectónicas clássicas e dominantes na sua época. As características da arquitectura desta província diferenciavam os conventos capuchos dos demais edificados em semelhante período, reformando lógicas construtivas e concepção espacial, através da clareza, pureza e despojamento, que romperam com a tradição do adorno excessivo, optando pela simplicidade e funcionalidade, com valores estéticos muito presentes, num posicionamento consciente "contra uma arquitectura faustosa mas exaustivamente elaborado e pensado o conjunto conventual manifesta um rigor contra o supérfluo, afirmando um estilo muito próprio da arquitectura capucha"³¹. A relação da arquitectura capucha com a vida religiosa transparecia-se através da austeridade, pobreza e sobriedade com que erguiam os seus conventos, não só no tipo de materiais utilizados na construção, como na escassez e contenção de elementos decorativos no exterior e interior dos edifícios, num forte contraste com as demais casas religiosas tradicionais. Apesar da aparente simplicidade e austeridade arquitectónica dos conventos, os capuchos criaram maneiras de aprimorar os seus indigentes lugares de culto com delicadas decorações³². Na aproximação ao edifício existia semelhante e especial cuidado através de um

espaço amplo em frente à entrada do convento que rematava o acesso desde a povoação, um terreiro que delimitado pela cerca formava a entrada. Um espaço que recebia do exterior, enaltecendo a igreja perante o modesto edifício. À parte das limitações formais, a delicadeza e excelência na concepção destes belos exemplares eram evidentes "impondo-se na paisagem pela sua massa volumétrica, os conventos afirmam uma silhueta tipicamente capucha"³³.

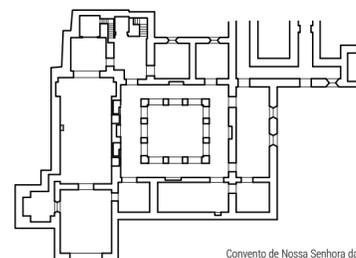
A organização espacial dos conventos capuchos era definida pelos *Estatutos* e apesar das inerentes adaptações ao lugar todos beneficiavam de uma estrutura comum, independentemente das suas localizações geográficas.

Segundo V. F. Medinas, a uniformidade dos edifícios capuchos, as semelhanças de espacialidade e dimensões apontam para a procura de um "esquema ideal" através de uma tipologia assertiva reproduzida em diversos conventos da Província da Piedade, motivado pelas definições presentes nos *Estatutos*. Através da sobreposição de plantas de vários conventos, ajustando escalas e orientações, o resultado é uma "planta ideal" que Medinas acredita ser o desenho-modelo repetido na edificação dos conventos, com ligeiras adaptações de acordo com o lugar e características pontuais. Devido a essas diferenças compreensíveis, nenhuma casa religiosa é inteiramente igual a outra em toda a província, no entanto, são visíveis em muitas o mesmo "padrão" quase assumido como modelo, apesar da inexistência de documentos que comprovem um desenho preconcebido³⁴.

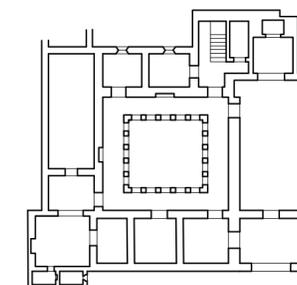
Os edifícios capuchos, de dimensões distintas, consoante a sua implantação, circunscritos às cidades ou a zonas exclusivamente rurais, eram manifestamente formado por três corpos: a igreja, o claustro e as restantes dependências conventuais. A cerca monástica e o convento formavam o conjunto monástico. De modo a utilizar a envolvente que os rodeava delimitavam, através de muros intransponíveis, e protegiam os terrenos anexos ao convento para o cultivo organizado por hortas, pomares e mata (naturalizada), de maneira a assegurar o sustento dos religiosos. Essa estrutura formava um recinto, um espaço exterior destinado à oração e outras actividades relacionadas com a contemplação e meditação, onde era possível manter a intimidade do espaço e a tranquilidade do ambiente.

A volumetria dos edifícios afigurava-se a uma "justaposição de um paralelepípedo rectangular a um outro quadrangular"³⁵, em que o rectângulo representa a igreja e o quadrado as dependências conventuais com o claustro no interior. Exceptuando o Convento do Bom Jesus de Valverde (Évora), esta composição é identificável em todos os conventos da Piedade, que manifestam por vezes diferenças na posição das dependências conventuais relativamente à igreja. Os espaços organizavam-se segundo lógicas estruturais e funcionais em torno do claustro designadas em função das dependências: a ala do "claustro da leitura" compreendia a face da igreja que continha os confessionários e o púlpito, a ala do "claustro da portaria" representava os espaços de entrada do edifício no sentido oposto à ala do "claustro do capítulo" que correspondia à sequência de espaços da sacristia, via-sacra e sala do capítulo, a ala do "claustro do refeitório" situava-se no outro extremo da igreja formada pelo prolongamento da cozinha e refeitório³⁶.

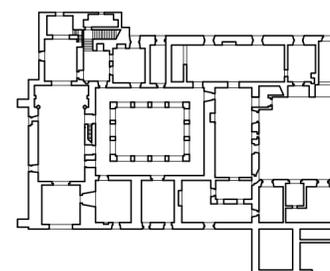
A igreja é o corpo mais importante de todo o convento, sendo o primeiro a ser edificado com comum orientação nascente-poente, embora simples era dos espaços mais trabalhados e decorados. Todas as igrejas capuchas eram de nave única, planta rectangular e sem reentrâncias, de cobertura abobadada em tijolo, com medidas semelhantes entre si³⁷ e uma altura de dois pisos que uniformizava toda a dimensão vertical do edifício, com paredes exteriores largas e, na maioria das vezes, contrafortadas por concederem maior robustez à estrutura e suporte às cargas das abóbadas. Nessas paredes rasgavam-se janelas em ambos os pisos permitindo a entrada de luz na igreja, sendo que essas aberturas laterais eram praticamente únicas iluminando todo o espaço. No sentido oposto aos contrafortes exteriores,



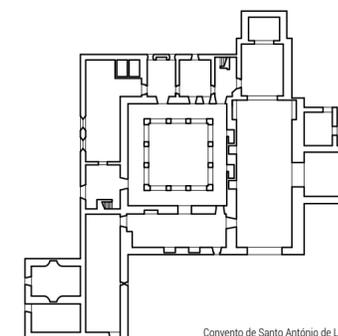
Convento de Nossa Senhora da Piedade de Vila Viçosa



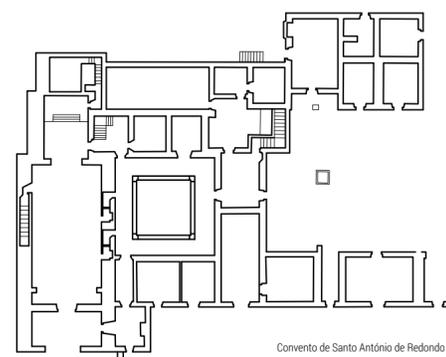
Convento de Santo António de Elvas



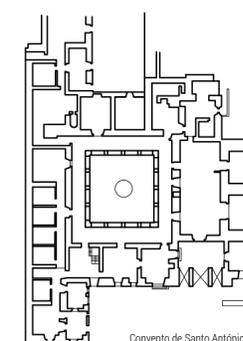
Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão



Convento de Santo António de Loulé



Convento de Santo António de Redondo



Convento de Santo António de Portalegre



nas paredes anexas ao claustro, encontravam-se os confessionários embutidos na espessura das mesmas, no máximo dois. A este espaço de culto antecedia-se a gállíe ou nártex, que funcionava como antecâmara à entrada da igreja e como base ao coro-alto cujo acesso era feito através do segundo piso pelo corredor dos dormitórios. A rematar o corpo da igreja, com idêntica cobertura, encontrava-se a capela-more o altar-mor, onde se professava a missa. O principal volume de todo o convento e único a que os fiéis tinham acesso - a igreja - contemplava, à entrada, a gállíe, a nave, e a concluir, a capela-mor que continha o altar-mor. A pobreza e humildade estavam tão presentes nos ideais capuchos quanto nas fachadas das suas igrejas que espelhavam e preparavam o aspecto do conjunto, sóbrio e desornamentado, com uma composição simples e equilibrada. Notavelmente baseadas nas tratadísticas italianas, as fachadas eram semelhantes por toda a província, com inevitáveis diferenças de estilos regionais e da época. A face que formava a entrada constituía-se por um ou mais arcos que desenhavam a entrada para o nártex e por cima, um único janelão rasgado para o coro, por vezes acompanhado de nichos com figuras religiosas, e a rematar, dois campanários iguais e simétricos ou apenas de um lado sendo o segundo mais reduzido. Ainda no universo da igreja, nos espaços adjacentes à mesma, no piso térreo, encontrava-se a casa da via-sacra, que comunicava com o piso superior e com o claustro, fazendo simultaneamente a transição da igreja para a sacristia cujo espaço se assemelhava a uma pequena capela. Depois da igreja, a sala do capítulo era o espaço mais importante de todo o convento, lugar de reunião para a discussão de assuntos internos, leituras diárias ou confissões. Era, por isso, desenhada no interior por bancos de madeira assentes em pedra ao longo da sala, normalmente rectangular e com abóbada de berço, embora singela para o claustro com uma porta apenas, idêntica a outros compartimentos modestos.

Numa das alas do volume que envolvia o claustro situavam-se a cozinha e refetório, ambos na extensão do mesmo espaço com igual largura, sendo o refetório (dezoito palmos) ligeiramente maior em comprimento que a cozinha (quinze palmos), com dimensões baseadas nos *Estatutos*. Estes espaços com abóbada de berço comunicavam com o claustro, tendo a cozinha uma pequena janela suficiente para iluminar todo o espaço assim como uma chaminé e pias, já o refetório teria bancos e mesas em madeira corridos assentes em pedra. Ainda no piso térreo existiam outros compartimentos que serviam de dispensas, adegas, armazéns de apoio ao cultivo.

No piso superior os dormitórios, normalmente dispostos ao longo de corredores perpendiculares entre si, e circundantes do claustro³⁸ rematavam em janelas de sacada e por vezes em nichos ou altares. A cobertura em abóbada de berço e o pavimento em madeira ou cortiça melhoravam a comodidade das celas, cujo número variava entre quinze a vinte cinco, ocupando um espaço mínimo unicamente para dormir, completamente desprovidas de ornamentos, apenas com uma porta para o corredor e uma pequena janela que além de ventilar permitia a entrada de luz e contacto visual com o exterior. Em alguns casos pela Província, no piso superior dos conventos, existiam salas transformadas em enfermaria onde acolhiam e tratavam os doentes, e outro conjunto de salas que funcionavam como espaço de leitura onde os frades faziam traduções de livros e trabalhos relacionados com assuntos literários.

Com exceção do claustro do Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão que apresenta uma forma rectangular, todas estas dependências conventuais se desenvolviam em torno de um claustro quadrangular. Um espaço exterior no interior do edifício cuja função era essencialmente de distribuição a todo convento e um lugar deambulatório de meditação. Os claustros capuchos eram definidos pela regularidade da forma quadrangular e número de arcos que se apoiavam em pilares rectangulares, no piso inferior arcos de volta perfeita que suportavam o piso superior com igual número de aberturas em arco abatido. Todos os compartimentos abriam para este pátio central. O claustro servia como organizador espacial através das suas galerias cobertas marcadas pelo ritmo das

arcadas, que além da circulação servia de deambulatório aos religiosos. As galerias variavam as suas coberturas de um piso para o outro, tendo no piso inferior abóbadas de penetrações e no superior abóbadas de berço. No centro do claustro existia uma fonte ou um poço com acesso à cisterna cuja área ocupada correspondia à do claustro para onde escoavam as águas pluviais, por sua vez utilizadas para fins domésticos e para rega.

Ambos, convento e terreno contíguo eram delimitados pelos muros da cerca que conferiam ao espaço carácter de recinto religioso. Este espaço exterior delimitado pela cerca era trabalhado e ordenado permitindo espaços que serviam, além de cultivo, para a contemplação mental. Os diferentes alimentos utilizados nas cozinhas capuchas provinham maioritariamente das hortas que, além dos vegetais e fruta rasteira, continham ervas aromáticas utilizadas na confecção e no tratamento de doenças. Do pomar composto por árvores de fruto da região e normalmente vinha, saíam produtos que serviam de sustento à comunidade, possibilitando a sua alimentação básica em alturas de escassez. Em simultâneo, permitia aos frades deambular no exterior por entre árvores e pontos de água, através de espaços tranquilos de sombra e fresco que proporcionavam a meditação individual, fundamental à vida capucha. No recinto cercado, pontuais e recatadas capelas e ermidas eram situação comum, em par com elementos hidráulicos como componentes de um sistema de rega para o terreno cultivado. O espaço que a cerca contemplava era mais que um lugar agradável, era fundamentalmente funcional e imprescindível ao quotidiano capucho.

Os materiais utilizados para a construção do convento, pobres e acessíveis, eram adquiridos nas proximidades do local de implantação, de modo a utilizar poucos esforços ou despesas na obtenção dos mesmos. O tijolo e a pedra eram os materiais mais utilizados em todo o edifício, sendo o tijolo característico das abóbadas e a pedra predominante nas paredes posteriormente caiadas de branco. Outros materiais como a madeira, telha e cortiça também faziam parte da composição dos conventos, utilizados em coberturas, em revestimentos de piso e outras aplicações pontuais.

A arquitectura desenvolvida pelos franciscanos capuchos evidenciava a sua ideologia cujos valores de simplicidade, pobreza e humildade prevaleciam e eram astutamente materializados e trabalhados em paralelo com as influências das linhas artísticas dominantes, visíveis na concepção espacial, nas dimensões, nos métodos e materiais construtivos e na sua decoração interior e exterior, distinguindo-se das demais casas religiosas pelo despojamento e escassez de ornamentação. Impunham-se na paisagem, os seus simples e modestos conventos que eram simultaneamente espaços belos de sóbria arquitectura.

²⁷ Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Património Arqueológico - Geral*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits património, nº5, versão 1.0), p. 12.

²⁸ *Ibidem*, p. 14.

²⁹ Cf. Correia, J. E. H. (1991). *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo chão*. Lisboa: Editorial Presença.

³⁰ Os Frades Menores Capuchos elaboraram regras e tipologias construtivas estipuladas nos seus Estatutos através de linhas e ideais de grandes arquitectos e tratadistas como Marcos Vitruvio, Sebastiano Serlio, Andrea Palladio, entre outros, mencionando influências dos seus Tratados nos pensamentos e forma de edificar os conventos.

³¹ Medinas, V. J. F. (1994). *A Arquitectura Capucha da Província da Piedade*. Dissertação de Mestrado em História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. p. 114.

³² *Ibidem*, p. 88-99. | ³³ *Ibidem*, p. 69. | ³⁴ *Ibidem*, p. 116, 122-123, 143. | ³⁵ *Ibidem*, p. 69. | ³⁶ *Ibidem*, p. 122.

³⁷ *Ibidem*, p. 71. "(...) assemelham às dimensões definidas pelos estatutos (...) que indicam 26 palmos de largura por 80 de comprimento contados a partir da porta da igreja até altar-mor, o que em números hipotéticos se aproxima dos 7m de largo por 17m de comprimento."

³⁸ *Ibidem*, p. 76.



08 Convento de Nossa Senhora da Piedade de Vila Viçosa, vista aérea.



09 Convento de Nossa Senhora da Piedade, fachada.



10 Convento de São Francisco de Portalegre, vista aérea.



11 Convento de São Francisco de Portalegre, fachada.



12 Convento de Santo António de Elvas, fachada.



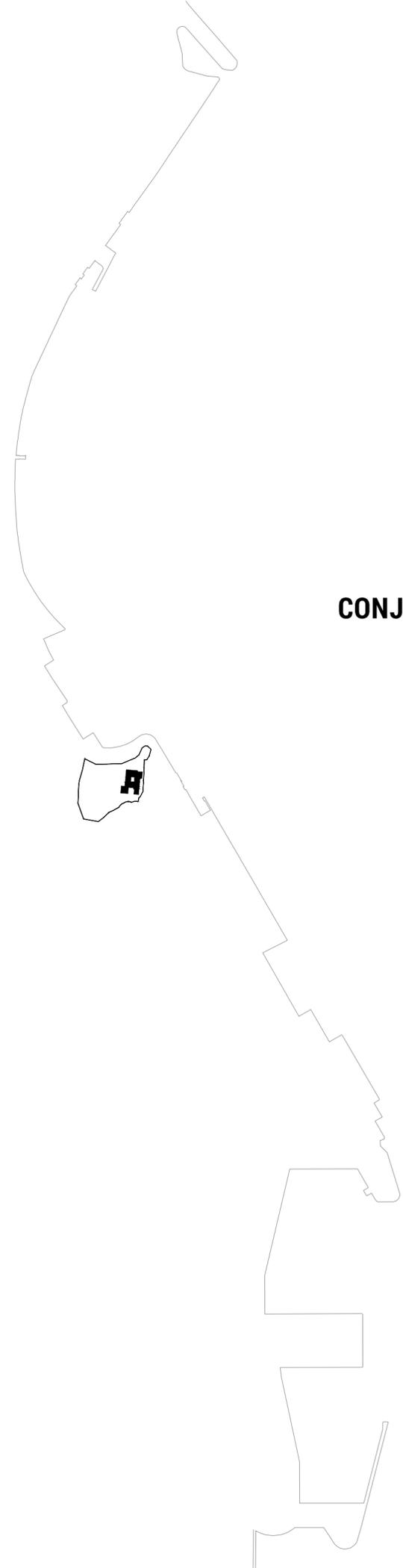
13 Convento de Santo António de Elvas, vista aérea.



14 Convento de Santo António de Alter do Chão, fachada.



15 Convento de Santo António de Alter do Chão, vista aérea.



CONJUNTO MONÁSTICO

IMPLANTAÇÃO ESTRATÉGICA

O Convento de Nossa Senhora da Esperança situava-se no meio entre o antigo núcleo urbano da vila de Portimão e a foz do rio Arade. Implantava-se a meia encosta de um terreno elevado com pendente para nordeste, sobranceiro ao rio, conferindo-lhe uma estratégica e excepcional localização com amplo domínio visual sobre a vila, o rio e o mar.

Era costume dos capuchos escolherem lugares recolhidos e um tanto afastados das populações para a implantação do novo convento, porém, caso o terreno fosse oferecido, situação que se verificou no Convento da Esperança, teriam de se sujeitar ao lugar que lhes fora doado. Pese embora, neste caso, a imposição se tenha demonstrado uma excelente circunstância, junto a um ponto de água e suficientemente afastado da povoação, o convento afirmava uma posição privilegiada dominante sobre a envolvente, em que tais características correspondiam aos requisitos das normas capuchas, uma vez que estes critérios eram igualmente partilhados com os frades observantes, responsáveis pela implantação e construção original.

No ano de 1541, quando os Frades Capuchos chegaram a Vila Nova de Portimão o sítio já havia sido definido pela doação do terreno e, conseqüentemente, parte da implantação do conjunto, devido à ermida já edificada. A estrutura conventual encontrava-se afastada do centro urbano, a cerca mil metros, num promontório na margem direita do Rio Arade, que avançava sobre o mesmo, com vistas sobre a vasta envolvente, proporcionando o recolhimento necessário aos frades e simultaneamente a deslocação cômoda até junto da população. Inicialmente, as ligações ao Convento da Esperança eram escassas, precárias e pouco definidas, visto que não existia praticamente nada para sul além do edifício religioso, reforçando o isolamento, dado ao difícil acesso. Contudo, os caminhos foram melhorados ao longo dos anos, devido ao desenvolvimento da vila para sul e pelo aumento de deslocações dos frades à população e desta à residência capucha, fortalecendo o percurso entre ambos.

A localização do terreno do convento preenchia quase todos, senão todos, os requisitos da estrita observância, sendo a proximidade ao rio um factor destacável. A privilegiada posição do conjunto permitia, não só um apreciado e tranquilo retiro como era também um lugar são e encantador proporcionando aos frades uma vivência com qualidade e dignidade: *"O sítio, em que está este Convento, he o mais alegre, e aprazível de quantos se puderão buscar naquelle povo. Está junto de hum largo, e fundo rio do mar, cujas aguas não cessando nunca se sua varia, e perpetua mudança de enchentes, e minguentes, chegam a bater ao pé da cerca, e por terem algum tempo a mais excelente barra, que havia naquella costa (...) entrava nelle todo o genero de embarcações, ancorando estas pela maior parte à vista das janellas do Convento, e em pouca distancia delle, que por ficar em lugar eminente, estava dominando tudo (...) pescadores (...) que ali mesmo defronte das janellas estendiam suas redes, se fazia mais alegre, e aprazível à vista aquella morada (...) basta porém a vizinhança do rio para fazer delectavel o sítio do Convento. Acrescenta-se a isto estar perto da mais bella praia de quantas faz o mar naquellas partes, a qual por ser muito solitaria, e saudosa"*³⁹.

Além da agradável vista sobre toda a vila, sobre a entrada do mar, sobre grande parte da extensão do rio e da margem oposta, este lugar originava inúmeras relações com o "mundo exterior", devido à obrigatória passagem pelo lugar ao subir o rio antes de chegar à vila e à proximidade aos ancoradouros que serviam de porta à panóplia de embarcações oriundas de distintos países, permitindo aos frades contacto com diversas pessoas, inclusive estrangeiros. O que, ocasionalmente, se demonstrava uma inconveniência pela insegurança proveniente da exposta posição face a invasões ou furtos. Porém, os efeitos positivos desta localização eram bastante superiores e, como consequência da proximidade ao rio, aos ancoradouros e embarcações, existia facilidade na deslocação dos religiosos em barcos, que

colmatava, por vezes, necessidades quotidianas. Junto à cerca, do lado poente, através de um cais com escadaria que terminava no rio e que permitia a passagem para os barcos, partiam em viagens a Silves, pelo leito do rio, para abastecimento de água ou para visitas informais aos irmãos capuchos do Convento de Nossa Senhora do Paraíso, que, casualmente, deixavam a sua casa insalubre para recuperar de doenças junto aos frades da Esperança.

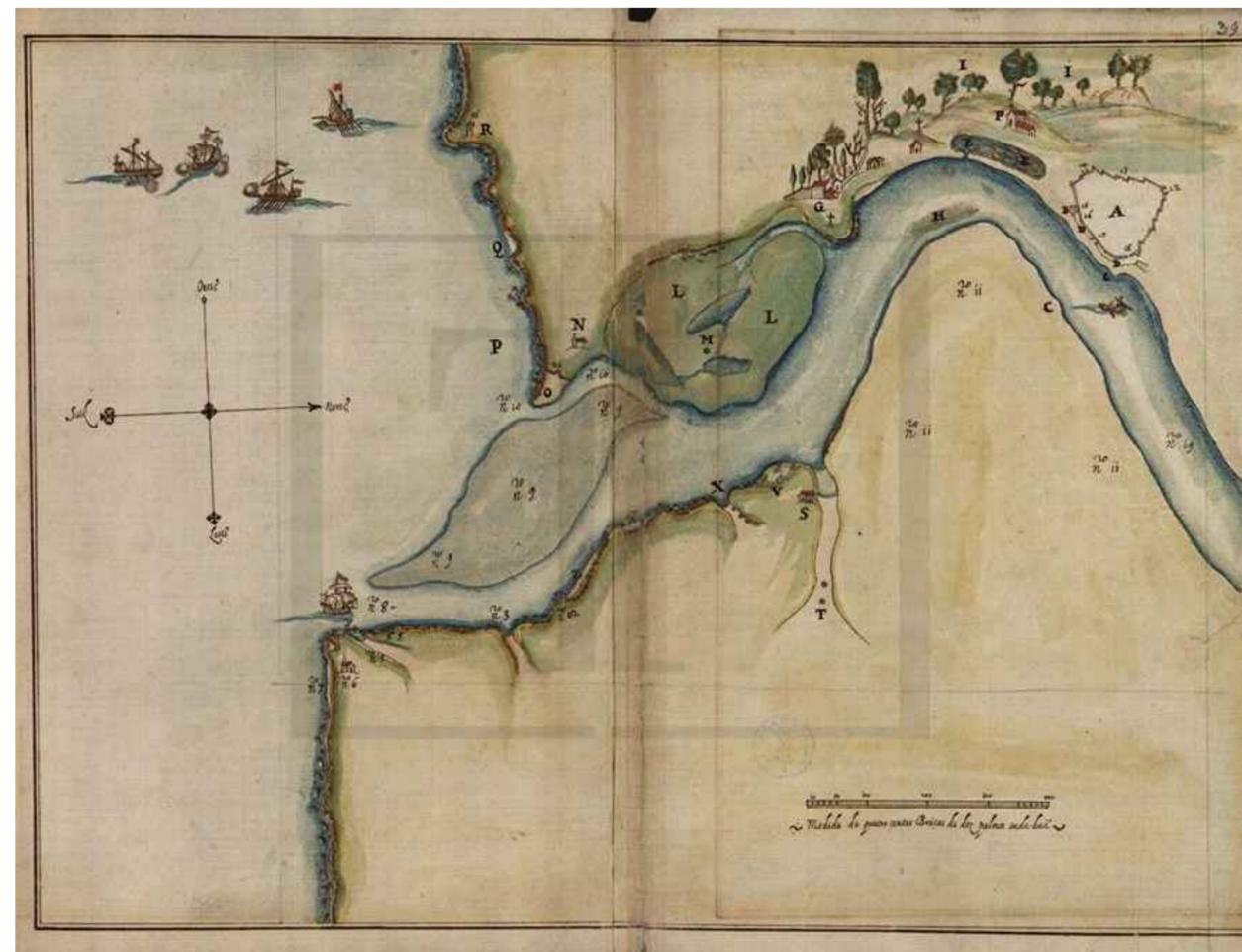
Naquele lugar excepcional marcado pela singularidade "a meia distância entre a antiga Vila Nova de Portimão e a foz do dito rio"⁴⁰, as casas que teriam servido para habitação e curta vida religiosa aos companheiros franciscanos observantes, anteriores donos, não resistiram às medidas imediatas por parte dos Capuchos porque *"como nas casas não havia forma de Convento, nem estavam a nosso modo, a primeira cousa, que nellas se fez, foi pollas por terra, e reedificar de novo hum Convento"*⁴¹. Pelo conjunto edificado deixados não respeitar as suas regras nem aspirar forma de convento, os da estrita observância trataram prontamente de materializar a imagem e estilo capuchos num novo edifício religioso. Desse forma, como *"só na Igreja não houve mudança"*, mantiveram apenas a ermida deixada pelos observantes *"ficando como antes estava"*⁴², aproveitada como igreja do futuro convento capucho serviu de espaço definidor da implantação do conjunto conventual, integrada no mesmo. Condicionada pelo edifício existente, a posição do convento, relativamente ao terreno definido pela cerca, situava-se no lugar mais plano, desenhado num cabeço sobranceiro ao rio, distinto do espaço exterior destinado ao cultivo que ocupava uma zona mais alta e ligeiramente declivosa. O lugar em que se implantava o conjunto avançava sobre o rio e era por si envolvido nas frentes norte, este e sul, sendo um dos limites da cerca coincidente com um limite costeiro e os restantes delimitavam um caminho com direcção norte-sul e formavam uma entrada ampla ao convento distanciando-o ligeiramente da água. A cerca que se desenvolvia sobretudo para sudoeste, delineada pelo recorte ribeirinho, circunscrevia o espaço exterior sagrado cuja privacidade e intimidade conferidas possibilitavam a vivência nesse privilegiado lugar.

³⁹ Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p. 331.

⁴⁰ Palhinha, J. & Piscarreta, A. (1992), op. cit., p. 3.

⁴¹ Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p. 330.

⁴² Palhinha, J. e Piscarreta, A. (1992), op. cit., p. 3.



16 Mapa de Vila Nova de Portimão, Alexandre Massai, século XVII (A - Vila Nova de Portimão; G - Convento de Nossa Senhora da Esperança).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Convento de Nossa Senhora da Esperança ou Convento de São Francisco, como é conhecido localmente, foi fundado no ano de 1541 em Vila Nova de Portimão pelos Frades Capuchos da Província da Piedade. Porém, a sua origem provém de outro ramo franciscano e remonta ao ano de 1530, altura em que foi oferecido um lugar num cabeço sobranceiro ao rio, com o propósito da fundação de um convento franciscano junto à vila.

No início do século XVI, Simão Correia⁴³, figura importante na vila de Portimão, foi, a mando do Rei D. Manuel I, acompanhar a sua filha, Infanta D. Beatriz, a Saboia. Após o seu regresso, em 1530, Simão Correia doou uma porção de terreno e umas casas, entre a vila e a barra, na margem direita do rio Arade em Vila Nova de Portimão aos Frades Menores Observantes da Província de Portugal. Era desejo deste ilustre a edificação de um convento para assegurar o seu descanso interno em solo sagrado, e naturalmente, do interesse dos frades a fundação de uma residência religiosa para colmatar a ausência de franciscanos na dita vila. Assim, os religiosos com a ajuda do fidalgo começaram as construções do convento, tendo erguido primeiramente uma ermida e umas pequenas dependências perto das casas já existentes, marcando a obra através da lápide tumular⁴⁴ e de *"humã pedra de jaspe em o portado principal, na qual está gravado hum escudo com bração de armas do dito Simão Correia"*⁴⁵.

Pouco tempo depois, em 1533, deu-se a separação dos Frades Observantes em duas Províncias, a de Portugal e a dos Algarves, e a partir desse momento, aquele lugar sagrado e as respectivas casas deixaram de pertencer aos Frades da Província de Portugal, tendo passado essa responsabilidade aos Frades Menores Observantes da Província dos Algarves. Pouco mais se sabe da vida desses franciscanos observantes naquele conjunto conventual primitivo, apesar das intenções de formalizar uma residência religiosa sob forma de convento, parece que nunca concretizaram tal desejo, uma vez que os edifícios encontrados pelos Capuchos, anos mais tarde, não demonstravam obras ou construções para além das já mencionadas ou seriam mínimas e irrelevantes de constar nas crónicas da época.

Os religiosos da estrita observância viveram num convento improvisado utilizando a capela, as dependências e casas até perto de 1541. Nesse ano foi solicitado pelo Rei D. João III que os frades menores capuchos do Convento de Santo António de Faro se encarregassem do governo do Convento da Assunção da mesma cidade, e das respectivas religiosas que pertenciam também à família franciscana. Este grupo de capuchos da Província da Piedade vivia em Faro num convento fundado em 1529, cujo edifício "enquadrava-se perfeitamente nos critérios estabelecidos por estes religiosos para a implantação das suas casas: longe do povo e próximo da água"⁴⁶, em terrenos oferecidos por ilustres da cidade que contribuíram para a construção do mesmo. Contudo, as regras da estrita observância iam claramente contra o pedido: eram proibidas mulheres neste ramo ou qualquer relação com as mesmas. Desse modo, os capuchos teriam de declinar respeitosamente o pedido do Rei justificando-se com uma proposta irrecusável que resultaria para ambos os lados: entregavam o seu convento capucho completamente terminado em Faro aos frades menores observantes da Província dos Algarves, assim como o dever de governar as religiosas, em troca do dito convento junto ao rio que se iniciava na vila de Portimão. O Rei aceitou a proposta dos capuchos, que estavam dispostos a "perder" o seu convento recentemente construído por umas rudimentares casas e uma capela, apenas para não comprometer as suas estritas e rígidas normas⁴⁷. Então, D. João III ordenou a troca dos religiosos de imediato.

Com a troca das duas comunidades concluída, os frades observantes da Província dos Algarves instalaram-se no Convento de Santo António de Faro, reformulando o convento oferecido e adaptando-o à sua vivência mais tolerante, tendo mais tarde construído um de raiz, mais cómodo e de maiores dimensões.

Os frades menores capuchos da Província da Piedade acomodaram-se numas casas e ermida em Vila Nova de Portimão e uma vez que estas não correspondiam a um convento ou residência definidos pelo desenho e estritas normas capuchas, decidiram edificar, de imediato, um edifício naquele privilegiado lugar. E assim, no ano de 1541 deu-se início à fundação do Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão. O conjunto evoluiu ao longo das décadas seguintes, edificado por fases, consoante as necessidades e possibilidades, sem a certeza, porém, de quanto tempo levou a concluir a sua construção. O lugar estratégico junto à água com proximidade suficiente à vila proporcionou uma longa e próspera vida aos frades, cuja tranquilidade do ambiente e a afeição da população garantiram a sua presença durante mais de duzentos anos.

Tudo mudou com o terramoto de 1755, cujos estragos danificaram a abóbada da igreja e grande parte do conjunto impossibilitando a permanência dos religiosos. Nesse momento foram obrigados a mudar provisoriamente a sua residência para a Igreja do Corpo Santo, com intuito de regressar ao Convento após algumas obras de reestruturação. Entretanto regressaram temporariamente para mais tarde voltar a deixar o convento por falta de obras de consolidação da estrutura de algumas partes do edifício. Esta situação arrastou-se por décadas e antes que esses arranjos pudessem ser concluídos definitivamente, a 1834, a Extinção das Ordens Religiosas impediu a volta dos religiosos à sua residência original.

O Convento de Nossa Senhora da Esperança foi extinto e os seus bens inventariados⁴⁸, passando a figurar na lista dos Bens Nacionais, e posteriormente vendido em hasta pública, situação análoga a vários espaços religiosos por todo o país, tendo o seu uso abusivo contribuído para a evidente degradação. O extinto convento e a cerca foram avaliados em quatro mil réis e trezentos réis, respectivamente⁴⁹. O inventário descreve sobretudo bens de carácter móvel: mobília, objectos do refectório, cozinha, dormitórios e enfermaria, objectos sagrados, manuscritos e dinheiros; e de carácter imóvel: o valor do edifício e da sua cerca⁵⁰. O conjunto foi vendido diversas vezes, tendo cada dono imposto o uso que mais lhe conviesse, desrespeitando a identidade do espaço, outrora digno e majestoso. Não se pode precisar a data da primeira compra do extinto convento, embora tivesse pertencido a Joaquim Júdice Biker, homem de negócios de Vila Nova de Portimão, cuja utilização do edifício e a cerca é também desconhecida, tendo sido posteriormente vendido a José Eugénio de Almeida no ano de 1853⁵¹. Ao cuidado deste empresário filantropo, a envolvente foi, possivelmente, utilizada como espaço agrícola⁵² e o extinto convento serviu como depósito de cortiça cujo recheio e parte do edifício foram consumidos por um incêndio que deflagrou no ano de 1884, piorando a situação da cobertura da igreja e todo o seu estado de degradação, tendo, por isso, sido deixado ao abandono, pese embora mantido na família Eugénio de Almeida.

Mais tarde, uma vez na posse do industrial conserveiro algarvio Júdice Fialho desde 1911⁵³, já ameaçando ruína, passou a armazém e depósito de apoio à indústria conserveira devido à proximidade aos estaleiros e fábricas da maior actividade da época na região, tendo permanecido nesta família, desde então, através de herdeiros. Nesta altura foram feitas alterações no edifício, no espaço envolvente e na cerca. No interior do edifício, a dupla altura da nave da igreja foi dividida em duas, muito provavelmente para rentabilizar o espaço; na envolvente foram acrescentados edifícios rudimentares de apoio junto ao extinto convento e uma casa implantada a norte do mesmo que ainda hoje é possível constatar através da sua ruína; devido à cerca ameaçar ruir, foi redefinido o espaço de envolvente e erguidos novos muros que estenderam os limites do terreno adjacente envolvendo o edifício no seu interior, que resultou num



17 Pescador com Convento ao fundo, século XX.

aumento da área para aproximadamente treze mil metros quadrados ao contrário da situação anterior que media pouco mais de nove mil metros quadrados e em que o edifício mantinha contacto com o exterior através das faces da igreja. Com o passar dos anos a decadência da indústria conserveira tornou insustentável tal actividade, então desactivaram-se as fábricas, estaleiros e respectivos armazéns de apoio, e, naturalmente, o edifício do extinto convento já num estado degradado, foi abandonado por completo.

O valor histórico e arquitectónico foi reconhecido ao Convento de Nossa Senhora da Esperança sendo, no ano de 1993, classificado como Imóvel de Interesse Público. Apesar da valorização institucional, o edifício e cerca mantiveram-se votados ao abandono. Ainda na posse de herdeiros de Júdice Fialho, o conjunto não sofreu qualquer intervenção o que prolongou o seu estado de ruína, em grande parte pela falta de utilização, e em par pelas delapidações e constantes apropriações indevidas ao longo das gerações.

Porém, inúmeras intervenções aconteceram na contiguidade do extinto convento e respectiva estrutura cercada, com a construção do porto e o desenvolvimento da malha urbana, os aterros que dominaram a faixa ribeirinha desconfiguraram o desenho natural do território, tendo transformado a envolvente e ambiente do edifício concedendo um falso afastamento. Não há registo de qualquer intervenção, de reestruturação ou consolidação, sendo que o edifício se encontra devoluto e isolado, com caracter de edifício-ilha, completamente encerrado pelos muros que envolvem o espaço exterior. A indolência e a falta de acção preventiva promoveram e agravam a sua situação de abandono, onde o cenário de ruína não perspectiva alterações sobre um património de valor inigualável na cidade e na região, cuja lógica seria a sua salvaguarda com uso adequado.

⁴³ Simão Correia era natural de Táboas de Rainha e foi capitão de Azamor, em África, entre 1516-1517. O seu casamento com uma senhora nobre, D. Joana de Faria, fez com o rei D. Manuel I o tornasse aio de sua filha Infanta D. Beatriz, tendo com essa nomeação de acompanhar a Infanta até Sabóia, no ano de 1521 onde esta se foi casar com Carlos III. Simão Correia faleceu no ano de 1537-38 (não se pode precisar) tendo sido sepultado numa sala da ermida de Nossa Senhora da Esperança que mandou fazer aos Observantes.

⁴⁴ Palhinha, J. e Piscarreta, A. (1992). *Convento de São Francisco e Igreja da Nossa Senhora da Esperança em Portimão: Estudo para a sua recuperação e Reabilitação*. Portimão: edição de autores. p. 20.

⁴⁵ Monforte, Fr M. de. (1751) *Chronica da Provincia da Piedade*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa. p. 330.

⁴⁶ Marado, C. A. (2006). *Antigos Conventos do Algarve: um Percuro pelo Património da Região*. p. 148.

⁴⁷ Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p. 330: "(...) no ano de 1541, pela troca, que fizemos por ordem de ElRei D. João, que não reparou a Provincia em dar huma Casa já feita por outra, que ainda não tinha mais que o sitio, só a fim de se conservar em sua criação e estylos."

⁴⁸ ANTT, Caixa 2262. Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão.

⁴⁹ ADF - *Relação dos Predios dos Conventos extintos - caderno 7º* "O Convento honde habitavão os Religiosos com três Cistemas honde se recolhiam as Aguas da chuva, avallado em 4.000\$000. A Cerca do mesmo Convento que por Norte com Rocio, e caminho que vai para o mesmo, Sul e Nascente com o Rio, e Poente com Estrada, que vai para a Fortaleza de Santa Catharina, e Rocha, avallada em 300\$000. Somma 4.300\$000"

⁵⁰ AATT, ADF, *Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança de Vila Nova de Portimão*. Registo de Legados (1803-1834), cota 489.

⁵¹ Consta, na Lavrada de fls 147º a fls 150º do livro de notas 1094 do Tabelião José Maria Parreira e Brito, a escritura de compra e venda a 28 de Maio de 1853 "Josuqm Pedro Júdice Biker e a sua mulher Ana Januária Júdice, venderam a José Maria Eugénio de Almeida, pela quantia de 300mil reis uma propriedade de casa e terreno adjacente, junto ao Convento de Santo António dos Extintos Capuchos, de Portimão"

⁵² Pela descrição predial nº 1697, a fls 53vº do livro B-5, da Conservatória do Registo Predial de Portimão, verifica-se tratar de um "prédio urbano, denominado edificio extimo Convento dos Capuchos, no sitio de S. Francisco, subúrbios de Vila Nova de Portimão pequena Quinta e cerca, composto de um pequeno traço de vinhas e figueiras.

⁵³ Na descrição predial nº 2575, a fls 166º e 167º do livro F-4 da Conservatória Predial de Portimão, verifica-se que "João Maria Eugénio de Almeida, e a sua mulher, venderam este prédio a João António Júdice Fialho, casado."



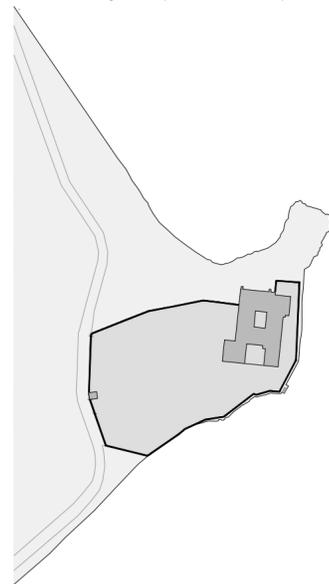
18 Convento de Nossa Senhora da Esperança, vista sul, século XXI.

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

DO CONJUNTO

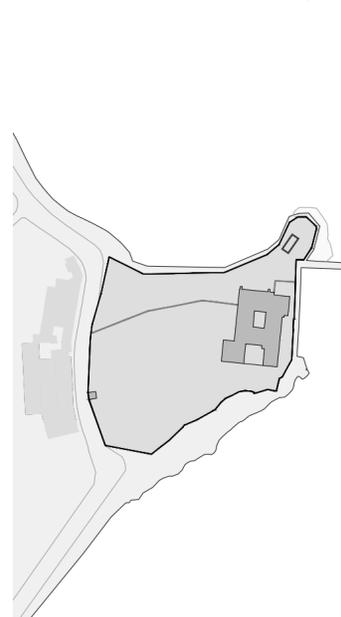
A evolução morfológica do conjunto de Nossa Senhora da Esperança materializa-se através das distintas construções do edifício, da cerca, da estrutura do território e da própria cidade.

Século XIX Terreno virgem, acesso pontual ao rio | Convento capucho



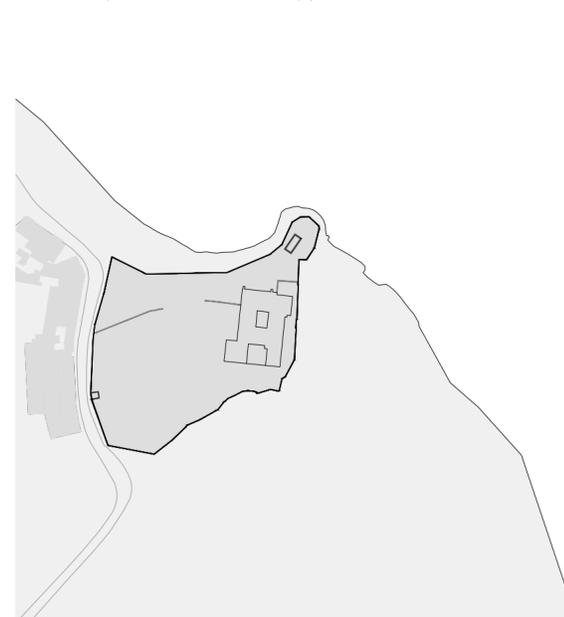
Da implantação dos capuchos, no território original, houve uma adaptação nada intrusiva do seu limite construído, dos seus muros e do seu edificado relativamente aos recortes e à morfologia, assim como um cuidado em respeitá-los e à topografia. A sua localização extremamente próxima da linha ribeirinha permitia uma condição privilegiada sobre a envolvente, tornando-se num lugar excepcional para a vida da comunidade. A bolsa formada pelo terreno contíguo ao convento, o terreno da cerca destinado, substancialmente, ao cultivo condicionou o desenvolvimento da povoação, começando por um acesso principal que se encostou ao seu muro. Após 1834, quando os religiosos foram obrigados a abandonar a sua residência, a estrutura edificada permaneceu incólume até às intervenções por parte dos novos proprietários que reformularam as estruturas da forma mais conveniente.

Meados do século XX Início da expansão urbana, acesso ao rio | Espaço utilizado na indústria conserveira



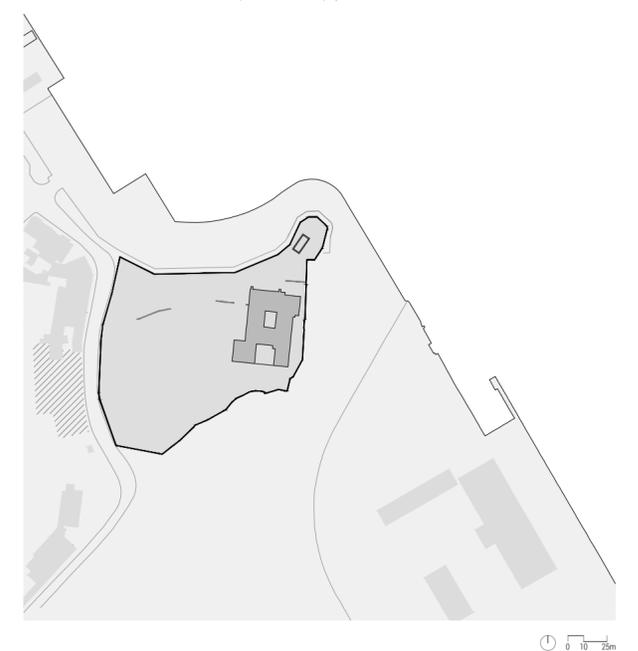
Posteriormente, mais de um século depois, 1940, na posse de uma família ligada à indústria conserveira, pela necessidade ou oportunidade os limites murados foram modificados, decalcados pelos limites costeiros estendendo o perímetro até à extremidade completamente rodeado de água. O aumento da área que rodeava o extinto convento verificou-se a norte, tomando os limites físicos como seus novos limites, exibindo o território intocado com elementos pontuais como escadas e plataformas que ao entrar na água servem de ancoradouro. Nesta altura a cidade já se desenvolvia no sentido sul, principalmente devido à actividade conserveira nas proximidades, aproximando alguns edifícios aos muros do convento apenas com a estrada a rasgar.

Final do século XX Expansão urbana, início de aterro - estaleiro | Espaço devoluto



Em 1990, a estrutura que contemplava o extinto convento não apresentou alterações do ponto de vista morfológico, apenas no seu estado de conservação, que pelo tempo e abandono se degradou. A malha urbana da cidade instalou-se junto ao convento avançando em todas as direcções e, especialmente, para sul, em direcção ao areal apreciado pelo turismo de massas que teve grande força nas últimas décadas do século XX. A morfologia do território modificou-se devido a consequências provenientes do assoreamento no leito do rio, de contenção de água em diversos pontos e outras eventuais e esporádicas intervenções naquele lugar, transformando o que era rio em areal.

Início do século XXI Aterros na envolvente - doca e porto comercial | Espaço devoluto



A acumulação de areia nas proximidades da antiga estrutura conventual, e o desenvolvimento do porto comercial a sudeste, motivaram a criar uma plataforma sólida e inerte dando continuidade aos demais aterros que desenharam de forma regular e linear o novo limite ribeirinho da cidade, conquistando terreno ao rio. Agora, em 2016, os recortes naturais do rio deram lugar à plataforma que ao afastar a água da do extinto convento e respectiva cerca criou-lhe um embasamento sem relação com o rio. A malha urbana proliferou nas imediações, assim como estruturas de apoio a actividades náuticas que se formaram na plataforma, ou seja, o desenvolvimento que se faz sentir por toda a cidade envolveu o recinto pertencente ao extinto convento. Esta "ilha" em que foi transformada a antiga estrutura religiosa, completamente descaracterizada, perdeu a essência do lugar.

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

DO CONVENTO

O Convento de Nossa Senhora da Esperança apresenta uma evolução de carácter espacial que se caracteriza por distintas épocas, estilos, materiais e métodos construtivos.

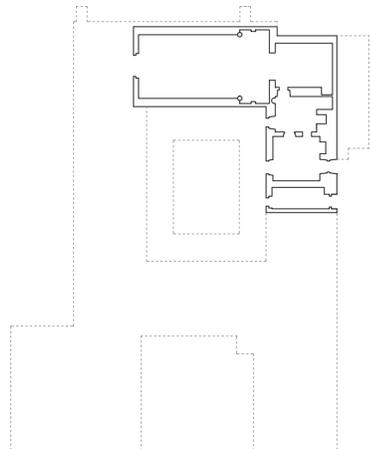
Manuel Ramos considera a edificação do convento faseada em três⁵⁴. Apesar da sua construção contínua até à conclusão do convento, é patente que tal edificação não ocorreu num curto período de tempo, mas sim faseadamente ao longo de cerca de meio século, no qual as construções coincidiam com as necessidades e prioridades do quotidiano capucho, com base nas edificações observantes herdadas, asseguravam, primeiramente, o espaço de culto - igreja - e, posteriormente, inúmeros outros espaços destinados à vida da comunidade - dependências e claustro.

Da primitiva ermida de um piso de altura e dimensões semelhantes às da posterior nave da igreja (em planta), os elementos com estilos característicos denunciam a época construtiva e, como tal, os seus responsáveis. Em simultâneo, os espaços contíguos de sacristia, via-sacra e sala de acesso ao mar, a sudoeste da ermida, confirmam a narrativa temporal e espacial através da presença de elementos com características semelhantes.

A igreja ampliada, reedificada a partir da ermida observante, assegurava o culto através de espaços reformulados - capela-mor e altar-mor - e de espaços novos - nártex e coro-alto. Com a edificação de novos espaços foi concedido aos já existentes capacidade da permanência dos religiosos e possibilidade de vida em comunidade. A igreja e espaços inerentes serviram de base ao convento, cujo desenvolvimento foi iniciado através dos corpos laterais, a este e oeste, por espaços fraccionados. Nestes volumes, espaços destinados às actividades quotidianas fundamentais para a comunidade religiosa eram edificados consoante disponibilidade e necessidade, sem desperdício de recursos.

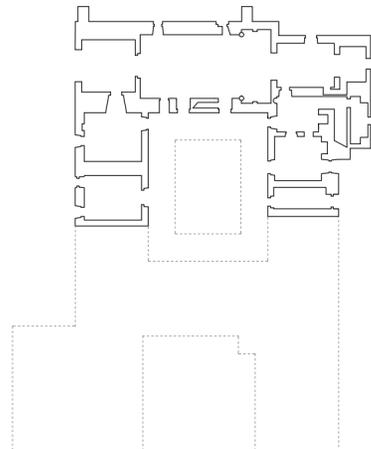
De modo a completar as dependências conventuais e terminar o convento, novos espaços, intrinsecamente ligados ao quotidiano, foram construídos, formando entre si espaços exteriores que além da função distribuidora serviam em momentos de recreio com íntimas relações de cheio-vazio, de dentro-fora. No piso inferior, além do culto, tarefas mais activas eram praticadas pelos vários espaços, sendo que no piso superior o descanso e o desenvolvimento do intelecto eram as actividades eleitas.

Década 30 do século XVI 1ª fase



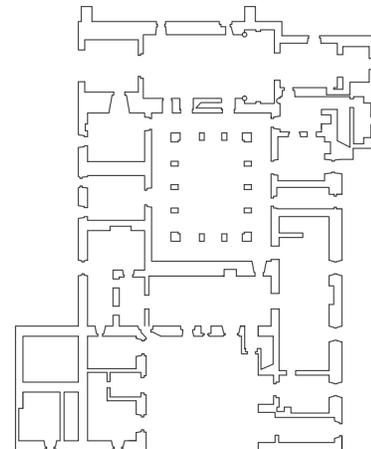
Nesse sentido, identifica-se um primeiro momento, por volta de 1530, que contempla a construção original da igreja - uma suposta ermida - e umas pequenas divisões que serviriam de apoio às actividades quotidianas a este espaço de culto ainda sem forma de convento. Edificada pelos frades menores observantes aquando da doação do sítio destinado à implantação de um pretenso convento franciscano.

Meados do século XVI 2ª fase



Um segundo momento, desde a chegada dos capuchos em 1541 até cerca de 1570, quando o convento começou a tomar forma. Reedificaram a ermida, tornaram-na igreja, aumentando proporcionalmente todo o espaço pertencente ao culto. Nesta campanha iniciaram-se os corpos laterais que, ao se expandirem para sul, permitiam à igreja a dualidade de vida no convento através das dependências.

Final do século XVI - início do século XVII 3ª fase



O terceiro e último momento, até perto do final do século XVI, que protagonizou a maior e mais incisiva fase construtiva, encerra o capítulo construtivo do edifício conventual. Um corpo a sul remata nos corpos laterais entretanto terminados e estendidos no mesmo sentido, cujos espaços por estes delimitados formam um claustro no centro e um pátio a sul.

⁵⁴ Cf. Ramos, M. C. (1982). *Um Momento Franciscano: O convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão*. Património e Cultura (revista), nº8.

DESCRIÇÃO

O Convento de Nossa Senhora da Esperança, como era norma nos edifícios capuchos, é composto por três grandes momentos com diferentes propósitos: a igreja - como espaço de culto e evangelização; as dependências - para a vida religiosa em comunidade; e o claustro - como deambulatório e espaço distribuidor entre os diferentes volumes. A cerca conventual completava o conjunto que, envolvendo parte do edifício, delimitava o espaço exterior pertencente à comunidade conferindo-lhe o necessário recolhimento e intimidade tanto em momentos de contemplação como de cultivo, garantindo, assim, a sua sobrevivência.

O edifício conventual de Nossa Senhora da Esperança apresenta uma volumetria de dois pisos, em que as dependências se adoçam à igreja por intermédio do claustro. Todos os espaços se desenvolvem em torno de um pátio central e são denominados em função do seu uso capital: ala da Leitura, que compreende a face da igreja que se desenvolve para o claustro e que contem os confessionários e púlpito; ala da Portaria abrange os espaços de entrada e outros reduzidos compartimentos de arrumos e oficinas; ala do Capitulo composta pela sacristia, casa da via-sacra e sala do capitulo; ala do Refeitório que combina os espaços da cozinha, pataria e refeitório. O programa desenvolvido no Convento responde, além das necessidades da comunidade, às ideologias capuchas de pobreza e despojamento, reflectindo uma austeridade construtiva e espacial, de organização simples e funcional, tendo sido por isso edificado consoante a necessidade.

O conjunto, apesar de edificado faseadamente em diferentes épocas, seguiu sempre uma lógica de tipologia espacial, respeitando as dimensões e proporções de um desenho pré-concebido, revelando harmonia e unidade manifestamente capuchas. A igreja, como principal elemento, tem um papel catalisador nas dimensões do conjunto conventual, uma vez que "a quadra corresponde à medida aproximada do comprimento da igreja, organizando-se a partir daí definindo o espaço possível para a sua implantação"⁵⁵, sendo apenas pontuais os volumes que avançam sobre os limites da igreja. A igreja, a protagonista no convento é o primeiro corpo a ser edificado. No caso da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, cuja evocação adveio da ermida já existente, teve origem construtiva nas bases da ermida deixada pelos Observantes, já com orientação "correcta", sendo a entrada e altar direccionados a poente, voltados à vila, aos fiéis. Assim, foi apenas uma questão de consolidar o pequeno edifício, aumentá-lo e melhorá-lo nos aspectos que o exigissem, organizando a sul os restantes espaços que completavam o conjunto. Diligência demorada que obrigou a uma construção faseada da qual resultaram "dois corpos que envolvem o claustro e terminam em átrio quadrangular, aberto em U"⁵⁶.

Para uma entrada cuidada no convento, de forma a receber, existia um espaço exterior ao edifício, delimitado pela fachada frontal da igreja e pelo muro da cerca que rematava o percurso desde a vila. Este "terreiro", um espaço amplo e desafogado antes da entrada ao conjunto, formalizava uma aproximação na qual se destacava o convento. Estendia-se em frente ao edifício um espaço exterior que subia delicadamente descobrindo a entrada para o convento, confinado no lado direito, pelo muro que resguardava o espaço da cerca, e delimitado no lado esquerdo pelo rio.

O espaço no convento destinado ao culto, englobava a igreja (nave, capela-mor, altar-mor e coro-alto), a sacristia e a casa da via-sacra, podendo ainda considerar o espaço de galilé por anteceder à igreja. Neste conjunto de espaços desenvolviam-se actividades relacionadas com a devoção divina, a pregação e evangelização, em que cada teria uma função mais específica. No coro-alto a comunidade assistia, resguardada, às missas professadas para os fiéis, espalhados pela na nave da igreja, sendo a capela-mor destinada a alguns religiosos e o altar-mor era o cenário de todo este acontecimento. A sacristia e via-sacra, espaços adjacentes aos anteriores, serviam de apoio às suas

actividades. O espaço de galilé, que embora não se relacione directamente com o culto, servia de antecâmara à igreja e ao restante edifício, pela sua relação com a portaria. Todos estes espaços pertencentes ao culto comunicam apenas com o claustro, e por isso, são bem iluminados por diversos vãos, à excepção da via-sacra e da galilé, por funcionar como entrada da igreja tem apenas um portão para o exterior.

A igreja, edificada em momentos distintos, é marcada por diferentes estilos devido às épocas construtivas em que foi concebida e às linhas arquitectónicas dos seus responsáveis. Da primitiva ermida observante devota a Nossa Senhora da Esperança, coincidente com a planta da nave da igreja capucha, identificam-se um pórtico trabalhado, do manuelino tardio, encimado pelo brasão de armas do fundador, duas colunas toscanas que formavam a primitiva capela-mor e, de um dos lados, uma pia baptismal. Estes elementos foram absorvidos no elemento protagonista do conjunto, que tirou partido na pequena ermida, e cuja intervenção de aumento do espaço de culto permitiu aos frades a fundação e início da construção do convento capucho que herdou a devoção e, conseqüentemente, o nome. A construção partiu das antigas paredes da ermida, que exteriormente reforçadas poderiam sustentar a dupla altura da igreja que acompanha as novas dimensões de todo o espaço. Foram feitos também acrescentos além dos limites da ermida, onde apareceram uma maior capela-mor e um proporcional altar-mor, ligando ambos os espaços às já existentes e inalteradas salas de sacristia e via-sacra. A igreja de nave única e planta longitudinal, sóbria e simples - característica capucha -, antecipando o aspecto geral do edifício, ocupa o corpo norte do conjunto com cobertura de abóbada de canhão em tijolo sustentada por uma subtil cornija e por espessas paredes, em pedra e tijolo, exteriormente contrafortadas. A sua dupla altura, que sublinha a dimensão vertical do conjunto, é iluminada por quatro vãos em ambos os pisos, na fachada norte, a maior e contrafortada: dois ao nível do piso térreo de dimensões e disposição diferentes e outros dois ao nível do piso superior alinhados pela cornija, idênticos entre si com uma forma aquadrada. Os demais vãos que iluminavam constantemente este espaço encontravam-se no altar-mor e no coro, alinhados no eixo central da igreja, com dimensões sensivelmente semelhantes. A sua entrada através de um portal do gótico tardio, mantido da edificação original observante, em mármore brechado com pormenores manuelinos de colunas torsas e relevos⁵⁷, faltando-lhe actualmente o mainel, é dos poucos elementos decorativos do edifício, que contrasta com a pobreza capucha. Ademais, contemplava, por cima, encaixado entre o portal e três nichos, o dito brasão circular de Simão Correia⁵⁸, o fundador do convento. No interior das espessas paredes da igreja contíguas ao claustro, contrárias às paredes contrafortadas, encontram-se embutidos os confessionários cujo acesso era feito pelas galerias do claustro. Também encaixadas nessa parede, junto a uma passagem directa da igreja para o claustro, existe uma abertura onde se encontram as estreitas escadas do púlpito.

A fachada principal da igreja apresenta-se modesta e humilde, acompanhando o aspecto do conjunto, em que o seu desenho - conforme a prática construtiva capucha - é a composição equilibrada de um rectângulo (próximo das dimensões de um quadrado) com um triângulo⁵⁹. No centro encontra-se um arco de volta inteira com cantaria em pedra, que liga ao nártex e conseqüentemente serve de entrada ao convento, e entre ele e a janela do coro encontrava-se um painel em jaspe com figuras trabalhado em relevo. Os cunhais em cantaria irregular de pedra à vista terminam num frontão recto com um colorido friso em azulejo que embelezava a cornija, hoje em dia inexistente. A rematar o frontão da fachada encontra-se um singelo campanário, que por não ter sido completado com um simétrico do lado oposto.

Na cabeceira da igreja, através de um arco de volta inteira, encontra-se uma profunda capela-mor ligeiramente



19 Convento de Nossa Senhora da Esperança, vista poente.

sobrelevada em relação à nave, com cobertura abobadada, idêntica à mesma, onde são ainda visíveis revestimentos a escaiola, iluminada por um vão lateral e rematada pelo altar-mor. A capela mandada fazer por Baltazar Mello da Cunha e sua mulher⁶⁰, que, após Simão Correia, haviam sido patronos do convento, foram nela sepultados, a seu pedido, sendo assinalado pelo escudo de armas que se encontra no alto do cruzeiro da capela. A rematar a capela, o altar-mor, o espaço contido que encerra o conjunto da igreja, está a uma cota superior tanto do piso térreo do edifício como da capela que o precede, comportando inclusive um outro piso por baixo. O discreto acesso era feito pela capela-mor através de umas escadas extremamente estreitas escondidas na parede. Com um único vão rasgado, a meio, orientado pelo eixo central da nave da igreja, virado a nascente, ilumina todo este espaço, criando uma atmosfera de intensa espiritualidade.

No piso inferior ao altar-mor e à dimensão do mesmo encontrava-se um espaço singelo cuja entrada seria feita pelo exterior no lado oposto, a nascente, através de um arco de volta perfeita, sendo a serventia uma incógnita. Entretanto como o pavimento que dividia ambos os espaços cedeu, ilude erradamente a uma dupla altura.

Do outro lado da nave, oposto à capela-mor, a anteceder a igreja e o seu portal, a formar a fachada principal do convento, encontrava-se o único espaço com relação directa ao exterior (fora dos limites da cerca) - o nártex - cuja função era servir de antecâmara a todo o convento, permitindo apenas a entrada para a igreja, através do portal manuelino, e para a portaria. Este compartimento de planta quadrada, também designado por *gallilé*, é único de relação directa entre o interior do convento e o exterior da cerca, que através de um arco de volta inteira moldurado em cantaria sustentada, no piso superior, o coro-alto. O estilo sóbrio e desornamentado deste espaço e da sua fachada, evidentemente capuchos, que envolvem e antecedem a entrada da igreja, fazem destacar o estilo elaborado do portal manuelino, elemento seguinte na sucessão espacial.

O coro-alto encontra-se imediatamente por cima do nártex, com igual dimensão, cujo propósito de acomodar os frades durante as missas, na presença dos fiéis, confere um certo distanciamento e privacidade. Este espaço que funciona como varanda sobre a nave da igreja é servido por uma janela rectangular que se encontra por cima do arco de volta inteira da entrada, sendo o acesso ao coro-alto feito através do corredor dos dormitórios. O coro-alto também pertence à segunda campanha de obras feitas no Convento, na altura em que foi edificada a *galilé* tendo este assumido o piso superior, completando os dois a fachada principal da igreja.

Do lado oposto do nártex, no corpo este, contigua à igreja, encostada à capela-mor está a sacristia. Uma divisão interior ligeiramente rectangular que distribui à capela-mor, à via-sacra, ao claustro e a um piso superior. As várias reentrâncias nas paredes tinham a serventia de acomodar peças utilizadas nas missas funcionando simultaneamente de elementos decorativos. Actualmente, tanto a porta para a capela-mor como a parede que a divide da sacristia está em completa ruína. Através do acesso ao piso superior, no final do primeiro lance de escadas, a meio piso, encontra-se um patamar estreito, somente aberto por um vão diminuto, que seria o carneiro e cuja função seria guardar "as ossadas dos defuntos outrora enterrados no claustro"⁶¹. De baixo do carneiro, à sua dimensão e do vão das escadas, existe uma divisão rectangular abobadada sem qualquer ligação ao restante edifício ou abertura à excepção da porta, virada para a zona nascente do terreno, cuja função é impossível identificar.

A casa da via-sacra, de planta quadrangular com acesso ao claustro e ao exterior cercado por uma ligeira escadaria, foi originalmente a primeira sala capitular do Convento da Esperança, da época do fundador, denunciada pela porta manuelina finamente trabalhada em grés vermelho cujas ombreiras ostentam motivos decorativos vegetalistas e

devido à sepultura de Simão Correia e seu irmão se encontrarem nesse mesmo espaço⁶². Mais tarde, ao ter sido construída uma outra sala capitular, por um benfeitor com o intuito de reservar uma sepultura para si e seus herdeiros, a primeira perdeu, naturalmente, a sua função, pela impossibilidade da coexistência de duas salas capitulares, tendo esta sido reaproveitada como casa da via-sacra e, por isso, sofreu leves alterações. Já com o novo uso, este espaço que comunicava com a sacristia através de uma porta, cuja serventia seria a de guardar algumas cruzes e outros elementos utilizados nas celebrações da via-sacra que ocorria desde o claustro à igreja.

Um outro espaço a sul, estreito, adjacente à via-sacra, é na verdade uma passagem cuja sua funcionalidade seria fazer comunicar o claustro com o exterior do edifício. Através de uma porta, virada a nascente, com um recorte peculiar de arco flamejante que marca, uma vez mais, o estilo do gótico presente na primeira fase do convento. Rematada pela escadaria que vencia a cota do edifício relativamente à do terreno, abria em direcção ao mar, sendo, naturalmente, identificada como a "porta de acesso ao mar".

Para a vida em comunidade, era necessário mais que o espaço de culto, os frades precisavam alimentar-se, descansar e executar outras tarefas quotidianas, inclusive de cariz intelectual. Para isso surgiram aos poucos, consoante a necessidade e serventia do espaço, diversos compartimentos que se foram anexando ao espaço da igreja, formando assim o convento, cujo propósito seria responder à vida da comunidade e quotidiano dos religiosos. As dependências conventuais, que englobam todos os espaços destinados às actividades dentro do convento e da cerca, não relacionadas directamente ao culto, encontram-se ao longo de dois corpos que se desenvolvem para sul da igreja, pelos dois pisos em redor do claustro, vivendo através dos vãos tanto para o interior do edifício como para o exterior.

No piso térreo, no corpo oeste, ao lado do nártex (a entrada do convento) encontra-se a portaria, comunicando os dois espaços através de uma porta que rompia uma grossa parede, sendo este destinado a receber pessoas exteriores à comunidade evitando a sua passagem pela igreja. Esta sala simples de dimensões idênticas à anterior tem uma ligação ao exterior cercado através de uma porta na fachada oeste, sendo também aberta para o claustro junto à parede da igreja, onde esse vão alinha com o da sacristia.

Contigua à portaria, a sul, existe uma sala de aspecto formal que abre para o claustro, em que no seu interior, existem bancos corridos em pedra ao longo do perímetro da sala, com dimensões semelhante ao espaço anterior, iluminada por dois vãos na fachada oeste. Era a sala do capítulo, importante espaço monástico, verdadeiro centro decisório da vida do "convento". Servia para reunião e encontro dos frades, onde se tomavam decisões em grupo e se discutiam assuntos importantes internos e externos, da comunidade e da Ordem, além das confissões dos religiosos, eram também praticadas neste espaço leituras e orações diárias. Apesar de toda a relevância funcional da sala capitular, tinha um aspecto banal e sem quaisquer ornamentos, de planta rectangular e cobertura em abóbada de berço, sendo facilmente confundida com qualquer outra dependência menos digna. Este espaço era a segunda sala capitular edificada no Convento de Nossa Senhora da Esperança, mandada construir por António Palma Velho, posteriormente lá sepultado. Pelo que a primeira sala capitular construída numa primeira fase a mando de Simão Correia, no corpo este, perderia a função original, pela já referida impossibilidade de coexistência de duas salas capitulares, utilizada posteriormente como casa da via-sacra⁶³.

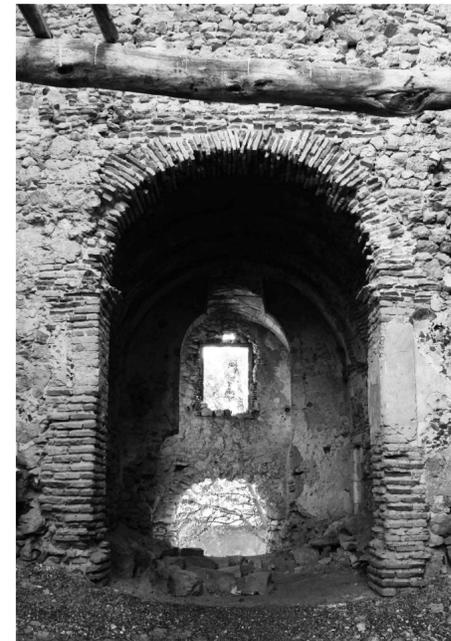
Ao longo do corpo a nascente que se estende para sul, desenvolvia-se a cozinha com espaço de fogo e uma dispensa para os utensílios necessários à actividade, a pataria. Actualmente, o salão que comporta a cozinha tem dimensões



20 Pórtico da igreja.



21 Nave da igreja.



22 Capela-mor e altar-mor.



23 Porta de acesso ao mar.



24 Sala capitular.

semelhantes às da nave da igreja devido à queda de uma parede divisória que separaria este espaço em dois, tem a sua cobertura em abóboda de arco abatido, sendo iluminado por uma única janela e com passagem ao exterior, ambas por nascente. As chaminés, ao canto da cozinha, hoje em dia, apenas uma estrutura oca e degradada que rasga os dois pisos até à cobertura, e ao longo da sala restos de bacias em pedra e acesso a água através de uma cisterna denunciavam a actividade que se desenvolvia neste espaço⁶⁴. Comunicante com o corpo sul, através de um arco, e com uma divisão reduzida que funcionaria como arrumo, a pataria, que iluminada apenas por um vão idêntico ao da cozinha e tem no enfiamento oposto um acesso ao pátio sul. Este espaço utilizado para a confecção de alimentos, era responsabilidade de um frade cuja função de preparação de todas as refeições para a comunidade religiosa era um trabalho dedicado e imprescindível para o funcionamento do convento.

O corpo sul, que assume a posição longitudinal patente na igreja e paralela à mesma, encerra e delimita o claustro e o pátio a sul, em simultâneo. É o limite físico e elemento construído entre os dois únicos espaços exteriores desenhados do convento. O espaço da ala sul fecha-se ao claustro à excepção de um vão que alinha pela galeria, com uma vivência assumida para o pátio, para o exterior, através da fachada perfurada pelos vãos. Esta dependência tem dimensões semelhantes às da cozinha, coincidindo no tipo de cobertura, agora apenas perceptível pela estrutura de arcos, uma vez que se encontra a descoberto. Esta sala além das quatro ligações, uma ao exterior (pátio sul), ao piso de cima, ao claustro e ainda a uma outra dependência tem também duas entradas de luz idênticas às demais do piso térreo, em que uma tem a particularidade de se encontrar num canto iluminando dois espaços em simultâneo, e uma terceira que é não mais que um mínimo rasgão na parede. O espaço destinado ao refeitório, utilizado pelos religiosos que, dispostos ao longo de bancos corridos em pedra e madeira, partilhavam refeições, poderia ocupar o dito corpo sul em toda a sua extensão.

Na continuidade do corpo oeste, a completar a ala da portaria, confinado entre a sala capitular e o corpo sul descobre-se um espaço rectangular com o dobro dos restantes compartimentos dessa ala, pelo que se encontra repartido em dois, formando uma divisória mais pequena no seu interior, em que o acesso é feito apenas a partir do volume sul. Esta dependência cuja funcionalidade não pode ser confirmada, relaciona-se exclusivamente com o corpo sul, comunicando apenas com o mesmo através de uma porta, e com cobertura idêntica à maioria, de abóboda de berço, é iluminada por um único vão ao centro da sala na fachada poente.

O volume que forma uma planta quadrada que remata o corpo oeste, tem, no piso inferior, diversos compartimentos virados para o exterior, para o pátio sul, os quais seriam oficinas ou espaços de trabalhos diversos. Este espaço fragmentado que contempla diversas dependências pertencentes a actividades do quotidiano dos frades, apontadas como oficinas, dispensas ou adegas, adaptava-se à topografia vivendo em simultâneo para duas cotas distintas, sendo que todos os espaços do piso inferior se voltavam para o pátio da cisterna.

Um dos acessos ao piso superior encontra-se junto à zona de cozinha e refeitório, no final do corpo este, subindo ao corredor dos dormitórios perto da varanda a sul, e um outro que da sacristia ascende ao corredor dos dormitórios, embora na extremidade oposta, conhecido como "escada das matinas" que "permitia um acesso mais rápido e mais confortável aos religiosos quando necessitavam de descer à igreja para rezarem as matinas, que eram oficiadas à meia-noite"⁶⁵.

O piso superior contempla o coro-alto e outras pequenas divisões, da segunda etapa construtiva, e os dormitórios,

enfermaria, biblioteca e salas de leitura pertencentes à fase final.

Os dormitórios desenvolviam-se ao longo da ala nascente, sul e poente, compostos por várias celas individuais, cujo espaço reduzido era apenas o mínimo e necessário para o descanso de um só frade, em que a cobertura era, normalmente, em similitude às demais do piso superior, numa estrutura de madeira em duas águas coberta por telha. Além da porta que acedia às galerias do claustro que o envolviam o tinha também um vão rasgado na fachada exterior que iluminava a cela nos momentos de leitura e meditação, servindo também para ventilar o reduzido espaço e para contacto visual com o exterior⁶⁶. Os corredores que davam acesso às celas dos religiosos e a todos os espaços do piso superior, encostavam-se às paredes do claustro e, perpendiculares entre si, rematavam em janelas de sacada. O corpo que se estende para sul e se desenvolve ao longo da planta quadrada, sobressaído dos limites exteriores do convento, ditados pela fachada da igreja e corpo oeste era rasgado por diversos vãos, que além da contemplação sobre a ampla cerca, iluminava as pequenas salas integrantes. Pelo interior acedia-se ao volume quadrangular através do corredor dos dormitórios na extremidade sudoeste e, pelo exterior, o acesso era feito pela escadaria que vencia a cota do edifício até o terreno da cerca. Este espaço, no final de uma ala de celas, que serviria de biblioteca e leitura, dispunha de várias salas para o desenvolvimento de actividades quotidianas recolhidas.

Numa das extremidades do corredor nascente, junto ao espaço da igreja, imediatamente por cima da capela-mor e altar-mor e da sacristia encontram-se dois espaços, que tomam dimensões idênticas aos do piso inferior, provavelmente, edificadas aquando da ampliação da igreja, sendo desconhecidas ambas as funções.

O claustro sóbrio e despojado é definido pelo espaço vazio intra edifícios. O claustro, resultante do conjunto do espaço exterior descoberto - pátio - e do espaço formado por uma galeria deambulatória circundante ao mesmo, era um dos principais elementos, o coração do convento, com a importante função de distribuir aos restantes corpos do edifício, que o envolvem. A sua forma rectangular, medindo treze metros de largura por dezasseis metros de comprimento, aproximadamente, delimitado por três arcos a nascente e poente e por quatro arcos a norte e sul, desenvolvendo-se ao longo de dois pisos do convento com distintas alturas, sendo o primeiro piso o dobro do tamanho do segundo. Um total de catorze arcos, assentes em grossas pilastras quadrangulares de alvenaria ligeiramente marcadas nos ábacos, de volta inteira no piso térreo e abatidos no piso superior, suportavam as coberturas das galerias do claustro em abóbadas de aresta cruzada e abóbadas de berço, respectivamente⁶⁷. Estas abrem-se para diversos vãos que acedem a vários espaços que envolvem todo o claustro, sendo o piso inferior o mais movimentado, pelos setes espaços que comunicam directamente com o mesmo, contrastando com o piso superior pela exclusiva relação com os corredores dos dormitórios. As pilastras encontram-se, hoje, despidas de revestimento, exibindo uma pedra de cor avermelhada mesclada com pedra calcária branca, conferindo ao espaço uma beleza inigualável. No seu interior, de piso lajeado, encontram-se duas bocas, desencontradas, que serviam uma cisterna existente no piso subterrâneo, cujo pouco abastecimento através das águas pluviais provenientes dos telhados servia para uso quotidiano da comunidade e principalmente para a rega⁶⁸.

A sul, entre os três corpos, sul, oeste e leste, e circunscrito por eles, encontra-se um espaço aberto ao exterior de desenho quadrangular e com dimensões idênticas ao lado mais pequeno do claustro, que permite ao edifício amplitude visual com um ambiente de recreio e fruição. O pátio da cisterna, assim denominado por conter no piso



25 Cozinha.



26 Refeitório.



27 Pátio sul.



28 Claustro.



29 Galeria do claustro.

inferior um depósito de água que se expõe através de uma boca centrada relativamente ao espaço de pátio, é delimitado no lado sul por um banco corrido encerrando este espaço do resto do espaço exterior da cerca.

As cisternas tinham papel fundamental, como abastecimento de água, conferindo autonomia à vida quotidiana religiosos. Através da captação das águas pluviais encaminhadas dos telhados para um piso subterrâneo, reservadas no seu interior, era providenciada água a todo o conjunto, dentro e fora do edifício. No Convento de Nossa Senhora da Esperança, pela inexistência de uma nascente ou acesso a água potável, a comunidade servia-se inicialmente de duas cisternas, por de baixo do claustro e da cozinha, e posteriormente, atendendo ao carecimento de um outro depósito, foi construído a terceira cisterna no pátio ^{suf⁶⁹}, cujo conjunto assegurava as necessidades do consumo para o convento e para a rega do terreno cultivado no interior da cerca.

A cerca, que se desenvolvia sobretudo para sudoeste do convento, adaptava-se à topografia através de muros de delimitação do espaço ou de contenção do terreno que definiam o perímetro, circunscrevendo o espaço exterior cuja privacidade e intimidade conferidas possibilitavam a vivência nesse lugar sagrado. A cerca, importante elemento do conjunto, envolvia o espaço exterior religioso, simultaneamente, assegurava a protecção dos terrenos contíguos ao convento, utilizados maioritariamente como espaços de cultivo. Os muros em alvenaria de pedra eram de edificação relativamente rápida, pela sua facilidade construtiva, aptando-se à topografia de maneira integrada na paisagem. Confinavam um espaço em redor do edifício o que permitia aos frades usufruir de actividades no exterior, para além da agricultura, de forma reservada, isolando a comunidade. A cerca do Convento de Nossa Senhora da Esperança cujo desenho se moldou a o recortado terreno naturalmente limitado pelo mar a sul e a uma estrada a poente, envolvendo o terreno e edifício, mantendo parte do corpo da igreja no exterior dos limites, formava à sua frente junto à fachada poente, um terreiro criando na aproximação um sentimento de deslumbramento e de grandeza, ocultos na escassez de elementos decorativos, característica tipicamente capucha.

Resguardo no interior dos seus muros, os frades mantinham o cultivo da horta, pomar, vinha e figueiral, que garantia os mínimos mantimentos. O espaço exterior de cerca contém diferentes declives, caracterizando a topografia e resultando um terreno espacialmente rico com a possibilidade de desenvolvimento de diversas actividades e de diversas culturas agrícolas.

Devido à passagem do tempo resultando da ruína dada a singela técnica construtiva e fracos materiais utilizados nos muros e devido às transformações pelos distintos proprietários, a cerca sofreu diversas alterações ao longo do tempo e, por isso, os muros que hoje contém o edifício totalmente no seu interior não são os originais, uma vez que anteriormente duas faces da igreja encontravam-se fora dos limites da cerca. Grande parte da estrutura cedeu devido ao estado de degradação em que se encontram, tanto os muros originais (praticamente inexistentes), como os edificadoss mais recentemente, resultante num aumento periódico do perímetro cercado, aumentando a área em, aproximadamente, um terço da área original, para norte, adaptando os muros aos limites costeiros.

Depois do aumento dos muros, do qual a envolvente do edifício passou a contemplar mais área do que a original, ocupando o cabeço sobranceiro ao mar e toda a extensão ribeirinha paralela ao muro original, abrange todo o edifício no interior da estrutura murada, criado no seu entorno um mínimo percurso que o contorna em toda a extensão norte, este e em parte sul. A entrada para este terreno, através de um portão, encontra-se na extremidade da fachada poente,

quase no cruzamento com a fachada norte do muro, cuja visualização do seu interior pelo lado de fora é tarefa difícil devido à altura dos seus muros de taipa construídos em materiais menos nobres e pouco dispendiosos à base de pedra, tijolo e barro. Consequência dessa ampliação do espaço exterior foi a edificação de reduzidos, elementar e pontuais espaços, na maioria adjacentes aos muros ou pelo terreno.

Anterior à construção dos muros, encontra-se uma pequena casa de dois pisos a norte do extinto convento, no cabeço que avança sobre o rio, com dimensões semelhantes às do claustro cuja serventia e proprietário são desconhecidos.

A cerca protegia, além da privacidade da comunidade no espaço exterior que pertencia ao convento, todo o espaço de cultivo que servia como alimento aos frades por muitas ocasiões e em diversos e frequentes períodos de escassez.

O pomar e a horta que contemplavam diversas árvores de fruto e hortícolas, respectivamente, constituíam a base de qualquer terreno capucho cultivado, sendo a vinha o terceiro elemento que compunha o conjunto vegetal da cerca da Esperança. Após o forçado abandono da comunidade capucha e do conseqente desleixo do terreno cultivado restaram apenas algumas espécies num espaço *composto de um pequeno traço de vinha e figueiras* ⁷⁰.

^[5] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit., p. 122.

^[6] Ramos, M. C. (1982). op. cit. , p. 4.

^[7] Ramos, M. C. (1986). Vãos arquitectónicos do tardo-gótico Algarvio. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em História da Arte: “O portal é o único exemplar de porta geminada algarvia (...) formado por dois arcos contra curvados com interrupções assentes sobre dois colunelos adossados e um mainel, todos eles em calibre retorcido. O material empregue é o colorido embrechado de Lagos. Os capitéis são decorados por meias esferas e as bases são de um tipo muito simplificado.”

^[8] O brasão circular de dimensões desproporcionais (crê-se o maior brasão encontrado no país em todo o século XVI), que representa as armas de Simão Correia, fundador do convento, encontra-se actualmente ao cuidado e estudo do Museu Municipal de Portimão.

^[9] Esta composição de fachada, em frontão recto, demonstra algum tipo de conhecimento e admiração pelas obras de Palladio, pois lembra algumas das suas villas.

^[6] Balthazar de Mello da Cunha, Cavaleiro da Ordem de Cristo era natural de Tavira e Dona Beatriz de Almada, sua mulher, era natural de Silves. Estes foram os responsáveis pela ampliação da Ermida edificando uma Capela-Mor na igreja aquando das campanhas de obras que dizem respeito ao espaço de culto. As suas sepulturas estão marcadas pelo escudo de armas e um letreiro que segundo Frei Manuel Monforte na sua Crónica: “No anno de 1585 morreo a dita Dona Beatriz de Almada, e mandando-se enterrar nesta sepultura, em que já estava seu marido”. Com a sua morte D. Beatriz deixou o encargo do convento aos seus herdeiros, através de ofertas de vinho para as missas e azeite para a alampada do Santíssimo Sacramento.

^[6] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit., p. 74.

^[6] Monforte, Fr M. de. (1751 op. cit., p. 331: “(, Jo primeiro Capitulo (...) nelle dizem que estavam sepultados o primeiro Fundador Simão Correa, e hum seu irmão chamado João Mendes Correa, mas não há letreiro, nem certeza, donde isto conste”.

^[6] Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p. 330-331: “O Capitulo, que agora serve, fez Antonio da Palma Velho, e nelle tem sua sepultura elle, e seus herdeiros, que o primeiro Capitulo serve agora de Via Sacra, e nella dizem que estavam sepultados o primeiro Fundador Simão Correa”

^[6] Idem, p. 332: “(, „Jem duas cisternas, huma no claustro, outra na cozinha”.

^[6] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit., p. 74.

^[6] Idem, p.37: “ceias (...) que teriam de largura até nove palmos e de comprido dez palmos folgados, cujas portas teriam dois palmos e meio de largura. Os corredores dos Dormitórios deveriam ter entre cinco a seis palmos assim como as escadas para os mesmos.”.

^[6] Idem, p. 84.

^[6] Monforte, Fr M. de. (1751) op. cit., p. 332: “O segundo defeito he o da agua, pois a não tem mais que para o serviço em duas cisternas, huma em o claustro, outra na cozinha; e não só lhe falta para fazer a horta, e regar algumas poucas arvores de fruto, que tem a cerca, mas tambem a de beber (...)”.

^[6] Pelo estado degradado de todo o edifício, o pátio da cisterna foi conquistado pela vegetação pelo que, tanto impossibilita o contacto visual com a cisterna e a visita ao interior da mesma, como torna difícil o acesso ao pátio.

^[70] Descrição predial nº1.697, a fls. 53º do livro B-5 da Conservatória do Registo Predial de Portimão.


30 Convento de Nossa Senhora da Esperança, vista poente.

MATERIALIDADE E ESTILOS

Por todo o edifício, a pedra assume o papel principal na estrutura vertical, visível em parte nas pilastras do claustro e nas espessas paredes dos principais espaços do edifício, especialmente na igreja onde foram reforçadas para suportar uma dupla altura. A pedra aparelhada à vista aplicada como elemento estrutural no suporte de ombreiras de portas e janelas, no exterior nos cunhais das fachadas, e ainda empregue na cerca.

Nos elementos horizontais, como as abóbadas e arcos, o tijolo maciço de barro cozido é o material eleito. Apesar de cada material ter a sua função, são ambos utilizados, de forma mista, como elementos estruturais no edifício. A cobertura do piso inferior é composta de abóbadas em tijolo, de aresta ou de berço, enquanto a cobertura do piso superior seria em duas águas, composta por asnas e ripado de madeira que suportam as tradicionais telhas de meia cana. A igreja contemplava simultaneamente ambas as soluções presentes nos dois pisos⁷¹. Como era prática comum capucha, os materiais empregues na construção dos seus conventos eram obtidos das proximidades, de modo a reduzir os custos da obra e simplificar o processo. Com efeito, no Convento de Nossa Senhora da Esperança os diversos materiais, as pedras, tijolos e madeira presentes na estrutura do edifício teriam sido adquiridos ou fabricados perto da vila. A pedra avermelhada, cor conferida pelo arenito vermelho, utilizada principalmente no claustro e em pontuais espaços, pela abundância e disponibilidade, é popularmente conhecido por grés de Silves, pela sua origem. O Convento impunha-se na paisagem realçado pela sua cor branca, proveniente do revestimento a cal, contido entre os cunhais de pedra, e marcado por ligeiros relevos e saliências que decoravam e delineavam as fachadas ritmadas com os vãos desenhados pela pedra. Os diferentes materiais, a forma como são empregues e trabalhados no convento revelam as linhas e linguagens arquitetónicas manifestas no edifício. O Convento de Nossa Senhora da Esperança é marcado pela sobreposição de diferentes estilos de arquitectura onde se identificam características do gótico tardio⁷², do manuelino⁷³ e da arquitectura chã⁷⁴, de acordo com a sua cronologia construtiva. Com efeito, esses estilos esclarecem sobre as várias épocas construtivas, as várias fases e etapas responsáveis pela edificação do conjunto religioso. O estilo gótico tardio e manuelino enquadraram-se na construção e decoração utilizada pelos frades observantes, opondo-se à linha capucha que segue a austeridade nas suas edificações resultando em belos conventos, sóbrios e puros, despidos de ornamento. Porque os Observantes, além do gosto pelo ornamento e influenciados pelos movimentos estilísticos que marcaram a época - gótico tardio e manuelino - edificaram a ermida e os compartimentos contíguos, perceptível pelos elementos decorativos; os Capuchos, pelo despojamento austero definido nas suas regras e pelas influências e movimento estilístico da época - chã - que marcaram a reedificação do existente e todo o restante edifício posteriormente. Apesar de uma parte do convento, a que continha a antiga ermida e dependências contíguas, representar um estilo mais elaborado e trabalhado, com elementos que decoravam o espaço no interior, os restantes espaços do conjunto eram sóbrios e despojados, transparecendo tais características ao exterior. No desenho simples e claro dos espaços edificados reconhecem-se as características do estilo "chão", seguindo os valores intrínsecos às regras capuchas, resultando em espaços humildes de dimensões reduzidas, com escassos elementos decorativos, transposto de igual forma às fachadas, cujos ornamentos eram materializados através de vãos emoldurados em pedra simples e "crua", dispensado outros elementos decorativos. Através deste movimento artístico e de encontro aos ideais capuchos, expunham a simplicidade e rigor dos seus elementos estruturais e formas do edifício. Os poucos elementos decorativos presentes no Convento são simplificados relativamente aos demais edifícios religiosos de outras Ordens e de outras épocas. O aspecto exterior, sóbrio e despojado mostra-se na fachada da igreja de composição e traçado regular, que muito lembra algumas vilas rurais

palladianas, indicando influências da tratadística. Desenhava uma cornija de moldura saliente simples e lisa, onde apenas um friso colorido em azulejo surgia como apontamento decorativo que a embelezava, que através dos ligeiros relevos texturados concediam ao edifício uma delicada e sublime beleza. No claustro encontram-se pilastras que substituíram as tradicionais colunas trabalhadas, privilegiando a rusticidade e austeridade, que não só se identifica neste espaço, como em todos os espaços do Convento de Nossa Senhora da Esperança. Desse modo, "a desornamentação que impunham e a contenção decorativa, foi manipulada de um modo sábio e criativo não se alheando os religiosos das correntes artísticas comuns à época, os frades descalços revelaram um sentimento muito caracterizador: linhas arquitetónicas simples mas sóbrias, elementos decorativos primários e de materiais naturais conjugando-os com a pureza da cal branca que dá às superfícies uma singela candura"⁷⁵.

Impondo-se na paisagem, através da sua volumetria marcada pela horizontalidade, o Convento de Nossa Senhora da Esperança, ainda que com alguns elementos estruturais e decorativos pertencentes a estilos tradicionais e clássicos é irreprensivelmente vinculado pela tendência que acabava de surgir, cujo aspecto modesto prezados pelos valores capuchos assentes na pobreza e humildade foi mantido no exterior e interior do edifício. A arquitectura chã desenhou este precioso exemplar enaltecendo a simplicidade, clareza e despojamento características desse movimento, que em muito agradavam os capuchos cujas construções austeras eram estimadas e incentivadas, materializando os seus ideais através dos conventos, embelezando o seu interior com elementos depurados como pintura e estatuária, resultando o Convento da Esperança num sóbrio e harmonioso edifício distinto pela singularidade.

^[1] A cobertura do edifício é dos elementos mais degradados do convento. No piso inferior as abobadas estão ainda conservadas, porém a cobertura é inexistente no piso superior, pelo que é impossível verificar a estrutura em duas águas. Na igreja a abobada permanece, em parte, já sem a estrutura de madeira a cobri-la

^[2] O gótico tardio (1450-1550) é uma fase final do período do estilo gótico, caracterizado pela multiplicidade de influências e tradições, mas especialmente pela representação do naturalismo, sendo um prenúncio do renascimento. O detalhe e a complexidade decorativa acentuam-se e aumenta-se o uso de materiais além da pedra, principalmente em remates. As abóbadas, os pilares e os arcos sofrem evoluções estilísticas, todas com pormenores complexos e bastante trabalhados, proporcionando maior leveza e elementos adelgaçados. Nas plantas potenciam-se as tipologias existentes permitindo um melhor aproveitamento do espaço e reorganizando-o. Sobre este tema ver: Dias, P. (1986). História da Arte em Portugal. vol.4. O gótico. Lisboa: Publicações Alfa.

^[3] "Estilo do final do período gótico português que se difunde durante o reinado de D. Manuel, o Venturoso (1495-1521), contemporâneo do estilo espanhol isabelino. É caracterizado por sumptuosas decorações das paredes, dos pilares, das aberturas e dos pórticos, frequentemente inspirados em temas marítimos, e pelo uso de pilares torsos e de abóboras de grande elaboração." Marruchi, G. (2006). A Grande História da Arte. 18. Dicionário de Termos Artísticos e Arquitetónicos. Lisboa: Público. p.256.

^[4] Por vezes chamado de gótico manuelino ou gótico tardio português, por ser apenas uma variação do gótico tardio com influências internacionais, com características portuguesas com pelo simbolismo das expansões marítimas, influências mouriscas e renascentistas, assentes na exibição do poder régio e riqueza. Os elementos trabalhados do manuelino normalmente ostentam motivos naturalistas, vegetalistas, fantásticos e marítimos (inspirações dos descobrimentos portugueses) de grande pormenor e riqueza no material. O ornamento torna-se mais presente na arquitectura, principalmente em edifícios religiosos, e a decoração ultrapassa-se a si própria através de um hiper-realismo. Este estilo caracteriza-se por ser a transição do gótico para o renascimento. Sobre este tema ver: Dias, P. (1986). História da Arte em Portugal. vol.5. O manuelino. Lisboa: Publicações Alfa.

^[5] Estilo chã ou chão (plain architecture, em inglês) é uma expressão arquitetónica portuguesa marcada pela austeridade das formas e ausência de ornamento, com influências arquitetónicas militares italianas. Este contraste de estilos que se sucedem, deve-se à mudança durante o reinado de D. João III (1521-1557), num período de crise política, económica e social, numa tentativa de preservação da identidade nacional, cujas linhas claras, a ordem e a simplicidade punham um fim ao esbanjamento e extravagâncias do reinado do seu pai. Esta arquitectura de influências clássicas trabalha a proporção e a métrica, resultando volumetrias de paralelepípedos retângulos, compactos e ortogonais, onde a linha recta define clareza e objectividade e a decoração é evitada. O resultado são edifícios baixos e atarracados, de aspecto fortificado, com elementos simples e de decoração contida e económica, onde a funcionalidade é característica fundamental. Desse modo os práticos e económicos edifícios poderiam ser reproduzidos por todo o país com as ligeiras adaptações necessárias. Este estilo foi adaptado pelos capuchos, e redesenhado segundo as suas ideologias, por privilegiar a austeridade e rigor construtivo, características apreciadas pelos frades da estrita observância. Sobre este tema ver: Kubler, G. (1988). A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes: 1521-1706. Lisboa: Editorial Vega.

^[6] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit., p. 124.


31. Fachada, pormenor de pedra e telha.



32. Porta do estilo gótico tardio, porta de acesso ao mar.

^[1] Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão: património, passado e futuro

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O Convento de Nossa Senhora da Esperança era definido e caracterizado segundo as linhas capuchas, como um exemplar de austeridade e clareza patentes, pese embora os alicerces e fundações não pertençam originalmente aos frades capuchos, o que influenciou nalguns factores formais ainda que não fundamentais. O edifício apresenta, por isso, uma implantação aceitável relativamente à povoação a que se associou, a cerca de mil metros, cujo valor se identifica com outros conventos da Piedade, ainda que pertençam ao grupo da localização mais afastada.

A lógica e conveniente escolha do lugar deve-se à semelhança do espírito e pensamento manifestos na família franciscana, embora de ramos diferentes, convergiam em várias características elementares. Relativamente à implantação no terreno, neste caso ligeiramente diferente das demais casas capuchas da província onde se insere, o edifício ocupa o terço inferior da cerca, numa topografia de declive suave, acompanhado na excepção pelo Convento de Santo António de Portalegre. A sua extrema proximidade ao rio fazem do Convento de Nossa Senhora da Esperança um conjunto singular, como exemplar único, comparável na sua excepcionalidade ao Convento de São Vicente do Cabo em Sagres implantado num promontório, agreste, sobre o oceano. Todos os outros edifícios religiosos a sul do Tejo se encontram posicionados em território interior, a maioria sem contacto com o limite costeiro.

Semelhante a vários exemplares capuchos, tanto na Província da Piedade como em outras do país, o Convento de Nossa Senhora da Esperança acolhe uma comunidade religiosa por dois pisos, composto pela igreja, dependências e claustro. O edifício religioso da Esperança demonstra um desenho ponderado, que pela tipologia e lógica disposição dos espaços expressam um eventual plano previamente determinado cuja organização espacial é repetida nos conventos capuchos da presente província, salvo excepções, respeitando uma quadra que define as dimensões e proporções dos diversos espaços. O resultado: a harmonia espacial transformou-se num modelo identificável e reconhecido como tipologia e organização espacial capuchas, nos quais os diversos espaços tomam iguais ou semelhantes posições adaptando escalas e características relativas à implantação.

A igreja de Nossa Senhora da Esperança encontra-se na extremidade norte do conjunto, orientada *ad orientem* como indicam as regras da Igreja Católica, e dada a posição no terreno que impossibilitava a edificação dos restantes corpos à sua esquerda e por isso construídos ambos, dependências e claustro, à direita do espaço de culto. Este desfruta de um dos posicionamentos mais alinhados segundo a orientação indicada, quando confrontado com os demais da província, dos quais, a grande maioria também apresentam a igreja do lado esquerdo do restante conjunto.

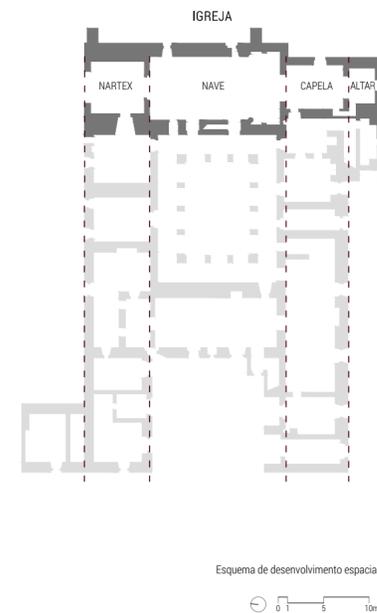
O espaço de culto funciona como núcleo espacial organizador das medidas e proporções do conjunto em ambos os pisos, através de uma perceptível geometria que fragmenta a igreja em três. Estes três espaços - nártex, nave e capela-mor - servem como indicadores na definição das dimensões dos demais espaços do conjunto. A partir da igreja desenvolve-se a trama do edifício, de onde surgem directrizes que definem o claustro e os volumes envolventes, resultando num desenho limpo e sóbrio: os limites exteriores do Convento são definidos pelas fachadas da igreja; o claustro toma a dimensão longitudinal da nave da igreja; e os corpos que envolvem o claustro a nascente e a poente orientam-se segundo o espaço da capela-mor e nártex, respectivamente.

A evolução do conjunto arquitectónico sugere um desenvolvimento faseado em diferentes momentos ao longo de mais de meio século o que, consequentemente, acompanhou distintas épocas construtivas, entre estilo e métodos, cuja importância no crescimento foi guiada pela necessidade à vida da comunidade. Ora, Manuel Ramos define como três as várias etapas construtivas presentes no convento, apontando um intervalo de tempo para cada e indicando

também que espaços e tipo de edificação. Sem uma documentação fidedigna que o comprove, o autor especula que "na primeira, possivelmente entre os anos 20 e 30, ter-se-á erigido a primitiva ermida de portal manuelino e uma casa capitular; na segunda fase, cerca dos anos 70, teria surgido a ideia do nártex com o respectivo coro, alargar-se-á com Baltazar de Melo a capela-mor e ter-se-á construído a 2ª casa capitular; finalmente, numa 3ª fase, já na viragem do séc. XVI para o séc. XVII, e mesmo por este último dentro, ter-se-ão construído os corpos laterais e o claustro central"⁷⁷. Através da observação *in situ* dos indicadores - estilos, materiais e métodos construtivos - e pelas lógicas da edificação capucha descritas em vários documentos é possível assumir a teoria de M. Ramos, ainda que sem certezas absolutas ou confirmações, deve aproximar-se da realidade.

Com efeito, a primeira campanha de obras levada a cabo pelos frades observantes, apontada para a década de 30 do século XVI, incluía uma ermida⁷⁸ e uns espaços relacionados com o culto, onde o edifício de dimensões reduzidas teria apenas um piso que ocupava o espaço pertencente mais tarde à nave da igreja. Comportava no mesmo espaço a uma capela-mor marcada por duas colunas toscanas e uma pia batismal. Os elementos que denunciavam o estilo do gótico tardio e do manuelino eram bastante apreciados pelos religiosos da observância que prezavam, mais que os capuchos, um espaço decorado e com uma apresentação trabalhada, dedicando, desse modo, os pormenores principalmente às ombreiras das portas e outros detalhes que não chegaram ao presente. O exemplo mais flagrante é o portal de mármore brechado que pela torção das colunas lembra o trabalho de Boitaca e evoca alguns pórticos de igrejas pertencentes ao final do reinado de D. Manuel.

Já nas mãos dos frades da estrita observância, pela década de 70 do mesmo século, as obras realizadas contemplaram a reedificação da igreja e a construção de outros espaços contíguos, cujo estilo "chão" adoptado, tanto por irromper nesse período como por agradar aos religiosos, privilegiava valores de simplicidade e pureza, demonstrando uma austeridade e sobriedade pouco recorrentes nos edifícios religiosos da época. Nessa reedificação a ermida teria passado a igreja, sendo a sua estrutura reforçada através de contrafortes exteriores, do engrossar e subir das paredes que permitiam, dessa forma, a dupla altura rematada numa abóbada. Talvez por esse motivo, os vãos existentes na igreja, tanto no primeiro como no segundo piso, tenham sido alterados, ou abertos nesse momento ou quiçá posteriormente, uma vez que é visível a sobreposição da parede mais recente num dos vãos e a discrepância da posição dos mesmos na fachada e para o interior, pairando a dúvida da data exacta dos rasgões que iluminavam o espaço da nave. O que parece a hipótese mais razoável será a existência de apenas um vão, que se encontra no canto inferior esquerdo da fachada norte da igreja, tendo os restantes três vãos sido abertos, dois deles com dimensões bem mais generosas, eventualmente já depois da extinção das ordens religiosas quando o edifício serviu diversas actividades, dado que se aproxima demasiado da abertura que se considera de origem e que interrompe a cornija pelo interior apontando para uma intervenção posterior que acompanharia um eventual segundo piso na nave da igreja de uma época pós 1834⁷⁹. Ainda contempladas nas obras da igreja, quando aparecem os confessionários, as escadas que criadas por cima deles cujo propósito não é claro pelo estado actual em que não há sinal de abertura na parede, aparentam, de facto, o lugar de um púlpito para a leitura nas missas ou outras ocasiões solenes, sendo estas o acesso a esse elemento elevado sobre o pavimento. A nave da igreja não foi a única transformada, também o espaço pertencente à capela-mor e altar-mor foram acrescidos e provavelmente abertas portas entre ambos os espaços possibilitando o acesso à zona da sacristia e sala capitular que parecem ter-se mantido inalteradas. Segundo alguns registos, ainda que parcos, é possível confirmar a época de alguns espaços pela sua serventia e pelo seu papel na



história do convento. Os espaços do nártex e da capela-mor teriam de estar finalizados antes de 1580 e 1585, respectivamente. Perceptível através dos materiais, da técnica construtiva e da ausência de decoração, o nártex teria de estar acabado antes de 1580, quando faleceu Frei António de Silves, pelo facto desse espaço lhe servir de sepultura. A capela-mor, de situação idêntica, serviu igualmente de sepultura aos padroeiros que a mandaram erguer com esse propósito: D. Beatriz falecida em 1585 e o seu marido que entretanto lá jazia.

A sacristia pelas várias reentrâncias que possui na sua parede, calcula-se que uma delas teria "uma arca de pedra metida na parede servindo de lavabo"⁸⁰. A casa da via-sacra, na habitual distribuição dos conventos da Província da Piedade segundo Medinas, era a "pequena divisão que separa a igreja da sacristia e que comunica com o claustro, nela existe uma escada para os dormitórios dos frades"⁸¹. Desse modo, através da análise compreende-se que no caso do Convento de Nossa Senhora da Esperança os espaços da via-sacra e da sacristia tinham as posições trocadas, não influenciando a sua serventia uma vez que desempenhavam na íntegra as respectivas funções apenas em espaços ligeiramente diferentes do suposto. Comparativamente às dimensões definidas pelos Estatutos - "que indicam 26 palmos de largura por 80 de comprimento contados a partir da porta da igreja até altar-mor, o que em números hipotéticos se aproxima dos 7 metros de largo por 17 metros de comprimento"⁸² - a igreja de Nossa Senhora da Esperança identifica-se em largura, medindo cerca de sete metros e excedendo-se, porém, no comprimento, cuja a medida desde o portal ao altar é de aproximadamente vinte cinco metros⁸³.

Por norma o espaço de culto é o elemento transversal e com maior semelhança entre todos os conventos capuchos da Província da Piedade. Contudo, é com o primeiro exemplar capucho fundado no território nacional, o Convento de Nossa Senhora da Piedade de Vila Viçosa, que o Convento de Nossa Senhora da Esperança apresenta maior similitude a nível de composição no espaço de culto e por todo o edifício. Embora análogos em dimensões por todo o edifício, é especialmente na igreja que o desenho conflui, pelo que ambas as naves teriam os confessionários embutidos na parede contígua ao claustro, um falso-transpto que introduzia a capela-mor com uma estreita escada oculta que encaminhava discretamente ao altar-mor. Todos estes espaços eram posicionados no mesmo lugar em ambas as igrejas, com tamanhos e formas demasiado idênticas para ignorar a possibilidade do "desenho-modelo" capucho, em que a diferença seria apenas na galilé, pela casa de Vila-Viçosa apresentar maior comprimento e num espaço lateral à sua esquerda, porque mesmo o espaço de portaria se comporta de igual forma nos dois edifícios. Na capela-mor a passagem à sacristia, o seu espaço e mesmo as escadas das matinas desenvolviam-se em espaços e de forma idêntica cujo resultado exterior em ambos os conventos é de um aspecto exterior muito semelhante.

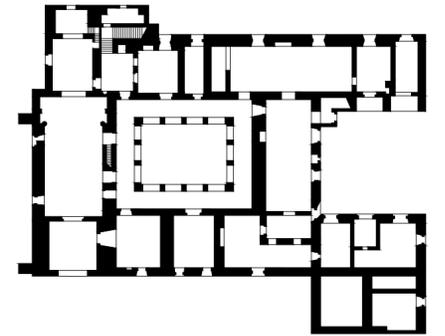
No espaço de culto, além das modificações e aumentos, a entrada que agora precede o portal da nave que corresponde ao espaço de galilé e coro-alto, formando a fachada principal da igreja, alias do convento, através de uma composição que indica forte conhecimento da tratadística, reforçada por dois cunhais de pedra cujo frontão recto é rematado pelos campanários. A completar a simplicidade e clareza da fachada, o arco abatido que representa a entrada ao convento é encimado por um janelão do coro, ambos de cantaria em pedra com um desenho sóbrio, onde entre eles se encontrava um quadro em jaspe trabalhado em relevo⁸⁴. É provável a construção de um piso divisorio extinguindo a dupla altura da igreja, em obras posteriores à saída dos frades quando o edifício era utilizado para outros fins, pois, pelas descrições em visitas ao espaço confirmadas por registos iconográficos verifica-se a existência da dita estrutura, ainda hoje visível apenas parte dela pelos barrotes de madeira maciça colocados a meio da altura,

tendo esse pavimento cedido eventualmente. Os campanários mostram uma discordância na formalização da fachada, pois a situação recorrente nas frentes capuchas da Província da Piedade seria a de dois elementos simétricos de suporte aos sinos, um de cada lado. Ao que parece, na fachada da Esperança, ter sido uma solução improvisada para colmatar a falta de um dos campanários, adicionando um segundo reduzido relativamente ao primeiro, assente no corpo este, resultando em dois elementos laterais de dimensões e desenho distintos.

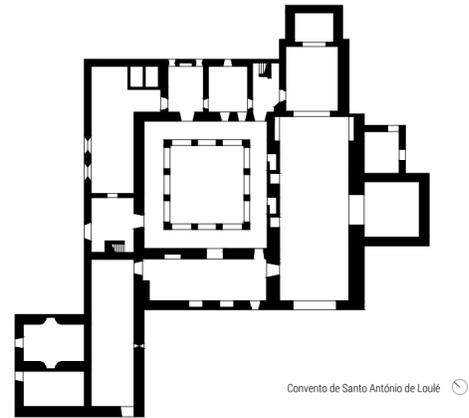
Do piso que se encontra por debaixo do altar-mor com idêntica dimensão com entrada a nascente cuja serventia não é explícita, e por conhecimento de outras situações com as mesmas características, existe a possibilidade de que a esta sala pertença à ermida original, como espaço de sepultura ou função semelhante, uma vez que o seu único acesso é feito pelo exterior sem qualquer contacto com o interior do edifício.

Em virtude de uma clareza no desenho e austeridade nos aspectos formais da arquitectura capucha, nenhum espaço, ainda que mais importante ou digno no convento, era trabalhado esteticamente ou decorado, pelo contrário, tinha igual tratamento que um espaço tão trivial como a cozinha, como se verifica na entrada da sala capitular, perfeitamente despercebida onde apenas se identifica pelos bancos corridos no seu interior tal-qualmente despojado.

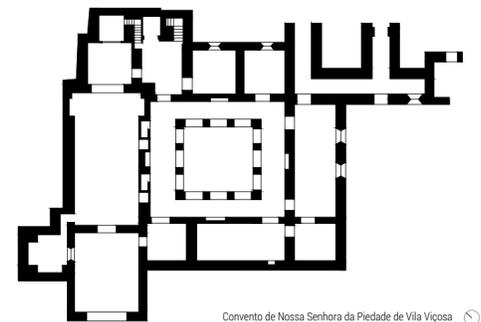
No corpo este onde se desenvolvia a cozinha existia uma parede divisória separação, hoje já destruída somente visível pelas evidentes marcas nas paredes e no tecto, que possivelmente ao separar o espaço o transformava em dois compartimentos ao invés de um grande salão. Essa possibilidade sugere o espaço de cozinha e o de refeitório seguidos no mesmo volume separados pela dita parede, situação concordante com a pretensa lógica espacial defendida por Medinas baseada na disposição e medidas definidas pelas normas capuchas. Os testemunhos deixados pelos capuchos afirmam indubitavelmente a posição da cozinha no conjunto, porém a disposição e sítio onde se encontra o refeitório, local de partilha das refeições da comunidade, é ambíguo. Os autores que se debruçam sobre o convento e a sua organização espacial tecem hipóteses acerca da posição do refeitório, contudo, sem uma ideia devidamente fundamentada. Segundo um modelo generalizado sobre a organização espacial capucha, desenvolvido por Medinas, fundamentado nas plantas de diversos conventos da Província da Piedade, os espaços de cozinha e de refeitório seriam na ala oposta à igreja, sendo que "a Cozinha teria a mesma largura que o Refeitório, ficando no mesmo enfiamento"⁸⁵. Tanto o refeitório como a cozinha e a pataria eram salas de dimensões reduzidas, ocupando os três espaços toda a extensão do volume, consecutivos uns aos outros, ao longo de cerca de onze metros, sendo o refeitório ligeiramente maior que os outros dois. No entanto, no caso do Convento de Nossa Senhora da Esperança a "ala do refeitório", que engloba os espaços de refeitório, cozinha e pataria, não seria no corpo sul mas sim no corpo este, confinado a um espaço com cerca de catorze metros de extensão (refeitório e cozinha), discordante da organização espacial destinada aos espaços relacionados com as refeições. Porém, é impossível discernir o uso do volume a sul, que Medinas alega, conforme a organização capucha, ser o refeitório. Desse modo, levanta a hipótese de que no Convento da Esperança a "ala do refeitório" poderia estar separada e dividida por dois corpos, sendo esse corpo sul utilizado como refeitório, e o corpo este utilizado como cozinha, ambos ortogonais e ligados por uma passagem. Desta maneira, e sem respeitar a suposta sequência espacial capucha de ambas as alas, consideram-se dois cenários para a organização da "ala do refeitório": de que essa ala não se encontra a sul, mas sim completamente no corpo este, em que os espaços de refeitório, cozinha e pataria se encontram seguidos, e de acordo com as dimensões capuchas, permanecendo a dúvida da serventia do corpo a sul; ou de que a "ala do refeitório" estaria dividida pelos volumes sul e este, uma vez que existe ligação entre ambos, estando o refeitório a sul (como indicado



Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão



Convento de Santo António de Loulé



Convento de Nossa Senhora da Piedade de Vila Viçosa



na presumível organização capucha), e a cozinha e pátaria a este (evidenciado pelas características espaciais e elementos encontrados no local), todavia com dimensões exageradas sobre as que são estipuladas pelos *Estatutos*.

Portanto, pela inexistência de algo que confirme a função do corpo sul, considerou-se esse espaço como o de refeitório, conforme outros autores o fizeram anteriormente, porque aparenta ser a organização espacial mais lógica, porém, este pensamento não é uma verdade assumida pois faltam provas a comprovar.

No seguimento do corpo oeste e corpo sul, a rematá-los descobre-se um volume de forma quadrangular, que aparenta pertencer à última etapa construtiva, pela cronologia construtiva e por um ou outro elemento que se evidencia estranho ao desenho planeado. Uma janela que se encontra na fachada sul na esquina entre os dois espaços, com uma forma peculiar numa posição que segure pertencer apenas ao volume sul, provavelmente fruto do acrescento do edifício de forma quadrada numa construção posterior. A forma que apresenta o vão, principalmente a sua estrutura, é perceptível que a sua função original, de iluminação do espaço no volume sul, foi adulterada posteriormente com a construção de uma parede que o intersectou, cuja justificação possa ser de erro construtivo ou de cálculo no posicionamento dos elementos, situação incompreensível dado ao rigor capucho. Na continuidade da parede do vão adulterado (fachada sul), no interior um vão mínimo rasga para uma divisão diminuta, ou seja, uma reduzida janela alimenta dois espaços interiores. Tais elementos lançam a possibilidade e subsiste a dúvida de que poderão ter sido absorvidas e transformadas em janelas interiores após a construção do edifício de forma quadrada a sudoeste, as quais primeiramente, seriam entradas de luz exteriores para fachada sul.

Ainda referente ao volume de planta quadrada, especula-se a utilidade dos vários compartimentos de dimensões reduzidas, dos quais, pela sua posição e abertura unicamente para o exterior, sem conexão entre eles, estes espaços poderiam servir para trabalhos mais práticos, como oficinas e talvez relacionados com o cultivo ou até como dispensa de apoio à actividade.

O Convento de Nossa Senhora da Esperança apresentava-se como edifício de dimensões controladas e maioritariamente mais reduzido quando comparado com outros da província, uma vez que o seu dever seriam o acolhimento de cerca de quinze frades e a média do número de religiosos residentes numa casa religiosa capucha da Piedade variava entre os dezoito e os dezanove. Desse modo, como nos espaços do piso superior, que seguramente serviriam como dormitórios, enfermaria e biblioteca, persiste a incerteza de onde se situava cada um desses espaços, uma vez que não eram necessárias as três alas circundantes ao claustro, para albergar o número de frades mencionado. Considerando que cada frade ficaria confinado a uma cela e que por cada cela existia apenas uma janela, é possível determinar, através do ritmo dos vãos do piso superior, um valor aproximado do número de celas que existiriam no convento. Por isso, se se considerar apenas uma ou mesmo duas alas em torno do claustro estas não seriam suficientes para acomodar os quinze frades que habitariam o Convento da Esperança⁸⁵, nem seriam sequer suficientes, segundo os *Estatutos*, para albergar o número mínimo imposto para a fundação de um convento - treze frades - ou mesmo o número de celas exigidas por casa religiosa - entre as dezassete e dezoito. Em cada ala do piso superior existem entre cinco a sete janelas, supondo a não consideração de outros espaços nem as janelas de sacada que marcam os corredores dos dormitórios, o número de janelas corresponderia, logicamente, à quantidade de celas. Em cada ala do piso superior existem entre cinco a sete janelas, supondo a não consideração de outros espaços nem as janelas de sacada que marcam os corredores dos dormitórios, o número de janelas corresponderia,

logicamente, à quantidade de celas. Desse modo, para os quinze religiosos (número apontado) que habitariam a casa religiosa da Esperança, era necessário que as três alas circundantes ao claustro funcionassem como dormitório, uma vez que duas alas somavam o máximo de catorze janelas e existe a eventualidade de algumas dessas terem outra serventia que não a de cela. Mediante o exposto, aponta-se para a possibilidade de que os dormitórios se desenvolvessem ao longo dos três corpos no piso superior, a nascente, a sul e a poente⁸⁷, ainda que não ocupassem a sua totalidade. No entanto, não é possível afirmar que todos os espaços considerados servissem a comunidade religiosa como celas, porque se forem reconhecidas apenas quinze celas para os frades internos, sobejam espaços que, por vezes, seriam utilizados como acomodação de visitas, ou até com outra utilização que não para o recolhimento. Portanto, considera-se no Convento de Nossa Senhora da Esperança o espaço de dormitório a combinação das alas nascente, sul, e alguns espaços da ala poente. Na nascente pela proximidade às escadas das matinas, na sul pela contiguidade à ala anterior, podendo a última servir simultaneamente como enfermaria.

No piso superior, o volume de planta quadrada seria, certamente, um espaço destinado à biblioteca e leitura, comum na organização espacial capucha, no qual se desenvolviam várias salas para o efeito, com um acesso ao exterior, onde poderia integrar eventual e simultaneamente espaços de apoio à enfermaria. Através dos indícios existentes, da espessa parede que separava esse espaço pela metade, e através da disposição dos vãos na fachada, parecem confirmar a ideia que Medinas apresenta "além das dependências necessárias ao convento e suas oficinas, previam também caso as houvesse ou delas tivessem necessidade 'duas casas lançadas fora da quadra do dormitório, huma para livraria e outra para hospedaria com vinte palmos de largura sendo o comprimento o da quadra'⁸⁸. Apesar da hipótese da enfermaria ou parte dela se situar disposta por algumas celas.

O claustro do Convento de Nossa Senhora da Esperança é único exemplar capucho pertencente à Piedade que apresenta uma forma rectangular ao invés do habitual desenho quadrado. Subsiste a hipótese, pelo facto do claustro não respeitar as regras capuchas no desenho de um espaço tão importante, de que este pátio que distribui a todo o convento pudesse ter sido iniciado ainda na época dos frades observantes e que os frades da estrita observância tivessem dado continuação ao mesmo sem alterar a sua forma. Porém, esta teoria contradiz o facto do claustro ser das construções mais tardias, se não a mais tardia do edifício, porque segundo esta lógica, como elemento posterior, o claustro seria, desde o princípio ao final da construção, da autoria dos capuchos. Ainda que sem uma posição concreta, é possível conceber que o claustro seja integralmente capucho, pelos elementos estruturais que o compõem como as pilastras e as respectivas abóbodas idênticas aos restantes espaços do convento, pelo despojamento e desenho sóbrio que formam o espaço, características bem definidas na estrita observância, que indiciam a quem pertencente esta magnífica criação, ainda que divirja da configuração simétrica. A beleza que outrora satisfazia o claustro, actualmente em ruína, ainda persiste no espaço, embora diferente. Pelo desgaste do tempo, o revestimento a cal deu lugar à estrutura de pedra, vários tipos de pedra calcária mas especialmente a pedra de tom avermelhado, conhecida por grés de Silves, pela sua origem na dita cidade vizinha cuja utilização foi fortemente marcada e ainda reconhecível pelo seu castelo, respectivas muralhas e por outros edifícios solenes. Provavelmente eleita pela disponibilidade e economia de recursos, pela durabilidade e comportamento na estrutura do edifício, hoje visível acrescenta-se a eleição pela sua expressão estética.



33 Fachada da igreja, painel de azulejo por cima da porta do Convento de São Francisco, 1964.



34 Pórtico manuelino do Convento de São Francisco com brasão de Simão Correia ao centro, 1964.



35 Resto das celas ou enfermarias no piso superior do Convento de São Francisco, 1964.



36 Aspecto do piso superior do Convento de São Francisco, 1964.

O Convento da Esperança é o único nesta província com apenas um sistema hidráulico de cisterna, à excepção do Convento de São Vicente do Cabo em Sagres pelas agressivas características e condicionantes do lugar, num panorama em que os demais conhecidos os sistemas detêm mais que um elemento hídrico para satisfazer as necessidades. É desconhecido outro sistema de abastecimento de água, não significando que não exista, se existir estará escondido pelas condições do lugar. Apenas uma cisterna servia o espaço de claustro, embora lhe assissem duas bocas, do qual se pode especular uma questão temporal. Portanto o raciocínio mais provável seria que a cisterna seja de uma época anterior ao claustro, e que desse modo o primeiro orifício fosse central à área da cisterna, e, posteriormente, quando foi terminado o claustro os frades tenham aberto uma nova ligação ao depósito de água também central, desta vez central ao claustro, resultando assim duas bocas de cisternas.

A cerca, parte integrante do conjunto religioso tem um desenho único no panorama da Piedade, como as demais vinte cercas, uma vez que cada uma se desenvolvia segundo o lugar em que se implantava, porque absorvia as características topográficas do terreno e ajustava a sua forma consoante a necessidade. O recinto murado estendia-se num plano horizontal suave numa cota superior relativamente à cota da envolvente exterior, à mesma cota do piso superior do convento. Na torção do muro da cerca existia uma pequena construção que aparenta ser referente a uma capela, devido às suas dimensões e morfologia. A existência de capelas integradas nas cercas era situação comum presente em outras cercas capuchas.

A vegetação disposta pelo terreno da cerca do Convento de Nossa Senhora da Esperança é transversal às casas religiosas a sul do Tejo, salvo raras excepções, tanto pelas condições climáticas apresentadas na região, como pela necessidade de certo tipo de vegetação para a subsistência da comunidade. A vegetação hoje visível é muito diferente daquela que terá sido a do convento, como resultado da falta de manutenção e rega, com a perda de espécies antes cultivadas e a presença de espécies invasoras. É certo que o tipo de árvores presentes no espaço exterior contíguo ao extinto convento são de sequeiro cujas características apresentadas permitem a sobrevivência em terras secas com escassez de rega. Encontram-se no local espécies como a romãzeira, amendoeira, alfarrobeira e oliveira, que não se encontram nomeadas no inventário vegetal dos capuchos da Esperança, porém, tal ausência descritiva não implica que tais exemplares arbóreos não tivessem sobrevivido à actualidade ou pelo menos que proviessem das originais, pelas suas características robustas e resistentes às condições mais agressivas. É de acreditar que nenhuma das árvores hoje existentes no exterior, possam ser contemporâneas dos capuchos, porque os registos fotográficos demonstram terrenos áridos com vegetação rasteira selvagem sem qualquer tratamento. É natural que existam e que tenham proliferado pelos terrenos com alguma manutenção já mais recente e especialmente por serem espécies típicas e características da região algarvia capazes de tolerar os cenários mais críticos, também possível de identificar através de registos iconográficos o terreno cultivado.

De uma época posterior, encontram-se alterações pelos espaços contíguos ao extinto convento das quais subsistem dúvidas sobre datação e interrogações sobre veracidade. Embora, não seja possível determinar a data precisa da construção da pequena casa a norte do edifício outrora convento, através de registos iconográficos comprova-se a existência da dita edificação no princípio do século XX, daí concluindo que é posterior à extinção das ordens e que por

essas razões não tem qualquer relação com a comunidade capucha.

Impossível de identificar a data é também do elemento murado que encerra o espaço envolvente exterior, porém calcula-se que esse acréscimo de área através de novos muros tenha sido de elaboração rápido e acontecido antes da primeira metade do século XX, algures nas primeiras décadas, justificando tal afirmação pela consulta de registo gráficos do ano de 1940, nos quais já estão indicados os muros.

Em diversos registos gráficos existe igualmente a indicação de uma passagem subterrânea desde o volume mais sudoeste do edifício até ao lado exterior da cerca, todavia, pelas condições adversas em que se encontra o terreno e as estruturas edificadas é impossível, sem um estudo mais aprofundado como a escavação, determinar e comprovar a autenticidade de tais sinais.

^[1] Ramos, M. C. (1982). op. cit.,p. 5.

^[2] Manuel C. Ramos não descarta a eventualidade de que a ermida estivesse já edificada quando os terrenos foram doados aos frades observantes, pelos anos 20, e que estes religiosos apenas aprimoraram ao gosto franciscano alguns detalhes elaborados.

^[3] Os conventos capuchos da Província da Piedade, apresentavam duas hipóteses de vãos na fachada lateral uns não têm qualquer abertura nessa face, e os que têm aberturas são, normalmente, grandes janelões que se encontram à altura do piso superior, o que levanta questões sobre a posição das janelas inferiores na fachada lateral da Igreja do Convento de Nossa Senhora da Esperança. Principalmente devido a registos (foto)gráficos que apenas ilustram uma das janelas nessa fachada ao nível do piso térreo.

^[4] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit., p. 77.

^[5] Ibidem, p. 74.

^[6] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit., p. 122.

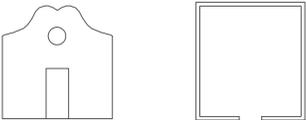
^[7] Palmo mede cerca de 22 centímetros, é a medida obtida com a mão aberta desde o polegar ao mínimo.

^[8] O que está ilustrado no painel de jaspé na fachada principal da Igreja é, para todos um mistério, porém, são variadas as especulações ao que seria a Virgem Nossa Senhora (da Esperança?), e isso todos o afirmam, rodeada de outras figuras, nomeadamente um cavaleiro ajoelhado. As hipóteses dividem os autores, por exemplo, Francisco Lameira num texto “Contribuições para o Estudo da Escultura Manuelina no Algarve - um painel do Convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão” afirma que as figuras seriam Simão Correia e D. Joana Faria, sua mulher em redor da Virgem; por outro lado, Jaime Palhinha no trabalho de 1992, onde retrata diversos aspectos do convento, intitulado de “Convento de São Francisco e Igreja da Nossa Senhora da Esperança em Portimão: Estudo para a sua recuperação e Reabilitação” defende que as figuras representadas no painel possam ser Baltazar de Mello e Cunha e a sua esposa, pela razão de que as obras do Nárteç e Coro rondavam os anos de 1580 e nessa altura Simão Correia já teria falecido há cerca de 40 anos, sendo os actuais bem feitos do Convento o casal que também tinha mandado aumentar a Capela-Mor. Posto isto, teria lógica que fossem referidos tais actos de generosidade num painel trabalhado que estaria visível para todos, na fachada principal do edifício. Não temos uma convicção certa de quem serão as personagens no painel que compõe a fachada, no entanto, inclinamo-nos para a segunda hipótese, que Jaime Palhinha acredita serem Baltazar de Mello e Cunha e a sua esposa, pois em termos cronológicos parece-nos a ideia mais plausível.

^[9] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit. p. 37.

^[10] Xavier, A. M. (2004). Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade. Évora: Casa do Sul Editora. p.78.

^[11] De modo a perceber onde seriam os dormitórios foram analisadas possíveis combinações, através do número de vãos nas fachadas do piso superior, considerando que cada janela equivale a uma cela (tendo naturalmente excluído as janelas de sacada por pertencerem ao remate dos corredores): a ala nascente com possibilidade de cinco a sete celas em conjunto com a ala sul, com cinco celas, resultariam entre dez a doze celas, sendo qualquer um dos números insuficiente tanto para os treze frades exigidos aquando da fundação como para os quinze religiosos apontados; a ala sul articulada com a ala poente formavam dez a doze celas, sendo do mesmo modo também insuficientes; as alas nascente e poente somam entre onze a treze celas, sendo possível apenas para o valor mínimo da fundação; a combinação das três alas, nascente, sul e poente resultam num total de quinze a dezanove celas (considerando que todas as janelas eram utilizadas para o efeito), o que permite a quantidade exigida pelos Estatutos, tanto para os treze frades como para as tais dezassete a dezoito celas requeridas pelas regras, como encaixa perfeitamente o número apontado para os frades capuchos habitantes do Convento de Nossa Senhora da Esperança, ainda sobejando algumas outras celas para hóspedes, ou para outra serventia que não o descanso.

^[12] Medinas, V. J. F. (1994). op. cit. p. 38.


Desenho da capela, alçado e planta.



37 Vista aérea de Portimão: Fábrica Facho, Convento de São Francisco.



38 Vista do terreno que circunda o Convento de São Francisco, 1984.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O estado de conservação do conjunto do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança corresponde ao de ruína. As razões que levaram este exemplar de valor patrimonial, histórico e arquitectónico, à condição de ruína em que hoje se encontra são conhecidas e transversais a outros edifícios religiosos por todo o país, muitos dos quais também votados ao abandono.

Actualmente, o espaço que foi antes habitado pelos capuchos encontra-se muito degradado e descaracterizado. Logo após a extinção das ordens religiosas, ocasião em que tanto o extinto convento como o seu espaço contíguo foram utilizados de forma evasiva.

As primeiras acções incluíram a reconstrução dos muros que aumentaram o terreno envolvente relativamente ao anterior espaço de cerca capucho, situação que se mantém. Em simultâneo, junto aos novos muros foram construídos edifícios básicos e de reduzidas dimensões, utilizados como armazenamento das indústrias emergentes que se desenvolviam na proximidade. Entretanto, os muros mais recentes começaram a ceder, pela fraca construção e qualidade dos materiais, que além de antecipar a imagem de ruína do conjunto, facilita a entrada no edifício degradado acelerando o processo de deterioração. Tais acontecimentos levaram ao uso indevido e desrespeitoso do edifício. Posteriormente, a falta de utilização aliada à passagem do tempo levaram o extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança até ao estado de ruína.

O aspecto exterior revela as más condições em que se encontra o edifício. A falta de coberturas no edifício contribuiu e acelerou a deterioração dos espaços interiores. O telhado em duas águas que anteriormente cobria todo o edifício degradou-se com o tempo acabando por desabar. Como resultado todo o piso superior encontra-se descoberto e toda a estrutura está sujeita às adversidades climáticas. Na igreja metade da estrutura em tijolo que forma a abóbada aguentou a passagem do tempo, revelando pontualmente resquícios de telhas, situação que se verificou semelhante nas galerias superiores do claustro, sendo estas as únicas coberturas no edifício.

O revestimento, antigamente de uma extrema brancura proveniente da cal, mantém-se, já despigmentado, apenas num número reduzido de fachadas e nas zonas sem qualquer reboco descobre-se a estrutura das paredes e vãos, profundamente danificadas, expondo completamente a materialidade da pedra e tijolo, a textura, cor, disposição e técnicas construtivas. As fachadas norte e poente da igreja, parte da fachada nascente traseira à igreja e parte da fachada sul do pátio da cisterna são as mais bem preservadas do conjunto, em termos de revestimento, ocultando e resguardando a estrutura e os materiais da parede. Não foi apenas o revestimento que desapareceu das paredes, mas parte das próprias paredes, assim como diversos elementos estruturais e complementares, tendo, pontualmente, fachadas ou parte de planos de espaços desaparecido cujo derrocamento fez aumentar as dimensões nas aberturas dos vãos, desfigurando-os. Pelos vãos mais conservados, embora escassos, são ainda visíveis nas suas molduras a cantaria de pedra que impede a sua degradação e das paredes, e que delimita perfeitamente a dimensão da abertura. No interior, o pavimento, impossível enxergar em praticamente todo o edifício, está escondido por debaixo de uma espessa camada de areia proveniente do desgaste e da corrosão dos materiais, tanto das paredes como das coberturas, e de entulho que foi sendo depositado pelo homem ou trazido de forma natural.

A igreja é alvo da situação mais flagrante de degradação do pavimento e da edificação, completamente submerso pelos escombros do próprio espaço, da própria da estrutura e de detritos inerentes à vegetação e aos animais que o

habitam, que tornam bastante difícil a circulação neste lugar, por vezes, impossível. Aqui a vegetação rasteira dominou o espaço, juntamente com os barrotes de madeira maciça, com as pedras e telhas dispostos pelo chão, ilustrando o pior cenário de abandono e de ruína do edifício, ironicamente, o mais cuidado pelos capuchos.

Os espaços pertencentes ao culto e contíguos à nave da igreja seguem semelhante nível de degradação com diversos elementos estruturais desmoronados, identificando claramente a que parte da ombreira da porta a que pertence um bloco de pedra que se acha pelo chão.

Os espaços do piso inferior encontram-se em melhor estado de conservação relativamente aos do superior, pelo facto de existir cobertura, à excepção do volume a sul desamparado devido à queda entre pisos, que protege os elementos e a estrutura retardando o seu desgaste. Por esse motivo, no piso inferior a organização espacial é a original, distinguindo os diferentes espaços, havendo pontualmente alterações pouco ou nada significativas.

No claustro, o espaço exterior, circunscrito pelas galerias cujo pavimento se encontra coberto por uma camada de poeira, onde é pontualmente visível o lajeado do piso de aspecto sujo e degradado devido à vegetação espontânea e a partes da estrutura do edifício dispostas pelo chão que antecedem o estado da cisterna, cujos limites espaciais são imperceptíveis por causa da quantidade de lixo doméstico acumulado ao longo dos anos. Deste espaço surgem aberturas no chão, as bocas da cisterna ligeiramente deformadas, e outros buracos não intencionais, com dimensões semelhantes às anteriores, resultantes da degradação do espaço e da queda do piso e ainda duas figueiras que ali se criaram e sobreviveram.

Os degraus já disformes, cuja formato dos planos horizontal e vertical não se distinguem assemelhando-se a rampas de exagerada inclinação, fazem o acesso entre pisos. O piso superior corre maior risco de ruptura e desabamento pela exposição aos elementos naturais que danificam veloz e profundamente toda a sua estrutura, ameaçando ruína eminente.

No piso superior, apenas restam as paredes exteriores, não existindo qualquer distinção do que seriam celas, corredores, ou outros espaços, o que dificultou o trabalho de interpretação e identificação espacial, uma vez que as paredes divisórias abateram resultando num único espaço amplo e de grandes dimensões, ao invés do ritmo concedido através dos vários e diminutos compartimentos de descanso dos religiosos. Por todo o edifício não existe qualquer vestígio de elementos relacionados com o quotidiano da comunidade, nem de elementos característicos ou definidores de determinado espaço ou sequer de elementos como portas ou janelas nem as respectivas caixilharias.

A ausência de trechos estruturais, de materiais, de revestimento desfiguraram completamente o edifício e adulteraram a sua imagem através da sua condição de profunda ruína.

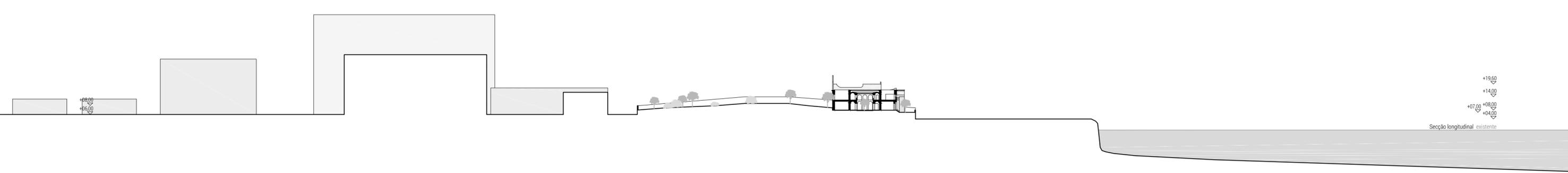
Esta circunstância não é necessariamente definitiva, depende somente de uma acção imediata sobre o conjunto, valorizando o património através de um uso que o dignifique e que o saiba manter, transformando o edifício devoluto num espaço que permita uma nova vivência através de um manifesto e inestimável potencial.



39 Interior da igreja, Convento de Nossa Senhora da Esperança.

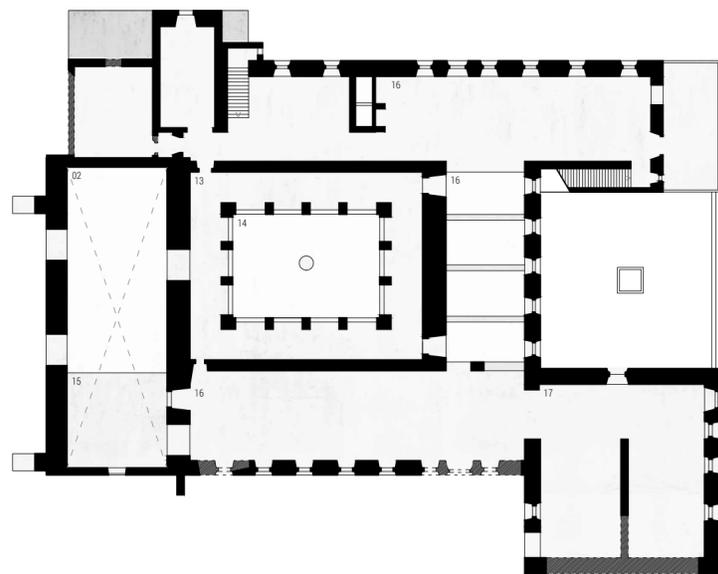


Planta de implantação existente

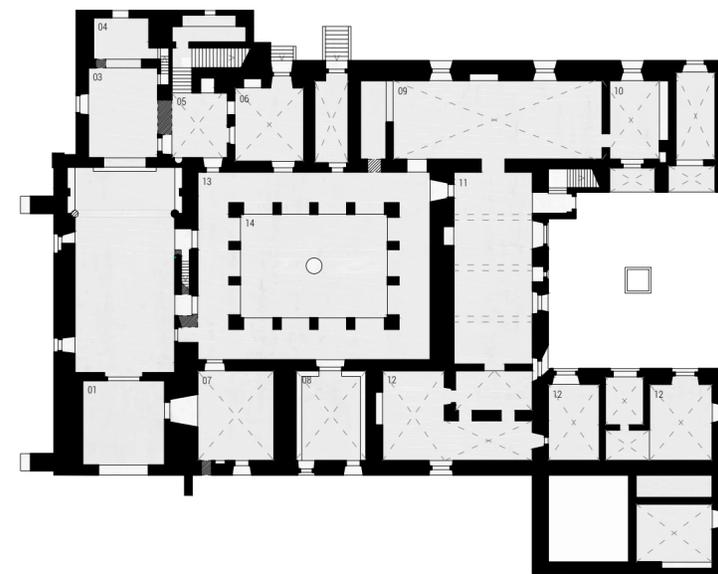


+19,00
+14,00
+07,00 +08,00
+04,00

Secção longitudinal existente

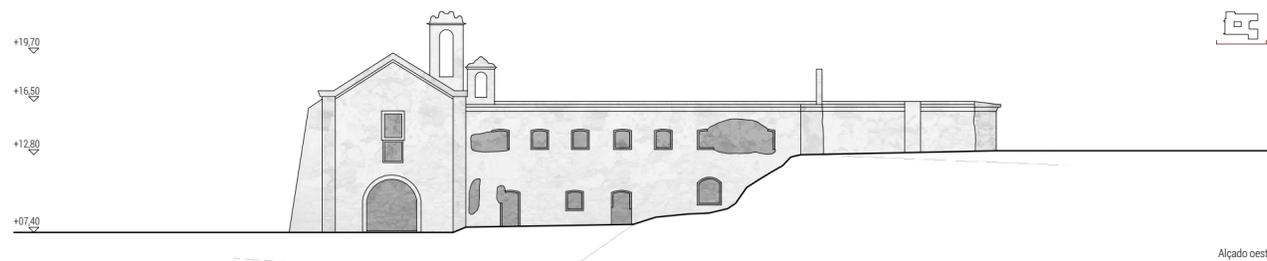


Planta piso superior cota 12.60
 5m

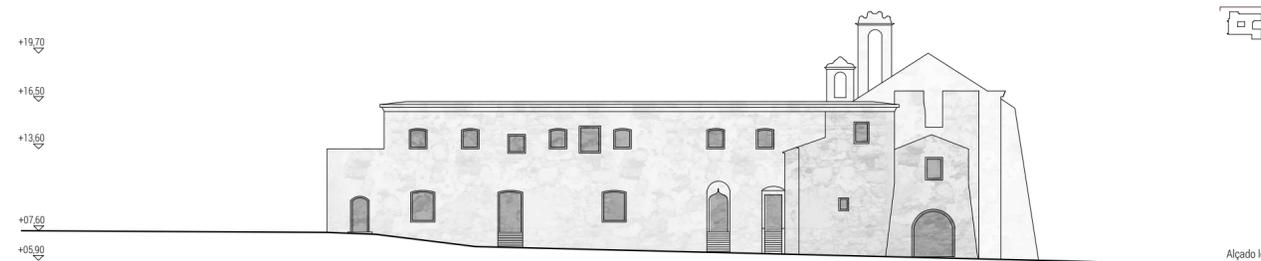


- 01 Nartéx
- 02 Nave
- 03 Capela-mor
- 04 Altar-mor
- 05 Sacristia
- 06 Via-sacra
- 07 Portaria
- 08 Sala do Capítulo
- 09 Cozinha
- 10 Pataria
- 11 Refeitório
- 12 Adegas / dispensas
- 13 Galerias do claustro
- 14 Claustro
- 15 Coro-alto
- 16 Dormitórios
- 17 Biblioteca/enfermaria

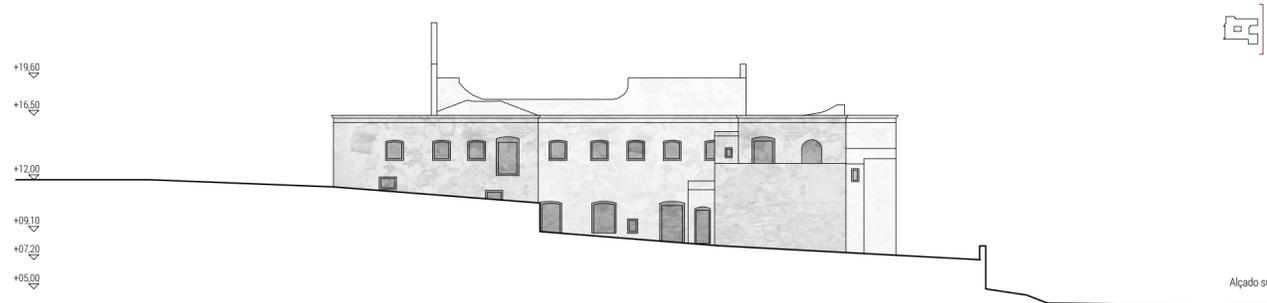
Planta piso inferior cota 08.00
 5m



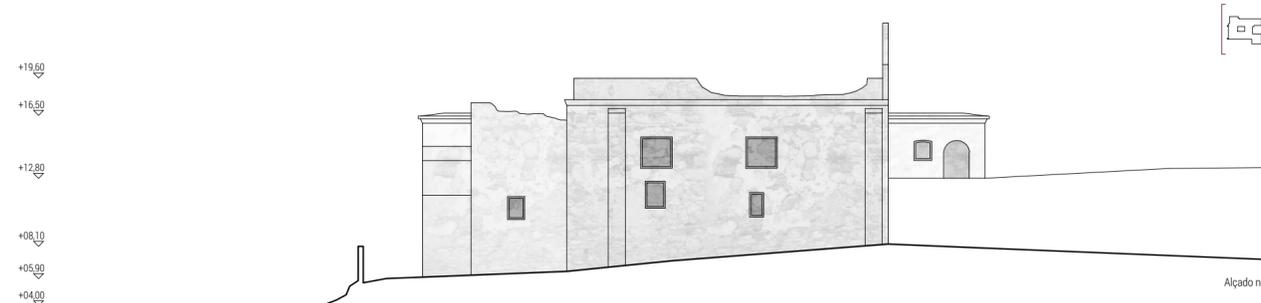
Alçado oeste



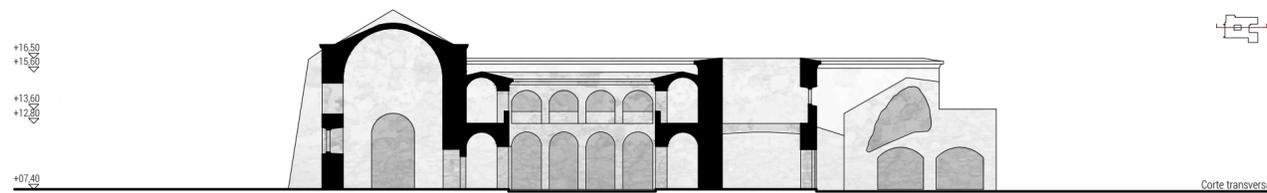
Alçado leste



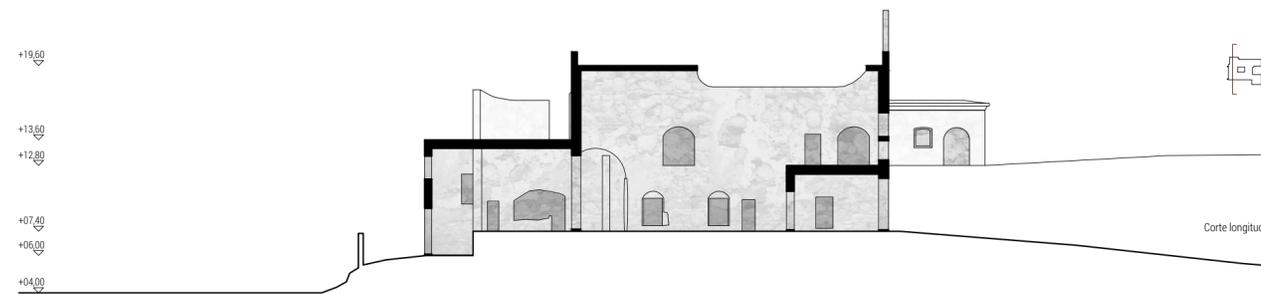
Alçado sul



Alçado norte



Corte transversal



Corte longitudinal

RELAÇÃO E INFLUÊNCIA NA CIDADE

No início do século XVI, Vila Nova de Portimão, que contava com um núcleo urbano compacto envolvido por muralhas e a norte outro mais disperso de edificado precário, via o restante território desértico apenas suavemente pontuado por construções rudimentares. Porém, no ano de 1530 começou a haver movimento num cabeço a sul da vila, bem distante da implantação da recente povoação. Frades franciscanos que receberam terrenos e casas instalaram-se iniciando a construção de um convento para residência da comunidade. No ano de 1541 foi fundado o Convento de Nossa Senhora da Esperança num terreno elevado sobre o rio Arade.

Consideravelmente afastado, comparativamente às distâncias praticadas na vila, não fomentava uma relação mútua com a agravante da inexistência de percurso, que logo foi criado alterando a situação, ainda que elementar e sinuoso. Com uma estratégica posição dominante sobre a envolvente e o rio, com amplas vistas sobre a paisagem e a vila cujos limites físicos com recorte de desenho delicado e natural eram definidos pela água devido à proximidade. Pelo carinho e apreço que a população nutria pela comunidade demonstrada, pelas esmolas e pelo auxílio construtivo no convento, os frades teriam certamente agrado pela sua afortunada circunstância. Considerado um espaço importante no quotidiano da população, além do apoio espiritual significava amparo aos doentes e pobres, e por vezes, instrução intelectual.

A sua implantação, no final do percurso ribeirinho assente no eixo norte-sul, era delimitada pela cerca monástica que, a poente do edifício, formava um espaço amplo, um terreiro, que recebia e encaminhava à entrada do convento, exterior aos muros. Ainda por terminar o Convento de Nossa Senhora da Esperança protagonizou momentos únicos, dos quais uma visita de D. Sebastião à vila, no ano de 1573, cuja passagem permitiu assistir a uma missa na igreja do dito convento antes da sua partida para Marrocos⁸⁸.

No século seguinte, já com um percurso tratado, embora situado na periferia, na direcção do convento foram aparecendo algumas construções, demonstrando ser um novo indicador de expansão, tendo mais tarde sido responsável pela definição de eixos de desenvolvimento fundamentais.

Com o movimento de embarcações que se fez sentir nos séculos seguintes, devido ao elevado número de embarcações e sem cais para as acomodar, diversas vezes o espaço ribeirinho envolvente ao convento servia de ancoradouro improvisado, através de uma escadaria encaixada na topografia que ligava o rio a um estreito caminho cujo desenho contornava a cerca e o cabeço confluindo no percurso que seguia para a vila. Este caminho que facilitava bastante o acesso entre a vila e as embarcações que usufruíam do ancoradouro veio reforçar o contacto da comunidade religiosa com o "mundo exterior" tendo ampliado a sua importância junto da povoação pela localização estratégica que o seu convento apresentava relativamente à mesma.

Contudo, a excelente localização do convento era também responsável por problemas de segurança e vulnerabilidade face às embarcações duvidosas que entravam pela baía com o intuito de ataques e pilhagens, por ser o edifício mais a sul e isolado estava mais exposto, portanto, propenso a situações agressivas. Devido às circunstâncias, a necessidade de uma estrutura defensiva que salvaguardasse o convento e a vila era urgente. A exposição e insegurança do convento foram utilizadas como argumento principal para a construção da Fortaleza de Santa Catarina⁸⁹ que no ano de 1640 começou a controlar o movimento no rio, cujo acesso à vila foi apoiado no percurso já formado desde o convento. Mais tarde, foi também sugerido pelo engenheiro italiano uma estrutura defensiva no convento franciscano, através do levantamento de um baluarte⁹⁰, mas pela construção não ser visível nem se encontrar documentada,

levanta dúvidas sobre a sua existência.

Entretanto a vila cresceu, alterou a morfologia do território, transformou os seus limites costeiros através da regularização da sua frente ribeirinha que aproximou a distância entre o convento e o núcleo urbano, com a melhoria do percurso que os ligava. A presença do convento foi em grande parte responsável pela definição do caminho à zona de areal a sul, servindo de suporte ao desenvolvimento nesse sentido, que mais tarde se mostrou dos mais importantes acessos por ser o elo de ligação entre o centro histórico e o principal ponto atractivo da cidade: as praias.

Em pleno século XVIII a extinção das ordens religiosas declaram o fim das comunidades monásticas. Os frades capuchos que habitaram o Convento de Nossa Senhora da Esperança não tiveram outra hipótese se não a de abandonar o convento e esperar que este fosse vendido em hasta pública e que o novo proprietário lhe proporcionasse um uso digno. Situação que se verificou completamente oposta. Estreitamente ligado às actividades da vila, devido à proximidade da zona de transporte marítimo, o extinto convento, utilizado como armazém de cortiça ardeu num incêndio que se deflagrou em parte do edifício no final do século.

Mais tarde, já no século XIX quando a indústria conserveira se tornou a principal actividade da cidade fomentou-se a relação com o edifício monástico, novamente, pela proximidade à água. Desta vez com um vínculo negativo. Desrespeitando o seu valor, este espaço serviu de depósito às fábricas de conserva que se tinham instalado na envolvente, e era de tal forma influente que uma dessas unidades fabris e o respectivo estaleiro receberam a designação popular do convento de "São Francisco". Contudo, pelo declínio da actividade conserveira, com as fábricas encerradas e já sem necessidade de utilização do espaço do extinto convento este permaneceu na degradação, agora obsoleto.

Na expansão do século XX, a mancha edificada conquistou território virgem sobretudo para sul, na direcção do convento, envolveu-o numa densa e irregular malha urbana, aproximando-se dos limites impostos pela cerca. Os espaços a ocidente do conjunto monástico foram os mais afectados pelo crescimento urbano que se expandiu junto à cerca. Contrariamente às a norte e a sul, que resultaram em zonas mais amplas, caracterizadas por espaços de apoio a actividades marítimas, de doca e de porto, respectivamente, permitiram ao conjunto monástico uma envolvente liberta. Com as transformações da frente ribeirinha o espaço contíguo ao convento perdeu o seu limite costeiro, a proximidade e relação com a água, através do aterro continuado de norte que envolveu o extinto convento num descaracterizado embasamento. A massa líquida do rio que o rodeava deu lugar a uma massa sólida de betão.

Os diversos usos desrespeitosos, irresponsáveis e inconscientes do valor patrimonial do Convento de Nossa Senhora da Esperança, de que foi alvo ao longo dos anos, apenas contribuíram para a sua destruição e degradação, agravando a situação de ruína. O convento perdeu o seu isolamento relativamente aos limites da vila. Apesar de viver no centro da cidade actual, encontra-se encerrado nos seus muros, encurralado pela condensada malha urbana, ainda que esteja na zona menos densa de toda a frente ribeirinha. O conjunto arquitectónico encontra-se no final do percurso ribeirinho e simultaneamente no centro da fachada ribeirinha, equidistante relativamente ao centro histórico e ao areal, ambos espaços dinamizadores e catalisadores de desenvolvimento social e, consequentemente, os mais frequentados pela preferência da população portimonense.



40 Vista de Portimão através de uma janela do Convento de São Francisco.



41 Vista parcial de barcos no estaleiro de S. José.



42 Vista parcial da cidade e do estaleiro junto ao Convento de São Francisco.

As acessibilidades projectadas para o espaço ribeirinho, ciclovias e percurso pedestre, terminam a norte junto ao limite do muro do conjunto, não existindo a sul qualquer desenho ou delimitação, resultando em metade do percurso indefinido e feito de forma improvisada por terrenos não tratados. A situação do convento, a falta de actuação e a despreocupação perante o espaço delimitado pela sua cerca são a principal causa para a quebra no percurso ribeirinho que é obrigado a contornar os muros, e seguir pelos terrenos contíguos, que por arrastamento, aparentam tal indiferença.

Os espaços a sul assim como o convento, demonstram potencial, que está aliás previsto no "Plano de Urbanização UP5 - Turismo Náutico e Comercial do Rio Arade", no qual prevê "a implantação de funções turístico-culturais e, simultaneamente, a protecção, salvaguarda e valorização dos imóveis singulares e valores patrimoniais"⁹¹. A localização e situação do convento, entre o museu da cidade e o porto comercial, forma uma barreira que impede a comunicação entre ambos os lados e a natural fluidez do percurso ribeirinho, cuja ligação descontinuada devido à presença do espaço monástico abandonado obriga a um estreitamento do percurso que o contorna resultando em duas realidades opostas.

Figurando a escassa lista de património arquitectónico de Portimão, o Convento de Nossa Senhora da Esperança, tem inequívocos valores históricos, arquitectónicos, sociais, religiosos e económicos. A imagem de ruína da cidade, que ameaça, quase irremediavelmente, a memória colectiva e a identidade do lugar reflecte-se num ponto negativo na cidade, do qual se geram mais problemas que soluções para reverter todo este processo, não apenas do edifício mas fundamental também a sua envolvente. O cenário criado pelo seu estado de ruína é pior quando integrado no percurso ribeirinho materializando o seu remate, que se relaciona com o centro histórico, e que contíguo ao porto serve-o como entrada. Um conjunto de diversos factores transformou negativamente a relação do convento com a cidade e vice-versa. Contribuindo para uma maior degradação, a ausência de vínculo com a cidade resultante do encerramento do espaço envolvente através dos muros, impossibilita visitar e usufruir de tal património, paralelamente ao afastamento do rio devido ao redesenho dos limites ribeirinhos, que o privou da sua relação de proximidade com a água pela descaracterização da sua peculiar implantação no território.

O extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança representa das maiores e mais graves problemáticas da cidade, em par com o seu potencial. Completamente descaracterizado e privado de relações com a envolvente e com a cidade, isolado nos seus muros que repulsam as infinitas possibilidades de reclamá-lo à cidade, continua e continuará indiferente perante a degradação que o destruirá, se não houver uma urgente intervenção que o salvaguarde.

⁸⁸ Ventura, M.; Marques, M. (1993) *op. cit.* p. 18.

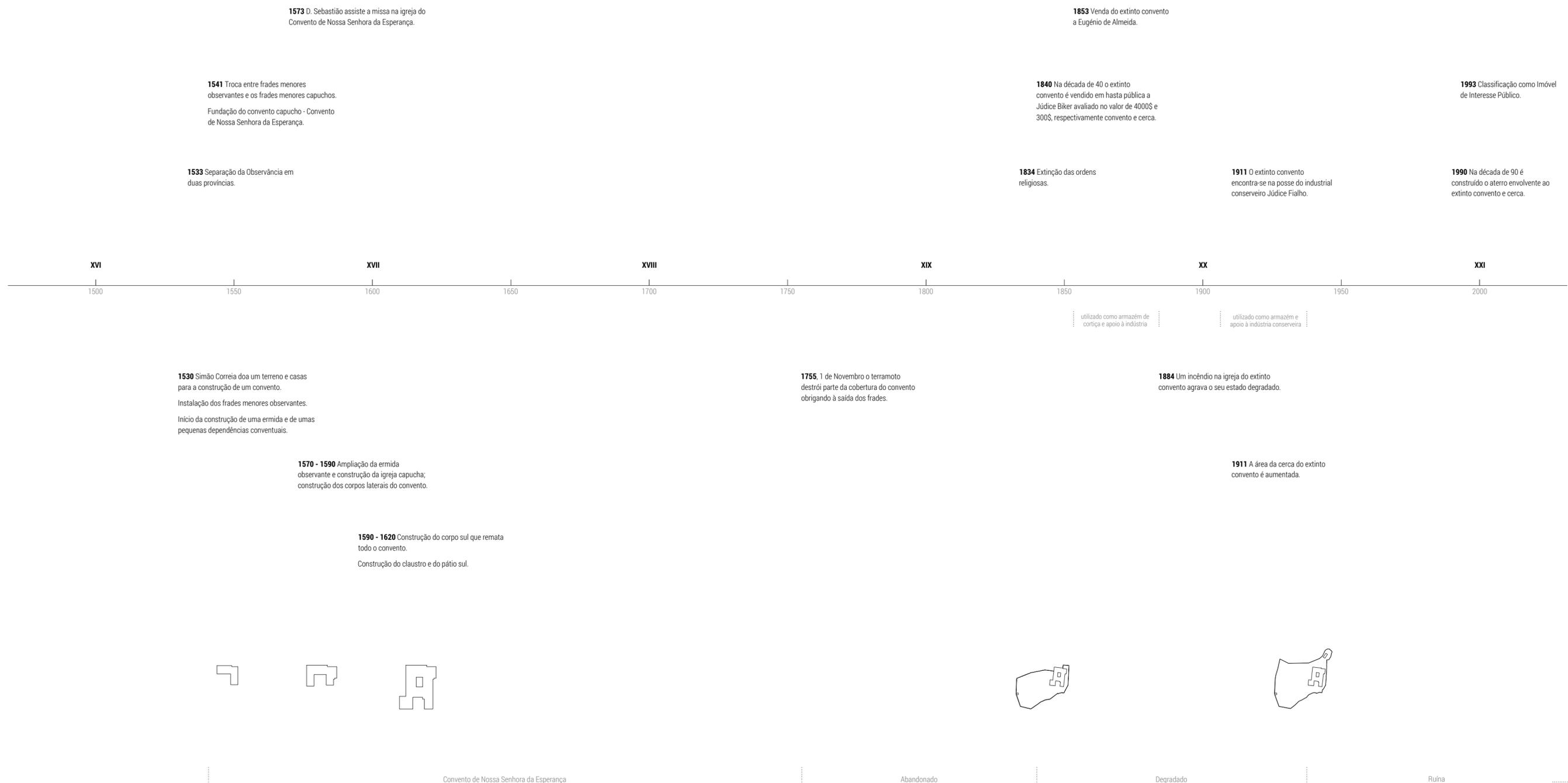
⁸⁹ Guedes, L. (1988) *op. cit.*, p. 160. "(...)a dita defesa assegurará o mosteiro dos frades, que está junto dele, e as embarcações pequenas que, pegadas ao dito mosteiro, de ordinário estão surtas ancoradas que com facilidade, ou de dia ou de noite, um atrevido pode ou com lanchas ou com barco, por uma barreta que desta parte, esta ir cativar os frades, e tomar os ditos barcos ou queimá-los e fazer o próprio ao mosteiro, Ihor que noutra sítio"

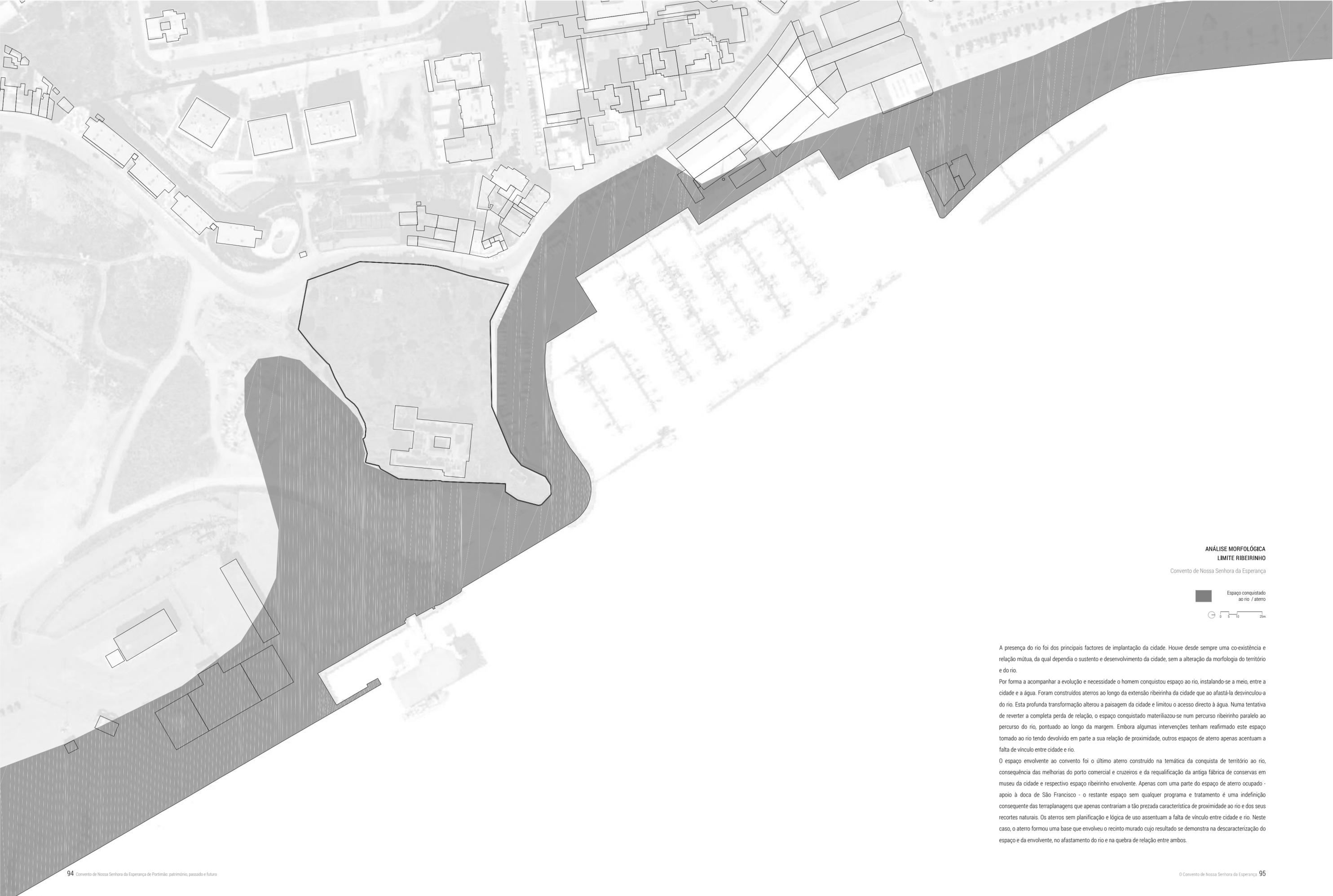
⁹⁰ Idem, p. 160. "(...) com lhe fazer um baluarte e dois pedaços de cortinas terraplandas,(...) fazendo-lhe a entrada parte do mosteiro de São Francisco e levantando o dito baluarte do sítio onde está a ermida, por ser ele mais alto cois de 20 até 25 palmos".

⁹¹ (2005). *Plano de Urbanização da UP 5 - Portimão*. Câmara Municipal de Portimão, p. 19.



43 Vista aérea dos estaleiros, Convento de São Francisco, porto de Portimão e fábrica de conservas Facho.





**ANÁLISE MORFOLÓGICA
LIMITE RIBEIRINHO**

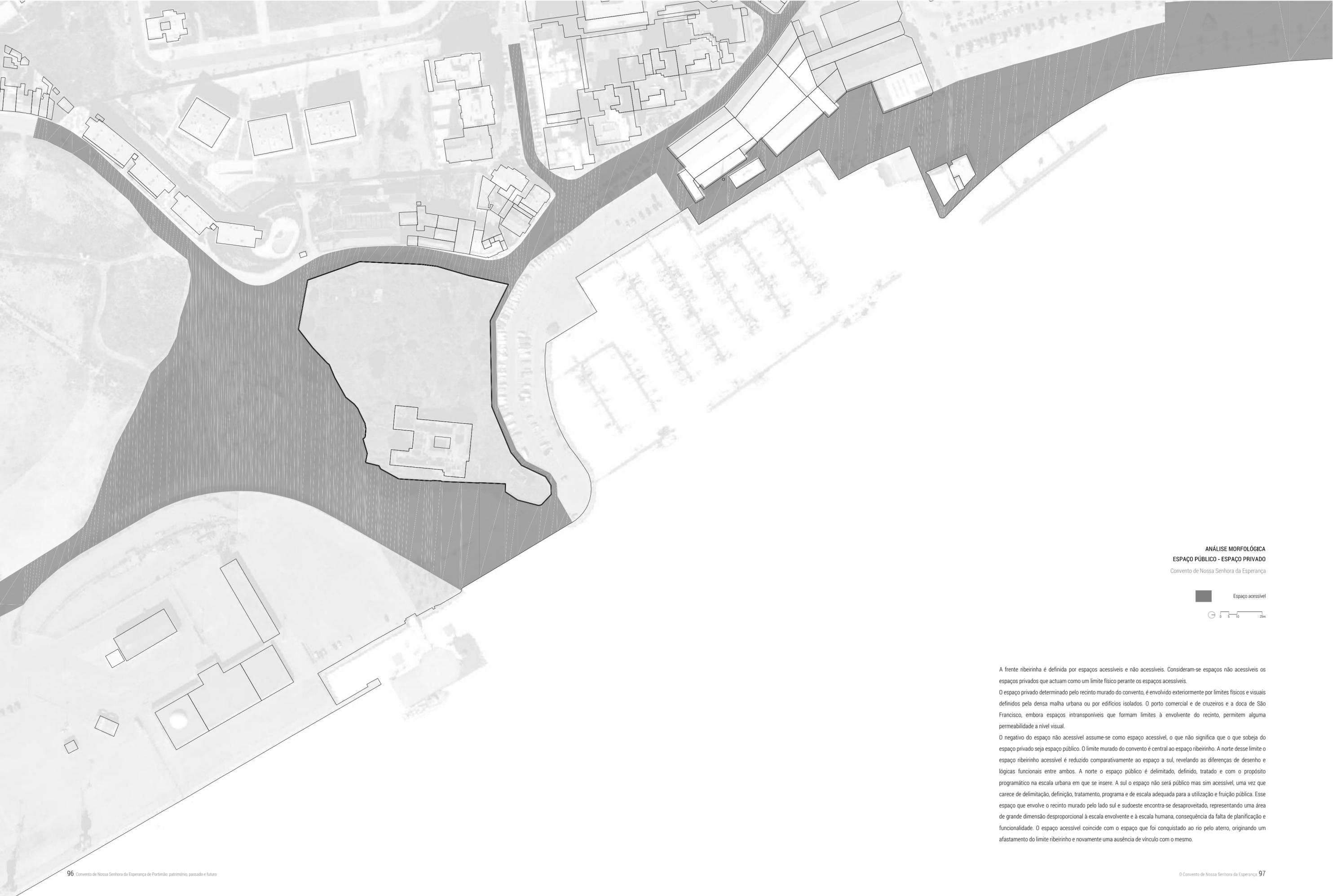
Convento de Nossa Senhora da Esperança



A presença do rio foi dos principais factores de implantação da cidade. Houve desde sempre uma co-existência e relação mútua, da qual dependia o sustento e desenvolvimento da cidade, sem a alteração da morfologia do território e do rio.

Por forma a acompanhar a evolução e necessidade o homem conquistou espaço ao rio, instalando-se a meio, entre a cidade e a água. Foram construídos aterros ao longo da extensão ribeirinha da cidade que ao afastá-la desvinculou-a do rio. Esta profunda transformação alterou a paisagem da cidade e limitou o acesso directo à água. Numa tentativa de reverter a completa perda de relação, o espaço conquistado materializou-se num percurso ribeirinho paralelo ao percurso do rio, pontuado ao longo da margem. Embora algumas intervenções tenham reafirmado este espaço tomado ao rio tendo devolvido em parte a sua relação de proximidade, outros espaços de aterro apenas acentuam a falta de vínculo entre cidade e rio.

O espaço envolvente ao convento foi o último aterro construído na temática da conquista de território ao rio, consequência das melhorias do porto comercial e cruzeiros e da requalificação da antiga fábrica de conservas em museu da cidade e respectivo espaço ribeirinho envolvente. Apenas com uma parte do espaço de aterro ocupado - apoio à doca de São Francisco - o restante espaço sem qualquer programa e tratamento é uma indefinição consequente das terraplanagens que apenas contrariam a tão prezada característica de proximidade ao rio e dos seus recortes naturais. Os aterros sem planificação e lógica de uso assentam a falta de vínculo entre cidade e rio. Neste caso, o aterro formou uma base que envolveu o recinto murado cujo resultado se demonstra na descaracterização do espaço e da envolvente, no afastamento do rio e na quebra de relação entre ambos.



ANÁLISE MORFOLÓGICA
ESPAÇO PÚBLICO - ESPAÇO PRIVADO
Convento de Nossa Senhora da Esperança



A frente ribeirinha é definida por espaços acessíveis e não acessíveis. Consideram-se espaços não acessíveis os espaços privados que actuam como um limite físico perante os espaços acessíveis.

O espaço privado determinado pelo recinto murado do convento, é envolvido exteriormente por limites físicos e visuais definidos pela densa malha urbana ou por edifícios isolados. O porto comercial e de cruzeiros e a doca de São Francisco, embora espaços intransponíveis que formam limites à envolvente do recinto, permitem alguma permeabilidade a nível visual.

O negativo do espaço não acessível assume-se como espaço acessível, o que não significa que o que sobeja do espaço privado seja espaço público. O limite murado do convento é central ao espaço ribeirinho. A norte desse limite o espaço ribeirinho acessível é reduzido comparativamente ao espaço a sul, revelando as diferenças de desenho e lógicas funcionais entre ambos. A norte o espaço público é delimitado, definido, tratado e com o propósito programático na escala urbana em que se insere. A sul o espaço não será público mas sim acessível, uma vez que carece de delimitação, definição, tratamento, programa e de escala adequada para a utilização e fruição pública. Esse espaço que envolve o recinto murado pelo lado sul e sudoeste encontra-se desaproveitado, representando uma área de grande dimensão desproporcional à escala envolvente e à escala humana, consequência da falta de planificação e funcionalidade. O espaço acessível coincide com o espaço que foi conquistado ao rio pelo aterro, originando um afastamento do limite ribeirinho e novamente uma ausência de vínculo com o mesmo.



ANÁLISE MORFOLÓGICA
PERCURSOS PRINCIPAIS | CONVENTO
Convento de Nossa Senhora da Esperança

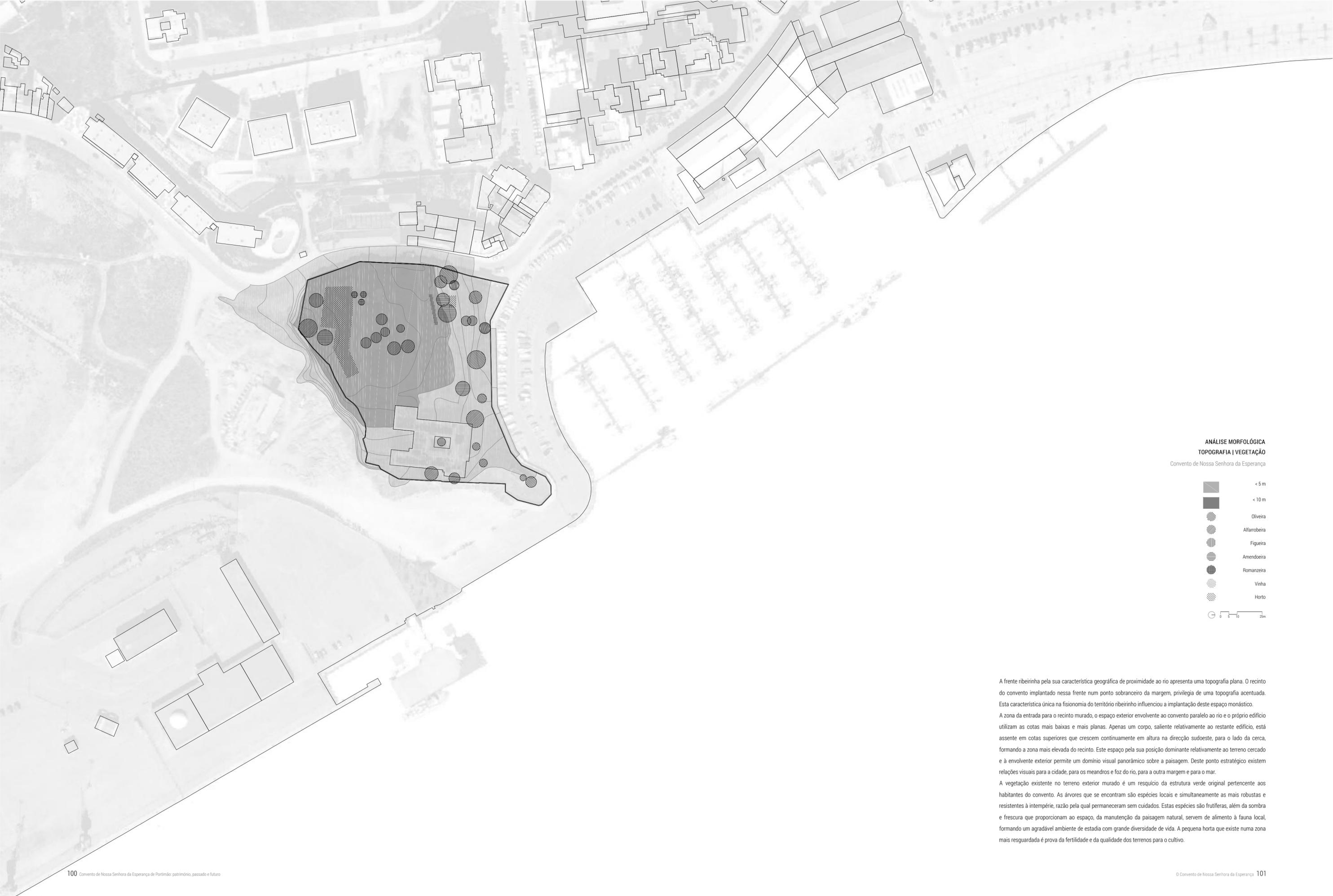
- Via maior fluxo / menor fluxo
 - Percurso maior fluxo / menor fluxo
 - Percurso ribeirinho definido
 - Aproximação à cerca
 - > Entrada na cerca
- 0 5 10 25m

Uma das vias mais importantes da cidade atravessa-a na sua extensão norte-sul paralela ao rio, conectando o centro histórico à costa sul. Essa via serve-se do limite oeste do muro do convento contornando-o e devido ao seu grande fluxo ramifica-se perpendicularmente noutras vias de menor fluxo. Esta condição influencia activamente um maior movimento e afluência à zona envolvente ao convento.

O percurso ribeirinho pedonal apresenta maior fluxo a norte do convento e menor fluxo a sul do mesmo. Esta diferença é afirmada pelas características dos espaços, pelas respectivas definição e indefinição, pelo tratamento e falta dele. O percurso assemelha-se à via rodoviária ao desenvolver-se paralelo ao rio num espaço amplo e desafogado. São idênticos na medida em que se aproximam do convento e são forçados a contorná-lo através de um espaço reduzido e tencionado, no caso do percurso pelo lado sul, no caso da via no sentido oposto pelo lado norte.

A aproximação a norte de ambas via rodoviária e percurso pedonal coincidem com a única entrada no recinto do convento, nos outros pontos de aproximação, a sudoeste pela via e a este pelo percurso, protagonizam momentos singulares na relação com o espaço murado. A indefinição espacial, funcional e programática do aterro a sul do convento não convida à passagem ou à estadia, representando uma quebra e uma consequente aversão ao percurso ribeirinho e simultaneamente uma perda no seu conceito de continuidade.

A definição e desenho dos espaços acessíveis e públicos são factores decisivos no desenvolvimento e comportamento das vias e dos percursos pedonais que por sua vez influenciam mutuamente o estado do convento e da sua envolvente.



**ANÁLISE MORFOLÓGICA
TOPOGRAFIA | VEGETAÇÃO**

Convento de Nossa Senhora da Esperança



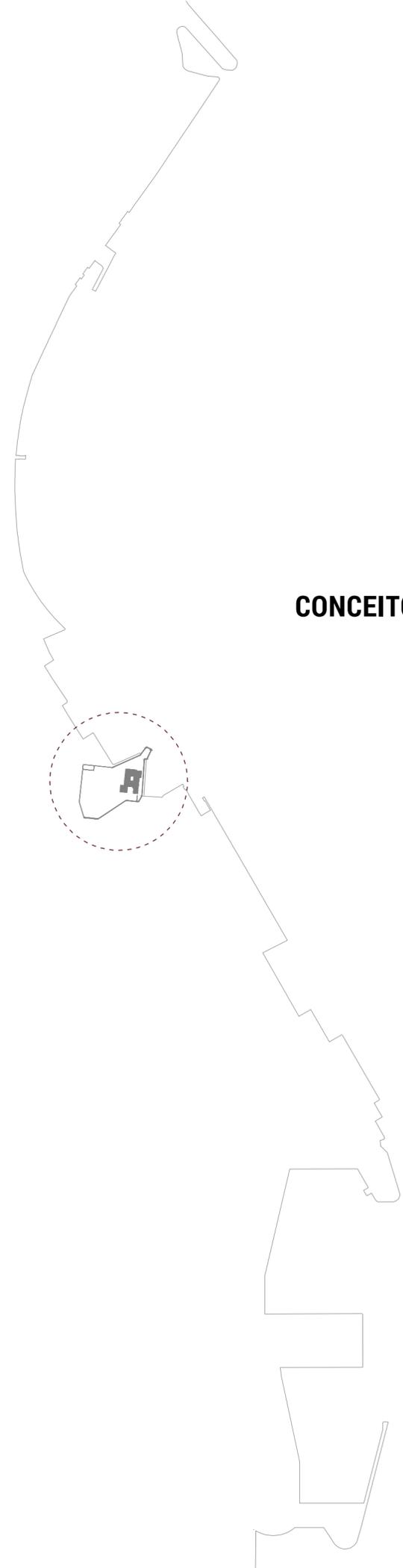
A frente ribeirinha pela sua característica geográfica de proximidade ao rio apresenta uma topografia plana. O recinto do convento implantado nessa frente num ponto sobranceiro da margem, privilegia de uma topografia acentuada. Esta característica única na fisionomia do território ribeirinho influenciou a implantação deste espaço monástico.

A zona da entrada para o recinto murado, o espaço exterior envolvente ao convento paralelo ao rio e o próprio edifício utilizam as cotas mais baixas e mais planas. Apenas um corpo, saliente relativamente ao restante edifício, está assente em cotas superiores que crescem continuamente em altura na direcção sudoeste, para o lado da cerca, formando a zona mais elevada do recinto. Este espaço pela sua posição dominante relativamente ao terreno cercado e à envolvente exterior permite um domínio visual panorâmico sobre a paisagem. Deste ponto estratégico existem relações visuais para a cidade, para os meandros e foz do rio, para a outra margem e para o mar.

A vegetação existente no terreno exterior murado é um resquício da estrutura verde original pertencente aos habitantes do convento. As árvores que se encontram são espécies locais e simultaneamente as mais robustas e resistentes à intempérie, razão pela qual permaneceram sem cuidados. Estas espécies são frutíferas, além da sombra e frescura que proporcionam ao espaço, da manutenção da paisagem natural, servem de alimento à fauna local, formando um agradável ambiente de estadia com grande diversidade de vida. A pequena horta que existe numa zona mais resguardada é prova da fertilidade e da qualidade dos terrenos para o cultivo.

03 O ESPAÇO DO CONVENTO





CONCEITOS | REFERÊNCIAS

REVITALIZAR O PATRIMÓNIO

Os conceitos sobre património arquitectónico e noções sobre a sua salvaguarda têm vindo a tornar-se cada vez mais abrangentes. A partir de meados do século XIX, a experiência no campo da salvaguarda de monumentos ganhou significado, sendo desenvolvida uma série de conceitos e definições no âmbito do património e da sua salvaguarda.

As cartas, convenções e recomendações internacionais, além da definição de conceitos relativos ao património esclarecem processos e métodos mais aconselhados para a sua salvaguarda. Conceitos como conservação, reconstrução, reconversão, renovação, revitalização, reutilização, requalificação, reabilitação e restauro sobre o património arquitectónico são determinantes para os processos de intervenção que garantem a sua salvaguarda e o perpetuar às gerações vindouras. E neste conceito tão defendido "entende-se por *salvaguarda* a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a renovação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento"⁹². Uma vez que património arquitectónico é considerado como "um capital espiritual, cultural, económico e social de valor insubstituível"⁹³. De salientar a Carta de Atenas de 1931, a primeira que dedicada à questão do património que definiu padrões de intervenção cujos conteúdos foram integrados como base nas Cartas posteriores. São formalizadas directrizes nas quais: "(a) manutenção e conservação regular das obras de arte e monumentos como medida eficaz para assegurar a durabilidade dos objectos(...) (b) é importante a reutilização do edifício, mantendo o seu uso original ou o uso funcionalmente mais adequado, de modo a respeitar o carácter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura. (c) valorização do aspecto envolvente do edifício, recomendando a reflexão sobre novas construções nas proximidades do monumento, de modo a não degradar a paisagem e ambiente"⁹⁴.

Paralelamente ao conceito de monumento e património houve um processo de valorização da cidade, do seu significado social, cultural e económico. A estagnação e degradação urbana pertencem ao rol de problemáticas da cidade actual. E uma das respostas válidas às questões actuais referentes ao património abandonado passa pela renovação da cidade ao reabilitar o tecido existente, restaurando valências e proporcionando a sua vivência através da atribuição de novas funções a edifícios devolutos. Reutilizar o património existente permite a valorização da cidade que contribui activamente na continuidade da sua memória e da sua identidade. Desse modo, segundo as directrizes internacionais, a conservação do património deve basear-se numa manutenção permanente, como tal a sua utilização através de uma função contemporânea, útil à sociedade de modo a responder às suas necessidades, sem comprometer a sua integridade, facilita o processo assim como o sucesso da sua reutilização e revitalização.

Nesse sentido, No Convento das Bernardas de Tavira, de forma manifesta Souto Moura aplicou a sua máxima de que a grande garantia da manutenção do património é o seu uso. Através do projecto de requalificação da ruína de um extinto convento que se encontra descaracterizado pelos usos indevidos enquanto fábrica (situação análoga a muitos edifícios monásticos), reformulou a antiga residência monástica para acomodar residências contemporâneas. Cuja estratégia segue duas linhas de intervenção: a recuperação do existente, o extinto convento, e a construção de novos espaços. A "ruína disponível" foi transformada e ao conjunto adicionado um corpo dissimulado que encerra o pátio central, numa harmonia com o existente em ritmo de fenestração, em materialidade e na cor da fachada. O programa exige uma manipulação da espacialidade e introdução de novos elementos como coberturas e janelas que garantem a habitabilidade e conforto ao interior, porém de maneira subtil e discreta nunca contrastando com o protagonismo do imponente edifício. A introdução de novos volumes é trabalhada através de uma relação íntima com a topografia cuja

influência recíproca permite a criação de novos espaços sem comprometer o existente, pela unidade do conjunto, pelo diálogo harmonioso resultante do posicionamento, das formas, das dimensões, dos materiais e da cor. O respeito pelo existente, o desenho e integração de novos espaços e o tratamento do exterior envolvente são os pontos a destacar neste exemplo de boa reabilitação de um património devoluto, que através desta intervenção garantirá a sua continuidade futura. Sem dúvida, a intervenção contribui eficazmente na salvaguarda e valorização do património, numa melhoria do ambiente urbano, e da qualidade de vida da população.

A reconversão de espaços obsoletos constitui parte fundamental na preservação do património e na sua reintegração no espaço urbano. A este processo incumbe-se o respeito pelo edifício, pelos seus espaços e materialidade, pela sua excepcionalidade artística, pelo seu valor patrimonial e significado histórico. É de extrema importância a valorização do património de forma a proporcionar um ambiente cultural, social e económico, através da complementaridade contemporânea adequada que respeite a integridade do património. A intervenção no edifício provoca uma inevitável transformação que o afecta e à sua envolvente, afecta a cidade modificando a sua dinâmica cultural e social, além da sua imagem e memória colectiva.

"Nenhuma sociedade consegue, a prazo, permanecer igual a si própria, sob pena de morrer. A sua inscrição no tempo implica a necessária evolução do seu quadro de vida, quer se trate de demolições ou sobretudo de transformações"⁹⁵. Entende-se nas palavras de Choay que as questões da revitalização e reutilização do património não devem ser vistas como um acto evasivo ou negativo mas sim como um processo natural e necessário para o desenvolvimento, de forma consciente sobre a importância e as consequências de intervir no património. Tendo em conta que a salvaguarda e conservação do património dependem em grande parte do seu uso, a intervenção em edifícios devolutos passa pelo reconhecimento do seu valor e potencial para uma intervenção adequada.

Por essa razão, o Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, em São Miguel, nasce da requalificação dos edifícios existentes de uma antiga fábrica de álcool, entretanto desactivada, a par com a criação de novos edifícios. A intervenção assegura a revitalização de um património industrial obsoleto, através da sua reutilização como espaço público, num centro de produção e exposição de arte. No desenho resultante da colaboração João Mendes Ribeiro e Mais é Menos Arquitectos, os novos edifícios são implantados junto aos existentes criam momentos de tensão, alimentando a relação cheio/vazio da massa edificada através dos pátios. A clarificação dos distintos períodos construtivos é assumida na textura e materialidade dos edifícios e na sua "manipulação pictórica", em que a alvenaria de pedra vulcânica e o betão, marcam o existente e o proposto, respectivamente. Os volumes adicionados e integrados no conjunto desempenham a função de corresponder às exigências programáticas quando as preexistências, pelas suas condicionantes, não têm capacidade de resposta. A posição dos corpos propostos cria relações singulares com a preexistência fundamentais na espacialidade e ambientes. Assumem-se como peças fundamentais na definição do conjunto, na definição de limites, numa intensa procura da união das diferentes escalas e diferentes épocas, de forma controlada entre o antigo e o novo.

O património devoluto não abrange apenas um tipo de edifícios ou apenas os edifícios, mas sim um conjunto vasto que se estende à sua envolvente, ao seu enquadramento, cuja singularidade de cada situação que deve ser considerada antes de qualquer outro pensamento. Porque cada intervenção é circunstancial. Porque depende da natureza do objecto, da sua potencialidade e características e naturalmente dos objectivos que se pretendem atingir e



45 Convento das Bernardas de Tavira.



46 Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas.



47 Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo.

da estratégia a seguir. Assumindo essa lógica, como forma de contrariar a já visível degradação, ainda que pouca, cujo estado final seria o da inevitável ruína e a sua consequente difícil intervenção, o Convento de Nossa Senhora da Salvação em Montemor-o-Novo serve de residência a artistas que o utilizam e por isso fazem a manutenção do seu espaço. Com um conceito diferente de intervenção, no sentido em que é mais "leve", por não sofrer grandes obras mas por adaptar os espaços às necessidades da comunidade artística através de acções pontuais. Este "centro de artes performativas" sofreu as intervenções necessárias e suficientes ao seu funcionamento e conforto no interior. Ainda que nem todos os espaços do extinto convento tenham sido reabilitados, a vontade de reutilizar um património devoluto com um infinito leque de possibilidades foi superior e a recuperação parcial é marcada por intervenções assertivas e pontuais formando condições para o desenvolvimento de actividades artísticas. Os seus espaços foram adaptados através de materiais inócuos e facilmente reversíveis que manipulam o interior formando um conjunto de estúdios, que não comprometam a traça e aparência original do edifício monástico. As actividades não se restringem apenas ao espaço interior, transformando, em simultâneo, a envolvente exterior num espaço de lúdico. A intervenção e as actividades desenvolvidas no espaço mostram-se um eixo estruturante do desenvolvimento da cultura local, marcadas pela íntima relação com a população. A intervenção fragmentada em acções pontuais, ainda que insuficiente para o estado degradante em que se encontra parte do edifício, mostra possível a reutilização pouco intrusiva e com mínimos recursos, porém, suficientes para a sua consolidação e utilização evitando a progressiva degradação do edifício. O programa é igualmente responsável pela valorização e revitalização do património devolvido à cidade.

A experiência de intervenções em edifícios de localização e características distintas, de materialidade e sistemas construtivos diferentes, até do próprio conceito projectual e programático são fundamentais para a reflexão e posicionamento perante a intervenção responsável por manter a herança arquitectónica sem comprometer a integridade e memória do espaço. O conhecimento adquirido das diferentes abordagens revela a singularidade de cada edifício e envolvente e por isso de cada intervenção em sua resposta, num processo que relaciona o antigo com o novo, por vezes fundidos, outras vezes num assumido contraste, que preserva e perpetua a memória. Através de propostas que consideram questões transversais e pertinentes sobre o espaço, do novo programa, do diálogo entre existente e proposto e a forma de conceber com harmonia, consequências de uma intervenção assertiva. Realça-se a transformação do património devoluto em espaços com novos programas que fomentem a sua revitalização, cuja influência activa no desenvolvimento da cidade e da sociedade perpetue a memória e identidade dos mesmos. Espaços resgatados da ruína, ou espaços que pela sua utilização evitaram esse destino, que independente da época ou do estado reconhecem o valor e potencial contemporâneo cujas intervenções respondem a necessidades actuais porque o seu uso quotidiano irá garantir a sua continuidade. As referências evidenciam diferentes aspectos de cada intervenção que contribuem para a interpretação e como forma de raciocínio e resposta com base na experiência, relacionando-se directa e pontualmente com questões presentes no Convento de Nossa Senhora da Esperança.

⁹² *Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu Papel na Vida Contemporânea*. UNESCO, Nairobi, 1976. 1 c).

⁹³ *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Amsterdão, 1975. 3º.

⁹⁴ *Carta de Atenas*. Atenas, 1931.

⁹⁵ Choay, F. (2006). *Património e Mundialização*. Casa Sul Editora.



48 Alçados sul e nascente, Convento das Bernardas.



49 Pórtico, Convento das Bernardas.



50 Exterior, Arquipélagos.



51 Interior, Arquipélagos.



52 Estúdio do Refeitório, Convento da Saudação.



53 Celeiro, Convento da Saudação.

ENVOLVENTE COMO COMPLEMENTO

*A realização da expansão urbana deverá promover a integração na cidade da paisagem do campo e dos seus valores estéticos ancestrais.*⁹⁶

A relação entre qualidade de vida e qualidade ambiental é inequívoca. O espaço verde como espaço público, além de organizar a malha urbana, proporciona uma melhoria da qualidade de vida da cidade, permite ao tecido urbano "respirar", permite horizonte e amplitude visual. São agentes activos na regeneração de locais degradados das cidades, onde se propicia a vida social e actividades inerentes. As áreas verdes contribuem para a requalificação da estrutura urbana, desempenhando funções de suporte no meio que os insere. A principal função dos espaços exteriores urbanos é eminentemente social, são locais de relacionamento e encontros destinados à população que contribuem para a valorização estética e cultural do espaço urbano, potenciadores de desenvolvimento que simultaneamente equilibram a malha construída.

O espaço verde melhora a qualidade do espaço público, sobretudo a nível cultural como equipamento urbano, pela possibilidade de fruição e actividades dinâmicas no exterior.

O espaço público tem um papel activo como ponto de relação entre a preservação do edificado e do desenvolvimento dos lugares. Desse modo, o espaço envolvente influencia activamente a vivência do edifício a que se associa. Os espaços verdes proporcionam a prática de actividades lúdicas, que através das alterações ao longo do ano, conferem dinamismo e diversidade à cidade que contrastam com as características estáticas do construído. Espaço verde como espaço envolvente, espaço envolvente como espaço complementar do edifício. É a paisagem dentro do tecido urbano com vida própria que cresce e se desenvolve, porque está em constante evolução, com diversos elementos e agentes dinamizadores. Oferece inúmeras ambiências num eterno diálogo entre o Homem e a Natureza.

Os espaços verdes assumem características e dimensões muito variadas e oferta diversificada de usos e funções no exterior principalmente quando relacionados com edifícios culturais. Quando associado ao espaço cultural, quando envolvente é complemento do edifício, protagonista de eventos, palco de uma intensa vida social.

O carácter do lugar relaciona-se com o do edifício, complementa-o, povoado nos seus recantos, cheio de acontecimentos programados e espontâneos, um lugar de pausa e contemplação. O jardim é uma sucessão de cenários e mundos construídos pela luz e pela sombra, pelos aromas, pelos sons. Concedem fruição no exterior, cujos percursos oferecem uma vivência, uma viagem, através da experiência e do uso dos sentidos. Numa íntima relação entre espaço público e equipamento cultural, numa unidade entre a paisagem e o edificado.

A envolvente, o espaço verde, lugar privilegiado que atrai a comunidade ao edifício, é utilizado por uma multiplicidade de populações que lhe conferem distintos usos, em distintas alturas. Edifício e espaço verde desenvolvem uma relação estreita e autêntica numa harmonia programática. Características como exposição solar e vistas privilegiadas, com potencial dinâmico, dirigido ao lazer, abundante em diferentes elementos com diferentes espécies vegetais tornam a envolvente do exterior rica em ambientes. Guarnecida de espaços de estadia com zonas calmas e intimistas e espaços de passagem que convidam ao passeio e à descoberta. Fomentam a prática de actividades no exterior, sendo um ponto atractivo ao edifício cultural, um complemento através da continuidade fornecida aos espaços interiores do edifício tornando-os exteriores.

A presença de vegetação influencia o controlo da variação de temperatura ao longo do dia, conferindo a sensação de abrigo natural, enriquecendo esteticamente o lugar através da diversidade visual num contacto com a Natureza. Dependendo do seu desenho criam espaços dentro de espaços. Através da densidade podem delimitar um espaço, proporcionar momentos de sombra e fresco, servir de barreira ao vento e ao ruído. O seu valor estético e interesse aumentam pela capacidade de transformação da paisagem através da variação de tons e dimensão da folhagem, variação das espécies animais, ao longo do ano, conferindo ao elemento exterior um dinamismo que proporciona diferentes experiências do espaço complementando a diversidade no interior do edifício cultural.

O espaço verde é um factor de enriquecimento e valorização não só no próprio espaço público, como envolvente do edifício, mas do ambiente urbano. A função económica é também importante pelo aumento de afluência aos locais, enquanto destinos turísticos. Espaços verdes definem-se pela capacidade de se automatizar da entidade que o gerou, de se expandir do contexto do edifício que o originou, pela capacidade de oferecer serviços de valor acrescido à comunidade. Os espaços verdes públicos mostram-se fundamentais na transição entre os vários espaços edificados, com ou sem a valência do espaço cultural que lhe é inerente, como passagem e circulação urbana ou como permanência e estadia, conferem à cidade, à comunidade e ao edifício a que está associado um momento único de experiências singulares.

*The enclosed garden is both a landscape without a horizon and a room without a ceiling.*⁹⁷

Com o crescimento da cidade e a intensificação da densidade urbana resulta na perda de espaços exteriores e de paisagem natural. Porém, através de intervenções precisas e cirúrgicas, da transformação de espaços vazios em espaços verdes, permitem devolver a paisagem e vegetação ao denso tecido urbano.

O jardim encerrado sem um programa assumido que se transforma consoante a necessidade releva-se como a "pausa para o respirar" na estrutura urbana. Forma um contraste entre os dois mundos, a Natureza e a cidade. Naturaliza parte da cidade, criando no recinto, dentro dos seus limites, um espaço livre e aberto que rompe a densidade da malha urbana. No recinto a passagem do tempo torna-se irrelevante. O ciclo interminável da constante transformação do dia na noite, da primavera em verão, do outono em inverno, enfatizadas pela luz do sol, pelas tonalidades das folhas das árvores, pelo cheiro das flores e dos frutos. O tempo e o espaço tomam-se num só.

⁹⁶ Gonçalo Ribeiro Telles. *A Estrutura Ecológica da Cidade-Região inserido no Seminário Espaços Verdes - Património a Recuperar.*

⁹⁷ Aben, R, Wit, S. (1999). *The unclosed garden: history and development of the hortus conclusus and its reintroduction into the present-day urban landscape.* Rotterdam: 010 Publishers, p. 210.



54 Jardim das Oliveiras, Centro Cultural de Belém, Lisboa



55 Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa



56 Jardim da Fundação Serralves, Porto



57 Jardim da Tapada das Necessidades, Lisboa



58 Jardim da Casa das Histórias da Paula Rêgo, Lisboa

LIMITE E RECINTO

*A arquitectura concebe-se nos seus espaços mas constrói-se nos seus limites⁹⁸.

O muro é a interpretação e a materialização do limite, como elemento integrante e não separador, reúne e delimita sem ser limitação. Um lugar intermédio entre o interior e o exterior, que se atravessa, que interliga. O muro que afirma a continuidade do espaço desenha-o, e atravessável permite ocupar o interior. Enquanto elemento físico cria um paralelismo numa procura de espaço, inquieto entre volumetria e limite. Como limite habitado, o muro transforma-se em espaços celulares e intersticiais, onde o homem os ocupa. O muro como cerca constitui-se delimitador de um recinto, enquadrando a construção de um espaço interior, que permite, simultaneamente, a sua interação com o tecido urbano. O muro, limite físico do território, contém o espaço e, em simultâneo, medeia a relação do recinto com o exterior. Os limites além de excluírem a indesejáveis vistas da envolvente, excluem o ruído, o vento, o sol. No interior do recinto, os limites realçam o ambiente. Apuram-se os sentidos para o aroma das flores, para a melodia da água, para o som do vento nas folhas, para a diversidade de texturas, intensificando a vivência e a relação com o espaço. O limite permite ao recinto introduzir a extensão da paisagem na dimensão urbana, transformando o espaço encerrado no espaço aberto, como uma sala no exterior. Os sentimentos de inclusão e de pertença são reforçados pelo limite visual imposto pelos muros que desenharam o espaço exterior.

“O recinto é a unidade base duma certa morfologia urbana. Fora dele, o ruído e o ritmo apressado da comunicação impessoal, vai-vem que não se sabe para onde vai nem donde vem; no interior o sossego e a tranquilidade de sentir que o largo, a praçeta, ou o pátio têm escala⁹⁹.”

O limite enquanto entidade transformável e ocupável, enquanto fronteira, permite uma relação com a cidade, proporcionando permeabilidade e, simultaneamente, distância da sua agitação constante. Quando se está contido pelo limite, no seu interior, no seu recinto é possível usufruir de uma vivência mais íntima, um ambiente tranquilo no qual “se desfruta, simultaneamente, o exterior, de um ponto de observação bem situado e seguro¹⁰⁰”.

Um território dentro de um território, marcado pela interioridade, a característica vinculada ao recinto.

Os muros da cerca são postos em tensão com novos muros que desenharam a cidade, através do espaço intersticial entre ambos que forma um lugar de relações, de passagem que revitalizam a barreira existente.

Agregam-se espaços ao muro delimitado que o ampliam, que relacionam o conjunto com o território, com o exterior, com uma vivência própria do espaço no interior. Com efeito, os “edifícios-muro” medeiam a relação entre o exterior e o recinto, são os espaços intermédios, espaços de articulação, rótulas, antecâmaras entre as duas realidades. Estes espaços pertencem simultaneamente ao interior, ao exterior e ao limite, mais que uma função transitória, vivem para o espaço que procura relação, numa sucessão de diferentes ambientes.

⁹⁸ Aires Mateus, M. (2000). *Fachadas Vivas*. Lisboa: Universidade Técnica, Faculdade de Arquitectura. p.13

⁹⁹ Cullen, G. (1996). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70. p.27

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.27.



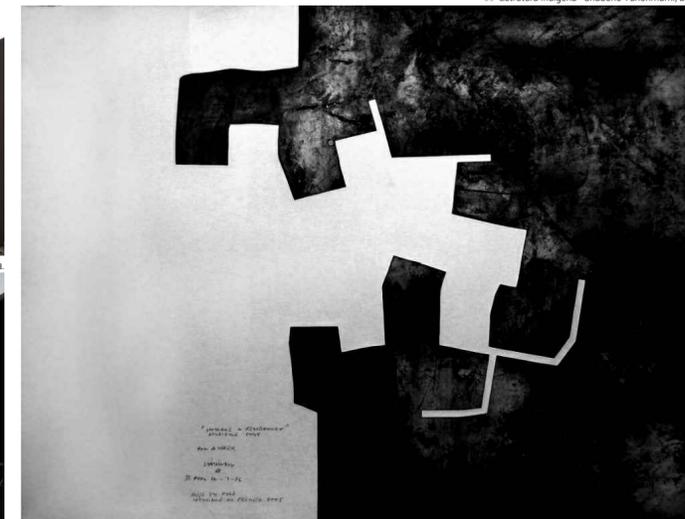
59 Estrutura indígena - Shabono Yanomami, Brasil



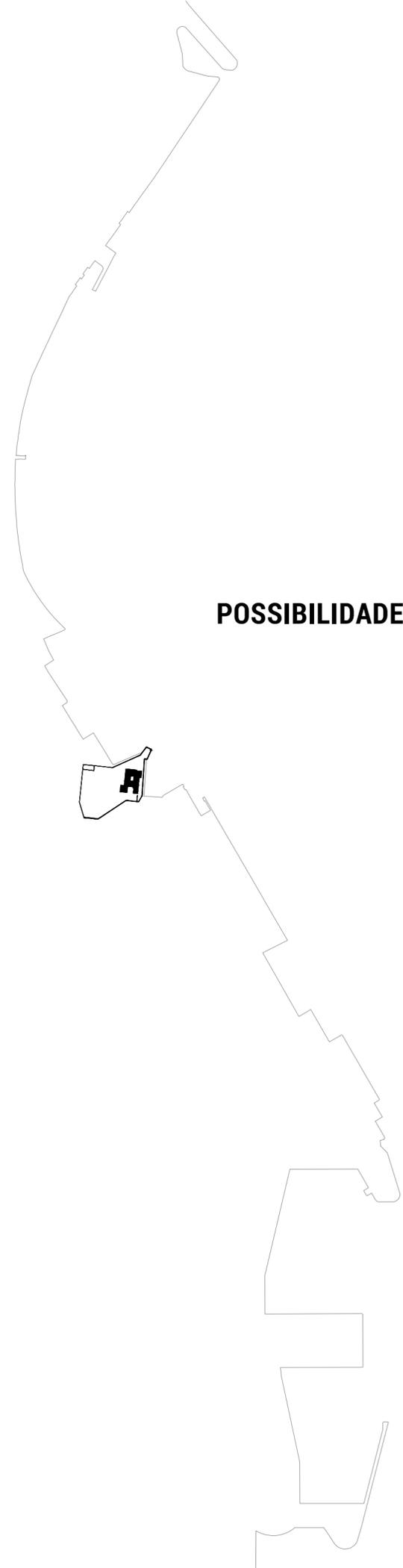
60 Estrutura Bienal de Veneza, Veneza, Siza Vieira.



61 Serpentine Gallery Pavilion, Londres, Peter Zumthor.



62 Hommage à Rembrandt, Eduardo Chillida, 1976.



POSSIBILIDADES PARA O FUTURO

ESTRATÉGIA

O avançado estado de degradação do antigo Convento de Nossa Senhora da Esperança e respectivo espaço envolvente constitui uma das maiores problemáticas de Portimão. O seu valor histórico, arquitectónico e patrimonial concedeu-lhe a classificação de Imóvel de Interesse Público, tal como o inequívoco valor social, religioso e económico que representa para a cidade cuja herança histórico-arquitectónica é praticamente inexistente.

O extinto conjunto monástico devido às diversas funções, usos inadequados ao longo dos anos e finalmente o seu abandono, motivaram o recorrente vandalismo e destruição agravando o seu estado já degradado cuja forte descaracterização evidencia uma profunda perda de relação com a cidade.

O designio da presente investigação passa pela reflexão e resposta às questões da situação devoluta em que se encontra o edifício Convento de Nossa Senhora da Esperança e espaço envolvente definido pela cerca, da perda da sua identidade e da ausência de vínculo com a cidade.

Este espaço devoluto necessita ser reclamado à cidade. Necessita que seja devolvido significado àquele lugar de forma a restabelecer relações com o território, com a cidade e com a população, contrariando a situação de obstáculo na frente ribeirinha, entre a cidade e o rio. Compreendendo a evolução morfológica deste lugar e como resposta à necessidade da definição de uma narrativa urbana e da continuidade do percurso pela marginal, a proposta procura assumir-se como elemento estruturante na malha urbana que reorganiza e relaciona espaços distintos, como âncora fundamental para a regeneração da frente ribeirinha e como rótula que articula e potencia o percurso na sua extensão, reaproximando a cidade do rio. A reconquista das relações e vínculos, assumindo o espaço do Convento como um ponto fundamental na cidade e na sua fachada ribeirinha, promove de forma indissociável a revitalização deste património esquecido.

Para a revitalização do espaço devoluto e no avançado estado de ruína em que se encontra é necessário dotá-lo de valências que devolvam identidade e relações perdidas, que permitam habitabilidade e diversidade de usos, que confiram novos ambientes e vivências. A valorização do conjunto proveniente da interpretação analítica e crítica do existente é o fundamento da intenção de abrir o espaço à população, de devolver o património à cidade. Essa valorização guiada pela salvaguarda do património e da sua conservação tem papel essencial na manutenção da identidade da população e no perpetuar da memória do lugar nas gerações futuras. Como parte integrante dessa atribuição de valor, a revitalização do extinto Convento da Esperança além de revelar o seu potencial, permite a redescoberta do lugar e do património com um olhar contemporâneo sobre o uso e apropriação de forma a respeitar o conjunto e consciente das necessidades da cidade actual, influenciando de forma positiva o seu desenvolvimento, crescimento e vivências. A essencial intervenção no antigo edifício monástico e no seu recinto envolvente que procura reinterpretar o passado do lugar, permite a fruição desse património e desse modo uma dupla valência: a de utilização do espaço e a de visita cultural. Da intervenção pouco intrusiva pretende-se que evidencie o potencial e protagonismo do Convento como elemento de referência à comunidade, cujo diálogo assenta no contraste entre o existente e proposto.

Um "novo" espaço na cidade, um espaço público, que oferece à população a possibilidade de conhecer a sua herança, de descobrir o seu património. Um património valorizado e revitalizado, catalisador de novas vivências, com uma atmosfera singular, num lugar estratégico, potenciador de inúmeras actividades fundamentais para o quotidiano da cidade actual e para o seu futuro. O programa enriquecedor em diversos domínios, através da polivalência de usos no edifício e na sua envolvente, permite servir-se e usufruir de um património devoluto resgatando os seus vínculos e relações, devolvendo vida ao espaço, à frente ribeirinha e à cidade.

De modo a responder às questões e problemáticas levantadas ao longo do presente trabalho que partiram de profundas análises ao lugar, ao objecto de estudo e à sua contextualização no território foi definida uma estratégia que abrangesse todos os aspectos considerados imprescindíveis. Partindo da premissa que a intervenção é responsável por restabelecer as relações do Convento de Nossa Senhora da Espera com o território e sua envolvente, por devolver o valor e referência que tal património representava outrora na cidade, surge a abordagem de uma transformação pontual e cirúrgica que se direcciona nas necessidades actuais. A proposta surge como um elemento singular que se apropria e usufrui do espaço do convento e do espaço envolvente enfatizando as suas potencialidades e particularidades, através da redefinição dos limites, percurso ribeirinhos e da criação de um programa.

Devido à dimensão e complexidade das questões em torno do objecto de estudo e da sua indissociável envolvente, a estratégia no sentido mais amplo desenvolve-se três intensos momentos que formam um todo. Nesse sentido, considerando uma aproximação gradual ao lugar desde a perspectiva da cidade ao convento, a linha de pensamento corre de fora para dentro, introduzindo a cerca e os limites envolventes, focando o espaço exterior envolvente ao edifício pré-existente, para a intervenção rematar no objecto de estudo.

Num primeiro momento, a cerca e os seus limites são repensados. De forma a responder à falta de vínculo com o território, o limite ribeirinho envolvente ao convento é redesenhado. O rio reconquista espaço ao aterro, reconquista a essência do recorte original, reconquista a sua relação de proximidade com a cerca. Do redesenho da costa nasce um percurso tensionado entre água e muro que, ao absorver e lançar de novo o percurso ribeirinho, contraria a sua anterior quebra e indefinição devolvendo além da continuidade, uma íntima relação de outrora de proximidade com o rio. A par, o limite murado foi repensado sendo coincidente com o limite ribeirinho, como modo de melhorar a relação cidade-convento. A redefinição de tal limite provém da necessidade de manter o carácter de recinto integrado na estrutura urbana, de assumir novas relações com a envolvente respeitando e valorizando sobretudo as características do lugar e a configuração da topografia. O recinto descrito pelo muro constitui um limite que articula duas realidades cujo propósito além de manter a intimidade desse espaço encerrado é, simultaneamente, de o abrir pontual e cirurgicamente ao exterior através de novos espaços com programas complementares aos do convento. Esses volumes desenhados, fundidos na espessura da cerca afirmam-se como espaços interstícios, como mediadores da relação entre o exterior e o interior que dissimulados formam entradas para o espaço envolvente ao convento e para o próprio, num permanente diálogo com a pré-existência. A volumetria delicadamente posicionada e contida no muro redesenhado é pensada segundo uma íntima relação com a espacialidade e organização do objecto de estudo resultando igualmente do compromisso com os pontos de acesso existentes. O desenho do muro e volumes propostos vivem da topografia e tiram partido dela, relacionando-se com duas cotas em simultâneo que permitem as entradas ao espaço num ponto inferior e programas de lazer num ponto superior, usufruindo de diferentes valências e ambientes conseguidos com esta intervenção.

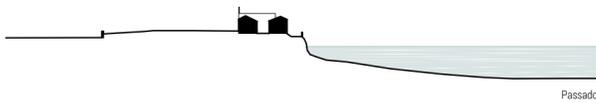
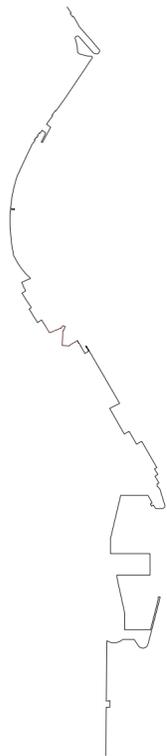
Num segundo momento, o recinto envolvido pelo muro é o espaço moderador entre cerca e convento, pensado como espaço verde, como jardim. A intervenção, consciente da importância do espaço exterior envolvente na preservação do lugar, procura recuperar e fortalecer a essência entre cerca e edifício, com um programa adaptado que respeite e se aproxime da espiritualidade e da sua função original. Transformado num espaço verde cujo declive ligeiramente manipulado, sem desvirtuar a tipologia original, permite a criação de duas plataformas que sustentadas por muros ou

pelos volumes propostos comunicam por rampas, assentes num conjunto de percursos pedonais que se estendem por toda a área. Este processo que se inspira na composição e organização das hortas e pomares das cercas capuchas, permite criar ambientes que garantam o recolhimento e a intimidade necessária ao espaço através de momentos de passagem e de estadia concebidos da simbiose do jardim com a cerca e volumes propostos.

O jardim do convento tira proveito da vegetação existente no espaço, reintegrando-a na nova estrutura que privilegia a introdução de espécies locais pelas suas características de robustez, resistência e pouca manutenção, tornando as árvores de sequeiro e autóctones da região as classes eleitas numa composição mais espontânea ou por oposição mais definida. Em virtude de recuperar a vocação original da cerca como espaço de produção e recreio, um pomar de citrinos retoma o seu importante papel no conjunto polarizado por tanques. Os espaços frescos e espaços de sombra que abrigam do calor ou da chuva traduzem-se em atmosferas únicas com sensações provenientes dos elementos naturais da própria fauna e flora do lugar. O redesenho desta paisagem através do reconhecimento e valorização das potencialidades da antiga cerca resulta num espaço verde ao dispor da população portimonense que permite o "respirar" na cidade, devolvendo a vivência à frente ribeirinha.

Num terceiro momento, o convento, espaço protagonista do conjunto é reintegrado na cidade através da sua valorização e revitalização conseguidas com a atribuição de um uso contemporâneo essencial à vida quotidiana de Portimão. Com uma envolvente cuidada que não só permite a utilização do edifício como contribui para a vivência do mesmo, o convento é o remate do conjunto revitalizado, a exclamação de um lugar resgatado. Ao património privado à comunidade, abandonado e devoluto, é-lhe dada uma oportunidade, uma nova vida, através da sua abertura à cidade com um programa recreativo e variado de vocação maioritariamente cultural e de usufruto público cuja intervenção pouco intrusiva se impõe para manter as características e particularidades do espaço. Tendo em vista a salvaguarda deste património e de modo a assegurar a sua permanência futura, a conservação do edifício surge como passo essencial no processo, cuja consolidação no sentido da durabilidade e habitabilidade do espaço permite a reutilização do mesmo. A preocupação e cuidado do método de consolidação desenvolvido no espaço existente que pretende devolver a segurança ao edifício e assim possibilitar o seu uso, tem como alicerces as recomendações para a conservação e intervenção no património construído. Portanto, a proposta compromete-se a respeitar o edifício através de uma intervenção mínima e sem profundas alterações que garantam a adaptabilidade dos espaços a novas funções decorrentes das necessidades actuais, potenciando a regeneração urbana e requalificação da frente ribeirinha.

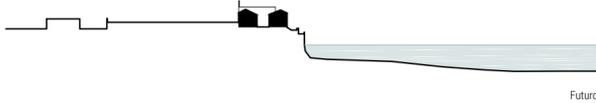
É fundamental regenerar e requalificar parte da frente ribeirinha, ampliando o espaço público e a estrutura verde da cidade, criando novas ligações entre o conjunto e o tecido urbano envolvente promovendo a sua interecção. Por forma a devolver o património à comunidade cuja utilização desse espaço garanta o perpetuar da sua identidade e memória colectiva às gerações vindouras. O designio de contrariar a situação de degradação actual, permite a salvaguarda e valorização de um monumento esquecido, revelando o que o tempo escondeu, restituindo um espaço da cidade sedimentado no quotidiano portimonense. A revitalização do convento transforma um património devoluto num espaço rico em experiências e ambientes que se afirma como eixo essencial na vida urbana, cultural e social da cidade. Com efeito, tem-se como derradeiro motivo desta investigação assegurar que o Convento de Nossa Senhora da Esperança, um património com passado, tenha um futuro.



Passado

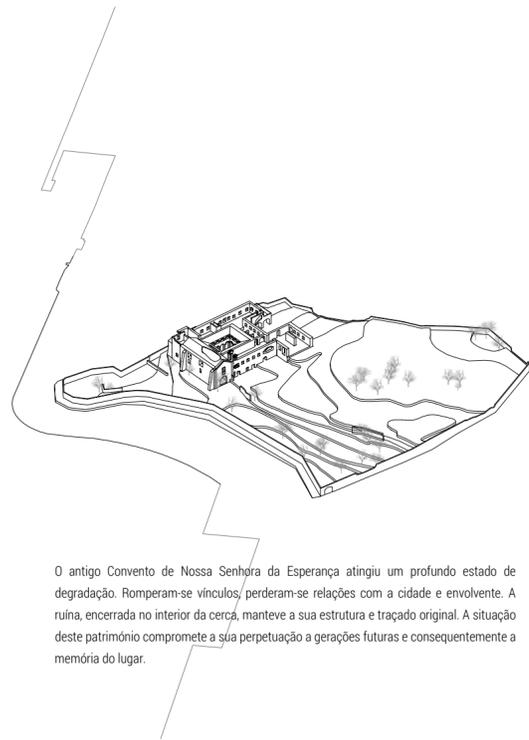


Presente



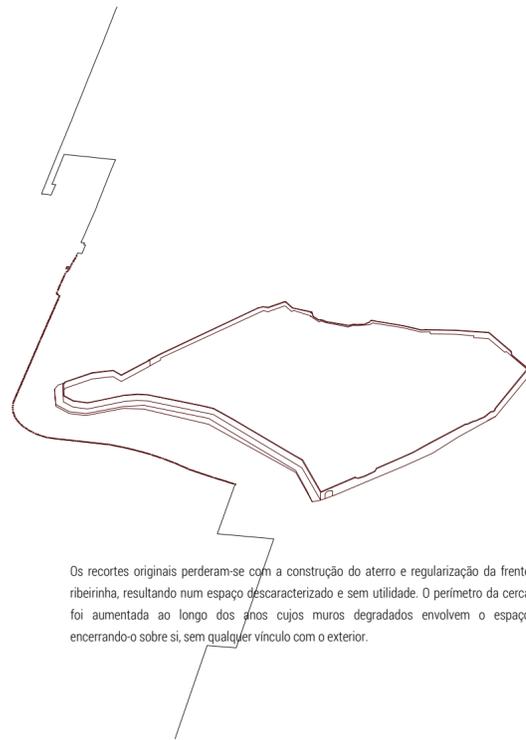
Futuro

CERCA

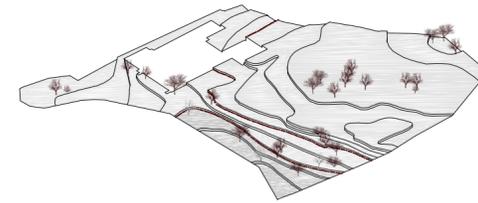


O antigo Convento de Nossa Senhora da Esperança atingiu um profundo estado de degradação. Romperam-se vínculos, perderam-se relações com a cidade e envolvente. A ruína, encerrada no interior da cerca, manteve a sua estrutura e traçado original. A situação deste património compromete a sua perpetuação a gerações futuras e consequentemente a memória do lugar.

ENVOLVENTE

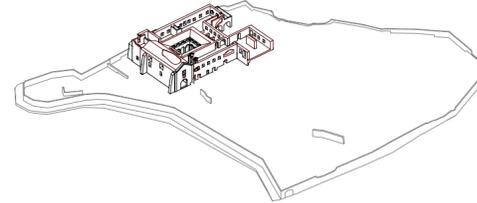


Os recortes originais perderam-se com a construção do aterro e regularização da frente ribeirinha, resultando num espaço descaracterizado e sem utilidade. O perímetro da cerca foi aumentada ao longo dos anos cujos muros degradados envolvem o espaço encerrando-o sobre si, sem qualquer vínculo com o exterior.



Depois do abandono do espaço exterior, a topografia reclamou a sua morfologia original. Ignorando muros de contenção, absorveu e arrasou partes da cerca, espaços contíguos ao convento e espaços do próprio edifício. Sem a necessária manutenção perdeu-se grande parte da estrutura vegetal. As espécies existentes mantiveram-se devido às suas características e robustez, tendo alastrado pelo terreno envolvente, pelas coberturas e interior do convento.

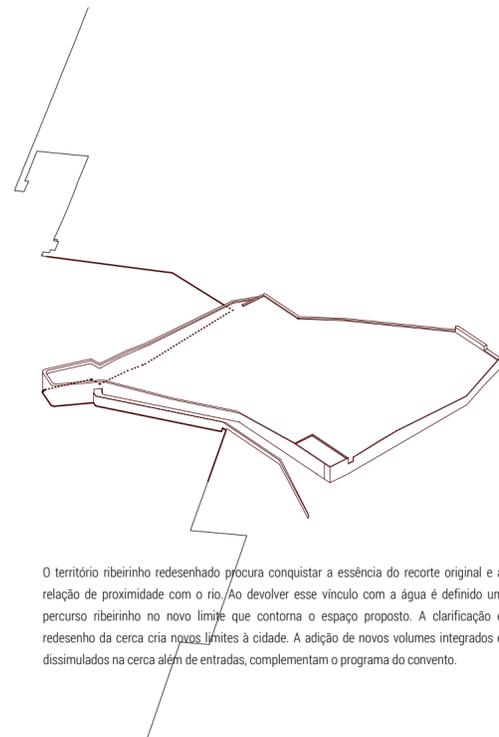
CONVENTO



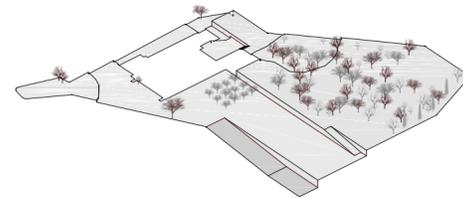
Uma vez devoluto, o convento começou a degradar-se chegando a um avançado estado de ruína. Agora ameaça irremediavelmente a memória e a sua identidade.

EXISTENTE

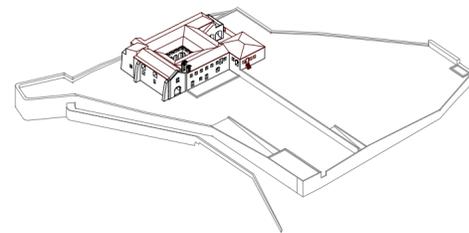
PROPOSTA



O território ribeirinho redesenhado procura conquistar a essência do recorte original e a relação de proximidade com o rio. Ao devolver esse vínculo com a água é definido um percurso ribeirinho no novo limite que contorna o espaço proposto. A clarificação e redesenho da cerca cria novos limites à cidade. A adição de novos volumes integrados e dissimulados na cerca além de entradas, complementam o programa do convento.



A clarificação da topografia existente permite uma melhor leitura dos espaços do convento relacionando-os com as cotas do terreno, de modo a aproveitar e possibilitar o uso do espaço exterior contíguo ao convento. No espaço exterior envolve uma nova estrutura vegetal reintegra as árvores sobreviventes. Privilegiar-se as espécies nativas que proliferam no terreno destinado às actividades exteriores, proporcionando um agradável ambiente.



A conservação e consolidação do convento resultam na revitalização e reutilização dos espaços do edifício. A criação de uma cobertura, a preservação da estrutura, a garantia de novas valências e a introdução de pontuais elementos, permitem a instalação de um programa cultural. A intervenção pouco intrusiva e reversível valorizam este património.



O Espaço do Convento integrado na cidade assume um importante papel a nível social, económico, cultural e salvaguarda do património. A intervenção materializada pela consolidação, revitalização e clarificação do conjunto devoluto valorizam e recuperam relações de outrora, permitindo a criação de um parque e a reutilização do património através de um programa cultural adequado às necessidades da cidade actual.

O ESPAÇO DO CONVENTO

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL | DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

A investigação levou à percepção da escassez de património arquitectónico na cidade (classificado ou não) e, sobretudo, o mais inquietante, da falta de conhecimento por parte da população portimonense deste admirável exemplar da arquitectura religiosa capucha, situação que ameaça irremediavelmente a sua existência, a identidade e a memória do lugar. Desse modo, torna-se imperioso garantir a conservação e permanência do antigo espaço monástico, sendo para tal necessário assegurar a sua estabilidade e salubridade através de uma nova função, porque, concordando com Souto Moura, "a grande garantia da manutenção do património é o uso".

A intensa procura pela nova função atribuída ao património que determinaria o sucesso da sua existência influenciou profundamente a organização espacial do conjunto. Uma vez definida a ideia de devolver o antigo convento à cidade, de resgatar essa íntima relação ao abrir o seu recinto exterior à envolvente urbana de modo a salvaguardar a identidade do lugar, a resposta de revitalização como espaço público era evidente. Quer-se um espaço de todos, um espaço da cidade, sendo, por isso, pertinente considerar um lugar de uso sucessivo e continuado pela comunidade local capaz de combater a exclusividade das actividades sazonais ditadas pelo turismo balnear. Com efeito, o Espaço do Convento é o resultado de um projecto transdisciplinar cuja missão de acolher e sedimentar uma comunidade vibrante e criativa com compromissos de desenvolvimento local, promovendo o trabalho colaborativo e a expressão cultural e artística, vem colmatar a lacuna programática na cidade. O programa articulado entre o antigo convento e os edifícios propostos, adequado à população residente e visitante, é pensado como um espaço polivalente, um espaço de produção e exposição de cultura emergente, de troca de conhecimentos e experiências, de encontros e de acontecimentos, de inspiração, de criação e divulgação de projectos. Numa cidade onde a cultura não tem papel central, a proposta nasce da circunstância do lugar, transformando-o e tornando a sua experiência mais intensa e verdadeira, através dos mais diversos eventos e actividades desenvolvidas simultaneamente no espaço interior e no recinto exterior. Um espaço urbano que vive do efervescente quotidiano da cidade, assente num património resgatado do esquecimento. Um espaço verdadeiramente singular que proporciona ambientes propícios e inspiradores à criatividade e à imaginação depositadas nos projectos que têm agora um lugar para se desenvolver.

O Espaço do Convento promove e dinamiza um conjunto integrado de iniciativas e programas próprios, abrangendo um largo espectro de actividades nos diferentes domínios - cultural, educativo, social, espiritual, tecnológico, visando o desenvolvimento e o crescimento económico - cuja consequência revela um maior equilíbrio social, que por privilegiar as actividades permanentes em detrimento das exclusivamente sazonais, manifesta um impacto positivo junto da população portimonense.

O programa a desenvolver tem como alicerce o lugar e, sem uma imposição sobre nenhum valor intrínseco do espaço, a nova função resulta naturalmente de uma lógica circunstancial, ou seja, resulta da consideração de todas as características e particularidades do lugar - cerca, recinto, convento. Por outras palavras, um não existiria sem o outro. Com efeito, a proposta nasce da influência recíproca entre a organização do espaço e a organização do programa.

Aparentemente contrária à ideia de abertura da cerca, a lógica projectual passa pelo redesenho funcional dos muros realçando o espaço de recinto, porque se entende a importância que representam a nível de protecção e de salvaguarda do antigo edifício monástico. Perante a continuidade dessas garantias protectoras, o recinto abre-se, efectivamente, à sua envolvente exterior retomando relações perdidas através da redefinição dos muros cujo novo limite permite a integração de dois volumes que se fundem na cerca e ajustados à topografia convidam à entrada no espaço. Cada um desses edifícios determinados pelas condições do lugar, estabelecem as suas dimensões espaciais e definem a sua posição no conjunto utilizando como referência o Convento, os muros da cerca, a própria topografia e

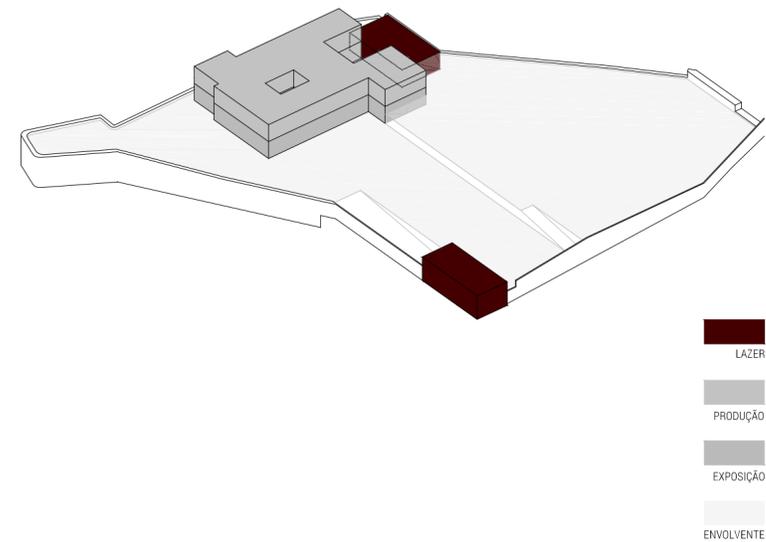
os acessos existentes, criando novas formas de chegar ao conjunto, de entrar no recinto, de aproximação e relação com a pré-existência conventual. Ambos os edifícios marcam os pontos de entrada no conjunto, rasgando a formalidade dos muros em extremidades opostas relacionadas com a direcção do percurso ribeirinho, recebem do exterior e encaminham para o interior do recinto sendo complementados por programas de cafetaria e auditório, respectivo a cada um. Estes programas podem servir a comunidade local como espaços independentes, porém, a complementaridade às actividades desenvolvidas no edifício do Convento é a sua característica preponderante. A cafetaria que toma o piso superior do volume implantado a noroeste, cuja permeabilidade espacial fomenta uma relação próxima com o exterior e consequentemente o seu uso, assenta sobre a entrada principal que precede ao percurso ascendente rumo ao convento, servindo este átrio introspectivo como espaço de estadia, distribuição ou passagem, podendo acolher exposições ou apresentações relacionadas com as actividades desenvolvidas no Convento. O piso superior do volume desenhado a sudeste é ocupado pelo auditório que sendo encerrado contrasta com a abertura do espaço antecedente voltado ao exterior, ambos sobrepostos à entrada enunciada pela torção da cerca que atrai ao interior através de uma passagem tensionada rematada num vestíbulo iluminado e intimista de dupla altura, novamente um espaço de estadia e distribuição.

O limite dos muros rematado por outros dois momentos de estadia materializados através de um espaço de fresco polarizado por um tanque e de um espaço de miradouro sobranceiro ao rio com amplas vistas sobre a água e a cidade, desenhados nos extremos complementares aos anteriores volumes, permitem no conjunto que o programa desenvolvido no Convento se estenda ao exterior, protagonizando inúmeras vivências no ambiente vegetal.

O programa reinventa este património monástico, tornando o edifício existente num espaço expressivo e singular da região. Num sentido lato, ao Convento conferem-se valências, no seu piso superior, para a produção preferencialmente orientada à cultura e à arte e, no piso inferior de carácter mais público, a exposição dos trabalhos desenvolvidos, paralelamente a distintas actividades promovendo o dinamismo social e cultural. Apesar da possibilidade de visita, no piso superior, pela sua índole privada cuja tranquilidade inerente ao espaço incentiva a criatividade e desenvolvimento de ideias e projectos, situam-se estúdios e laboratórios artísticos - espaços intimistas para criar e experimentar de forma individual ou em reduzidos grupos - formados pela subtil intervenção que reorganiza espacialmente parte do Convento, onde se encontram simultaneamente e por oposição espaços destinados ao uso colectivo definidos pelos ateliers cujo conceito de *open space* e *coworking* permite pela partilha de espaço dar largas à imaginação, fomentando o trabalho de maneira dinâmica participativa e interactiva através de distintos perfis artísticos.

Além das oficinas voltadas ao espaço exterior, a complementaridade da produção é concedida pelos espaços do piso inferior cujas salas de exposição e galerias acolhem a apresentação das actividades produzidas neste lugar ou até de produtos e projectos desenvolvidos noutra contexto, apoiando o crescimento e projecção da comunidade portimonense. Um espaço de referência pela sua versatilidade e polivalência, é o resultado de um conjunto de espaços produtivos e expositivos de múltipla vocação, com possibilidade de usufruir qualquer espaço, exterior ou interior. O conjunto toma-se palco de diversos eventos que permite além das actividades exteriores como assistir a concertos musicais, espectáculos performativos, exposições e filmes, a realização de consideráveis conferências e palestras, *workshops*, cursos especializados e oficinas criativas - um programa focado no quotidiano da população.

O Espaço do Convento traduz-se como contributo para a salvaguarda e revitalização de um património devoluto através de funções catalisadoras do desenvolvimento local e regional nas diversas vertentes sociais, educativas, económicas, culturais e patrimoniais.



PROGRAMA

LAZER 245 m²
Cafetaria 70 m²
Auditório 175 m²

PRODUÇÃO 560 m²
Oficinas 95 m²
Estúdios 175 m²
Ateliers 290 m²

EXPOSIÇÃO 320 m²
Sala de exposição 65m²
Galerias 155 m²
Foyer 100 m²

ENVOLVENTE 9280 m²
Plataforma superior 5235 m²
Plataforma inferior 4045 m²

MEMÓRIA DESCRITIVA

A proposta, na sua composição e materialidade, destaca o diálogo entre o edifício existente e a nova construção e, simultaneamente, procura unir as suas escalas posicionando os volumes propostos de forma serena, acentuando a memória e identidade do lugar sem perturbar nem subverter as características intrínsecas.

O Espaço do Convento descreve diferentes intensos momentos de abordagem: a cerca, o jardim e o convento.

Contudo, esses momentos formam um conjunto cujo eixo transversal é definido pela topografia, que através dessa narrativa distinta, estabelece, simultaneamente, três níveis topográficos conduzidos num percurso ascendente.

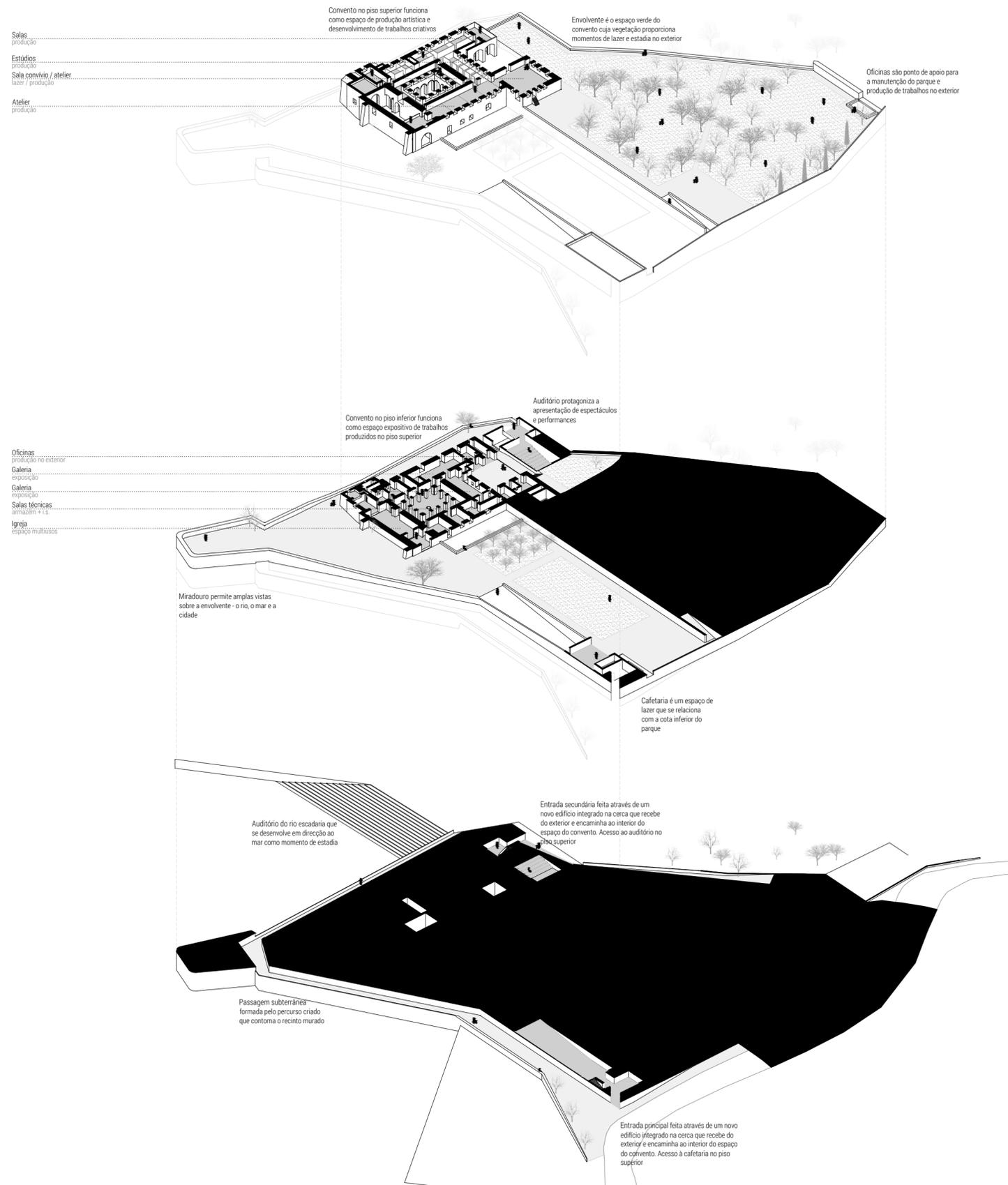
Num primeiro plano, o desenho mútuo entre a redefinição dos limites ribeirinhos e a redefinição dos limites murados reconquista a relação de proximidade do espaço com o rio trabalhando a aproximação gradual ao conjunto desde a cidade através da extensão do percurso ribeirinho. Além de proporcionar novos momentos de chegada e de paragem junto das entradas, o redesenho recupera a antiga essência tensionada da passagem pedonal que contorna o espaço, confinada entre a água e o muro, furando momentaneamente a cerca para atravessar o espaço encimado pelo miradouro. A clarificação dos limites evidencia o espaço público contíguo, oferecendo abertura à rua com serventia de passeio pedonal e apoio ao estacionamento, afirmando, igualmente, as entradas no espaço que devido à sua posição relativamente à envolvente recebem no interior e sobem ao recinto exterior.

No segundo nível, os espaços que encimam as entradas no recinto acolhem os programas de auditório e cafeteria cuja posição provém da respectiva relação de maior ou menor proximidade com o Convento e da simultânea partilha de cota. Uma vez mantida a espacialidade original no piso inferior da construção existente, a intervenção assegura a consolidação do edifício e a sua habitabilidade, permitindo uma função polivalente com relevância na exposição e nos eventos relacionados sobretudo com a produção interna. A parte do jardim que usufrui do mesmo plano que os anteriores espaços é propensa à passagem e, por isso, a vegetação além de pouca é dispersa e pontual permitindo percorrer e observar os espaços em redor ou desfrutar de um momento de descanso junto do tanque e do pomar de citrinos. A rematar a plataforma inferior do jardim descobre-se um espaço protagonizado pelo miradouro que, sobranceiro ao rio, pontua um momento de pausa e estadia no recinto proporcionando belas vistas sobre a envolvente.

No plano superior, o jardim com vegetação densa, reservado essencialmente à estadia é envolvido em ambientes de tranquilidade e serenidade garantidos pelas qualidades do lugar cujos percursos permitem calcorrear todo espaço usufruindo de diversos momentos de estadia junto do Convento e ao longo do banco circundante ao muro, realçando o espaço de programa complementar a actividades no exterior e relacionadas com a manutenção da estrutura vegetal, polarizado pelo tanque que oferece vistas para a envolvente. O piso superior do Convento destina-se à produção e desenvolvimento de projectos e trabalhos criativos em diversas áreas, através da manipulação espacial que contribui para um melhor aproveitamento do espaço.

Ainda que se reflectam várias abordagens na forma de interpretar e conceber O Espaço do Convento, o seu conceito tem sentido de unidade: valorizando e revitalizando um património esquecido, ao tirar partido das suas características através de uma intervenção mínima e adequada que permita uma nova função, essencial ao quotidiano portimonense.

Os monumentos, sinais da vontade colectiva expressos mediante os princípios da Arquitectura, parecem colocar-se como 'elementos primários', quais pontos fixos da dinâmica urbana. Aldo Rossi - A arquitectura da cidade.





Ambiente geral da proposta.



A CERCA DO CONVENTO

A redefinição do limite da cerca passa pela redefinição dos limites costeiros cujo trabalho mútuo reconquista vínculos esquecidos pelo tempo, conferindo novas valências que permitem qualidade espacial e sobretudo uma melhor utilização da envolvente contígua ao Espaço do Convento.

A procura é em função da clarificação do limite da cerca e da restituição da contiguidade ribeirinha ao espaço. Deste redesenho de limites nasce o prolongamento do percurso ribeirinho, cuja quebra se transforma em continuidade, intensificando a proximidade e a relação ao rio. Os percursos pedonais envolvem e contornam a cerca: por norte atravessa subtraemente o maciço murado à descoberta, por sul acompanha o relevo da topografia paralelo ao acesso viário e recebe da zona de estacionamento. Nas suas interseções criam-se espaços de pausa e estadia que introduzem as entradas, materializados num momento de sombra através de um banco corrido e num momento de contemplação através da escadaria que entra no rio, como auditório do qual se desfruta do espectáculo envolvente.

O redesenho dos limites da cerca pretende clarificar os antigos muros da cerca monástica interpretando a sua função e relação com o Convento de forma articulada simultaneamente com o exterior e com os novos espaços no interior. Nesse sentido, a cerca estabelece um limite físico na cidade, ainda que transposto, expresso pelos seus muros que estrategicamente rasgados transparecem a existência de uma vida cuja fantasia sobre o lugar exponencia a sua procura. A cerca desenha limite, recinto, volume, espaço, entrada, cuja espessura e materialidade transmitem uma ideia de peso e de intensidade, como se o maciço assente no espaço dele nascesse. Um muro com acontecimentos tanto no exterior como no interior, que pela estrutura espessa e pesada confere ao espaço um sentimento de protecção compacto. Um elemento contínuo que completa e cria espaços, cujos seus muros são parte integrante dos espaços propostos, e os espaços propostos são definidos a partir dos muros. Ora são paredes que encerram para resguardar, ora são bancos que abrem para contemplar. Os espaços que, articulados numa sequência espacial e circunstancial ao longo da cerca, intensificam quatro momentos de estadia: os espaços de entrada - cafeteria e auditório - virados para o interior, e os espaços de contemplação - miradouro e fresco - virados para o exterior. O edifício-cerca não compete nem se aproxima do Convento, pelo que tem um carácter fortemente abstracto e unitário.

Ao resolver o encontro entre o território exterior e o recinto murado, a cerca recebe as pessoas do percurso ribeirinho acolhendo-as no interior definindo assim o momento de entrada. Os dois espaços de entrada despretensiosos e aparentemente ocultos do exterior, privilegiam a simplicidade espacial, posicionando-se em função dos acessos existentes, da orientação e da relação de proximidade com o Convento, e do programa a desenvolver, que pela posição preliminar face ao conjunto podem ser utilizados independente do restante programa, em ocasiões pontuais. Esses vivem do interior para o interior, porém, voltam-se ao exterior tirando partido do espaço contíguo e das deletáveis vistas, respectivamente, no piso inferior e superior, manipulando a topografia em prol da relação exterior-interior.

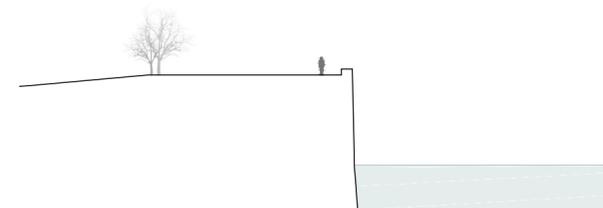
Nesse sentido, o volume a noroeste assume a entrada principal, e quer pela distância ao Convento quer pela relação de abertura com o jardim comporta, no piso superior, o programa de cafeteria. O edifício proposto, com características espaciais inspiradas na igreja, introduz axialmente o Convento cujo afastamento proporciona uma amplitude entre ambos os espaços permitindo, além do respirar, a sua contemplação. Consequência de uma arquitectura que na procura da luz perfura e escava a matéria para relevar os seus espaços, o vestíbulo de dupla altura, anunciado pela sublime entrada descrita na espessura que penetra o maciço, encaminhado pela luz evocadora de um ambiente apoteótico caracteriza-se por ser um momento de distribuição, mas sobretudo, um momento de pausa e de reflexão antes de iniciar o percurso no Espaço do Convento. No interior, o pátio responsável pela entrada de luz, ar e chuva,

transforma-o numa rica experiência sensorial que enuncia uma sucessão espacial e programática através de dois momentos: uma espessa passagem protagonista do espaço e reveladora do percurso ascendente que culmina na fachada do Convento, e umas discretas escadas que conduzem à cafeteria no piso superior. O amplo átrio de dupla altura, delicadamente desenhado pela luz reveladora de superfície e textura e criadora de efeitos de sombras, emana uma atmosfera própria, um ambiente contemplativo de profunda tranquilidade e interioridade, aprazível ao espírito e ao íntimo. Na densidade do seu espaço sobressai a passagem que encaminha ao exterior, devido ao contraste espacial, uma sedutora e penetrante abertura, baixa e tensionada, instiga ao seu percurso cuja transposição abre novamente um espaço amplo precedente à larga rampa suavemente lançada para o topo que inicia o processo de ascensão ao jardim. O percurso ascendente, enquadrado pelo muro de contenção que evoca o limite original da cerca monástica, descobre gradualmente o rosto do Convento. No piso superior, pelo acesso secundário definido por umas dissimuladas escadas embutidas no maciço, encontra-se a ampla cafeteria repleta de luz, complementada pela copa. Um espaço de estar e de lazer, com uma vista pontual que emoldura o Convento, que vive essencialmente para o jardim tirando partido dele ao estender as suas actividades para o exterior.

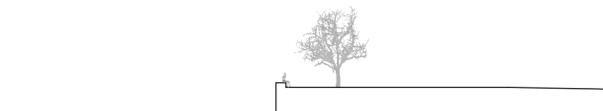
O volume a sudeste aproxima-se do Convento de forma circunstancial, pelas características existentes considerando, simultaneamente, o programa que comporta e a curta relação com o espaço exterior. Na fachada sul, a torção do muro que encaminha ao interior do espaço forma um momento progressivo de entrada que procura o íntimo através da contida passagem, baixa e estreita, dominada pelo sentimento de penetrar no maciço, de sentir a força da matéria por cima da cabeça, explorado pela constante tensão que avança na penumbra, sendo interrompida pela intensa luz que descortina um amplo espaço de dupla altura pontuado por um manifesto elemento ascendente. A luz culminante, esclarecedora da profundidade e composição espacial e reveladora do peso da massa que envolve o vazio, proporciona ao vestibulo um ambiente de tranquilidade envolto em êxtase, evidenciando as delicadas escadas que protagonizam o momento de subida ao átrio - espaço intermediário entre o auditório e o exterior. Escavado e caracterizado por um espaço lúdico interior encerrado sobre si, o auditório vai penetrando o terreno através de largos degraus que servem de assentos durante os espectáculos. No átrio, um contido vão espregueia timidamente o pátio e o Convento por oposição a um rasgado vão que permite ao átrio relacionar-se com o exterior contíguo delimitado pela cerca materializada através de um largo banco criando um acolhedor momento de estadia. O desenho do volume manifesta uma íntima relação espacial com as dimensões do pátio sul e do corpo nascente do edifício monástico, cujo acto de delimitar o espaço torna a sua experiência mais intensa, sem conferir excessiva clausura devido à sua baixa altura, tornando o pátio num espaço desafogado e bastante iluminado.

O miradouro nasce do redesenho do promontório agora sobre a água cujo muro toma a forma de um largo banco permitindo uma estadia demorada e privilegiadas vistas panorâmicas sobre a paisagem envolvente, a cidade, o rio e a outra margem, dominando o horizonte em volta. O espaço de fresco assume-se como o momento mais refrescante do conjunto, desenhado pela torção da cerca que se funde no espaço, cujo muro ao entrar como banco e transformar-se em parede, cria um lugar de abrigo caracterizado pela sombra e polarizado pelo tanque que remata o espaço ao emoldurar uma pontual vista para o exterior. Servindo de apoio ao tratamento das árvores ou como oficinas a actividades relacionadas com o exterior, o espaço de fresco é na sua essência um espaço de estadia e de contemplação que intensifica o carácter de permanência no jardim.

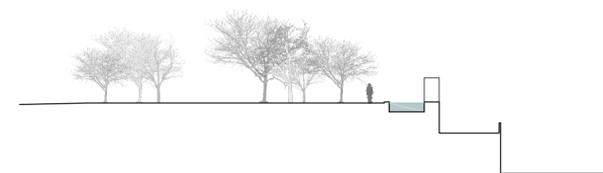
O conjunto definido pela cerca permite acrescentar à pre-existência um novo programa que, conjuntamente com o jardim, intensificam o carácter lúdico reforçando o sentido de espaço público.



MIRADOURO
Espaço com vistas panorâmicas sobre o exterior.



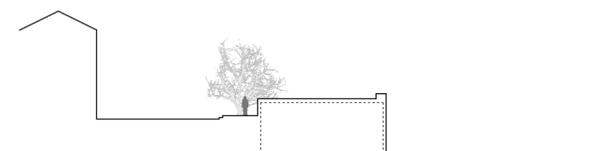
BANCO
Espaço de estadia desenhado pela cerca.



TANQUE
Espaço de fresco desenhado pela cerca.



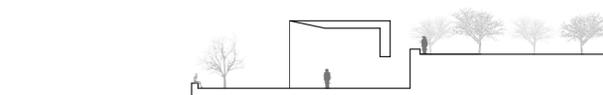
ESPAÇO VERDE
Espaços e percursos junto ao muro limite, pela vegetação e pelas clareiras.



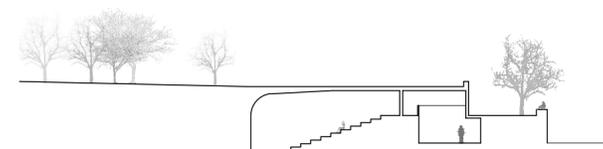
COTAS INTERMÉDIAS
Espaços que vivem para duas cotas.



COTAS DISTINTAS
Espaços que vivem numa só cota.



CAFETARIA
Espaço construído pela cerca que vive para o interior, onde se desenvolve o programa de entrada e cafeteria.



AUDITÓRIO
Espaço construído pela cerca que vive para o interior, onde se desenvolve o programa de entrada e auditório.



Ambiente do interior da cerca - entrada / cafeteria.



Ambiente do interior da cerca - entrada / auditório.



Gardens are by definition havens of peace and quiet, order and pleasure in a chaotic and hostile world

- The enclosed garden.

A ENVOLVENTE DO CONVENTO

Devido à manifesta escassez de espaços verdes públicos na cidade pretende-se, como forma de reinterpretar o passado deste lugar, criar um jardim que responda eficazmente às necessidades quotidianas da população.

Nesse sentido, e à imagem das cercas capuchas, o jardim age como um *hortus conclusus*, encerrado pelo muro, definido pelos limites da cerca. Mais que lugares de cultivo, as hortas e jardins monásticos eram lugares íntimos de quietude e tranquilidade, de contemplação e repouso, cujos elementos naturais da própria fauna e flora formavam um inúmero conjunto de sensações envolvidos numa atmosfera apoteíca.

O jardim, espaço intersticial entre a cerca e o convento, pretende fortalecer a relação entre ambos. Pelo entendimento da importância desse vínculo na preservação do lugar, evoca a função original e a espiritualidade de outrora, cujas características do espaço aberto permitem o respirar da densidade construída presente no espaço edificado. O jardim encerrado é simultaneamente dentro e fora, paisagem e arquitectura, finito e infinito.

Através da essencial manipulação do terreno, sem desvirtuar o seu declive original, clarifica-se a topografia existente. Este processo permite a criação de duas plataformas de semelhantes áreas, coincidentes com ambos os pisos do convento, que servem de referência à definição da cota do piso superior dos edifícios propostos. A simbiose entre espaço edificado e espaço verde proveniente de um constante diálogo e uma forte relação reflectidos da adaptação e transformação circunstancial da topografia que desenha espaços e permite ser desenhada, manifestam um melhor aproveitamento do espaço exterior. Estar no seu interior murado, num momento mais baixo, transmite uma sensação de segurança e de protecção e, por outro lado, estar num nível acima, transmite uma sensação de domínio e privilégio. Ambos os planos, delimitados por muros ou edifícios e ligados por suaves rampas ou escadas, formam o jardim cujas características e organização resultam da situação envolvente e sobretudo da índole da actividade predominante.

A plataforma inferior é responsável por relacionar, simultaneamente no mesmo nível, os espaços de lazer (edifícios propostos - piso superior) e os espaços de exposição (edifício existente - piso inferior), adquirindo diversos momentos de paragem pese embora prevaleça o carácter de passagem por esta resultar na zona de maior confluência. Por oposição, a plataforma superior relaciona-se apenas com um espaço de produção (edifício existente - piso inferior), e ainda que contenha vários momentos de passagem, predomina o carácter de permanência. Nesse sentido, os planos definiram os seus elementos e características de forma circunstancial. Por implicar um uso mais público, o plano que envolve o convento e os edifícios de cafetaria e auditório, contempla pouca vegetação, dispersa ou regrada, que permite maior alcance visual e fluidez no percurso apesar dos intensos momentos de pausa que permitem descanso a quem percorre o espaço. A proeminência da calçada no sentido do rio delimitada pelo banco corrido desenhado no topo da cerca, formalizam um arrebatador espaço de miradouro, que na sua extensão articulado com a sombra de pontuais árvores oferecem momentos de estadia na zona de passagem mais exposta. Junto à fachada principal do convento matizada pelos reflexos da água, desenha-se um tanque marcado pela frescura e ambiente limpo e um contíguo pomar de citrinos cuja sua estrutura regrada convida ao passeio por entre as árvores. No sentido oposto, descobre-se um espaço coberto de prado que remata num largo banco acoplado à cafetaria, enquadrado por um hortejo de plantas aromáticas, formando no seu conjunto essenciais momentos de descanso capazes de comportar inúmeras actividades no exterior. Do muro separador dos planos horizontais, lançado a partir do convento, esconde-se uma suave rampa que concretiza o percurso de ascensão para a plataforma superior.

A plataforma superior protagoniza o momento de jardim, de espaço verde, de parque urbano, porque pela sua disposição natural e organização espontânea aproxima o Homem à Natureza. Devido ao carácter de permanência

demorada, pelo contacto com o programa produtivo por implicar um uso mais privado, exploram-se relações de intimidade, de contemplação e de recolhimento individual. No plano mais alto, o cenário que delicia os sentidos é a composição de inúmeras árvores de diferentes formas e feitios, pelas diferentes espécies que representam, no auge do ambiente materializado numa paleta de cores, de cheiros e de sons. Aqui o terreno é predominantemente coberto pelo prado que serve a densa vegetação, na sua composição essencialmente de espécies arbóreas e arbustivas da flora local, recriando uma atmosfera natural e profunda. A vegetação, sobretudo, as espécies frutíferas contribuem eficazmente para a fixação e desenvolvimento da fauna local, criando condições no lugar que garantem a sua sobrevivência, protecção e alimento. A cerca adapta-se: um muro mais alto cria privacidade no interior, o extenso e largo banco rasga para rematar no tanque e para desenhá-lo o edifício do auditório, envolvendo a plataforma num contínuo momento de estadia fortalece o carácter de permanência. Os percursos que descobrem por entre as copas e que contornam o prado, proporcionam momentos desfrutáveis de passeio ao conduzir aos diversos espaços num espectáculo natural garantido pelas deleitáveis vistas do exterior, sobre o rio e sobre a cidade.

A lógica da organização espacial do jardim inspira-se na estrutura das antigas cercas cuja natureza ordenada - pomar e horta - se aproximava do convento num espaço mais baixo e de natureza selvática - mata ou bosque - se afastava do convento num nível elevado. Nesse sentido, o jardim tira proveito da vegetação existente reorganizando-a um pouco à imagem dessa estrutura cuja complementaridade privilegia espécies locais pela evocação e respeito que representa na memória deste lugar. As árvores de maior porte cobrem a cota alta, enquanto o pomar é implantado no espaço mais baixo do jardim, junto ao convento. As laranjeiras e limoeiros, constituem o pomar de citrinos, um sistema húmido de composição regrada distinto pelo aroma da fruta ou das delicadas flores. As características de robustez, resistência e pouca manutenção das árvores de sequeiro e autóctones típicas da região algarvia conquistam o espaço denso destinado à estrutura naturalizada e espontânea. A amendoeira, a alfarrobeira e a figueira complementadas com a oliveira e o cipreste são algumas das espécies que descansam sobre o amplo prado cuja pouca necessidade de rega e cuidados o tomam no tapete perfeito para as diversas actividades desenvolvidas no exterior. A água desempenha um papel amenizador do espaço, materializada por dois tanques que, como elementos integrantes do sistema hidráulico dispostos em ambos os planos asseguram a rega, através do processo de regadio tradicional e de alagamento, satisfazendo as necessidades hídricas sobretudo da cultura citríca.

O jardim do Convento altera-se com a passagem das diferentes estações do ano, criando diferentes cenários na paisagem, pintando diferentes tonalidades, produzindo diferentes aromas, compondo diferentes sons, pelas árvores de fruto e ervas aromáticas que conduzem por entre as clareiras, os espaços frescos, os espaços de sombra que abrigam da chuva ou do calor. O jardim encerrado protege do ruído sonoro, do calor e dos ventos intensos, intensificando uma atmosfera contemplativa que privilegia o cantar dos pássaros, o murmúrio da água e o sussurro do vento nas folhas. O jardim intensifica o carácter lúdico reforçando o sentido de espaço público, permitindo ao Convento estender as suas actividades ao exterior ou criar um programa exclusivo que usufrui de um aprazível espaço verde, de uso intenso nas estações quentes e amenas. Com a possibilidade de acolher, mais frequentemente, manifestações artísticas, espectáculos performativos, concertos de música ao ar livre, projecção de filmes, mercados ou feiras, apresentações, exposições, instalações ou mostras culturais, actividades experimentais, sejam elas produzidas no Convento ou desenvolvidas fora. O desígnio do jardim é o de servir a população portimonense através de um espaço verde, que permita usufruir das actividades do Convento, de momentos de permanência e deleite quotidiano, da tranquilidade e intimidade do espaço ou, apenas, de um descontraído passeio para apreciar a vista.

VEGETAÇÃO ARBÓREA

Proporciona agradável sombra e tranquilos ambientes, os seus frutos servem de alimento também a pássaros e insectos e as suas copas servem de abrigos a inúmeros animais.



LARANJEIRA

Árvore de médio porte, muito ramificada de copa densa de forma arredondada; de folha oval de cor verde intensa floresce no verão com pequenas flores brancas polinizadas por abelhas; frutifica de forma intensa nos meses de inverno cujas laranjas são de consumo imediato; requer climas temperados, grande exposição solar e rega frequente.



LIMOEIRO

Árvore de médio porte, muito ramificada de copa densa de forma arredondada; folha oval de cor verde florescendo na primavera com pequenas flores brancas polinizadas por abelhas; frutifica todo o ano cujos limões são de consumo imediato; requer climas temperados, grande exposição solar e rega frequente.



AMENDOEIRA

Árvore de médio porte, ramificada e aberta de forma ascendente; de folha caduca e floração no inverno e primavera de delicadas flores brancas e rosadas, que frutificam no verão, sendo a amêndoa um fruto seco de consumo imediato; subsiste em climas quentes e secos e de elevada exposição solar, com pouca manutenção e pouca rega.



ALFARROBEIRA

Árvore de grande porte, ramificada de copa densa e de folha perene, na primavera as pequenas flores originam o fruto, cuja alfarroba, vagem comprida e pendente, pode ser consumida quando seca; subsiste em climas secos e ensolarados, de pouca manutenção e pouca rega pela grande resistência às secas, tolera ambientes de elevada salinidade.



FIGUEIRA

Árvore ramificada de porte médio com copa larga e densa, de folha caduca com forma larga e recortada, as flores encontram-se dentro dos figos e apenas quando polinizadas por vespas resultam no fruto, podendo ser o figo colhido durante o verão e se seco dura meses; resistente em climas quentes e secos e de grande exposição solar, tolera secas mas necessita de alguma rega para a produção de figos.



OLIVEIRA

Árvore de médio porte e copa densa e esférica, de folha persistente, pequena e pontiaguda; floresce no verão através de pequenas flores brancas ou amareladas, a azeitona usada para fazer azeite; prospera em clima temperado, sendo muito resistente e de grande longevidade; carece de alguma rega nos meses de calor para a produção do fruto.



CIPRESTE

Árvore resinosa de médio porte com copa colunar, de folha persistente de forma escamiforme; floresce na primavera e frutifica no final do verão (embora não comestível); pela resistência aos ventos e altas temperaturas actua como barreira protectora, sonora e visual, sendo também utilizada como espécie ornamental; subsiste em climas temperados com exposição solar pela pouca manutenção exigida.



PRADO

O prado de sequeiro, baixo e de altura irregular, composto por várias espécies de graminias naturais, umas mais altas, outras mais baixas, seca nos meses de verão atraindo pirilampus; disposto nas clareiras por entre as árvores, exige pouca rega e porém necessita ser aparado.

ERVAS AROMÁTICAS

Utilizadas para fins medicinais ou culinários, devido à sua floração melífera são atraentes para abelhas, embelezando o ambiente com as suas tonalidades e agradáveis aromas.



ROSMANINHO

Planta em forma de espiga cujas flores azuis ou roxas florescem na primavera requerendo um solo bem drenado e boa exposição solar.



TOMILHO

Pequenos e resistentes arbustos que requer calor e cresce ostensivamente; floresce na primavera pequenas flores azuis.



CEBOLINHO

Planta bolbosa de folhas verdes que requer exposição solar, floresce no verão com flores de tons rosados, quando necessita de rega.



ALECRIM

Planta em forma de espiga ascendente que necessita de grande exposição solar em clima quente, repele os insectos indesejáveis.



FUNCHO

Arbusto de hastes finas e altas revela, no final do verão, pequenas flores amarelas que necessitam de um lugar solarengo.



ORÉGÃO

Arbusto ramificado de folhas verdes, floresce em tons brancos e lilases, do verão aos meses outonais; requer um lugar ensolarado.



Inverno

Primavera

Verão

Outono

Ambiente da envolvente, quatro estações.



O EDIFÍCIO DO CONVENTO

A identidade e a autenticidade inequívocas destas cercas conventuais, que as identifica e as distingue, tornam-nas um valor cultural e paisagístico único e de enorme relevância nacional, factos que justificam, com total legitimidade, a sua classificação. Não basta, porém, pretender classificá-las e atribuí-lhes pomposamente o título de Imóvel de Interesse Público ou outro. O Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão, por exemplo, embora munido desse estatuto, apresenta-se num estado de angustiante ruína.⁹⁷

O entendimento de tal declaração é premissa no processo de intervenção com vista na salvaguarda e conservação do conjunto do qual o convento é protagonista. E concordando com as sábias palavras de Souto Moura de que *a grande regra do património para ser mantido, sendo ele natural porque faz parte da nossa cultura, tem que ser tratado de maneira a ser usado porque sabemos que o uso é aquilo que o mantém*, é ponto assente a urgente necessidade de lhe conferir valências que garantam a habitabilidade ao espaço.

Nesse sentido e já referido anteriormente, a nova função a desenvolver no Convento segue uma lógica circunstancial que resulta da investigação do conjunto no contexto do lugar: confrontando as potencialidades e qualidades espaciais e construtivas do edifício e a sua relação com a envolvente de modo a responder às necessidades da cidade actual através de um uso compatível.

Quaisquer trabalhos de intervenção devem ser precedidos de uma imprescindível e detalhada documentação cujos levantamentos executados no lugar e respectivas descrições do edifício inseridos no estudo arquitectónico, histórico e arqueológico, possam garantir a preservação da sua autenticidade. As intervenções assumem um compromisso de colaboração pluridisciplinar de modo a evitar ou minimizar modificações profundas na essência do edifício, a sua descaracterização e a conseqüente perda dos seus valores intrínsecos. Assim, entende-se a conservação como o princípio fundamental na salvaguarda do património. A intervenção caminha no sentido de identificação de patologias com resposta através de medidas preventivas na manutenção e métodos de consolidação a desenvolver no edifício existente que pretendem repor a capacidade de resistência inicial, devolver condições de segurança e de habitabilidade que validem a durabilidade e genuinidade do património. Portanto, o processo de salvaguarda do Convento de Nossa Senhora da Esperança estabelece como prioridade a realização de trabalhos preventivos através da reestruturação das paredes e da consolidação das cantarias, determina a operação de requalificação da estrutura em contacto com exterior através da introdução de uma cobertura no edificado, da contenção dos vãos e da renovação da fachada por meio de um novo revestimento que a proteja da erosão e da humidade, e por fim, institui a revitalização e valorização do espaço interior através da colocação de pavimento e de uma intervenção pontual e reversível que redesenha e reorganiza a espacialidade do edifício de acordo com a traça original. Os trabalhos a executar assumem as normas gerais definidas pelas cartas e convenções que orientam a intervenção no património. É então desejável, quando se justificar a necessidade de completar uma parte do edificado se evidencie como tal, interagindo-se de formar coerente e harmoniosa no conjunto. Pretende-se intervenções pouco intrusivas nas quais sejam aplicados materiais inócuos e técnicas modernas, quando as tradicionais não forem adequadas, sem profundas modificações do conjunto e sobretudo que respeitem a autenticidade e a identidade do património.

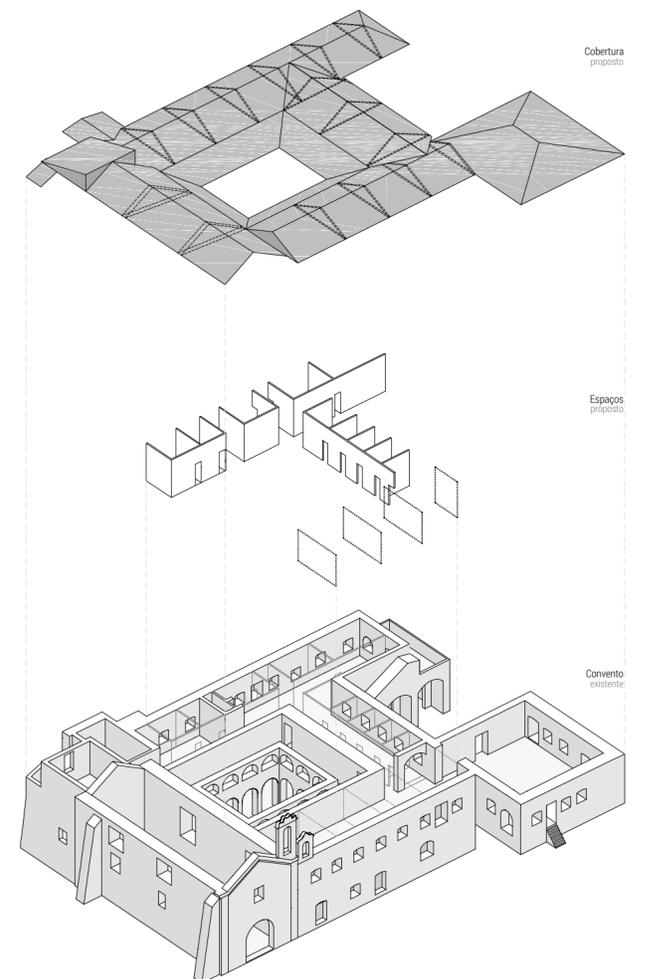
Desse modo, exige-se a compatibilidade cujas técnicas e materiais utilizados na nova intervenção minimizem as alterações das características da estrutura original e da construção; a durabilidade dos materiais a utilizar na intervenção; a reversibilidade garantido a possibilidade de remoção dos novos elementos, sem danos nos materiais originais. A intervenção privilegia medidas reversíveis que possam ser substituídas ou melhoradas no futuro.

O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo.
Françoise Choay - *A alegoria do património*

A reestruturação, nomeadamente das paredes exteriores, procura repor as valências de habitabilidade ao interior através do reforço das fundações, da limpeza das paredes, da consolidação da alvenaria por injeção de modo a preencher os vazios, da substituição de material degradado, assim como o seu reforço através do tratamento e selagem de juntas com camadas orgânicas, do tratamento e protecção contra a humidade impedindo a penetração da água no interior permitindo contudo a passagem de vapor, do revestimento com argamassas de reboco e do acabamento exterior através da caiacção garantindo a originalidade cromática. A cobertura é um elemento construtivo fundamental na protecção do edifício. Neste caso a inexistência de cobertura em praticamente todo o edifício e o facto da existente se encontrar num profundo estado de degradação, ameaçando ruir, torna imprescindível uma intervenção que acoberte inteiramente o convento de maneira a garantir a permanência nos seus espaços, através de materiais e técnicas tradicionais que respeitem a autenticidade e originalidade. A sua estrutura em madeira, através da forma elementar de asna, com recurso a ligações metálicas, com os devidos revestimentos como garantia de conforto e um exterior em telha cerâmica, fornecem as condições ideais para a colocação da cobertura. Estas duas prioritárias intervenções permitem um grande cuidado e eficácia na salvaguarda do edifício. Outra operação de elevada importância que assegura a habitabilidade e a permanência no interior é a contenção dos vãos, através de novas caixilharias e vidros adequados às exigências actuais, que dada a inexistência desses elementos constituintes torna impossível a sua recuperação. Assim, pretende-se que a requalificação dos vãos se integre na fachada como elementos ocultos do exterior, transmitindo a noção de uma mínima e apenas necessária intervenção. No interior, além de outras pontuais e necessárias intervenções, caso se justifique necessária, será introduzido no piso superior um pavimento em estrutura de madeira ligeiramente elevada e assente nos elementos de alvenaria que pela leveza permite a ligação entre pavimento e parede através do encaixe das vigas de madeira em aberturas dispostas nas paredes. Formam-se entradas através de escadas, num único elemento encostadas ao edifício onde as existentes não permitem o acesso. Destas intervenções indispensáveis para a conservação e utilização do convento intenta-se que ambos, técnicas e materiais, sejam compatíveis com os existentes e que trabalhem de forma harmoniosa e integrada, porém evidenciada no conjunto. Após garantidas as condições necessárias à habitabilidade e confortabilidade, há que garantir melhor qualidades espaciais através da introdução de módulos abstractos, perfeitamente integrados e completamente reversíveis. Ao dividir e compartimentar o espaço de dois corpos contínuos, seguindo a traça original e as dimensões das celas, permitiriam criar estúdios individuais ou de pequenos grupos para a produção experimental, performativa e artística, ou o desenvolvimento de trabalho colaborativo, interactivo, e participativo, com possibilidade de transformação do espaço consoante a exigências das actividades, ou mesmo a sua supressão futura. Estes "novos" espaços em conjunto com a altura e estrutura da cobertura oferecem uma diversidade, flexibilidade, polivalência e versatilidade no seu uso. De forma harmoniosa evidenciam-se os elementos que respondem de forma contrária à situação de ruína, que completam partes deterioradas do convento e que lhe conferem novas valências ou novas qualidades espaciais.

Para o sucesso da revitalização do património, a sua função deve ser de interesse pertinente à sociedade, e dado à constante mudança e necessidade da conseqüente adaptação, a intervenção caminha no sentido de que o programa proposto seja tão reversível quanto ela própria. No limite está preparada para responder às exigências futuras da cidade e da população, afirmando a sua intemporalidade.

⁹⁷ Fróis, Virginia. (2002). *Conversas à volta de Conventos*, p. 14.





Ambiente do convento.

MATERIALIDADE

A questão da materialidade assume um papel tão fundamental na experiência de viver o espaço como a de o conceber. A matéria e os materiais desenham o espaço enfatizando os seus diversos momentos. Embora formada por momentos de características diferentes, ao materializar a proposta evidencia-se a sua continuidade, harmonia e relação.

Na cerca, que envolve todo o recinto e que nos seus muros desenha novos espaços, é utilizado o betão. De forma a assumir a manifesta diferença e contraste entre o existente e o proposto pela sua condição de produção humana, devido às suas especificidades construtivas e desempenho face à intempérie o betão é o material base. O betão de carácter pétreo, considerado a alvenaria contemporânea, adquire as propriedades do local, deixando o tempo passar por si. A sua solidez torna a cerca num elemento pesado e contínuo onde se sente a densidade ao penetrar as suas entradas. A luz modela os espaços no interior evidenciando superfícies mais delicadas ou mais rugosas. A utilização e aparência do betão são exploradas consoante a necessidade do programa e do uso do espaço em questão, permitindo diferentes ambientes. Os espaços interiores de lazer, como a cafetaria e auditório, são revestidos por materiais que conferem maior conforto e habitabilidade, alternando entre a madeira e um revestimento simples de pintura. A intencional falta de revestimento no exterior, apresentando-se como betão à vista, além de transparecer o aspecto construtivo torna-o num material de pouca manutenção: situação ideal devido à grande dimensão e extensão que apresenta no conjunto.

Ao pavimento do recinto é reservada a calçada, que evocando o uso do material característico do território nacional transmite um ambiente familiar. A funcionalidade, durabilidade, flexibilidade de montagem e composição plástica dos cubos de pedra de calcário branco manifestam-se através de um plano que relaciona a proposta com a existência. Um elemento intersticial que media a relação da intervenção entre ambos.

A proposta de intervenção no convento passa pela consolidação da sua estrutura e a aplicação de materiais que permitam uma utilização e proporcionem a habitabilidade inexistente na ruína. Os materiais destinados ao efeito respeitam a construção e a características originais da pré-existência.

Por forma a manter a imagem original do edifício monástico e não comprometer a sua superfície ou durabilidade, os revestimentos exteriores aplicados na fachada são rebocos à base de cal. Segundo este processo pretende-se respeitar o modelo de funcionamento original das paredes espessas e porosas do convento que desempenham um papel fundamental na protecção das alvenarias face à exposição e acções externas. Pelas suas características construtivas e materiais, as paredes exteriores admitem alguma entrada de água para o interior da alvenaria. Desse modo, é necessário revestir o edifício através de materiais compatíveis ao seu funcionamento que permitam a expulsão da água. Num primeiro momento, o revestimento é aplicado através de camadas de regularização e protecção constituídas por argamassas de cal e outros aditivos orgânicos, e num segundo momento, a camada de acabamento constituída por uma pintura com cal. Pela sua elevada resistência mecânica, acção protectora contra a humidade e, para além dessas questões funcionais, o respeito pelo aspecto cromático original, garantem à cal o protagonismo e responsabilidade no revestimento exterior e interior das paredes do convento.

De igual necessidade perante as questões de utilização e habitabilidade do edifício a sua cobertura assume uma importância imperativa. E de igual forma se pretende o respeito pelos aspectos originais, seja pela aparência seja pelo comportamento do material no conjunto. Nesse sentido a cobertura do edifício é revestida por telha cerâmica assente numa estrutura que desenha um telhado em duas ou em quatro águas. A telha cerâmica plana e lisa, com pigmento de vermelho natural, que através de uma linha contemporânea permite a continuidade e respeito do aspecto e da cor no revestimento do edifício. Além de questões de índole estética, a telha apresenta aspectos formais e características térmicas e acústicas que mantêm o conforto no interior, assim como a sua porosidade absorver a humidade que no conjunto permitem a ventilação e o aproveitamento de águas pluviais.

Os elementos introduzidos no convento, como as escadas encostadas ao edifício que permitem o acesso antes difícil ou mesmo impossível e as divisórias que formam diversos espaços no piso superior, são revestidas por aço corten. A escolha deve-se pela sua resistência mecânica e à corrosão, pela pouca necessidade de manutenção, pela durabilidade, por ser reciclável e, um aspecto fundamental, pelo seu desempenho estético face aos materiais utilizados no edifício existente onde a contemporaneidade está patente reforçando a ideia de uma introdução posterior. A abstracção criada através do material permite aos elementos introduzidos uma relação de harmonia com o espaço onde se insere. Os módulos desenhados por forma a criar espaços mais íntimos no interior do edifício são concebidos em madeira e derivados e revestidos a aço corten, garantido maior conforto a diferentes níveis e assegurando a reversibilidade desta intervenção, sem comprometer a genuinidade do edifício.

O confronto do passado, do antigo que protela as suas características originais, com os métodos e materiais contemporâneos - o betão e o aço - cria uma relação de ambiguidade muito interessante. O contraste transparece uma nova linguagem criada entre o existente e o proposto.



CALÇADA

Pavimento exterior de cubos de pedra calcária aplicados de forma a revestir o terreno.



BETÃO

Construção da cerca e espaços desenhados que funciona em simultâneo como aspecto final.



AÇO CORTEN

Revestimento dos elementos introduzidos para aumentar a espacialidade, conforto e acesso ao convento.



TELHA CERÂMICA

Plana e lisa é o revestimento da cobertura do convento.



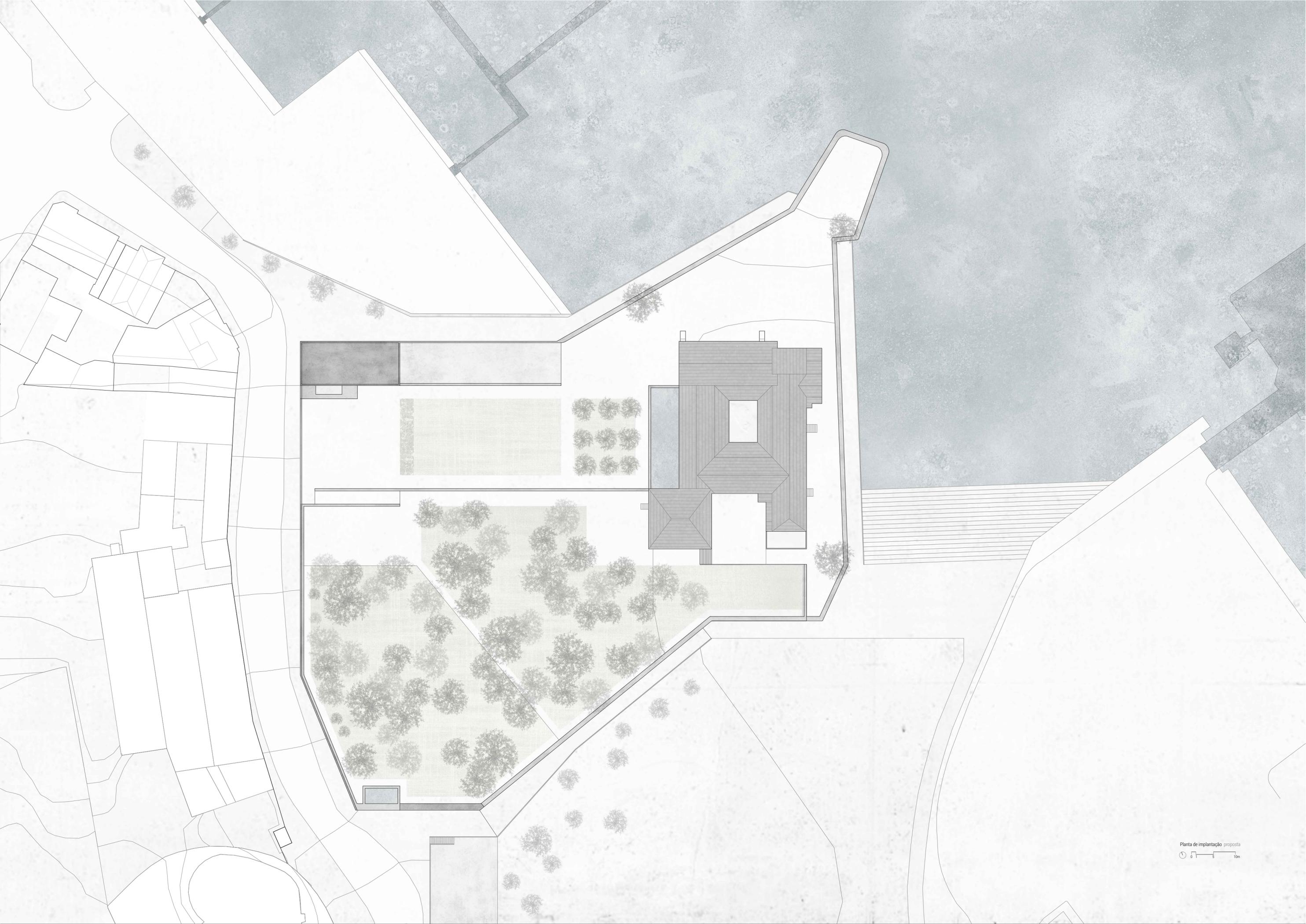
MADEIRA

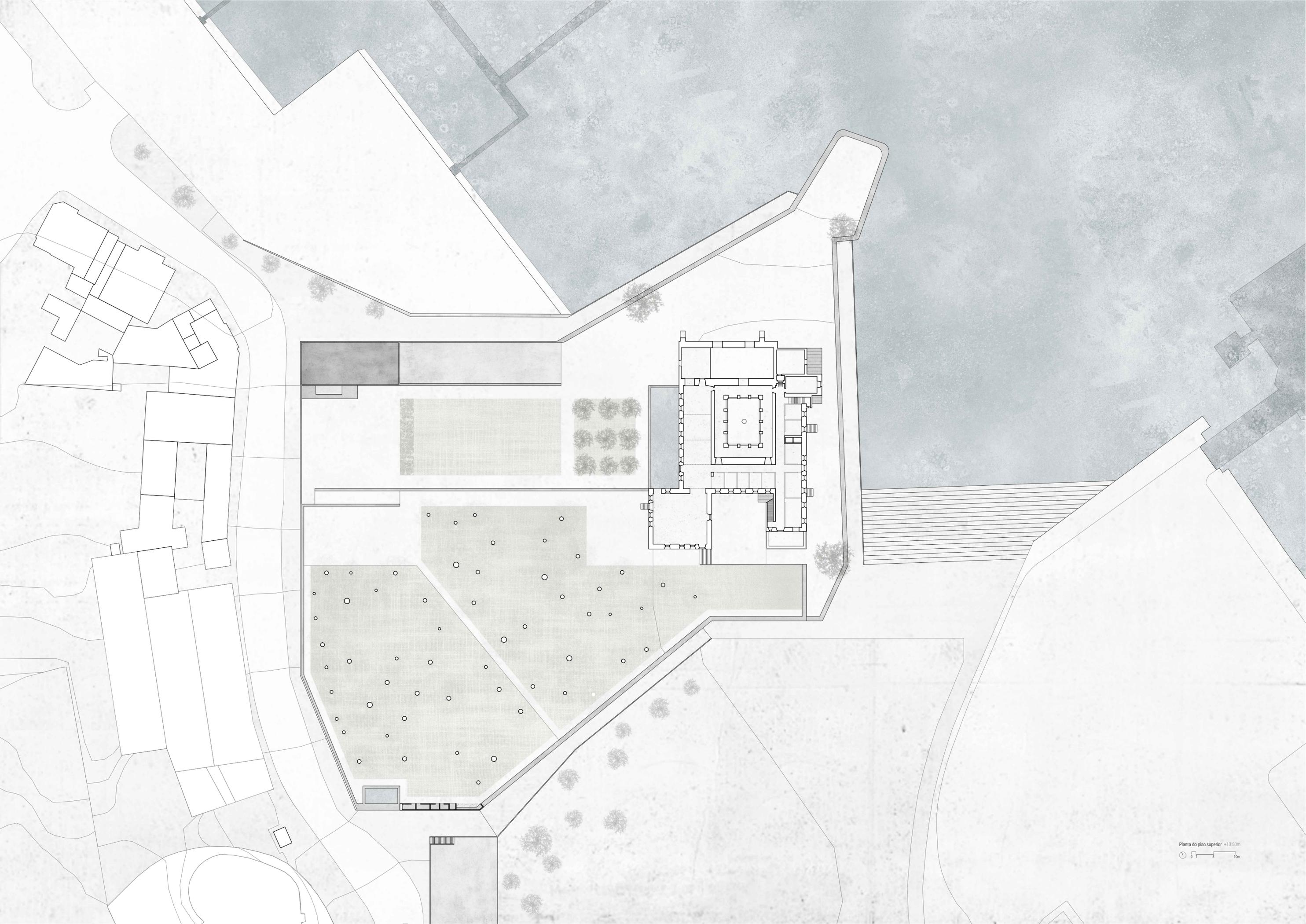
Utilização através das divisórias introduzidas no interior do convento.

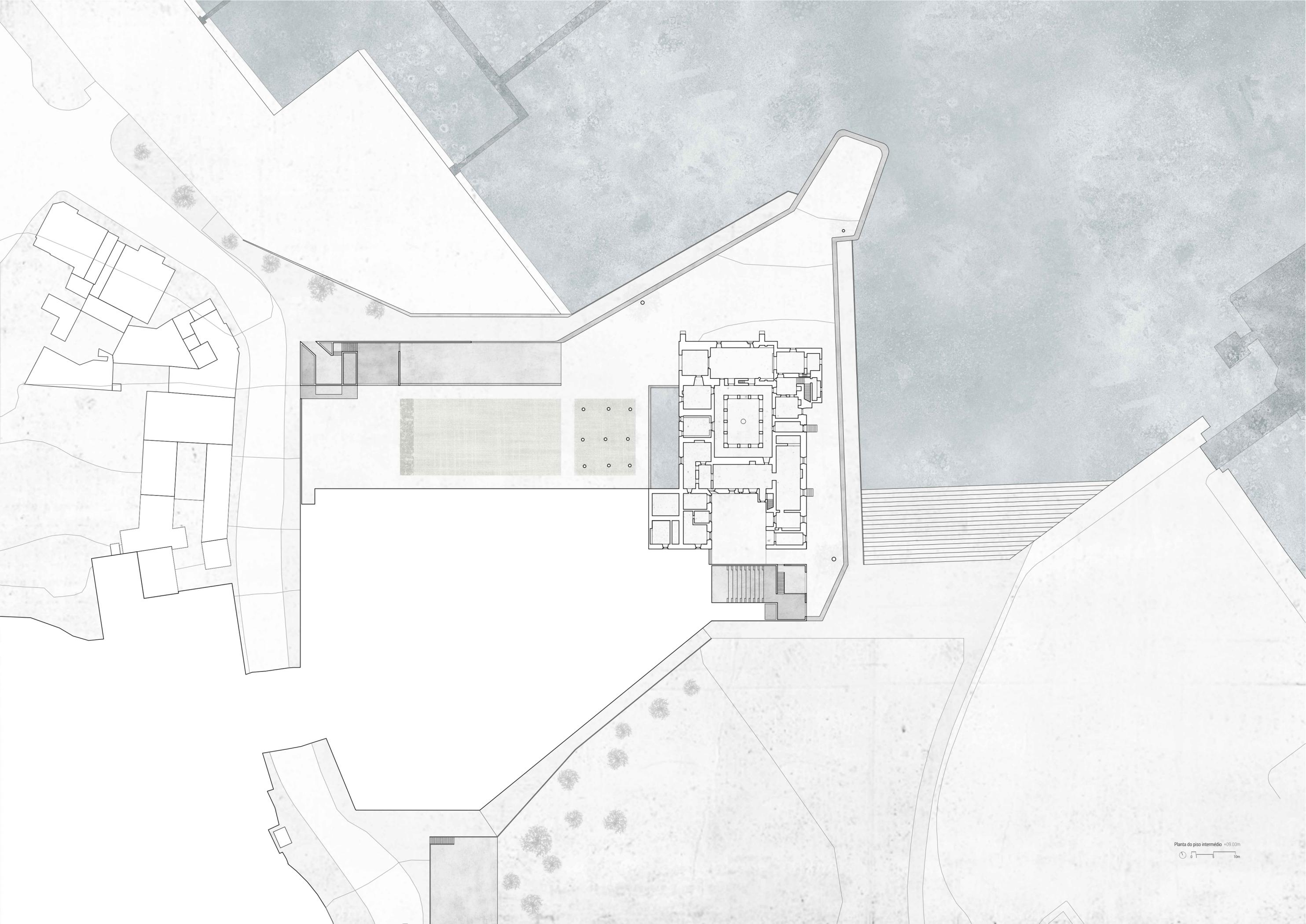


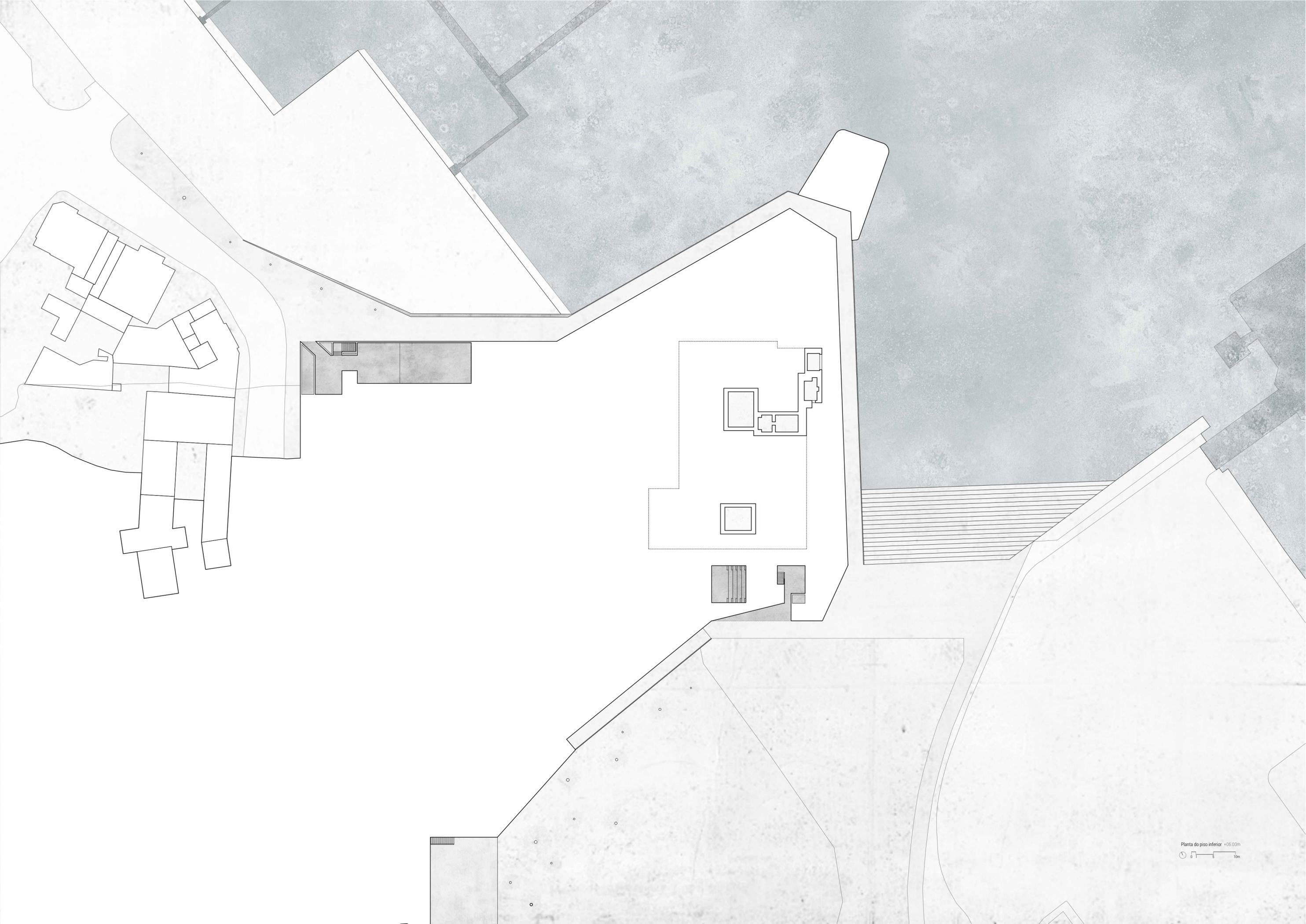
CAL

Revestimento exterior e interior do convento.

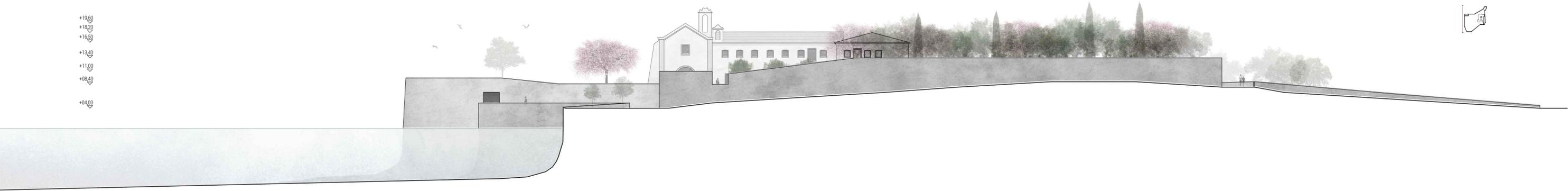




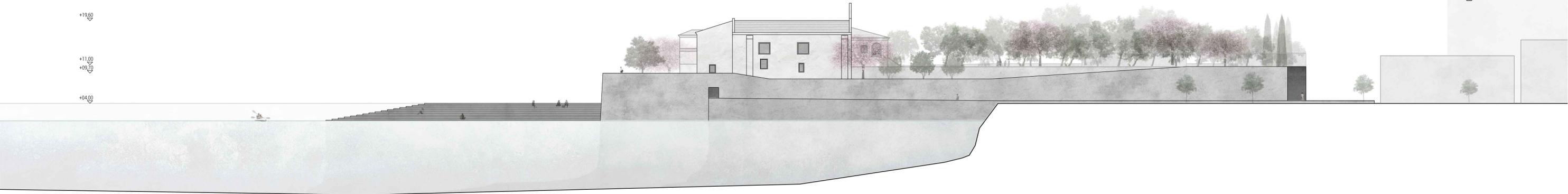




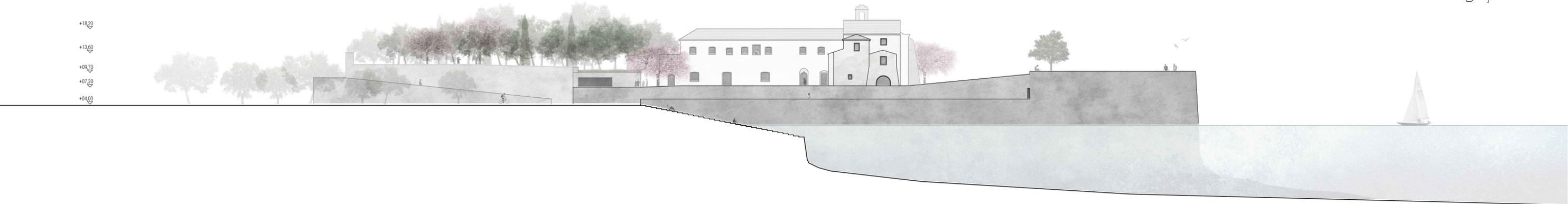
+19.60
+18.20
+16.80
+13.40
+11.00
+08.40
+04.00



+19.60
+11.00
+09.70
+04.00



+18.20
+13.60
+09.70
+07.20
+04.00



+18.20
+13.60
+10.20
+07.40
+04.00

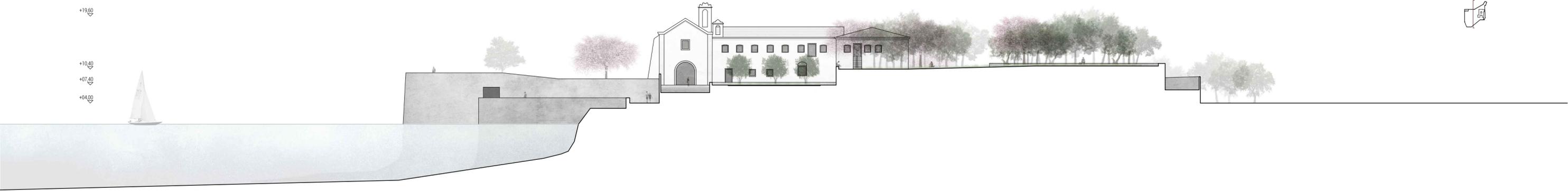


+19.60

+10.40

+07.40

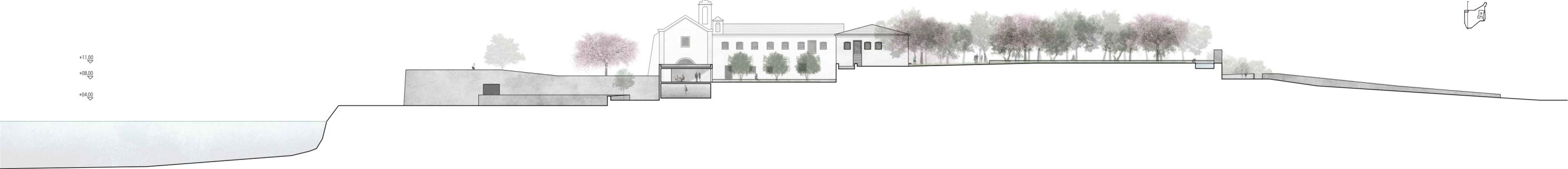
+04.00



+11.00

+08.00

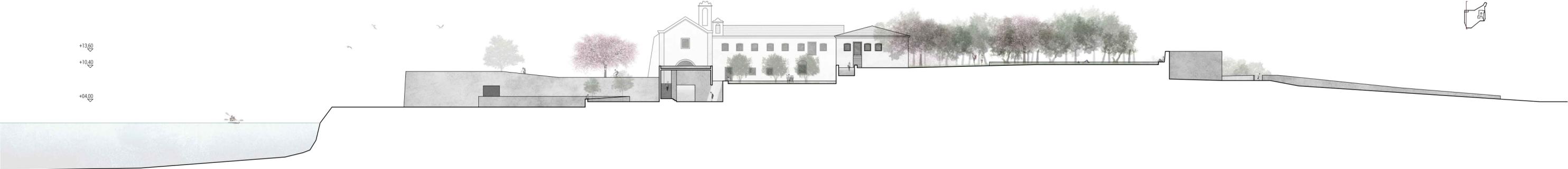
+04.00



+13.60

+10.40

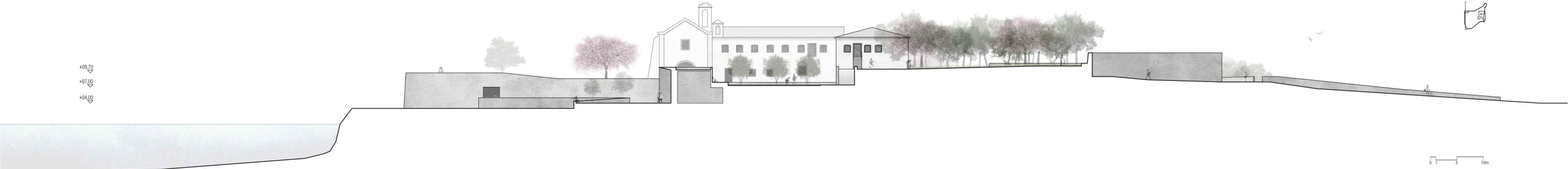
+04.00



+09.70

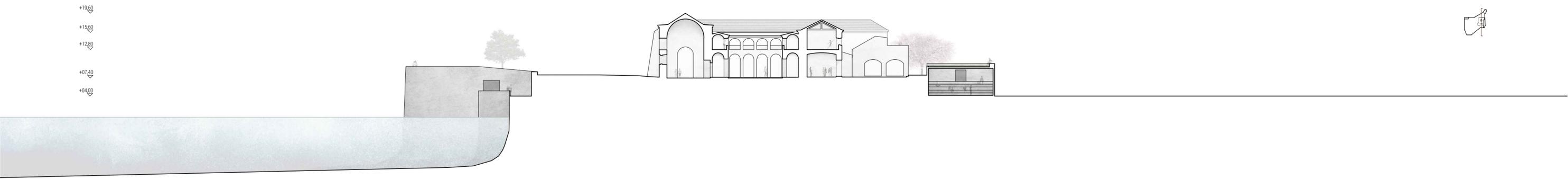
+07.00

+04.00



0 5 10m

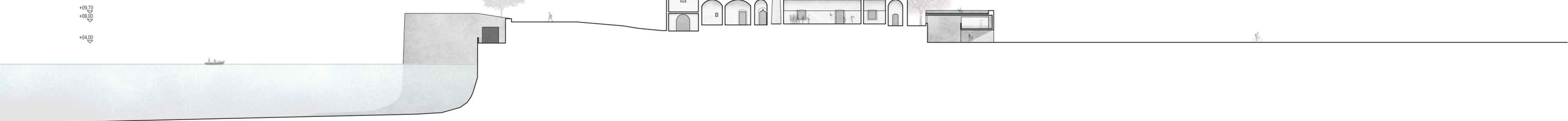
+19.60
+15.60
+12.80
+07.40
+04.00



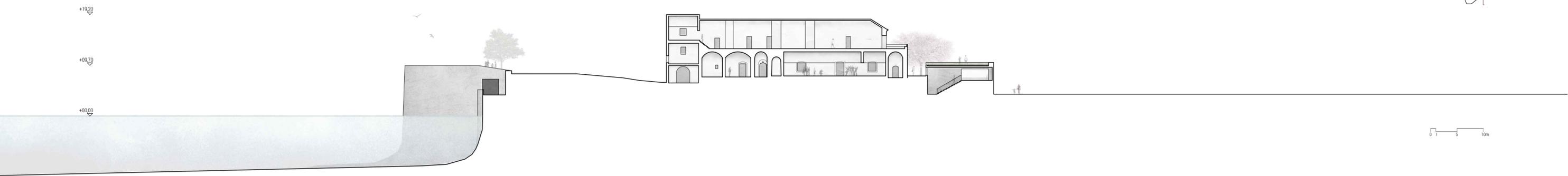
+18.20
+12.80
+10.00
+06.80
+04.00



+09.70
+08.00
+04.00



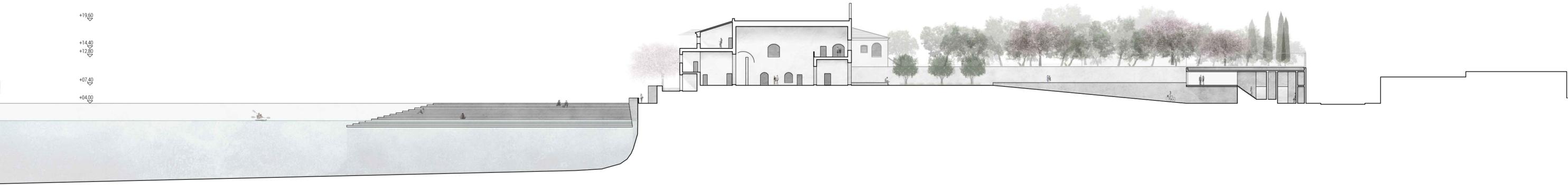
+19.20
+09.70
+00.00



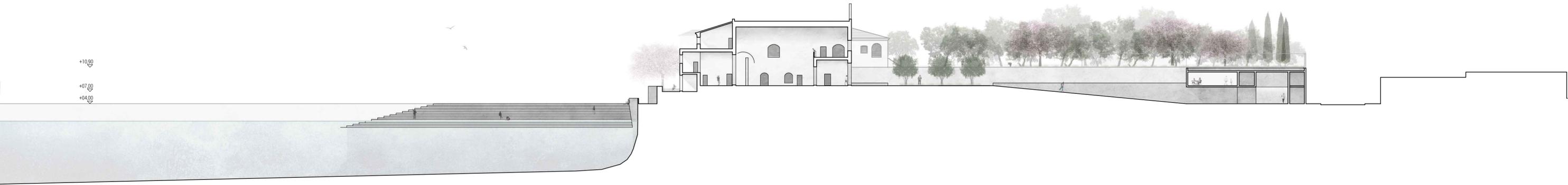
0 5 10m



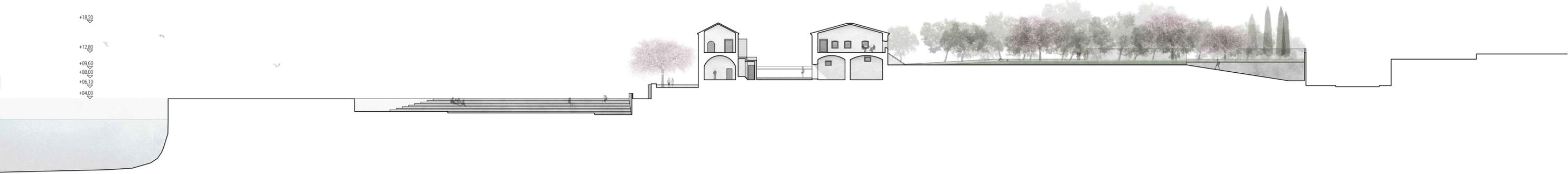
+19.60
+14.40
+12.80
+07.40
+04.00



+10.00
+07.00
+04.00



+18.20
+12.80
+09.60
+08.00
+06.10
+04.00



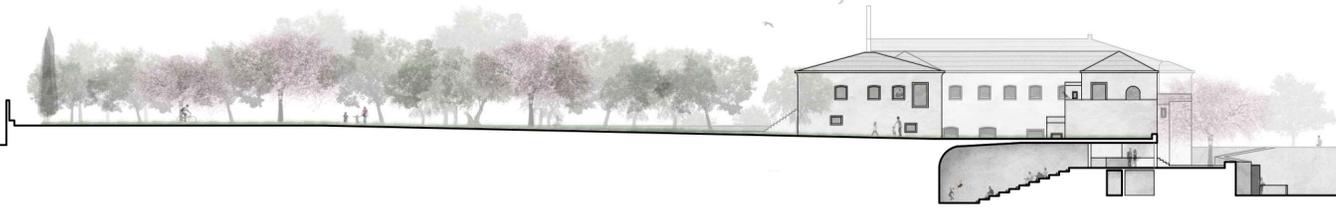
0 5 10m



+13.00
+11.10
+09.10
+06.80
+03.20



+09.70
+06.80
+04.00



+18.20
+16.50
+12.00
+11.00



0 1 5 10m



gravilha
tela impermeabilizante
camada formação de pendente
betão armado
betão pré-fabricado
cimento cola

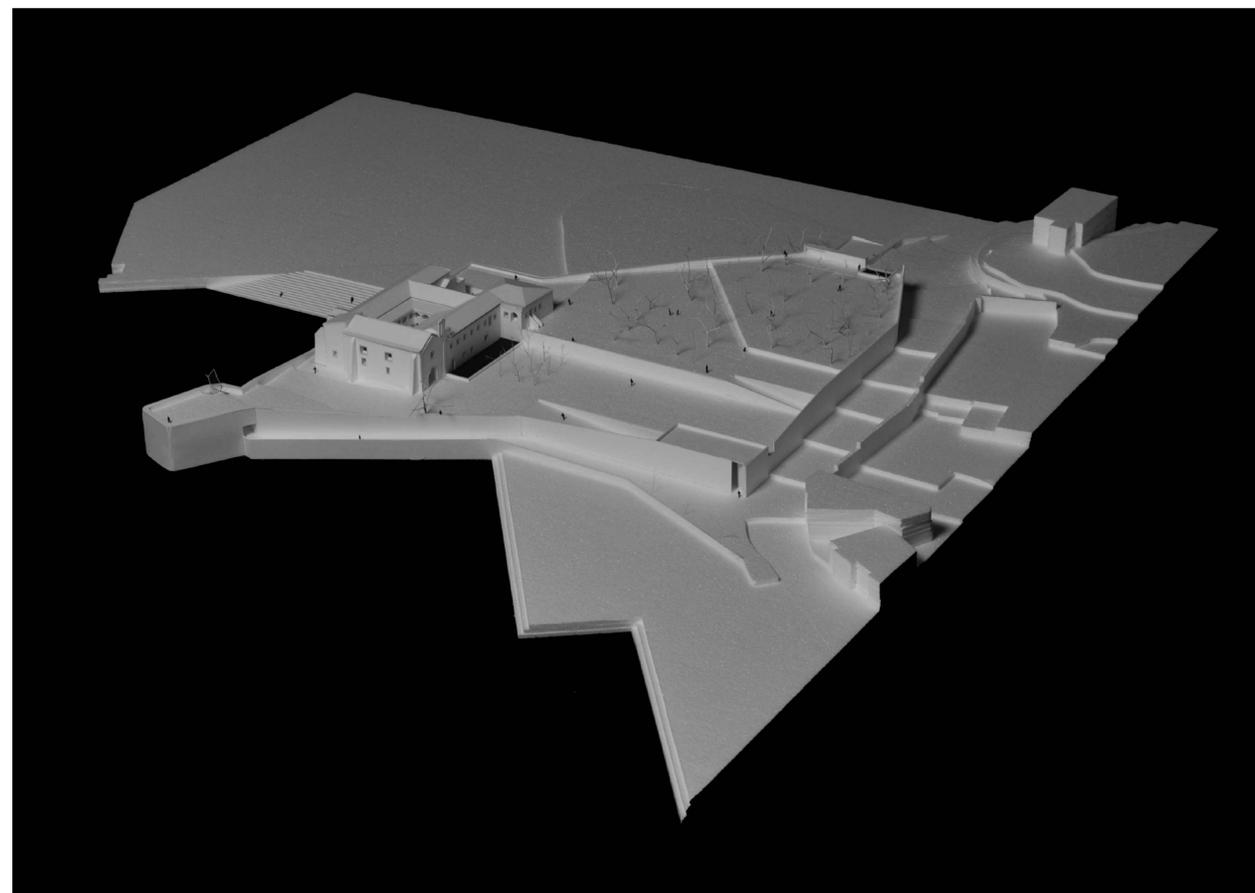
betão armado
terreno compacto

calçada
terra vegetal

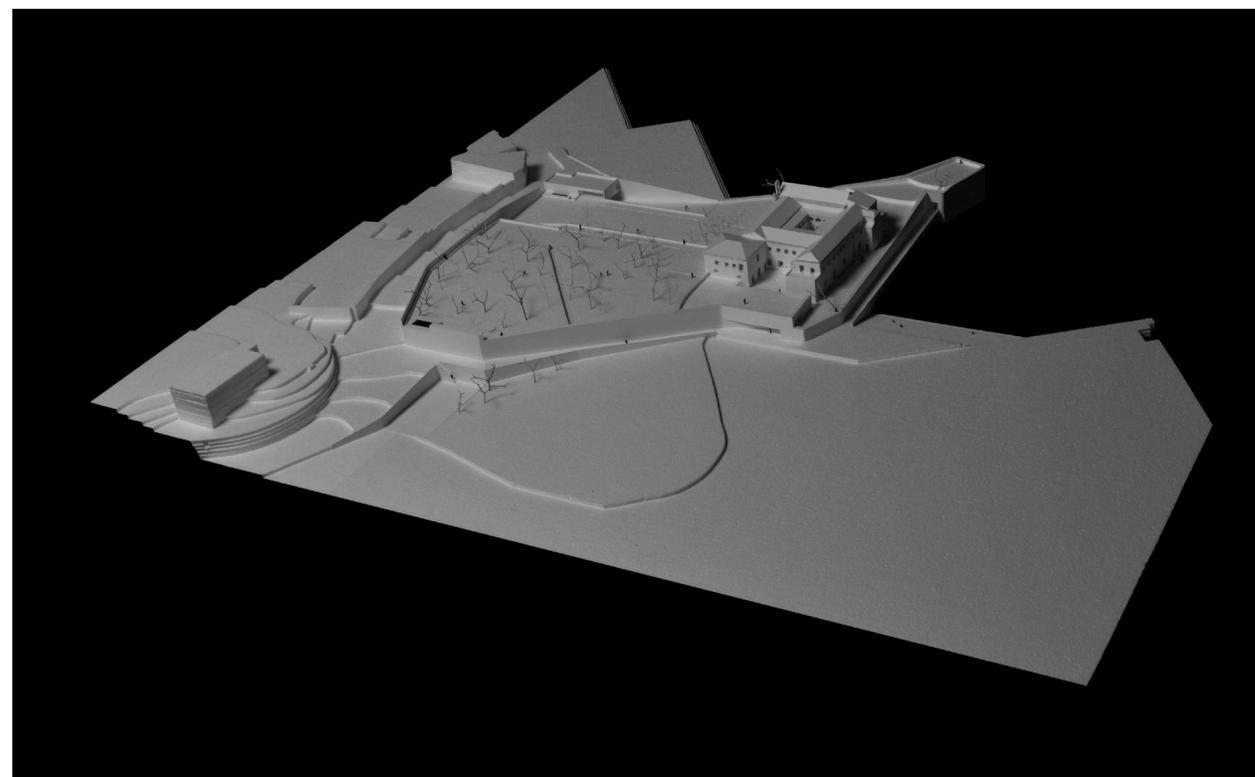
0 5 10



Maqueta territorial
escala 1:3000



Maqueta da proposta
escala 1:200



Maqueta da proposta
escala 1:200

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação pretende reflectir sobre o Convento de Nossa Senhora da Esperança, os limites e as relações com a cidade através de um contínuo reconhecimento crítico. Neste processo foi produzido um trabalho de reflexão organizado em diferentes momentos. Para melhor compreensão deste conjunto monástico, foi fundamental a análise do enquadramento, do desenvolvimento e da morfologia do território onde o objecto de estudo se insere, na cidade de Portimão. Um momento essencial da investigação: o estudo da estrutura monástica do ponto de vista arquitectónico, estendido à sua contextualização histórica, evolução e vínculos. Por forma a responder aos principais objectivos traçados foram produzidos elementos gráficos e escritos que serviram de base à proposta e de contributo a trabalhos realizados no futuro. A proposta, resultante das questões levantadas nos capítulos anteriores, pretende valorizar o Convento e reclamá-lo para a cidade, redesenhar os limites, clarificar e reconquistar as relações.

O primeiro momento constituiu uma abordagem ao contexto territorial onde se insere o convento e à sua evolução morfológica. A cidade primitiva formada pelas características do porto natural rapidamente proliferou pelo território, alterando a morfologia original e recortes naturais ao conquistar espaço ao rio. Esta investigação possibilitou a compreensão da dinâmica e constante relação da cidade com o rio. Desde sempre, a frente ribeirinha foi eixo fundamental da vida social, cultural e económica da cidade. O desenvolvimento da indústria conserveira manteve a zona ribeirinha como espaço activo que hoje se volta para actividades actuais do quotidiano portimonense. Através desse estudo esclareceu-se que o percurso ribeirinho tem momentos de quebra e de indefinição. Na origem dos mesmos releva-se a imposição dos muros da cerca do Convento de Nossa Senhora da Esperança. Desta problemática surge a oportunidade de resposta após um estudo aprofundado do conjunto monástico, através de uma intervenção que resgate os vínculos entre cidade e convento.

O segundo momento constituiu uma abordagem inicial à arquitectura capucha da ordem franciscana em especial no sul do país, e no sentido mais aprofundado o levantamento e interpretação de fontes escritas e gráficas e o levantamento, descrição e interpretação das estruturas construídas existentes no convento. O Convento de Nossa Senhora da Esperança foi fundado no ano de 1541 pelos frades menores capuchos da ordem franciscana. Estes implantaram a sua residência religiosa junto a uma pequena povoação ribeirinha, afastada do núcleo urbano, seguindo a traça e as características espaciais exigidas pelas rígidas normas capuchas. Através do estudo comparativo dos vários conventos da Província da Piedade, a sua implantação no território e desenho dos seus edifícios, foi possível reconhecer uma linguagem arquitectónica que distingue os conventos capuchos de todo os outros, tal permitiu entender os aspectos formais do objecto de estudo. A visita ao lugar, o levantamento gráfico e fotográfico, a análise crítica e interpretação da situação actual consolidaram o conhecimento acerca do devoluto conjunto monástico. O uso do Convento de Nossa Senhora da Esperança por parte das indústrias de cortiça e conserva de peixe contribuiu fortemente para a degradação do lugar. O edifício foi encerrado numa nova cerca que resultou na perda de relação com a envolvente. Após o encerramento das indústrias, o espaço foi abandonado tendo essa situação sido mantida até hoje, ameaçando quase irremediavelmente a integridade e a permanência do conjunto. Face às questões levantadas em torno da ruína do convento assume-se como imperativa uma resposta que contrarie a sua situação de ruína. A salvaguarda deste património é objectivo central, de forma a garantir a continuidade da memória e da identidade do lugar. Nesse sentido, com o pensamento consciente de que para manter o património é em primeiro lugar necessário conhecê-lo e em segundo lugar utilizá-lo.

Por fim a investigação levou ao desenvolvimento de uma proposta de intervenção no conjunto. A proposta pretende salvaguardar o existente, conservar, consolidar e por outro lado intervir através da arquitectura, tirando partido da pré-existência. A arquitectura funciona como instrumento fundamental para revitalizar o espaço existente e proporcionar um novo ambiente ao conjunto. Intenta-se através da arquitectura proporcionar uma adaptação contemporânea com um programa adequado à realidade da cidade. Um elemento votado ao abandono que deveria ser o espaço principal da cidade, um espaço público da cidade, para que pudesse ser valorizado, mantido e utilizado. As pretensões da intervenção neste conjunto monástico compreendem além do edifício, a sua envolvente, os limites, e a sua relação com a cidade e a sua população. A estratégia pretende: no âmbito do limite considerar o redesenho dos limites ribeirinhos e dos limites da cerca, repensar a aproximação e entrada no espaço de modo a resgatar o vínculo com a cidade e a relação com o rio; no âmbito do recinto reutilizar a antiga cerca transformando-a como espaço público, como espaço verde da cidade; no âmbito do edifício, revitalizar o convento com vista a sua salvaguarda através de um programa contemporâneo e polivalente.

Ao transformar o conjunto monástico num espaço público integrado na cidade e ao atribuir um programa social, cultural e urbano no quotidiano da população tornam o Espaço do Convento no elemento catalisador na realidade da cidade actual. Pela sua função de rótula no percurso ribeirinho, o projecto aproxima a cidade do rio e intensifica a sua vivência. O conjunto formado pelo edifício histórico, que assume uma função cultural contemporânea, e pelo espaço verde envolvente, como momento de permanência para a população. Para proporcionar este ambiente renovado é necessário enriquecer o espaço, criando elementos que proporcionem a permanência no mesmo, através do desenvolvimento de projectos e actividades que integrem este património permitindo a sua vivência por parte da população portimonense. A consolidação da pré-existência, através da reutilização dos seus espaços com a introdução de novos elementos e da atribuição de um programa contemporâneo permitem a valorização e o uso por parte da população.

Esta intervenção serve como contributo para a reorganização e reconfiguração do espaço urbano na frente ribeirinha, como novo espaço público da cidade, no qual a arquitectura permite a vida quotidiana, proporcionando e transformando as relações entre a cidade e o rio, entre o conjunto e a população. A intervenção tem como objectivo comum e principal de devolver o espaço à cidade revitalizando um património esquecido.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS:

Aben, R; Wit, S. (1999). *The unclosed garden: history and development of the hortus conclusus and its reintroduction into the present-day urban landscape*. Rotterdam: 010 Publishers.

Aires Mateus, M. (2000). *Fachadas Vivas*. Lisboa: Universidade Técnica, Faculdade de Arquitectura.

Almeida, F. (1967). *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portugalse Editora.

Baeza, C. (2009). *A ideia construída*. Caleidoscópio.

Baeza, C. (2011). *Pensar com as mãos*. Caleidoscópio.

Belém, Fr. J. de (1753). *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora. Camara Real de Sua Magestada Fidelissima.

Boito, C. (2003). *Os Restauradores*. Ateliê Editorial.

Choay, F. (2000). *A alegria do património*. Lisboa: Edições 70.

Choay, F. (2000). *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Lisboa: Editora Perspectiva.

Choay, F. (2006). *Património e Mundialização*. Casa Sul Editora.

Correia, J. (1991). *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo chão*. Lisboa: Editorial Presença.

Cullen, G. (1996). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.

Dias, P. (1986). *História da Arte em Portugal. vol.4: O gótico*. Lisboa: Publicações Alfa.

Dias, P. (1986). *História da Arte em Portugal. vol.5: O manuelino*. Lisboa: Publicações Alfa.

Frois, V. (editor literário). (2002). *Conversas à volta de Conventos*. Évora: Casa do Sul Editora.

Goff, J. Le. (2000). *São Francisco de Assis*. Lisboa: Teorema.

Guedes, L. (1988). *Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII A Descrição de Alexandre Massaii, 1621*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Inácio, N. (2012). *Portimão, Cidade com História*. Albufeira: Arandis Editora.

IHRU, IP. (2010) *Património arquitectónico- Edifícios conventuais capuchos*. Sacavém: IGESPAR.

Kubler, G. (1988). *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes: 1521-1706*. Lisboa: Editorial Vega.

Leonardo, F. (2011). *Desenvolvimento Urbano de Portimão A importância da Muralha Quatrocentista para a Malha Urbana da Cidade*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes.

Lynch, K. (1982). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

Marado, C. (2004). Património monástico-conventual do Algarve: os antigos conventos capuchos, Trabalho apresentado em 12º Congresso do Algarve. *Actas do 12º Congresso do Algarve*. Tavira.

Marado, C. (2006). *Antigos Conventos do Algarve: um Percurso pelo Património da Região*. Lisboa Edições Colibri.

Marado, C. (2006). O destino dos espaços conventuais na cidade. *MONUMENTOS*, nº24. Lisboa: DGEMN, p. 32-41.

Marado, C. (2008). Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização. *Anais do Município de Faro, XXXIII-XXX*. p. 12 - 27.

Marado, C. (2010). Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de novos usos às extintas casas regulares do

Algarve. *Promontoria*, nº7/8. p.289 - 307.

Marado, C. (2010). *Convents as urban elements: morphological analysis of cities in Southern Portugal*. Trabalho apresentado em ISUF (Internacional Seminar of Urban Form) 2010 - “Formation and Persistence of Townscape”, In Proceedings of 17th ISUF Conference of the Internacional Seminar of Urban Form. , Hamburgo.

Marado, C. (2011). O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834). *Promontoria*, nº9. p.95 - 115.

Marques, M. (1991). *OAlgarve: da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.

Marruchi, G. (2006). *A Grande História da Arte. 18. Dicionário de Termos Artísticos e Arquitectónicos*. Lisboa: Público. p.256.

Medinas, V. (1994). *A Arquitectura Capucha Da Provincia da Piedade*. Dissertação de Mestrado em História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Monforte, Fr. M. de. (1751). *Chronica da Provcincia da Piedade*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.

Moura, E. (2013). *Convento das Bernardas*. Lisboa: UZINA BOOKS.

Norberg-Schulz, C. (1981). *Genius loci: paysage, ambiente, architecture*. Bruxelas: Pierre Mardaga.

Palhinha, J.; Piscarreta, A. (1992). *Convento de São Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão: Estudo para a sua recuperação e Reabilitação*. Portimão.

Ramos, M. (1982). Um Momento Franciscano: O convento de Nossa Senhora da Esperança em Portimão. *Património e Cultura*, nº8. Vila Real de Santo António: ADIPACNA. p. 3-5.

Rossi, A. (2001). *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Cosmos.

Seminários. (1996). *O franciscanismo em Portugal: actas*. I-III Seminário. Lisboa: Fundação Oriente.

Sousa, B, et all (1957). *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico*. (2ª edição) Lisboa: Livros Horizonte.

Távora, F. (1999). *Da organização do espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Teixeira, V. (2010). *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): história, património e cultura de uma experiência religiosa*. Porto: Centro de Estudos Franciscanos.

Tereno, M.; Pereira, M. (2010). Implantação e Arquitectura de Conventos Franciscanos e seu enquadramento paisagístico no distrito de Évora. *El Franciscanismo en la Península Ibérica: III Congreso Internacional*, p. 1-24.

Ventura, M.; Marques, M. (1993). *Portimão*. Lisboa: Editorial Presença.

Virgulino, J.; Henriques, F. (1996). *Textos Fundamentais [sobre a Salvaguarda do Património Construído]*. Lisboa: SPCC - Sociedade para a Preservação do Património Construído.

Virgulino, J.; Henriques, F. (2011). Igrejas medievais dos Franciscanos em Portugal: síntese de característica tipomorfológica. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. nº96. 99-126. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa.

Xavier, A. (2004). *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Provincia da Piedade*. Évora: Casa do Sul Editora.

Zumthor, P. (2006). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

FONTES IMPRESSAS:

Estatutos da Provincia da Piedade. (1726). Lisboa Ocidental: Officina de Pedro Ferreyra.

ADF - *Relação dos Predios dos Conventos extintos* - caderno 1º.

Lavrada de fls 147vº a fls 150º do livro de notas 1094 do Tabelião José Maria Parreira e Brito.

Descrição predial nº 1697, a fls 53vº do livro B-5, da Conservatória do Registo Predial de Portimão.

Descrição predial nº 2575, a fls 166vº e 167vº do livro F-4 da Conservatória Predial de Portimão,

(2005). *Plano de Urbanização da UP 5 - Portimão*. Câmara Municipal de Portimão.

Torre do Tombo:

Convento de Nossa Senhora da Esperança de V. N. de Portimão. *Registo de Legados (1803-1834)*, cota 489.

AATT, ADF - *Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança de Vila Nova de Portimão*. Registo de Legados (1803-1834), cota 489.

Torre do Tombo:

SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico):

Convento de São Francisco / Igreja e Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2011,

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2890

Torre do Tombo:



01 Galeria do Claustro do Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



06 Vista panorâmica de Portimão a partir da zona do sápal, 1887.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



15 Vista aérea.
SIPA: www.monumentos.pt



20 Pórtico da igreja, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



25 Cozinha, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



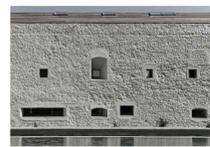
30 Convento de Nossa Senhora da Esperança, vista ponte, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



35 Resto das celas ou enfermarias no piso superior do Convento de São Francisco, 1964.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



40 Vista de Portimão através de uma janela do Convento de São Francisco.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



45 Convento das Bernardas. Moura, E. (2013). *Convento das Bernardas*. Lisboa: UZINA BOOKS, pgs. 68/69.



02 Vista panorâmica de Portimão a partir da zona do sápal, 1900.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



07 Convento de Nossa Senhora da Esperança, 1911.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



11 Convento de S. António
<https://mtfoliveira.blogspot.pt>



16 Mapa de Vila Nova de Portimão, Alexandre Massai, século XVII.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



21 Nave da igreja, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



26 Refeitório, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



31 Fachada, pormenor de pedra e telha, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



36 Aspecto do piso superior do Convento de São Francisco, 1964.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



41 Vista parcial de barcos no estaleiro de S. José.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



46 Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas.
www.archdaily.com



03 Plano hidrográfico do Porto e Barra de Portimão, 1934.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



08 Convento dos Capuchos (N. S. da Piedade): vista aérea, 1996.
SIPA: www.monumentos.pt



12 Igreja: fachada principal, 2008.
SIPA: www.monumentos.pt



17
www.facebook.com/groups/costumesportimao



22 Capela-mor e altar-mor, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



27 Pátio sul, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



32 Porta do estilo gótico tardio, porta de acesso ao mar, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



37 Vista aérea de Portimão: Fábrica Facho, Convento de São Francisco, 1964.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



42 Vista parcial da cidade e do estaleiro junto ao Convento de São Francisco.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



47 Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo.
www.quosques-montemorono.com



04 Vista parcial de Portimão (pescadores consertando redes de pesca).
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



09 Fachada principal, 2003.
SIPA: www.monumentos.pt



13 Convento de São Francisco: vista aérea, 1996.
SIPA: www.monumentos.pt



18 Vista sul do Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



23 Porta de acesso ao mar, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



28 Claustro, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



33 Fachada da igreja, painel de azulejo por cima da porta do Convento de São Francisco, 1964.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



38 Vista do terreno que circunda o Convento de São Francisco, 1984.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



43 Vista aérea dos estaleiros, Convento de S. Francisco, porto de Portimão e fábrica de conservas Facho.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



48 Alçados sul e nascente, Convento das Bernardas. Moura, E. (2013). *Convento das Bernardas*. Lisboa: UZINA BOOKS, p. 40.



05 Vista aérea da praia da rocha, ponta da areia, estromal, foz do rio Arade.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



10 Vista aérea.
SIPA: www.monumentos.pt



14 Igreja do Convento de Santo António.
www.allaboutportugal.pt



19 Convento de Nossa Senhora da Esperança, vista ponte, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



24 Sala capitular, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



29 Galeria do claustro, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



34 Pórtico manuelino do Convento de São Francisco com braço de Simão Correia ao centro, 1964.
Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão



39 Interior da igreja, Convento de Nossa Senhora da Esperança, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



44 Fotomontagem da proposta, entrada, 2016.
Rita Ceríaco Pereira



49 Pórtico manuelino, Convento das Bernardas. Moura, E. (2013). *Convento das Bernardas*. Lisboa: UZINA BOOKS, p. 40.



50 Exterior, Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas. www.archdaily.com



51 Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. <http://mediaserver4.rn.pt>



60 Estrutura Bienal de Veneza, Veneza, Siza Vieira. www.archdaily.com



65 Ambiente do interior da cerca - entrada/auditório, 2016. Rita Ceriaco Pereira



70 <https://bestcostablanca.files.wordpress.com>



75 <https://unsplash.com>



80 <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com>



85 <https://coelhodalva.pt>



51 Interior, Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas. www.archdaily.com



56 Jardim da Fundação Serralves, Porto. <http://escolasoimento.pt>



61 Serpentine Gallery Pavilion, Londres, Peter Zumthor. <http://images.adsttc.com>



66 Ambiente da envolvente, quatro estações, 2016. Rita Ceriaco Pereira



71 <http://viagallica.com>



76 <https://lh3.googleusercontent.com>



81 <http://rebelianci.org>



86 <https://previews.123rf.com>



52 Estúdio do Refetório, Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. www.oespaco-dotempo.pt



57 Jardim da Tapada das Necessidades, Lisboa. <http://4.bp.blogspot.com>



62 Hommage à Rembrandt, Eduardo Chillida, 1976. www.galeriesspringer.de



67 Ambiente do convento, 2016. Rita Ceriaco Pereira



72 <http://img2.garnek.pl>



77 <http://static.wixstatic.com>



82 <https://upload.wikimedia.org>



87 <https://caarte.files.wordpress.com>



53 Celeiro, Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. www.oespaco-dotempo.pt



58 Jardim da Casa das Histórias da Paula Régio, Lisboa. www.facebook.com/casadasistoriaspaularegio



63 Ambiente geral da proposta, 2016. Rita Ceriaco Pereira



68 www.vfw-project.com



73 <http://casaneroli.com/>



78 <http://omeujardim.com>



83 <http://www.lughertexture.com>



54 Jardim das Oliveiras, Centro Cultural de Belém, Lisboa. <https://lh4.googleusercontent.com>



59 Estrutura indígena - Shabono Yanomami, Brasil, 2016. <http://media-cache-ec0.pinimg.com>



64 Ambiente do interior da cerca - entrada/cafetaria, 2016. Rita Ceriaco Pereira



69 <https://pbs.twimg.com>



74 <http://c.quoteson.net>



79 <http://www.grafgrowers.com>



84 <http://2.bp.blogspot.com>

DESENHOS:

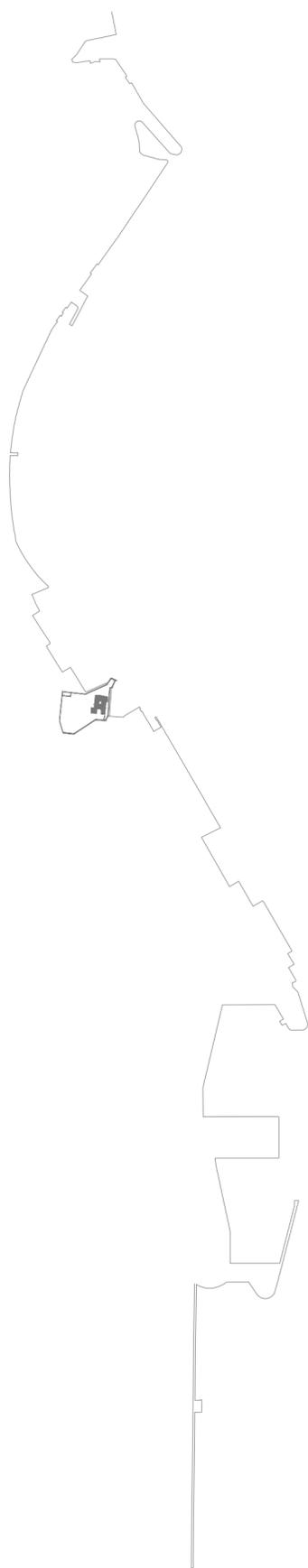
págs. 25/27 Evolução urbana
Evolução urbana de Portimão da presença romana ao séc. XX | Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão.

pág. 45 Implantações das Províncias capuchas
IHRU, IP. (2010) *Património arquitectónico - Edifícios conventuais capuchos*. Sacavém: IGESPAR, p.77

pág. 47 Implantações da Província da Piedade
Xavier, A. (2004). *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*. Évora: Casa do Sul Editora, p.33.

págs. 58/59 Evolução morfológica do conjunto
Século XIX - Palhinha, J.; Piscarreta, A. (1992). *Convento de São Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão. Estudo para a sua recuperação e Reabilitação*. Portimão, p.5.
Final do século XX, Início do século XXI - Centro de Documentação e Arquivo Histórico de Portimão.

Os restantes desenhos deste documento foram realizados pela autora com base em interpretações provenientes da investigação, cartografia actual e levantamentos *in situ*.



**Convento de Nossa Senhora da Esperança de Portimão:
património, passado e futuro**

UNIVERSIDADE DE ÉVORA | ESCOLA DAS ARTES | DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | DISSERTAÇÃO

Rita Ceríaco Pereira
Orientação: João Matos



Évora | 2017